



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**INDÚSTRIA, CAPITAL E FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
PARA A PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

ADRIANA DAVID FERREIRA GUSMÃO

**Cidade Universitária Profº José Aloísio de Campos
São Cristóvão – Sergipe
2017**

ADRIANA DAVID FERREIRA GUSMÃO

**INDÚSTRIA, CAPITAL E FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PARA A
PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josefa de Lisboa Santos

São Cristóvão – Sergipe

2017

G99i

Gusmão, Adriana David Ferreira.

Indústria, capital e formação de trabalho para a produção alimentícia em
Vitória da Conquista – BA. / Adriana David Ferreira Gusmão, 2017.

246f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dra. Josefa de Lisboa Santos.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Sergipe – UFS, Programa de
Pós-Graduação em Geografia - PPGEO, São Cristóvão – Sergipe, 2017.

Inclui referência F. 225 – 232.

1. Capital. 2. Força de trabalho. 3. Indústria alimentícia. 4. Escolarização. I.
Santos, Josefa de Lisboa. II. Universidade Federal de Sergipe, Programa de
Pós-Graduação em Geografia – PPGEO. T. III.

CDD: 332.041

**INDÚSTRIA, CAPITAL E FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PARA A
PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

ADRIANA DAVID FERREIRA GUSMÃO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré- requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Aprovada em 17/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Orientadora - Prof^a Dr^a Josefa de Lisboa Santos
Universidade Federal de Sergipe – UFS/NPGeo

2º Examinador Prof^a Vera Lúcia Alves França
Universidade Federal de Sergipe

3º Examinador Prof^a Prof^a Dr^a Christiane Senhorinha Soares Campos
Universidade Federal de Sergipe

4º Examinador Prof^a Dr^a Andrecksa Viana Oliveira Sampaio
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

5º Examinador Prof Dr Vilomar Sandes Sampaio
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Para Rodrigo e Natália,
o meu amor e a minha caminhada*

AGRADECIMENTOS

“Nenhum dever é mais importante que a gratidão”

Cícero

Agradeço imensamente:

À minha mãe, Dilma, e ao meu pai Oswaldo (*in memorian*) por terem me presenteado com a vida.

Aos meus filhos **Rodrigo** e **Natália** por darem sentido a tanta luta.

Aos **Trabalhadores** da indústria de alimentos que, com carinho e esperança, cederam as informações sobre suas vidas e seu labor.

À **Mônica Carqueija**, amiga-irmã, apoiadora incondicional de todas as minhas andanças. Esses 21 anos de amizade são leves, serenos e de muitas conquistas.

Às minhas **queridas amigas: Cris, Aline, Átila e Luciana** por apostarem na minha capacidade que, às vezes, desconheço.

À **Verônica Ferraz e Fernanda Viana** por compartilharem alegrias, dores, sorrisos e jornadas.

À **Vilomar e Andrecksa** pela amizade que sustenta, abraça e consola. Vocês são especiais.

À Profª **Vera França** por ter me ensinado tanto.

Às minhas colegas da área de ensino: **Déa, Cau, Gê, Sandra, Gal, Polly e Nê**. Obrigada por viabilizarem o meu trabalho.

Ao **Departamento de Geografia, aos meus colegas de trabalho e à UESB**, pelo apoio institucional imprescindível à realização do Doutorado.

Aos professores, colegas e funcionários do **PPGEO, em especial, a Everton e Matheus**, amigos queridos, por terem me ajudado a chegar tão longe.

A **Tadeus e Patrícia**, pela ajuda e carinho.

Aos meus amigos e amigas: **professores e professoras, familiares, admiradores; aos parceiros de risadas, de viagem, de comemorações, aos que chegaram e foram embora, aos que permaneceram. Todos vocês fazem a minha história de vida.**

À professora **Josefa de Lisboa Santos**, minha querida orientadora hoje, também, amiga.

Perguntas de um trabalhador que lê

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis:
Arrastaram eles os blocos de pedra?

E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tantas vezes?

Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?

A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:
Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?

A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para os seus habitantes?

Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogavam
gritaram por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou?

O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?

César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?

Filipe da Espanha chorou,
quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?

A cada dez anos um grande Homem.
Quem pagava a conta?

Tantas histórias.
Tantas questões.

RESUMO

A tese discute aspectos da constituição da indústria brasileira no modo de produção capitalista, destacando a formação da força de trabalho. O objetivo central do trabalho é a análise dos entrelaces do modo de produção com o trabalho, no que diz respeito à qualificação ou desqualificação para a prática laboral, discutindo também a legislação sobre o ensino profissional e os propósitos da educação no cenário do capital. A base teórica apresenta o histórico da indústria capitalista brasileira, os conceitos de capital e trabalho, tendo como base empírica os trabalhadores da indústria alimentícia do município de Vitória da Conquista, na Bahia. A formação da força de trabalho e as relações de contratação contribuem para a compreensão da dinâmica capitalista no contexto da fabricação de alimentos e reflete um papel contraditório da qualificação profissional que, por sua vez, faz parte de uma rede solidária que se materializa no espaço sob a forma de modos de viver e de circular, imersa na diversidade socioespacial e socioeconômica na perspectiva da atividade capitalista. A força de trabalho, vista como apêndice da máquina se estabelece no cotidiano e se acomoda face à escassez do emprego ou mesmo ao medo de se manifestar. O trabalhador, com renda mínima, é responsabilizado pela própria baixa qualificação que, contraditoriamente, pode significar a possibilidade de estar empregado. A qualificação pode, ao mesmo tempo, aumentar ou reduzir a empregabilidade, quando se trata de vinculações com aumento/redução do salário. Com menos anos de estudo e pouca qualificação, o trabalhador da indústria alimentícia permanece em seu posto, sem ascender a cargos mais elevados na empresa e observa-se a manutenção da sua faixa salarial, mesmo com aumento de produtividade e da mais-valia. Para fundamentar a análise das informações coletadas em campo e as ideias na escrita da tese foi realizado um aprofundamento teórico com base nos estudos de Antunes (2006, 2007 e 2010), Chesnais (1996), Harvey (vasta obra), Kuenzer (2003 e 2007), Marx (vasta obra), Mészáros (2002 e 2008), Moreira (2011, 2013 e 2016), Pochmann (2006 e 2007), Santos (2004 e 2008), entre outros importantes nomes da ciência. Ao trato teórico foram associadas informações coletadas nas bases eletrônicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Além disso, foram aplicados 290 questionários direcionados aos trabalhadores das indústrias alimentícias, realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelas indústrias e com representantes do sindicato da categoria. A partir das análises ficou evidente que a falta de qualificação profissional é um mecanismo utilizado pelas indústrias para contratação de força de trabalho barata e que o trabalhador deve apenas realizar a tarefa para a qual foi contratado, sem que haja necessidade de realização de cursos ou afins. O trabalhador, assim, é visto como parte de uma engrenagem, da mecânica capitalista. Os trabalhadores do referido segmento industrial são, em sua maioria, nascidos em Vitória da Conquista e moram na própria cidade. As contradições analisadas à luz da teoria de base marxista retratam os pressupostos do modo de produção capitalista e enquadram a força de trabalho como principal vítima desse sistema.

Palavras - chave: Capital. Escolarização. Força de Trabalho. Indústria. Trabalho.

ABSTRACT

The thesis discusses aspects of the Brazilian industry's constitution in the capitalist mode of production, highlighting the formation of the workforce. The main objective of the study is the analysis of the linkages between the production and the work, in relation to the qualification or disqualification of the labor practice, also discussing the legislation on professional education and the purposes of education in the capital scenario. The theoretical basis presents the history of Brazilian capitalist industry, the concepts of capital and labor, based on the empirical basis of food industry workers in the city of Vitória da Conquista, Bahia. The formation of the labor force and contracting relations contribute to the understanding of capitalist dynamics in the context of food manufacturing and reflects a contradictory role of professional qualification, which in turn forms part of a solidarity network that materializes in the space under The way of living and of circulation, immersed in socio-spatial and socioeconomic diversity in the perspective of capitalist activity. The workforce, seen as an appendage of the machine, establishes itself in daily life and accommodates itself in the face of the scarcity of employment or even the fear of manifesting itself. The worker, with a minimum income, is held accountable for the very low qualification that, contradictorily, can mean the possibility of being employed. Qualification can, at the same time, increase or reduce employability when it comes to wage increase / reduction linkages. With less years of schooling and low qualifications, the food industry worker remains in his post, without ascending to higher positions in the company and observing the maintenance of his salary range, even with increased productivity and added value. In order to base the analysis of the information collected in the field and the ideas in the writing of the thesis a theoretical deepening was made based on the studies of Antunes (2006, 2007 and 2010), Chesnais (1996), Harvey (vast work), Kuenzer (2003 and 2007), Marx (vast work), Mészáros (2002 and 2008), Moreira (2011, 2013 and 2016), Pochmann (2006 and 2007), Santos (2004 and 2008), among other important names in science. The theoretical treatment was associated with information collected in the electronic databases of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Institute of Applied Economic Research (IPEA), the Annual Social Information Relation (RAIS), the General Register of Employed and Unemployed) And the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE). In addition, 290 questionnaires were sent to food industry workers, with semi-structured interviews with those responsible for the industries and with representatives of the category trade union. From the analysis it was evident that the lack of professional qualification is a mechanism used by the industries to hire cheap labor force and that the worker should only carry out the task for which he was hired, without any need for courses or the like . The worker, then, is seen as part of a cog, of capitalist mechanics. The workers of this industrial segment are, for the most part, born in Vitória da Conquista and live in the city itself. Contradictions analyzed in the light of Marxist-based theory depict the assumptions of the capitalist mode of production and frame the labor force as the primary victim of this system.

Keywords: Capital. Industry. Job. Schooling. Workforce.

RESUMEN

La tesis discute aspectos de la constitución de la industria brasileña en el modo de producción capitalista, destacando la formación de la fuerza de trabajo. El objetivo central del trabajo es el análisis de los entrelaces del modo de producción con el trabajo, en lo que se refiere a la calificación o descalificación para la práctica laboral, discutiendo también la legislación sobre la enseñanza profesional y los propósitos de la educación en el escenario del capital. La base teórica presenta el histórico de la industria capitalista brasileña, los conceptos de capital y trabajo, teniendo como base empírica a los trabajadores de la industria alimenticia del municipio de Vitória da Conquista, en Bahia. La formación de la fuerza de trabajo y las relaciones de contratación contribuyen a la comprensión de la dinámica capitalista en el contexto de la fabricación de alimentos y refleja un papel contradictorio de la calificación profesional que a su vez forma parte de una red solidaria que se materializa en el espacio bajo La forma de modos de vivir y de circular, inmersa en la diversidad socioespacial y socioeconómica en la perspectiva de la actividad capitalista. La fuerza de trabajo, vista como apéndice de la máquina se establece en el cotidiano y se acomoda ante la escasez del empleo o incluso el miedo a manifestarse. El trabajador, con renta mínima, es responsabilizado por la propia baja cualificación que, contradictoriamente, puede significar la posibilidad de estar empleado. La calificación puede, al mismo tiempo, aumentar o reducir la empleabilidad, cuando se trata de vinculaciones con aumento / reducción del salario. Con menos años de estudio y poca calificación, el trabajador de la industria alimentaria permanece en su puesto, sin ascender a cargos más elevados en la empresa y se observa el mantenimiento de su rango salarial, incluso con aumento de productividad y de la plusvalía. Para fundamentar el análisis de las informaciones recolectadas en el campo y las ideas en la escritura de la tesis se realizó una profundización teórica basada en los estudios de Antunes (2006, 2007 y 2010), Chesnais (1996), Harvey (vasta obra), Kuenzer (2003 y (2004, 2013 y 2016), Pochmann (2006 y 2007), Santos (2004 y 2008), entre otros importantes nombres de la ciencia. En el trato teórico se asociaron informaciones recogidas en las bases electrónicas del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), del Instituto de Investigación Económica Aplicada (IPEA), de la Relación Anual de Informaciones Sociales (RAIS), del Catastro General de Empleados y Desempleados (CAGED) Y del Departamento Intersindical de Estadística y Estudios Socioeconómicos (DIEESE). Además, se aplicaron 290 cuestionarios dirigidos a los trabajadores de las industrias alimenticias, realizadas entrevistas semiestructuradas con los responsables de las industrias y con representantes del sindicato de la categoría. A partir de los análisis quedó claro que la falta de cualificación profesional es un mecanismo utilizado por las industrias para contratación de fuerza de trabajo barata y que el trabajador sólo debe realizar la tarea para la que fue contratado, sin que haya necesidad de realización de cursos o afines . El trabajador, así, es visto como parte de un engranaje, de la mecánica capitalista. Los trabajadores de dicho segmento industrial son, en su mayoría, nacidos en Vitória da Conquista y viven en la propia ciudad. Las contradicciones analizadas a la luz de la teoría de base marxista retratan los presupuestos del modo de producción capitalista y encuadran la fuerza de trabajo como principal víctima de ese sistema.

Palabras clave: Capital. Escolarización. Fuerza de trabajo. Industria. Trabajo.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	BRASIL: unidades industriais por estados – 1920.....	69
MAPA 2	BRASIL: unidades industriais por estados – 1940.....	70
MAPA 3	BRASIL: unidades industriais por estados – 1950.....	71
MAPA 4	BRASIL: unidades Locais da Indústria de Transformação por região – 2012.....	72
MAPA 5	BRASIL: unidades Locais da Indústria de Transformação nas Regiões Sul e Sudeste – 2012.....	73
MAPA 6	BRASIL: unidades Locais da Indústria de Transformação na Região Nordeste – 2012.....	74
MAPA 7	BRASIL: unidades industriais por estados – 2014.....	82
MAPA 8	Localização do Município de Vitória da Conquista no Estado da Bahia	122
MAPA 9	Sudoeste da Bahia: Malha Viária, 2016.....	123
MAPA 10	Região de Influência de Vitória da Conquista/Bahia.....	127
MAPA 11	Vitória da Conquista/BA: Local de Nascimento dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia.....	197

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Vitória da Conquista/BA: Escolaridade dos trabalhadores da Indústria Alimentícia, 2016	177
GRÁFICO 2	Brasil: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por número de trabalhos, sexo e anos de estudo, 2015	179
GRÁFICO 3	Brasil: Participação % em número de empregos por escolaridade e sexo, 2015.....	182
GRÁFICO 4	Vitória da Conquista/BA: Custeamento de Cursos Técnicos e/ou Profissionalizantes, 2016.....	183
GRÁFICO 5	Vitória da Conquista/BA: Declaração sobre o aumento/redução do poder de compra da renda dos trabalhadores da indústria alimentícia, 2016.....	189
GRÁFICO 6	Brasil: Empregos formais na indústria de transformação, por sexo e renda, 2015.....	192
GRÁFICO 7	Bahia: Empregos formais na indústria de transformação, por sexo e renda, 2015.....	193
GRÁFICO 8	Vitória da Conquista/BA: Idade dos trabalhadores da indústria alimentícia, 2016.....	194
GRÁFICO 9	Vitória da Conquista/BA: Estado civil dos trabalhadores entrevistados, 2016.....	195
GRÁFICO 10	Vitória da Conquista/BA: Número de filhos dos trabalhadores entrevistados, 2016.....	195
GRÁFICO 11	Vitória da Conquista/BA: Meio de transporte dos trabalhadores entrevistados, 2016.....	198
GRÁFICO 12	Vitória da Conquista/BA: Condição de moradia dos trabalhadores entrevistados.....	199

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

FIGURA 1	Bahia: Localização dos Distritos Industriais.....	119
FIGURA 2	Territórios de Identidade do Sudoeste Baiano.....	125
FIGURA 3	Vitória da Conquista/BA: Divisão por Bairros e Localização do Distrito Industrial.....	131
FIGURA 4	Vitória da Conquista/BA: Localização das indústrias alimentícias pesquisadas, 2016.....	137
FIGURA 5	Vitória da Conquista/BA Bairros/Municípios de moradia dos trabalhadores das indústrias alimentícias, 2016.....	138
TABELA 1	Vitória da Conquista/BA: Número de Estabelecimentos por Atividade Econômica- 2015.....	128
TABELA 2	Vitória da Conquista/BA: Infraestrutura de Serviços Básicos- 2010.....	129
QUADRO 1	Unidades de análise presentes nos discursos dos trabalhadores entrevistados que responderam questões relacionadas às condições de vida, à renda e à escolaridade, 2016.....	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Recuperação do Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CETEP	Centro Territorial de Educação Profissional
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIS	Centro Industrial do Subaé
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIREC	Diretoria Regional de Ensino
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EAD	Educação à Distância
EITs	Escolas Industriais e Técnicas
FETIABA	Federação dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia da Bahia
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFBA	Instituto Federal da Bahia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESI	Serviço Social da Indústria
SINDICARNE	Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Abate Animal e Afins do Estado da Bahia
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
TI	Territórios de Identidade
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
SEÇÃO I	
2 INDUSTRIALIZAÇÃO, CAPITAL E FORÇA DE TRABALHO FABRIL	31
2.1 Uma nova fase do capitalismo industrial.....	36
2.1.1 O Regime de acumulação flexível como alternativa à crise	45
2.2 O mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva	46
2.3 A indústria brasileira no cenário da reestruturação produtiva do capital	62
SEÇÃO II	
3 ESTADO, TRABALHO E INDÚSTRIA: O QUADRO DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 1930 A 1990 E AS CONDIÇÕES DE ACUMULAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	88
3.1 Trabalho e precarização no contexto da flexibilização e reestruturação da economia brasileira.....	101
3.2 A espacialização da Indústria Baiana	111
3.3 Vitória da Conquista - BA: caracterização do município e industrialização..	120
3.3.1 O Distrito Industrial dos Imborés e as condições de acumulação em Vitória da Conquista – BA.....	130
SEÇÃO III	
4 A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL	140
4.1 Trabalho e empregabilidade no ajuste neoliberal.....	140
4.2 A Educação Brasileira a serviço do crescimento industrial.....	149
4.3 Educação Profissionalizante nas CF e nas legislações educacionais brasileiras.....	152
4.4 Escolarização de trabalhadores e alienação	168
4.5 Os Cursos Profissionalizantes em Vitória da Conquista – BA e a qualificação do Trabalhador da Indústria Alimentícia.....	170

SEÇÃO IV

5 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, EDUCAÇÃO E O TRABALHADOR DA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	185
5.1 Valor da força de trabalho e aspectos socioeconômicos do trabalhador da indústria alimentícia conquistense.....	186
5.2 Condições de Trabalho e Representação Sindical.....	201
5.3 Escola, Capital e Trabalho na Indústria Alimentícia.....	209
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS	225
APÊNDICES	
Apêndice A: Formulário de Pesquisa – Trabalhadores	233
Apêndice B: Roteiro de Entrevista – Empresários	237
Apêndice C: Roteiro de Entrevista – Sindicato	239
Apêndice D: Termo de Consentimento	241
ANEXOS	
Anexo A: Acordo Coletivo de uma Indústria Alimentícia de VCA-BA	242
Anexo B: Chamadas do SINE para emprego na Indústria Alimentícia de Vitória da Conquista - BA	246

1 INTRODUÇÃO

O materialismo histórico-geográfico é um modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um corpo fixo e fechado de compreensões. A metateoria não é uma afirmação de verdade total, e sim uma tentativa de chegar a um acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo, tanto em geral como em sua fase presente.

David Harvey, 2000

Partindo da discussão sobre a relação entre Indústria, Capital e Trabalho, a presente tese tem como objetivo revelar as contradições entre o discurso neoliberal de valorização da qualificação da força de trabalho, via valorização do capital humano, no contexto da reestruturação produtiva, e sua negação expressa no perfil da força de trabalho e nos baixos salários no setor de alimentos no município de Vitória da Conquista/BA; intencionando, também, uma contribuição crítica sobre a formação da classe trabalhadora na acumulação capitalista. Esse sistema, por sua vez, indica caminhos para que a contratação de força de trabalho se dê de duas maneiras: utilizando a baixa escolaridade e a falta de qualificação para contratação de mão de obra barata e outra, que utiliza o conhecimento tácito e a experiência de vida para a realização das atividades laborais. A história revela as diferentes interpretações sobre as formas de submissão da educação à acumulação capitalista, iniciada com as transformações lançadas pela Revolução Industrial no final do século XVIII e a partir da qual se observou uma nova dinâmica produtiva e os seus efeitos nos cenários social, político, econômico e educacional. A subordinação da educação ao capital produz uma massa de trabalhadores quando preconiza o ensino da leitura, da escrita e da contagem para a execução das tarefas e quando ainda faz crer no valor econômico da educação e do fator humano na produção, o que foi e tem sido amplamente discutido. A Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz, de 1950, corroborava a ideia de subordinação. Diferentes setores da vida: trabalho, comportamento e o fazer cotidiano se refizeram sob novas condições, mas as principais vítimas do processo que ora se instalava eram os trabalhadores. Irrompiam as bases da acumulação capitalista que traria efeitos nefastos em múltiplos segmentos da vida humana e, evidentemente sobre a escolarização dos trabalhadores. Nessa direção, a fundamentação teórica que sustenta a análise está pautada nas considerações de Marx (2010 e 2013), Antunes

(2007), Harvey (2000 e 2011), Mészáros (2002, 2005 e 2006), Braverman (1987), Frigotto (1989 e 1999), Bertoldo (2012) e Thomaz Jr (2000), Ciavatta (1992, 1998, 2000, 2006), entre outros e é fundamentada numa visão de totalidade. Vale salientar que se refere a uma totalidade construída socialmente e no bojo da história e da materialidade dos fatos. Segundo Ciavatta (2016, p. 211) “No sentido marxiano, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações, ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem”. O elemento empírico são os trabalhadores da indústria alimentícia de Vitória da Conquista – BA no viés da escolarização.

A escolha por esse tema se justifica pela importância econômica da indústria alimentícia em Vitória da Conquista, município de tradição vinculada à produção de biscoitos, que faz parte do Estado que é o segundo maior produtor de mandioca do Brasil (IBGE, 2010), a Bahia. Segundo Sampaio (2006):

Da mandioca se extrai o amido, mais conhecido como goma ou polvilho, responsável pelas receitas mais tradicionais de biscoitos como o “biscoito de goma”, “avoador” e “cozido-e-assado”. Segundo a Associação Comercial e Industrial de Vitória da Conquista, esses biscoitos representavam o pão de cada dia nas mesas da região, desde o final do século XIX, e, hoje, o biscoito impressiona por sua apresentação, forma, sabor, enriquecidos com doces, frutas, leite de coco, chocolates, ervas, sendo encontrado com fartura nas feiras da cidade (SAMPAIO, 2006b).

Desse modo, o recorte empírico foi determinado, sendo assim, a indústria alimentícia de Vitória da Conquista e os trabalhadores do setor, entendendo, de acordo com Moreira (2016, p. 121 e 122) que o operariado fabril é a classe social que, por sustentar em seus ombros o sistema do capitalismo, é quem porta a possibilidade de transformá-lo e superá-lo como forma de sociedade na história.

Para o desenvolvimento da análise foi utilizada a metodologia do estudo de caso e privilegiou-se a apresentação dos resultados por meio da crítica entrecortada pela tessitura teoria-empiria. Foram aplicados 290 questionários aos trabalhadores das indústrias de alimentos cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), amostra correspondente a 20% do quantitativo total de empregados no setor. Foram selecionadas as indústrias em que, no cadastro na FIEB, constavam acima de 10 trabalhadores contratados. Assim, a amostra de indústrias resultou em 40 unidades. Foram entrevistados oito proprietários de indústrias, aqueles que se dispuseram a oferecer informações, e um representante sindical.

Para dar suporte à discussão sobre a escolarização, a legislação da educação foi analisada assim como são indicados os cursos e modalidades de ensino profissionalizante oferecidos em Vitória da Conquista – BA.

O discurso da empregabilidade, que faz parte do ajuste neoliberal, no contexto da crise estrutural do capital afeta a totalidade do complexo social. Assim sendo, é necessário discutir a relação entre o discurso da valorização da qualificação para o trabalho, no contexto da acumulação flexível, e suas expressões na formação do trabalhador no setor de alimentos, na cidade de Vitória da Conquista/BA. A realidade de formação profissional que se ampliou nos últimos 15 anos (diversas escolas e cursos), nucleada por um discurso de necessidade de formação para a garantia de empregabilidade no setor industrial de V. da Conquista/BA reforça a problemática da pesquisa que ora se apresenta. Como cerne dos estudos, o controle do Capital sobre as relações de trabalho e sobre a formação da força de trabalho na indústria alimentícia, assim como os aspectos da escolarização do trabalhador da indústria e suas relações com a acumulação capitalista. Mais especificamente, aborda-se a condição do trabalho industrial conquistense e sua interface com a escolarização no modo de produção capitalista.

As questões de pesquisa são ancoradas na necessidade de explicar como as noções sobre qualificação, empregabilidade e produtividade são construídas em razão das demandas da acumulação flexível e como as características da educação brasileira no tocante à profissionalização se objetivam no processo de trabalho na indústria de alimentos. Deriva disso a preocupação sobre como o conhecimento tácito e a experiência de vida se objetivam no trabalho e atendem as expectativas do empregador; além das contradições que podem ser observadas na relação entre a formação da força de trabalho, emprego, renda e as tarefas desempenhadas no setor de produção de alimentos em Vitória da Conquista/BA.

É importante iniciar a apresentação das ideias concernentes ao método adotado para elaboração dessa tese, afirmando que todo trabalho científico fiel a uma metodologia deve se ligar a uma determinada visão de mundo. Assim sendo, esse trabalho não se pretende neutro, mas sim, fora escrito para ser um instrumento da tarefa de analisar a realidade de maneira crítica, admitindo que a totalidade¹ é mais que a soma das partes e que, não obstante, carrega em si a força das singularidades da história e dos seus fragmentos.

¹ Totalidade, nesse trabalho, significa, segundo Kosik (2011), a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. (KOSIK, 2011, p. 44).

Para dar suporte à análise, a dialética. Dessa maneira, impera a ideia de que o trabalho do pesquisador deve ter como pressuposto que as diferentes esferas que compõem o espaço geográfico, com suas contradições, materialidades e imaterialidades, que não devem ser analisadas de forma fragmentada e dissociada da historicidade. Isso requer a clareza da noção de totalidade, tão necessária à compreensão da realidade. De acordo com Moreira (2012):

[...] a formatação geográfica das sociedades é pensar o modo de integralidade da totalidade relacional do homem e do meio. O movimento de constituição dialética do que na síntese da teoria daqueles clássicos chamaremos níveis de estrutura, pontes de ligação, circuitos de reprodução e esquemas de regulação. Movimento estrutural-estruturante da totalidade homem-meio, formado de cinco níveis, cinco pontes de ligação, circuitos de reprodução e dois esquemas de regulação. [...] no topo como um nível geral está a sociedade, articulada na sua estrutura interna pela ponte ligadora da reprodução global a partir da reprodução do metabolismo do trabalho (MOREIRA, 2012, p. 118).

Para Moreira (2012) o vetor do movimento apontado é o trabalho metabólico, visto por Marx (2013) como “o intercâmbio intranatureza de forças que se dá entre os homens e os outros entes naturais”. Deve-se, portanto, entender a totalidade como um sistema de forças, como movimento e como contradição. A análise do espaço geográfico deve considerar em todo o percurso os esquemas sob a forma de unidade. Segundo Kosik (2011):

A posição da totalidade que comprehende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade (KOSIK, 2011, p. 41).

O espaço geográfico visto como a expressão da realidade – totalidade é expresso por meio das diferentes funcionalidades. A composição dos subespaços e os processos homogeneizantes são faces do espaço que compõem a unidade. Para tanto, a análise de base dialética deve revelar a verdadeira totalidade – mundo, rompendo ao mesmo tempo com a ideia de universalização, que segundo Harvey (2011, p. 323) “são onipresentes em todas as práticas”.

Em seu modo particular de estudar o espaço e a sociedade, a Geografia se ocupa de explicar as diversas relações estruturantes da realidade e, é com o aporte teórico da análise crítica e dialética que os estudos recebem e atribuem o sentido do que é produzido no contexto das relações capitalistas e na prática das empresas.

Para que seja possível analisar os componentes e os efeitos espaciais, sociais e econômicos da produção industrial, o olhar do pesquisador e seus estudos devem dialogar com a totalidade do espaço geográfico, mantendo em todo o percurso, as considerações necessárias para a compreensão das manifestações clássicas do modo de produção capitalista e de seus efeitos no trabalho, na produção de riquezas e da pobreza, da desigualdade e nas contradições que permeiam a vida humana.

As relações de produção definem todas as relações, inclusive as sociais, políticas e ideológicas. O modelo de propriedade dos meios de produção que predomina em determinada sociedade, resulta nas diferentes relações sociais entre os homens. Na sociedade capitalista — baseada na propriedade privada dos meios de produção — surgem e se desenvolvem classes antagônicas, e a luta entre elas se estende a todos os aspectos da vida social. Assim, a superestrutura se origina da infraestrutura econômica e é entendida como o conjunto de ideias políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas da sociedade e às instituições políticas, jurídicas e outras que lhes correspondem. A classe que domina economicamente domina também política e ideologicamente. Suas ideias e concepções são as que dominam nessa sociedade. As relações de poder emergem das relações econômicas e perpetram nas diferentes esferas da sociedade, naturalizando a formação econômica da sociedade em conformidade com o modo de produção estabelecido no período histórico vivido.

O percurso traçado na elaboração desse trabalho seguiu alguns passos que buscaram corresponder às expectativas da dialética. Assim, seguiu na direção da abstração dos determinantes fundamentais da totalidade observada, transitando entre o concreto e o abstrato. Segundo Marx (2008) “[...] elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues (MARX, 2008, p. 258)”.

Um segundo passo, de caminho inverso, partiu do abstrato em direção ao concreto, reinserindo os determinantes que foram abstraídos no passo anterior, para que o retorno ao concreto se desse sob um olhar transformado qualitativamente para a compreensão da totalidade.

Se o ponto de partida é um pensamento, de certa forma, caótico, é necessário que se realize as abstrações e determinantes fundamentais para depois alcançar ao concreto. Dessa feita, o método dialético consiste em transitar do abstrato para o concreto, retornar ao abstrato e reproduzir mentalmente o concreto (MARX, 2008, p. 259).

É como se, ao final de um trabalho realizado, uma mercadoria não é simplesmente como uma mercadoria, mas sim como o resultado de relações que se imbricam

historicamente. A mercadoria reflete trabalho e relações sociais, transformação da natureza e produção de mais valia. Assim, ela é o produto final de um complexo processo produtivo resultante das formas de trabalho, da acumulação de capital, da tendência de afastar o trabalhador da riqueza que ele mesmo produz, do enriquecimento dos donos dos meios de produção. É essa a compreensão almejada quando se localizam os determinantes fundamentais da totalidade observada.

Para Kosik (2011):

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno (KOSIK, 2011, p. 15).

Ao iniciar um trabalho de pesquisa o primeiro passo deve ser a cisão entre elementos essenciais e secundários. Nesse passo, toma-se a consciência da totalidade, que indica o conteúdo de diferenciados fatores, concebendo o objeto de pesquisa e as suas relações determinantes.

Na medida em que se analisa a essência dos fenômenos, mais o aspecto caótico começa a se desfazer para dar lugar aos nexos causais de uma totalidade que se refaz permanentemente, obedecendo à lógica do modelo produtivo. A compreensão dialética da totalidade (realidade racionalmente conhecida) pressupõe que se concebe o real como um todo estruturado que se desenvolve e se cria (Heráclito, Hegel e Marx). Ademais, a totalidade abarca as partes e só se realiza quando há interação entre elas.

No estudo ora apresentado, a escolarização do trabalhador da indústria conquistense é parte da totalidade do trabalho e da produção de mais valia na indústria, que por sua vez se inter-relaciona com o modo de produção capitalista. Essa reflexão é fundamental para que a análise seja compreendida e que se realize na direção da crítica pretendida.

A investigação da realidade na perspectiva dialética, antes de tudo, requer a compreensão de cada parte como aspecto de um todo, que é um fato histórico na medida em que desempenha uma função no conjunto, sendo também uma totalidade. Segundo Kosik (2011), cada parte seria um sistema, elementos que exercem entre si uma influência recíproca.

O todo preside a parte e, sendo assim, é possível exemplificar dizendo que o capitalismo mundial dirige as ações regionais e locais. Assim, as mudanças e permanências do modo de produção capitalista se revertem em influências para a região e o local, haja vista o

seu papel na divisão internacional do trabalho, na extração de matéria prima, na formação de mercado consumidor que cria e modifica os lugares. Em escala local, encontram-se as diretrizes da escala mundial, assim como um trabalhador representa um momento do trabalhador coletivo. No entanto, não se deve considerar a parte como correspondência direta do todo sem que se analisem os elementos mediadores do processo que muitas vezes, encobre e revela, ao mesmo tempo, a totalidade (MARX, 2013).

O trabalho humano e sua produtividade revelam a produtividade do capital; as classes dominantes locais são demonstrativas das classes dominantes nacionais e globais; a objetivação do homem e a completa subjetivação das coisas. Essa condição comprova que o todo e as partes estão interligados e que a totalidade se expressa por seus momentos, movimentos, fragmentos e sua concretude. Segundo Santos (2004):

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes. A Totalidade B, ou seja o resultado do movimento de transformação da Totalidade A, divide-se novamente em partes. As partes correspondentes à Totalidade B já não são as mesmas partes correspondentes à Totalidade A. São diferentes. As partes de A ($a^1 a^2 a^3 \dots a^n$) deixam de existir na totalidade B; é a totalidade B, e apenas ela, que explica suas próprias partes, as partes de B ($b^1 b^2 b^3 \dots b^n$). E não são as partes $a^1 a^2 a^3 \dots$ que se transformam em $b^1 b^2 b^3 \dots$, mas a totalidade A que se transforma em totalidade B (SANTOS, 2004, p 115-116).

Diante do exposto, o método dialético e a sua principal categoria de análise, a totalidade, oferecem diretrizes para a explicação de dada realidade na perspectiva do movimento das relações sociais e da sua dinâmica global e estrutural. Esse movimento indica a necessidade de compreensão da realidade como fato histórico, em dado momento, haja vista que as partes que compõem o todo, se retroalimentam e se modificam continuamente, formando novas partes e novas realidades concretas.

Assim, ao investigar escolarização do trabalhador da indústria de Vitória da Conquista – BA foi necessário analisar a formação da indústria brasileira, incluindo os movimentos da acumulação capitalista que modificaram o trabalho e as condições socioeconômicas dos trabalhadores. Significa dizer que a realidade dos aspectos discutidos é composta por movimentos que expressam repercussões do modo de produção capitalista, tratando o tema

como um conjunto de fatos, como totalidade articulada desses fatos e a eles retonando sempre (KOSIK, 2011). Por isso, a necessidade do estudo do desenvolvimento histórico da realidade.

Acredita-se que, ao analisar os aspectos do trabalho no âmbito da acumulação capitalista e suas interfaces com a escolarização do trabalhador da indústria conquistense que, por sua vez, é parte das transformações impostas pelo capitalismo mundial, seja possível, apresentar, ao mesmo tempo, as transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos na vida do trabalhador no contexto do capital.

Sobre esta constatação, percebe-se que o objetivo de análise não seria cumprido sem que se considerasse o olhar sobre a totalidade e o movimento de suas partes.

É importante esclarecer que o Trabalho, nessa pesquisa é entendido como um complexo que integra o metabolismo do homem com a natureza, propondo um intercâmbio material, um modo como se transforma uma teleologia em objetivação. É a exteriorização que transforma o próprio homem e ao mesmo tempo produz a sua alienação, quando o sujeito não se reconhece no próprio objeto que produziu. O Trabalho é considerado como a produção do novo, que demanda uma linguagem para ser comunicado, que produz abstração, também uma teleologia e que depende de relações sociais para se fazer. Portanto, Trabalho é uma categoria fundante, ampla, repleta de relações que se desdobram para além do emprego.

O Trabalhador é visto como aquele que executa diretamente o intercâmbio do homem com a natureza, é aquele que produz a propriedade privada, a riqueza e a mais-valia. O trabalhador da indústria é, por sua vez, o produtor da primeira mais-valia, aquele que produz a riqueza que se volta contra ele, que o destitui e subtrai de sua própria força de trabalho (trabalho abstrato/indivíduo abstraído da sua força de trabalho). Entende-se que o trabalhador da indústria (proletariado industrial) é quem produz quase toda a riqueza da sociedade.

A Revolução Industrial ofereceu as bases para o desenvolvimento de uma série de transformações nas condições produtivas, influenciou no consumo e promoveu um sem número de ocorrências em diferentes instâncias da política, da economia e da sociedade. Os avanços materiais, as mudanças no padrão de trabalho, a mecanização da produção e as maneiras de transformar a matéria prima em mercadorias foram alguns dos pilares que alicerçaram a formação de uma sociedade de classes, destacando o surgimento da classe burguesa e do operariado. As relações socioeconômicas mudaram e as formas de propriedade e trabalho também.

A Inglaterra, impulsionadora da indústria do mundo, à época, se tornara um organismo gigantesco que estimulava a criação de novos produtos e mercados, necessários à reprodução do capital.

Assim sendo, a conjuntura econômica do mundo em fins do século XVIII e no século XIX passou a ser norteada pela Revolução Industrial e pelos efeitos do Imperialismo Britânico. Dessa maneira, destacavam-se os avanços tecnológicos, científicos e organizacionais e, também, a ascensão da burguesia que se valeu da Revolução Industrial para emergir econômica e socialmente, mudou-se para as cidades tirando proveito da mobilidade produzida pelo contexto histórico.

Conhecimento e racionalidade imputaram vigor sem medidas àqueles que desejavam dominar a natureza, aprender a otimizar a produção e obter lucro. Esse movimento de forças econômicas, sociais e científicas permeou as ações da burguesia que se via cada vez mais estimulada a crescer.

Desde a 1ª Revolução Industrial a percepção humana não conseguiu dar conta do volume de transformações e implicações das ações do Capital na superfície terrestre e, além disso, dificilmente dar-se-á conta da imaterialidade das coisas do mundo. As múltiplas faces das relações de poder e o jogo de forças das indústrias imputado na natureza e nos homens da natureza (re) construíram paisagens, destruíram cenários, vidas e tantas outras coisas.

A fome, a miséria, as cenas de horror no meio ambiente, são alguns poucos exemplos dos efeitos nefastos do capitalismo que se reproduz veloz e ferozmente em meio a tantas barbáries alocadas nas relações entre os homens e no emaranhado dilacerante da lógica do capital. De acordo com Harvey (2008, p.307) “O Capital é um processo, e não uma coisa”. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas.

Sendo o capital um processo, a análise dos seus efeitos e etapas deve se dar por intermédio da dialética. Um processo não pode ser analisado sem suas partes, relações e contradições. Assim, nesse trabalho de pesquisa, os trabalhadores das indústrias vendem a sua força de trabalho para que o capital o faça produzir mercadorias.

Essa força de trabalho vendida/comprada é o início do processo contido em uma teleologia. Constituem sistemas e estratégias para transformar matéria prima em soluções lucrativas. Ao comprar a força de trabalho e colocar o trabalhador em ação, é preciso que o produto do trabalho tenha valor de uso e, para tanto, essas coisas devem satisfazer necessidades reais ou criadas pelo consumismo. São seres humanos envolvidos na tarefa de ter ideias, criar, impulsionar, regular e controlar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, nesse processo de objetivação (transformação do mundo) é promovida a exteriorização (transformação do indivíduo). Pela exteriorização o indivíduo reconhece o mundo e cria novas possibilidades e novas objetivações, num processo contínuo e permanente

no qual o trabalho é elemento fundante. É importante reproduzir o que Marx (2013) escreve a esse respeito, “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o Homem e a Natureza, processo este em que o Homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”.

A teleologia que analisa a finalidade das ações humanas dá conta de afirmar que a ideia que antecede o processo de trabalho é o que diferencia o trabalho humano da atividade laboral de qualquer outro ser vivo. É no planejamento metódico das ações humanas de caráter capitalista que reside a possibilidade de dominar as forças da natureza e produzir mais valia, com base na exploração da força de trabalho (trabalho produtivo).

A atividade adequada a um fim, a matéria prima e os meios de produção compõem o processo de trabalho. Nesse entrelaçamento de elementos, o trabalho abstrato é o que será debatido nessa tese, destacando aspectos da escolarização do proletariado industrial de Vitória da Conquista – BA. Marx e Engels consideram o trabalho abstrato como atividade social assalariada, alienada pelo capital. É nesse caminho que a discussão proposta se desenvolve.

Smith (1988) considera que o espaço global é produzido como espaço relativo que, por sua vez, se reproduz em espaços absolutos em suas diferentes escalas. Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (1848) analisam essa afirmação à luz da circulação do capital em sua continuidade no tempo e no espaço afirmando que o capital tem a necessidade de expansão contínua, por meio dos produtos, espalhando-se por todas as localidades e se fazendo presente em todos os lugares.

Para Smith (1988), há uma tendência igualizante das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas, aniquilando o espaço pelo tempo. A igualização é um fator realmente concreto na determinação do desenvolvimento desigual – e pode representar um nivelamento da dicotomia campo-cidade e transformações da natureza em um meio de produção universal, a universalização da relação salário-trabalho, da relação com a natureza e na produção de matérias-primas.

Há ainda a questão da aplicação tecnológica da ciência que se torna um negócio em si e faz com que a localização geográfica torne-se um fator relativo na medida em que o capital fixo perpetra os investimentos em maquinários e comunicação determinando novos fazeres em relação ao tempo e ao espaço para a promoção de uma circulação rápida e eficiente, própria do modo de produção capitalista.

Para o mesmo autor, um conceito torna-se relevante para a compreensão do espaço na ótica capitalista: a teoria oscilatória do desenvolvimento desigual que é o âmago do padrão de movimento do capital e que explica que o espaço é como uma superfície de lucro. Assim, o

capital se movimenta como um organismo “vivo” na direção dos lugares em que a possibilidade de lucro se torna real, o que promove o desenvolvimento de algumas regiões e o subdesenvolvimento de outras. Esse movimento acaba por aumentar sobremaneira as taxas de lucro.

As consequências espaciais desse movimento de circulação periódico podem ser observadas na oscilação da oferta de empregos nos diferentes lugares, surgimento e desaparecimento de fixos e fluxos, mobilidade do trabalho com efeitos diversos, problemas de ordem da natureza e desestruturação das áreas urbanas que são, a priori, aquelas onde se observam estágio avançado de desenvolvimento desigual.

O capitalismo alcançou o auge quando se “associou” ou promoveu a mundialização do capital. No pós Guerra Fria e com a derrota da União Soviética o controle do mundo seria entregue aos Estados Unidos: a nação capitalista, com capacidade militar reconhecida mundialmente, apresentava hegemonia latente. Mesmo com seu futuro endividamento e todas as crises que sucederam esse primeiro momento de sucesso, as empresas transnacionais conseguiram emergir em vários âmbitos e nichos de negócios em meio ao modelo americano.

Por sua vez, o Estado substituiu, gradativamente o seu papel de promotor do bem estar social para dar prioridade às exigências da economia mundial, fornecendo subsídios legais para o pleno desenvolvimento das grandes corporações mundiais, sendo o elo com a economia nacional.

A principal característica da mundialização é a mobilidade do capital e a fluidez da comunicação e da informação que desembocam na desnacionalização financeira e na perda de autonomia do Estado que entregou o poder decisório para as grandes empresas, donas do capital. Cada vez mais as decisões políticas e econômicas são realizadas pelas corporações que encontram respaldo na legislação trabalhista para exercerem a terceirização num mercado globalizado relevante um mercado no qual, a cada dia, é visível a facilidade de comunicação, transmissão e processamento de informações, além da mobilidade internacional de capital. No plano econômico, a mundialização caracteriza-se pela desnacionalização financeira.

Nesse processo o Estado colaborou para o desmonte de normas a favor da ampliação e fortalecimento do capital (através da supressão de diretos, criação de infraestrutura pública a serviço do capital privado, isenção de impostos, entre outros mecanismos) que cerceou a liberdade de ir e vir do trabalhador desarticulou movimentos operários e sindicais e subordinou as políticas estatais aos arranjos promovidos pela economia globalizada. O individual se sobrepõe ao coletivo, o conformismo impera e a perda de identidade social é inevitável. O mercado mundializado é um mercado caracterizado por uma competitividade

acirrada e pela liberdade de ação das indústrias que se tornaram proprietárias dos mecanismos de funcionamento da economia mundial e do trabalho. Segundo Chesnais (1996):

No plano industrial, é então, aos novos modelos de organização da produção, adotados pelas empresas multinacionais, que deveria se fazer a inevitável adaptação. O problema, já a esse nível, é que a liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir; numa palavra, sua propensão à mobilidade. Agora o capital está à vontade para pôr em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país – e, se for o caso, uma parte do mundo – e outro. Para isso, o capital concentrado pode atuar, seja pela via do investimento, seja pela da terceirização (CHESNAIS, 1996, p. 27-28).

Assim, metamorfoses e fases diversas dos processos industriais e comerciais fizeram surgir efeitos socioespaciais que produziram problemas urbanos, supressão de direito à vida e à manutenção de condições humanas básicas, promoveram desigualdades de toda ordem; assim como promoveram novas formas de se produzir, consumir e viver.

As operações industriais obedecem à padronização de processos mundiais de contratação de força de trabalho beneficiando-se dos efeitos do neoliberalismo e da subordinação do trabalho ao capital. Essas ações são realizadas com base em processos que envolvem a captação de matéria prima, a produção, a comercialização, o consumo, a dinâmica de mercado com as leis de demanda e oferta, a divisão do trabalho, as desigualdades, a exclusão e a acumulação. As estratégias e elementos propícios a cada empresa consideram, em primeiro lugar, a redução de custos e o aumento dos lucros e, para se chegar a essa equação, pode-se lançar mão do poder coercitivo que negocia contratações, da superexploração do trabalho, das pressões em determinados lugares e supressões de ação em outros, entre vários outros aspectos que podem ser considerados. Para Chesnais (1996):

[...] Atualmente, em primeiro lugar, o modo de produção dominante mostra à luz do dia, de forma cotidiana, sua incapacidade de gerir a existência do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda. Depois de ter destruído o campesinato e boa parte dos artesãos urbanos, desertificado regiões inteiras, apelado para o exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadimplíveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente à decadência social.

Essa situação está indissoluvelmente ligada à liberalização e à mundialização do capital, inclusive no que diz respeito à primeira dimensão, relativa à tecnologia e ao emprego. Os efeitos das mudanças tecnológicas recentes, em

termos de destruição de postos de trabalho, muito acima dos novos empregos que cria, não podem ser dissociados da quase total imobilidade da ação que o capital recuperou, graças à liberalização do comércio internacional e à liberdade de estabelecimento e de remessas de lucros (CHESNAIS, 1996, p. 300-301).

A mobilidade do capital, o domínio de técnicas e as alianças possibilitadas pelo *know-how* e pela titulação que determinadas companhias possuem fazem repercutir no mercado, sobremodo nos pontos de maior interesse, a esperança de “salvação” e sucesso almejada por aqueles que desconhecem a verdadeira face do modo de produção que perpetra a nossa existência.

O trabalho de pesquisa que ora se apresenta está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Industrialização, Capital e Força de Trabalho Fabril*, são apresentados os fatos históricos que demarcaram a formação da indústria mundial e nacional, os mecanismos de formação das bases da industrialização brasileira com a participação do capital privado e do poder público, além de discorrer sobre a formação da força de trabalho industrial. No capítulo *Estado, Indústria e Trabalho no quadro da economia de 1930 a 1990 e as condições de acumulação em Vitória da Conquista* são expostos os aspectos preponderantes da política de industrialização brasileira, a participação do Estado nesse processo, a lógica do mundo do trabalho e as formas de precarização no contexto da reestruturação produtiva. Ainda no referido capítulo são apresentadas as bases da formação industrial em Vitória da Conquista, destacando as condições de acumulação atreladas à dinâmica nacional de industrialização. Encaminhando para o recorte central da análise empírica os capítulos 3 (*A Formação para o Trabalho no Brasil*) e 4 (*Acumulação Capitalista, Educação e o Trabalhador da Indústria Alimentícia em Vitória da Conquista/BA*), respectivamente tratam da formação para o trabalho industrial nos termos da legislação, recaindo sobre a qualificação e coisificação do homem trabalhador; e dos nexos e contradições da acumulação capitalista numa abordagem sobre a escolarização e os aspectos socioeconômicos do trabalhador da indústria alimentícia conquistense. Os capítulos são seguidos das considerações finais que, de certa maneira, resgatam princípios importantes da análise e sugerem a reflexão sobre a condição do trabalhador e da sua escolarização como elementos subordinados à acumulação capitalista.

SEÇÃO I

2 INDUSTRIALIZAÇÃO, CAPITAL E FORÇA DE TRABALHO FABRIL

Fica o fato básico de que a análise de uma sociedade, a qualquer momento de seu desenvolvimento histórico, deve começar pela análise de seu modo de produção: em outras palavras, (a) a forma tecno-econômica do ‘metabolismo entre homem e natureza’, o modo pelo qual o homem se adapta à natureza e a transforma pelo trabalho; e (b) os arranjos sociais pelos quais o trabalho é mobilizado, distribuído e alocado.

ERIC HOBSBAWM, 2000

No final do século XVIII, as transformações lançadas pela Revolução Industrial afetaram de maneira substancial e permanente a certo número de países. A nova dinâmica produtiva e seus efeitos nos cenários social, espacial, educacional, político e econômico marcaram para sempre a história das nações.

Do campo para as cidades, da manufatura para a fábrica, do artesanal para o industrial; as mudanças se deram de forma diversa. Diferentes setores da vida foram (re) configurados: trabalho e fazer cotidiano se refizeram sob novas condições. As principais vítimas do processo que se instalava e se desenvolvia, os trabalhadores, estavam submetidos aos efeitos do “vapor e da máquina” que revolucionaram a produção na indústria.

Associado ao conceito de Revolução Industrial emerge a noção de capitalismo. Irrompiam as bases de um sistema que traria efeitos em múltiplos segmentos da vida humana. Era o século XVIII, conforme dito, que entraria para a história e que abalaria as estruturas do mundo.

A arrancada promovida pela Inglaterra põe a seu turno a ocorrência de uma transição para um modelo de desenvolvimento de sociedades industriais do século XVIII e XIX, com base nas trocas desiguais criadoras das disparidades internacionais, além de transformações em outras frentes tais como a populacional (e sua distribuição no mundo rural e urbano), o social, o econômico e o político. Em se tratando de disparidades entre os países, é importante

salientar que a América Latina vivia processos de descolonização à época (RIOUX, 1975, p.18).

Antes da Revolução Industrial Inglesa, as economias eram consideradas fixas. Tanto o homem, como as mercadorias, não circulavam e, de acordo com Marx, é a circulação e a produção de mais valor que tornam o dinheiro capital (MARX, 1867). Assim, no período que antecede a Revolução Industrial do século XVIII, afirma-se a morosidade ou inexistência da circulação. A técnica e as intenções comerciais não estavam, ainda, propensas às estruturar as condições efetivas para a fluidez.

As exigências do desenvolvimento do capitalismo incorporaram a habilidade artesã, o que facilitou a conversão desses sujeitos sociais, em trabalhadores fabris, visto que esta era uma das condições essenciais para a implementação da produção mecanizada.

Na Inglaterra, em princípios do século XIII a economia mercantil adquiriu importância com a produção e venda de lã para os mercados europeus. Tanto a economia mercantil como a guerra camponesa inglesa de 1381 influenciaram as relações entre os senhores da terra e os camponeses que tinham que pagar tributos pelo uso das terras. Além disso, a expansão mercantilista promovida pelas novas conquistas ao redor do mundo e o aumento da demanda por produtos fizeram com que os latifundiários buscassem ampliar suas áreas de cultivo. Foi com o uso da violência e da força que novas terras foram incorporadas, por aqueles que detinham maior poder.

Remetendo à história da acumulação primitiva (MARX, 2013 [1867]), a “elite laboriosa, inteligente e parcimoniosa” e os “vadios” que se dissipavam acabando com o que tinham e o que não tinham, formaram dois conjuntos de pessoas, os que tinham posses e os destituídos de posses. Essa visão de sociedade impõe em meio aos discursos da economia política, que desconsidera a história real que contém, segundo Marx (2013 [1867], p. 786), “a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma a violência” como mecanismos para enriquecimento de uns e empobrecimento de outros. Assim;

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra da força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos,

servos, etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista (MARX, 2013, p. 786)².

Esse processo histórico que esclarece a separação entre o trabalhador e a propriedade dos meios e condições para a realização do trabalho é o que resultou na chamada acumulação primitiva, surgida da dissolução da estrutura econômica feudal e do surgimento do livre vendedor da força de trabalho (*id, ibidem*).

A força de trabalho industrial emerge da libertação dos trabalhadores da servidão e da sua destituição completa dos meios de produção quando se viram expropriados de algumas garantias oferecidas pelas instituições feudais, ainda que em condições de exploração.

A expropriação da terra é um dos princípios básicos do capitalismo e um componente essencial para a sua reprodução, haja vista que expropriar significa separar o homem dos meios de produção e convertê-lo em trabalhador assalariado para ser explorado.

O trabalhador, sem os seus instrumentos de trabalho, transforma-se ele mesmo em mercadoria e é impelido a vender a sua força de trabalho, segundo as leis de mercado.

Há que se salientar que a massa populacional destituída da terra, segundo Marx (1848) formaria a base do proletariado e marcaria a separação entre o capital e o trabalho-mercadoria.

Foi no setor têxtil que a transformação se operou. No último terço do século XVIII, o tecelão domiciliar da Inglaterra passou a ver sua clientela desaparecer. A invenção das máquinas de fiar e tecer marcou a nova fase da indústria de tecidos e o aumento da produção despertou a esperança de melhores salários e o artesão camponês abandona a atividade no campo e vai à busca de trabalho nas fábricas.

A forma motriz inicial baseada no braço humano deu lugar à força animal depois à água e ao vapor. Pelos idos de 1830, no século XIX, a operação industrial foi definitivamente instalada na Inglaterra e isso estava diretamente relacionado com a mecanização do processo de tecelagem e ao aumento da produtividade. Em meados do século XIX, a produção têxtil foi incrementada pelo uso de maquinário específico em cada etapa ou tipo de procedimento ou

² Original de 1867.

tecido. Segundo Marx (2013)³ a maquinaria serviu para baratear mercadorias e ser o meio para produção do mais-valor, haja vista que a jornada de trabalho seria alterada.

O trabalhador opera as máquinas. A divisão do trabalho no interior das fábricas, assim como a mecanização do trabalho se intensificava e o capitalismo começava a se tornar o sistema econômico dominante no mundo. Formando a massa trabalhadora, homens, mulheres e crianças tinham a sua força de trabalho aproveitada ao máximo, principalmente porque ao utilizar a força de trabalho de toda a família, o valor pago era repartido com todos os membros, tornando a força de trabalho desvalorizada no que diz respeito ao tempo de trabalho necessário à manutenção da vida da família do trabalhador (MARX, 2013, p. 468)⁴.

Em 1847, no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels anunciaram,

A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo terreno. O mercado indiano e o chinês, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias e, em geral, a intensificação dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso até então desconhecido, favorecendo na sociedade feudal em desintegração a expansão rápida do elemento revolucionário.

O modo de funcionamento feudal e corporativo da indústria já não satisfazia o crescimento das demandas consecutivas à abertura de novos mercados. A manufatura substituiu-o. Os mestres de corporação foram desalojados pela classe média industrial; a divisão do trabalho em corporações diversas desapareceu em benefício da divisão do trabalho dentro de cada oficina.

Mas os mercados não paravam de crescer e as demandas, de aumentar. Logo a manufatura revelou-se insuficiente. Então, o vapor e o maquinismo revolucionaram a produção industrial. A manufatura deu lugar à grande indústria moderna; a classe média industrial, aos milionários da indústria, chefes de verdadeiros exércitos industriais, os burgueses modernos.

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial expandiu prodigiosamente o comércio, a navegação e as comunicações. Por sua vez, esse desenvolvimento repercutiu sobre a extensão da indústria, e à medida que indústria, comércio, navegação e ferrovia se desenvolviam, a burguesia crescia, multiplicava seus capitais e relegava para o segundo plano as classes tributárias da Idade Média (MARX e ENGELS, 2010 [1848], p. 25 e 26).

A análise de Marx e Engels (1848) oferece elementos importantes para a compreensão da dinâmica que se desenhava na época com relação ao trabalho, ao mercado e ao modo de formação do capital industrial. Alguns anos mais tarde, em 1867, Karl Marx publicava *O Capital* e dedicou um capítulo inteiro à explicação sobre a transformação do dinheiro em

³ Ibidem.

⁴ Original de 1867.

capital. No texto, a circulação do dinheiro e a produção do mais valor se ligam à figura do capitalista, indivíduo que tem como finalidade subjetiva a apropriação crescente da riqueza abstrata, ou seja, “[...] o possuidor do dinheiro se torna capitalista [...] o capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência” (MARX, 2013)⁵.

Isto posto, indústria e capital produziram os efeitos de uma primeira revolução comandada pela Inglaterra e que tinha como paradigma a produção têxtil e a máquina movida a carvão e vapor.

Essa revolução técnica reverbera, forjando uma modificação nos meios de produção e nas forças produtivas e o avanço da subsunção do trabalhador que perdeu a sua autonomia e o controle e conhecimento que tinha sobre o processo de produção, cujo formato e tempo passaram a ser orientados/ditados pela máquina. Esta agrega o conhecimento que o capital extraiu do trabalhador artesanal no período da manufatura e, com o apoio das ciências, o modificou. Assim, é a máquina que passa a usar o trabalhador - e não mais o contrário - e o capitalismo pode expandir-se, revolucionando o modo de produção.

Além disso, Marx afirma,

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de incrementar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se converte, como portadora do capital nas indústrias de que imediatamente se apodera, no meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho para além de todo limite natural. Ela cria, por um lado, novas condições que permitem ao capital soltar as rédeas dessa sua tendência constante e, por outro, novos incentivos que aguçam sua voracidade por trabalho alheio (MARX, 2013, p.475 e 476)⁶.

Conforme dito anteriormente, mulheres e crianças compunham a massa trabalhadora como forças de trabalho subsidiárias do capital (MARX, 2013 [1867]) e aumentavam o número de assalariados assim como agregavam volume de mãos ao mesmo tempo em que produziam um efeito de redução do valor da força de trabalho, tornando-se um excedente de mais-trabalho no seio de cada família. Muitas questões se desdobraram dessa situação tanto em termos de legislação como em termos da deterioração física dos trabalhadores mirins, das mulheres e dos homens, mas não serão discutidas nesse trabalho.

Nos séculos XVIII e XIX a América Latina vivenciava um período de movimentos antiescravagistas, haja vista que as ações de colonização começavam a dar sinais de

⁵ Original de 1867.

⁶ Ibidem

esgotamento. Em contrapartida, após longo processo de saqueamento das economias agroexportadoras, a Europa torna a América Latina um campo de exploração do seu Capitalismo (RIOUX, 1975).

Desde o final do século XVII a técnica pura começava a se associar aos avanços científicos e vice – versa, em retroalimentação. Novos materiais, métodos e tipos de energia eram estudados para aplicação industrial. Técnica e ciência, juntos, em prol dos países capitalistas. Em fins do século XIX, o petróleo, o motor a combustão e a eletricidade anunciam a era da fabricação de máquinas pelas máquinas, um progresso técnico que garantia a expansão territorial do sistema e que tem como cerne a subsunção do trabalho que é desqualificado e substituído. Essa nova fase que potencializou a expansão do capitalismo com a construção de ferrovias que cortariam o planeta, levando o modo de produção a todos os cantos, pode-se nomear de Segunda Revolução Industrial, dando origem às disputas imperialistas que levaram às duas guerras mundiais.

2.1 Uma nova fase do capitalismo industrial

As crises, recorrentes no modo de produção capitalista, foram motivo para que um novo movimento capitalista despontasse no cenário mundial em fins do século XIX. As crises, contraditoriamente decorrentes da ampliada reprodução do capital, emergem quando o próprio encontra barreiras para continuar a se reproduzir e a se valorizar. A crise aparece quando os mecanismos em vigor não conseguem corresponder à contínua e progressiva expansão.

Desse modo, a primeira fase da Revolução Industrial teve predomínio europeu, mas em fins do século XIX e início do século XX, os Estados Unidos despontariam como país propulsor de uma nova revolução técnica, com a expansão do uso da energia elétrica, do petróleo e do motor à explosão; que por sua vez apresentou novas formas de uso do espaço e do tempo pelo capital. A descoberta da água e do urânio como fontes de energia também modificaram os paradigmas de produção.

O fortalecimento dos Estados Unidos como nova potência mundial se deu em meio a um contexto de crise de superprodução na Europa. Estavam postas as condições para que diferentes modos de produzir, novos recursos naturais, espaços e tempos se colocassem a serviço da ampliação do capital. Assim, na busca pela incorporação de novos espaços e práticas emerge a noção de imperialismo que buscava a hegemonia dos espaços e das relações, principalmente de trabalho. Ainda que existissem pequenos produtores rurais

resistentes em suas propriedades, todos estavam ligados aos efeitos do capitalismo que ganhava força, ao mesmo tempo e, contraditoriamente, que se apresentava em crise. Esses produtores passaram a se subordinar ao capital, por exemplo, como fornecedores de matéria prima para a agroindústria. A mercantilização dos recursos naturais e a superexploração do trabalho são típicas do imperialismo que se espraiou com a força hegemônica dos EUA.

As duas grandes guerras também contribuíram para a expansão capitalista. Era preciso reconstruir lugares, produzir e reerguer cidades. As nações vencedoras se fortaleceram criando novas estratégias para suprir as necessidades da destruição e da recomposição dos capital.

A revolução técnica promoveu mudanças dos meios de produção, mas a mutação tecnológica acabou por se traduzir em modificações na acumulação de capitais, na forma e na constituição das fábricas, no desenho do mercado consumidor e, acima de tudo, no mundo do trabalho. Isso porque a circulação do dinheiro transformado em capital subsidiou a aceleração da produção e a constituição de categorias de trabalhadores altamente especializados para exercer a função de multiplicadores do fenômeno da produção. Surgem as linhas de montagem, as esteiras automáticas por onde as partes de um produto circulavam para dinamizar o processo.

Foi com a implantação da Ford nos Estados Unidos que o sistema de produção em esteiras, a racionalização e superespecialização do trabalho inauguraram uma nova fase do capitalismo.

Para fomentar e possibilitar a circulação, os investimentos em infraestrutura promoveram a movimentação de mercadorias e de pessoas, o que é imprescindível para a consolidação das estratégias de produção e, logicamente, de ampliação do consumo. Ferrovias, locomotivas, portos e todos os entrelaçamentos de fixos e fluxos para uma circulação efetiva e eficiente também fizeram parte da dinâmica e do circuito dos processos típicos do “desenvolvimento” de base capitalista, na passagem do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, os países recém descolonizados apareciam como espaços vazios, aptos a serem palcos de processos industrializantes.

O capitalismo industrial (dos séculos XVIII ao XX) foi marcado não somente pelas duas revoluções industriais, mas também pela partilha da África e Ásia entre os colonizadores europeus. As novas “colônias” significavam novas fontes de matéria-prima e novos mercados consumidores. Essa expansão imperialista anunciou a Divisão Internacional do Trabalho, com as metrópoles industrializadas e a busca de força de trabalho e recursos naturais em todas as partes do mundo.

Sobretudo a partir de 1870, o capital industrial buscou aplicar recursos em territórios com mais perspectiva de valorização, promovendo um “ajuste” geográfico às suas intenções. Assim, deu-se a abertura de empresas nas periferias com o objetivo de participar de processos exógenos de acumulação. Esse “ajuste espacial” é bem tratado por Harvey (2005);

Se, no entanto, o capital e força de trabalho excedentes são ambos aplicados para criar nova capacidade produtiva em novas áreas, então os excedentes se mantêm para ser absorvidos por períodos muito mais longos. O investimento em infraestruturas básicas, como vimos, é a longo prazo, enquanto a expansão contínua de uma economia capitalista regional inteiramente nova cria uma demanda contínua e crescente pelos excedentes de capital e força de trabalho produzidos na região natal. O único problema com essa solução é que a nova economia regional tende a alcançar sua própria coerência estruturada interna, para moldar sua própria aliança de classes regional, fomentando e protegendo seus interesses, e está destinada a se tornar expansionista, tecnologicamente dinâmica, acossada pela luta de classes e inherentemente instável (HARVEY, 2005, p. 155).

Nesse sentido, a expansão financeira que passa a ser interesse dos capitalistas que não queriam mais investir em expansão material e que foi promovida pelo capitalismo imperialista reverbera nos circuitos financeiros de muitos países europeus em fins do século XIX e no século XX e torna-se partícipe de um novo modo de produzir capital no mundo.

Em sua forma imperialista, tanto o capitalismo europeu como o norte americano, encontraram formas de se expandir, aplicando um modelo neocolonialista da África, Ásia e América Latina. No entanto, a tensão gerada pelos desequilíbrios na divisão dos territórios entre europeus e americanos gerou um estado de tensão que acabaria por eclodir na Primeira Grande Guerra Mundial.

Como dito anteriormente, o contexto de guerra pode ser considerado como motor para o aumento da produção capitalista que tem interesse em abastecer os países participantes com mercadorias de todo tipo. Assim, passado o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os Estados Unidos, país que havia ampliado a sua capacidade produtiva em meio ao conflito, não desacelerou a produção e, com mercado consumidor enfraquecido pela reestruturação da capacidade produtiva europeia, viu o consumo cair e ingressou na grande depressão de 1929. A queda na bolsa de valores foi inevitável e o país vivencia uma das maiores crises da história.

A crise de 1929 fez com que os Estados Unidos ativassem uma série de medidas protecionistas. Um delas foi a adoção da tarifa Smoot-Hawley que aumentou os impostos sobre produtos importados, na tentativa de promover a opção pelos bens nacionais e reduzir o desemprego endógeno. No entanto, o aumento nas taxas de importações pelos EUA produziu efeitos nos países exportadores e o consequente aumento do desemprego naqueles.

A fase de abundância intercalada por momentos de crise ao movimento típicos do capital. Desse modo e, contraditoriamente, ao passo que se supera a carência, o excesso faz nascer o ciclo de oferta maior que a demanda o que resulta na queda dos preços e na redução das taxas de lucro, o que inviabiliza a produção. Nessa lógica, surge a necessidade do capital resistir à queda na lucratividade e encontrar maneiras de continuar se reproduzindo. Segundo Lessa, uma das formas encontradas pelo capital diz respeito à intervenção do Estado na economia. O Estado que deveria existir para fortalecer e defender os interesses dos trabalhadores no contexto de crise, não faz mais do que aquilo que Lessa (2013) aponta:

O capital monopolista possui uma capacidade de investimento, de manipulação de mercados, e um poder de pressão política sobre o Estado, incomparáveis a qualquer forma burguesa anterior; os cartéis e monopólios passam, virtualmente, a controlar a política econômica e a política externa dos seus estados nacionais [...]. Crescem a intervenção do Estado na economia e o emprego do poderio militar nacional para decidir a concorrência internacional entre os grandes cartéis e monopólios (LESSA, 2013, p. 189).

De acordo com Lessa (op.cit), os Estados de Bem Estar da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França “investiram mais recursos no desenvolvimento do complexo industrial-militar que em todas as outras políticas públicas” (p. 184). Por tudo isso, apesar da intenção encontrada nos pressupostos do Estado, não houve, de fato uma proteção ao trabalho e aos trabalhadores, e o acordo que deveria existir entre capital e trabalho, na verdade tornou-se o duelo capital x trabalho.

No século XX, a ciência despontou nesse cenário como imprescindível à acumulação e reprodução do capital, se fazendo presente em todas as frentes e não seria diferente com a produção e com a organização do trabalho. Essa presença foi sentida de forma evidente. O Taylorismo e o Fordismo emergiram como modelos e paradigmas da produção baseados em estratégias científicas para organização da dinâmica produtiva e da formação da linha de produção. O paradigma taylorista/fordista de produção reflete a produção em massa de bens de consumo duráveis ou não, reunindo grandes contingentes de trabalhadores.

As contradições vividas pela classe trabalhadora nesse cenário que, nessas condições, organizaram - se em sindicatos e em partidos, reivindicando participação nos ganhos de produtividade que o novo modelo de produção ensejava. Algumas conquistas derivaram dessa organização coletiva dos trabalhadores, principalmente com relação à redução da jornada de trabalho e valor de salários, sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial quando os problemas do sistema capitalista, principalmente relacionados ao consumo, pareciam cruciais.

A nova dinâmica capitalista teve como principal aporte a produção em massa para atender ao consumo de massa. A produção diversificada e o aumento da renda associado à conquista de alguns direitos sociais eram os ingredientes para a formação de uma nova fase da maximização do lucro. O controle dos trabalhadores por meio da criação de cargos de supervisão e gerência na proposta Taylorista⁷ de administrar racionalizou o uso do tempo e implementou o controle disciplinar do trabalhador.

Para Harvey:

Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias – primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como o aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que faz o trabalho. [...]. A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital [...] é uma questão muito complicada. (HARVEY, 2000, p. 119)

As relações de poder exercidas como mecanismo de controle do trabalho do sistema capitalista, em diferentes níveis reforçam as estratégias estruturantes da dinâmica do lucro e da supereexploração do trabalho. Não obstante, o “poder” do capital, as relações políticas e as ações do Estado corroboram para que as engrenagens do sistema funcionem. Nas operações industriais capitalistas, a vigilância impõe a disciplina nas fábricas, como Foucault (1987) chama a atenção:

[...] com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe é submetido, separa, analisa diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis

⁷ Dinâmica produtiva e procedimentos administrativos criados por Frederick Winslow Taylor -1856-1915.

de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais [...] A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante [...] é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. [...] O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame (FOUCAULT, 1987, p. 195)

Com a disciplina regendo as funções do trabalhador, alcançou-se o controle do operário e hierarquizou-se os postos de trabalho. Tendo como base os procedimentos do Taylorismo, Henry Ford (1863-1947) cria a linha de montagem e a semiautomatização das etapas da produção. A linha de montagem reduziu o tempo e promoveu a racionalização da produção com a eliminação de “movimentos inúteis”. Esse modelo ficou conhecido como Fordismo e o seu fundamento estava assentado na fabricação de veículos para consumo de massa.

O Taylorismo e o Fordismo tiveram um papel preponderante com o avanço do capitalismo industrial, implementando dinâmicas e práticas que correspondiam de maneira eficaz ao aumento da produtividade, à redução dos custos de produção e à redução do preço das mercadorias e, evidentemente, à acumulação de mais valor.

O sistema taylorista/fordista era baseado num modelo de produção mais mecânico, repetitivo e pouco diversificado. Esse sistema que dominou as indústrias americanas durante boa parte do século XX e posteriormente se difundiu em outros países foi implementado inicialmente nas indústrias automobilísticas, mas que acabou sendo utilizado também em indústrias de outros setores. O trabalho era caracterizado por ser dividido, fragmentado, onde cada trabalhador era instruído para uma única função na linha de montagem dos veículos no caso da indústria automobilística, além das condições precárias de trabalho e várias outras questões, nas quais o trabalhador podia ser considerado como um elemento da linha de produção, assim como o maquinário fazia parte, ou seja, o recurso humano era reduzido pelo capital a um simples componente do processo industrial, ainda que nos dias atuais o capital também reduza a força de trabalho operária. Contudo, isso acontece de forma diferente da que se dava no período do modelo taylorista e fordista, pois o modo de produção e os sistemas de acumulação evoluíram ao longo desse tempo, isso é colocado por Antunes (2007, p. 37, grifo do autor) como uma subsunção real do trabalho ao capital, que na visão dele era típico da fase da maquinaria.

O Fordismo e seus pressupostos não se disseminaram igualmente pelo mundo, mas foram referência para o sistema industrial ao longo do século XX.

Apesar de ser uma modelo de produção amplamente aplicado, o Fordismo começou a declinar no começo da década de 1970. Colaboraram para isso, a desregulamentação do sistema monetário internacional com as crises do sistema Breton Woods⁸ e do petróleo de 1973 e 1979, fatos que desaceleraram o desenvolvimento dos países industrializados. Isso porque os EUA começaram a perder reservas através dos fluxos de capitais para o exterior e não conseguiram manter o padrão dólar – ouro, não conseguindo conciliar taxas de câmbio fixas diante da mobilidade internacional do capital. A crise dos EUA tornou-se, então, uma crise internacional.

Assim, desde a década de 1970, o capitalismo mundial entrou em uma crise estrutural que, de acordo com Antunes (2007):

[...] o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava (ANTUNES, 2007, p.29).

No contexto da crise de capitais em que os Estados Unidos foram mergulhados, o modelo fordista pereceu e, por volta dos anos 1970, a indústria foi diretamente atingida, o mercado respondeu inicialmente à crise cortando postos de trabalho.

A produção, no modelo capitalista, convive com crises, em ciclos de expansão e retração resultantes do próprio movimento do capital. As recessões resultam da queda nas taxas de lucro em razão de obstáculos e contradições gestados pela própria dinâmica da acumulação capitalista.

Duménil e Lévy (2003) esclarecem:

As formas de manifestação desta crise foram várias vezes descritas: baixo investimento e fraco crescimento, desemprego, inflação, redução no ritmo do progresso técnico, lentidão da progressão do salário, diminuição da rentabilidade do capital (DUMÉNIL e LÉVY, 2003, p. 15).

⁸ O acordo de Bretton Woods, firmado em 1944, refletia a hegemonia dos EUA no pós Guerra e determinava que as demais moedas, da maioria dos países do mundo, se alinhasssem ao dólar, tornando-o uma moeda universal.

A dinâmica do modo de produção capitalista impõe barreiras à sua própria reprodução, estabelecendo circuitos contraditórios, haja vista que, para se manter em estado de concorrência permanente, o capitalista precisa investir em meios de produção cada vez mais modernos. Esses investimentos reduzem o capital variável e impedem a redução dos custos alem de não significarem aumento de produtividade, o que leva à redução da valorização do capital e que se projeta na queda da taxa de lucro. Marx (2013)⁹ parte da explicativa da composição orgânica do capital para indicar a queda na taxa de lucro, como determinante das crises do capitalismo, ou seja, quando a taxa de mais-valia não consegue compensar a queda na taxa de lucro, instala-se a crise econômica. A crise estrutural trouxe consigo o desemprego estrutural que, nada mais é do que a tendência do capital de eliminar o trabalho vivo, substituindo-o por trabalho morto (maquinaria). Em condições de desemprego, o consumo é afetado e mais uma nuance da crise se instala.

Os negócios vão à falência, capitalistas paralisam investimentos e atividades nas unidades fabris.

Nas crises cíclicas há o que se pode chamar de “turbulência habitual” que é resolvida pelo próprio sistema, com o restabelecimento da rentabilidade do capital com o incremento da exploração do trabalho, com a redução de salários utilizando a massa desempregada e a desvalorização de capitais fragilizados. Nas crises estruturais, as contratendências à crise são inoperantes, ou operam por um tempo. Muitas vezes, uma solução para superação da crise acaba se tornando um novo impedimento.

Ainda segundo Duménil e Lévy (2003):

Essa dinâmica histórica do capitalismo não é somente a expressão do acúmulo de choques fortuitos e desordenados. Uma análise mais profunda revela que ali se desenrola um combate histórico da mais alta importância, que remete à grande dialética marxista das forças produtivas e das relações de produção e ao papel motor das lutas de classes. Um grande processo de interconexão, de coordenação dos diferentes agentes e iniciativas, é estimulado pela acumulação e pela tendência do capitalismo a concentrar e centralizar os meios de produção, Marx o havia descrito como um processo de socialização. A continuidade desse processo requer ajustes recorrentes nas formas da propriedade capitalista (DUMÉNIL e LÉVY, 2003, p. 16).

A crise estrutural do capital, evidenciada nos anos de 1970-1980, teve o desemprego como principal fator, com taxas próximas a 10% tanto a Europa como os Estados Unidos. Isso foi resultado da redução da acumulação de capital e do crescimento da produção (op. cit.). O

⁹ Original de 1867.

gerador do desemprego foi a redução na produtividade do trabalho, ou seja, investia-se mais em meios para ter o mesmo ou reduzido quantitativo de produtos. Também se sabe que a redução ou manutenção dos salários não foi suficiente para compensar os resultados da produtividade.

A desvalorização do dólar (moeda de referência da economia ocidental) e o aumento do preço do petróleo pelos países Árabes realizado em 1973, advinda da retaliação ao apoio dos Estados Unidos à Israel, durante o conflito de Yom Kipur; teve graves repercussões. Assim como a queda da oferta do petróleo entre 1979 e 1988 (Guerra do Irã e Iraque), consolidando uma nova crise. Diante disso, indústrias tradicionais, como a automobilística, a siderúrgica e a têxtil, que estiveram na arrancada da Revolução Industrial enfrentaram dificuldades de toda ordem e algumas, a falência.

Segundo Harvey (2000):

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor de “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta da inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajuste social e político [...]. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetos da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação social e política bem distinta (HARVEY, 2000, p. 140).

Naquela época Europa e Japão estavam com mercados saturados. A acumulação baseada no Fordismo apresentava sinais claros de remissão, acentuando os problemas para os países do Norte e toda parte do mundo. O sistema produtivo em vigor e a hegemonia norte-americana começou a cair. Ficava evidenciada a derrocada do Fordismo juntamente com o estado de bem-estar social (Welfare State) que não conseguiam mais retardar os efeitos dos defeitos estruturais do sistema sociometabólico.

2.1.1 O Regime de acumulação flexível como alternativa à crise

Um novo movimento contra a rigidez do Fordismo e, acima de tudo, com o objetivo de reorganizar o modo de funcionamento do sistema capitalista para o resgate da produção de mais valor e do estímulo ao consumo se estruturara: a acumulação flexível, prenúncio da terceira fase da Revolução Industrial.

Harvey (2000) destaca:

A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 2000, p. 140) (Grifo do autor).

O novo ciclo da reestruturação do capital, denominada de *acumulação flexível*, tinha como características, a racionalização e intensificação do controle do trabalho, as mudanças impetradas pelos avanços tecnológicos, a intensa automação, a tentativa de ampliação dos mercados, as fusões entre corporações, a nova dinâmica de captação de mão de obra barata, as modificações nos padrões de consumo, inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível, recebeu o rótulo de Toyotismo, em razão da implantação de sistemas e métodos de produção da indústria da Toyota, no Japão. A reestruturação produtiva nos novos parâmetros propôs novas técnicas gerenciais e administrativas. Em contraste com a rigidez do fordismo, esse modelo implementou o uso intensivo da tecnologia, a terceirização, a flexibilidade e o estoque mínimo de produtos variados. Segundo Harvey (2000):

Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala [...]. O tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso

de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de estoque *just-in-time*, que corta dramaticamente a quantidade de material necessário para manter a produção fluindo) [...] (HARVEY, 2000, p. 148).

A era do *Just in time* fora inaugurada. A demanda de mercado regia a produção advinda em grande parte do trabalho terceirizado que eliminou postos de trabalho na fábrica e reduziu drasticamente os custos das indústrias. A polivalência dos funcionários e as ideias de qualidade total também referendavam o novo ciclo. No entanto, novas formas de produzir reavivaram antigas formas de trabalho que ressurgiram e se tornaram paralelas ao quadro de funcionários especializados, conforme afirmações de Harvey (2000):

Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas coordenantes de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio ou seria reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado (HARVEY, 2000, p. 175).

O trabalho repetitivo e especializado do modelo fordista era substituído pela multifunção e multi habilidades e competências. Os sistemas educacionais serviram, como em todos os modelos de produção, à formação de massa trabalhadora correspondente aos novos pressupostos exigidos.

2.2 O mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva

A crise que assolou o modelo de produção nos anos 1970 acarretou em novos arranjos econômicos, políticos e sociais que atacam diretamente o trabalho. Assim diz Harvey (2000) sobre as formas de (re) organização do capital, a acumulação flexível e o trabalho:

As tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte – mas o fordismo que as precedeu também não. A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões (como os carros nos EUA, no Japão e na Coréia do Sul) e de sistemas de produção mais tradicionais (como os de

Singapura, Taiwan ou Hong Kong) que se apoiam em relações de trabalho “artesanais”, paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam mecanismos bem distintos de controle de trabalho (HARVEY, 2000, p. 179)

Quando se instaura uma nova dinâmica de produção, as maiores consequências são assistidas nas relações de trabalho. Para Harvey (2000) “[...] as provas de uma crescente flexibilização (subcontratação, emprego temporário e atividades autônomas etc.) em todo o mundo capitalista são simplesmente demasiado claras [...]” (HARVEY, 2000, p. 178). As transformações assistidas na implementação de novos modelos produtivos revelaram a precarização do trabalho e do emprego, haja vista, em primeiro lugar que a mobilidade do capital atacou direitos dos trabalhadores e os ressignificou. Segundo Harvey (2000) o aumento da pressão sobre o controle do trabalho pelos empregadores, a instabilidade e a insegurança; a redução do poder sindical e o aumento das formas de exploração do trabalho em âmbito global foram os principais aspectos das ofensivas do capital sobre o trabalho na reestruturação produtiva. A redefinição da lógica de produção industrial e a utilização de equipamentos em linhas de produção mais flexíveis, programáveis e informatizados permitiram, de acordo com Benko (2002), uma produção variada, o atendimento às demandas de mercado, a alternância de procedimentos e dos seus participantes, a alteração no formato e tamanho das empresas que passaram a ser mais especializadas ao passo que as subcontratações se ampliam. Com a subcontratação e terceirização, o emprego se modifica e torna-se parcial ou temporário; as negociações sobre remuneração e horas trabalhadas se tornam mais flexíveis e os trabalhadores assumem diferentes tarefas.

A indústria é um setor da economia que gera expressivos postos de trabalho no Brasil e no mundo, ficando atrás apenas dos setores de comércio e serviços.¹⁰ Fazendo um recorte histórico e, tomando como ponto de partida os efeitos da Revolução Industrial temos algumas fases e exemplos de como o trabalho foi sendo ajustado a cada período e ao modo de produção em vigor, alterando as condições de trabalho, seja através do aumento ou da diminuição da jornada de trabalho, ou dos salários, assim como tantos outros aspectos a serem considerados, quando se fala de trabalho e/ou trabalhadores.

Três modelos de produção foram responsáveis por alterar a forma como o capital, o mercado e a indústria lidam com o trabalho e que impactam essa relação ainda nos dias atuais, são os modelos baseados no Fordismo, Taylorismo e no Toyotismo; tratados anteriormente.

¹⁰ BRASIL, IBGE, Censo 2010.

Esses três modelos foram concebidos visando, sobretudo, dar celeridade ao processo de produção. Esses modelos de produção também são exemplos claros de como o capital consegue se refazer e se moldar às condições de cada período, obviamente, nunca deixando de ganhar, seja através da exploração de mão de obra, seja através da extração abusiva de recursos naturais, ou de qualquer outra forma da qual o capital possa dispor para obter ganhos.

A reestruturação produtiva deu abertura ao neoliberalismo e uma nova política estatal foi aplicada ao mercado e ao capital, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. Essa abertura significou arrocho salarial, perda de direitos e demissões, acerca disso Antunes (2007) considera:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujo os contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2007, p. 31- grifos do autor).

Na crise estrutural encontra-se o subcomplexo do desemprego estrutural que ocorre em razão da supressão de postos de trabalho decorrente da redução drástica da taxa de lucro, devido ao comprometimento das partes vitais do sistema. Em Meszáros (2011), encontra-se menção à desemprego crônico como uma das grandes contradições do capitalismo. Segundo o autor:

Por fim, a questão do desemprego crônico traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva. Todas as medidas criadas para tratar do profundo defeito estrutural do crescente desemprego tendem a agravar a situação, em vez de aliviarem o problema. [...]

Na realidade, até na parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista. Subjuguar ou reprimir a força de trabalho – com a cooperação ativa de suas lideranças políticas e sindicais –, em nome da disciplina do trabalho, do aumento da produtividade, da eficiência do mercado e da competitividade internacional, não é uma solução realista, apesar das vantagens *parciais* que podem *temporariamente* disso derivar para uma ou outra seção do capital competitivo. Graças a seu monopólio total dos meios e recursos da produção, o capital pode sujeitar a força de trabalho a seus imperativos – mas somente dentro dos limites de que atualmente nos aproximamos como tendência

histórica. [...] O caso é que, para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o “tempo necessário de trabalho” (ou o “custo do trabalho na produção”), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*. Ao fazer isto, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada (MÉSZÁROS, 2011, p. 225-226 – grifos do autor).

O Estado se rende aos ditames do capital assumindo formas de regulação da economia nesse momento da crise, quando este consegue iniciar o projeto de privatização das empresas públicas, haja vista que para o mercado o domínio da iniciativa privada reforçaria o coro dos próprios capitalistas e industriais na busca por mais concessões; pode-se dizer então que acontece uma espécie de ciclo capital - Estado - capital, em que o primeiro pressiona o segundo para que, no final, o capital mais uma vez tenha como ditar as regras.

Na década de 1990, o Programa Nacional de Desestatização, marca do neoliberalismo, modificou as relações de trabalho no setor público, extinguindo diversos cargos e planos de carreira e precarizando o emprego nesse setor. Além dos salários e direitos, a jornada de trabalho também sofreu alterações. A extensão do trabalho e o exercício do mesmo em horas extras passaram a tomar o tempo de vida pessoal. Em 1865, Marx observava que:

[...] há certos traços peculiares que distinguem o valor da força de trabalho, ou valor do trabalho, dos valores de todas as demais mercadorias. O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer, para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor destes meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. (MARX, 1988).¹¹

Nessa lógica, a elasticidade da jornada de trabalho estaria garantida pela necessidade de sobrevivência do trabalhador que é gerida pela sua capacidade produtiva e também pela possibilidade de se moldar às condições que são oferecidas pelo proprietário dos meios de produção.

¹¹ Original de 1865.

As novas relações de trabalho resultam de uma redução do número de trabalhadores em face à reestruturação do capital, pois se percebeu que era possível manter (e em alguns casos até a aumentar) a produção com menos trabalhadores devido à reestruturação e à acumulação flexível, visto que no período de auge do fordismo/taylorismo quanto mais se quisesse aumentar a produção maior deveria ser o quantitativo de trabalhadores; essas dinâmicas deram espaço para novas formas de contratação e de vínculo da indústria com os trabalhadores. Portanto,

[...] Tratava-se, então, para as forças da Ordem, de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio *taylorismo e fordismo*, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se, como veremos, de *novos e velhos* mecanismos de acumulação.

Dado que as lutas anteriores entre o capital e o trabalho, que tiveram o apogeu nos anos 60, não resultaram na instauração de um *projeto hegemônico do trabalho contra o capital*, coube a este, derrotadas as alternativas mais ousadas do mundo do trabalho, oferecer sua resposta para a crise. Atendo-se à esfera fenomênica, à sua manifestação mais visível, tratava-se, para o capital, de reorganizar o ciclo reprodutivo preservando seus fundamentos essenciais. Foi exatamente nesse contexto que se iniciou uma mutação no interior do *padrão de acumulação* (e não no *modo de produção*), visando alternativas que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, que então dava claros sinais de esgotamento. Gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada (ANTUNES, 2007, p. 36 – grifos do autor).

O toyotismo, um modelo de produção japonês que ganhava cada vez mais os países europeus e os Estados Unidos, também causou alterações nas relações trabalhistas e na organização dos trabalhadores. Institui-se então, com o toyotismo, uma nova luta de classes frente aos ditames do capital que, por sua vez, tentava conter o movimento dos trabalhadores buscando novas formas de dominação anunciando a hegemonia dos modos de produção e acumulação.

O toyotismo foi responsável, em parte, por introduzir uma nova forma de acumulação para as indústrias, pois, até então, a produção acontecia de forma constante, não existia uma preocupação em fazer a produção acompanhar o ritmo do mercado. Isso aconteceu a partir da chegada do toyotismo, quando a indústria passou a produzir de acordo com os interesses mais padronizados globalmente. No toyotismo, o capital encontrou uma nova forma de acumulação que garantisse ainda assim a sua dominação que já se fatigava diante do modelo taylorista/fordista. Para Harvey (2000);

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa (HARVEY, 2000, p.143).

A maneira como as indústrias se relacionavam com a classe trabalhadora foi se alterando. Essas mudanças tiveram início no Japão (dentro do toyotismo) e, posteriormente, indústrias mundo afora também adotaram alguns métodos de tratamento com os trabalhadores inseridos no modelo da Toyota. Como exemplos, estão o aumento da carga horária de trabalho, a divisão do trabalho em grupos ou equipes, a utilização do trabalhador em diferentes funções dentro da mesma indústria, entre outras questões. O toyotismo também foi responsável por trazer novas técnicas para dentro das indústrias e, consequentemente, inovar no modo de produção, é perceptível como o capital reformulou-se. A automatização e a informatização desse processo foram peças importantes para que a acumulação flexível se concretizasse. O toyotismo foi muito mais forte no Oriente (em especial no Japão). Nos países europeus e nos EUA as mudanças ocorreram com algumas adequações, tanto no modo como a indústria se organizava em cada país como à maneira de organização de cada empresa em si.

O mercado absorve novas concepções nas relações trabalhistas e no trato com os empregados. Sobre essa questão, Pochmann (2001) discorre:

Desenvolve-se, desde a década de 1970, um complexo debate acerca das implicações que estariam ocorrendo no mundo do trabalho em função da difusão de um novo paradigma técnico-produtivo e do acirramento da competição intercapitalista nas economias avançadas. A ruptura nas tradicionais normas de produção e concorrência seria de tal ordem que evidenciaria uma mudança econômica estrutural, responsável pela constituição de uma nova composição no emprego, com maior destaque para as ocupações profissionais superiores e diretivas. (POCHMANN, 2001. p. 41)

Partindo dessas colocações também é válido considerar que, no contexto dessa reestruturação produtiva, como apresentado, existe a questão do condicionamento do trabalhador e da sua qualificação às exigências do mercado de trabalho. Quando na implementação do toyotismo os trabalhadores foram qualificados para exercerem suas atividades. A empresa não o fazia como forma de valorizar ou formar os trabalhadores, não

era uma maneira de valorizar o recurso humano, mas de atender às necessidades da empresa. O capital transforma o trabalhador em um simples elemento da sua linha de produção (tendo como exemplo a indústria automobilística) capacitando-o apenas para que sua força de trabalho esteja adequada ao que o capital/mercado/indústria exige.

Ainda de acordo com Pochmann (2001):

[...] a qualidade dos postos de trabalho existentes tende a estar associada tanto ao desenvolvimento tecnológico e à organização do trabalho quanto às condicionalidades impostas pela regulação no mercado nacional de trabalho. A partir disso, o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial (POCHMANN, 2001. p. 14).

Com a Divisão Internacional do Trabalho, novas formas de relações trabalhistas foram ganhando espaço – por formas de relações trabalhistas entendem-se tanto as relações entre empregadores e empregados quanto por tipos de contratos diferenciados, o papel da mulher no mercado de trabalho e algumas outras questões – e muitas dessas relações, hoje, se tornaram protagonistas ou passaram a ter um papel relevante na relação capital x trabalho. Antes de tudo é necessário ressaltar o papel do trabalhador neste tópico, pois ele passa a ser a peça mais importante neste momento; Antunes (2007) parafraseando Marx aborda a “classe-que-vive-do-trabalho” que teria como objetivo dar validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Muitos entendem a classe trabalhadora apenas como o grupo de pessoas que se encontra empregado de forma regular e registrada, entretanto, em Marx, essa classe trabalhadora engloba muitas outras pessoas, ainda que estas não estejam dentro do mercado formal de trabalho; no que segue Antunes:

A *classe-que-vive-do-trabalho*, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo *central* os trabalhadores *produtivos* [...]. Ela não se restringe, portanto, ao *trabalho manual direto*, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a totalidade do *trabalho coletivo assalariado*. Sendo o trabalhador *produtivo* aquele que produz diretamente mais-valia e participa *diretamente do processo de valorização do capital*, *ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora*, encontrando no *proletariado industrial* o seu núcleo principal. Portanto, o *trabalho produtivo*, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos de Marx, *não se restringe ao trabalho manual direto* (ainda que nele encontre seu núcleo central), *incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem*

mais-valia, mas que não são diretamente manuais (2007, p. 102 – grifos do autor).

O que o autor traz à discussão, baseando-se em Marx, é que a classe-que-vive-do-trabalho é muito maior do que simplesmente a massa de trabalhadores empregados de fato, estes são o grupo principal; tem-se, devido ao senso comum, um pensamento de que a classe trabalhadora também é formada pela massa de trabalhadores braçais e manuais (como operários da construção, empregados das indústrias, trabalhadores domésticos), exclui-se aqueles trabalhos considerados ‘leves’ ou os cargos de poder intermediário, porém, a conceituação que Antunes (2007) traz de Marx engloba todos os outros também dentro da massa de trabalhadores.

Antunes (2007, p. 102) utiliza conceitos de Marx como os de trabalhadores improdutivos para se referir àqueles trabalhadores que são assalariados, contudo, não exercem funções que produzem a mais-valia diretamente; esses trabalhadores seriam servidores públicos, trabalhadores da área do turismo, serviços e etc., que para o capital não atuam em atividades que geram valor de troca. Os trabalhadores improdutivos também estão no grupo da classe-que-vive-do-trabalho, e como explicitado, não formam a massa dos que são considerados diante do capital, entretanto, conforme ressalta Antunes (2007), para Marx “esses trabalhadores improdutivos que são assalariados também devem ser considerados como integrantes da classe de trabalhadores”.

Quando, no toyotismo, a produção passou a ser dividida e descentralizada, o trabalho também foi desconcentrado para acompanhar esse processo e isso acabou por excluir uma quantidade expressiva de trabalhadores do mundo formal de trabalho ou da contratação direta. A subcontratação e a terceirização são exemplos dessas novas dinâmicas, quando a empresa principal contrata outra empresa que coloca dentro do seu próprio espaço um grupo de trabalhadores para exercer funções, mas a empresa contratante não possui nenhum vínculo empregatício direto com esses trabalhadores e nenhuma responsabilidade quanto a seus direitos. Essas dinâmicas, além do processo de reestruturação do capital também são reflexos do desemprego estrutural e do desmantelamento do Estado pelo capital que atingiram diretamente muitos trabalhadores.

Atualmente a indústria (não apenas ela, mas vários setores produtivos e até mesmo o serviço público) utiliza de forma demasiada o recurso da subcontratação e da terceirização¹²,

¹² A terceirização é uma das maneiras que as indústrias encontraram para diminuírem os gastos com encargos trabalhistas quando transfere serviços como alimentação, limpeza e manutenção de suas unidades fabris para empresas terceirizadas, assim, a indústria se livra de ter que contratar diretamente os trabalhadores que exercem

recursos esses que vêm, sobretudo, reduzir os custos com a produção e, consequentemente, impactar menos nos ganhos da classe trabalhadora.

O capital, através dessas formas diferenciadas de contratação, dirige uma nova subsunção real do trabalho ao capital, ou seja, mais uma vez o capital, através da indústria, penaliza o trabalhador precarizando suas condições de trabalho em face da diminuição dos custos de produção e, consequentemente, gerando um maior ganho sobre o trabalho.

Outra consequência da reestruturação do capital no âmbito do trabalho diz respeito ao tratamento dado às mulheres trabalhadoras, pois boa parte delas trabalha em condições inferiores àquelas dadas aos homens, isso ocorre devido à divisão de gênero do trabalho. A maioria delas passa a ser designada para funções consideradas inferiores ou funções que eram consideradas mais simples.

Sobre isso, Antunes (2007) destaca:

Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. [...] Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho. (p. 105 – grifo do autor)

De acordo com o autor, apesar do crescente número de mulheres no mercado de trabalho a remuneração delas é inversamente proporcional às suas condições de trabalho, pois muitas, além de terem carga horária maior que alguns homens, desempenham funções consideradas insalubres e correndo até mesmo risco de morte naquela função e, sobre isso, ainda continua Antunes (2007):

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do *espaço fabril*, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em *capital intensivo* são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em

essas funções e mantêm em sua folha somente os trabalhadores responsáveis por atuar diretamente na linha de sua produção. Essas novas formas de contrato muitas vezes abrem brechas para que vários direitos dos trabalhadores sejam violados; um trabalhador terceirizado ou subcontratado, geralmente recebe salários menores do que se fosse contratado diretamente por uma empresa e também estão mais sujeitos a sofrerem acidentes de trabalho e assédio moral.

trabalho intensivo são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as). (ANTUNES, 2007, p. 105-106 – grifos do autor).

Então, o capital faz com que a lógica seja invertida e muitas das funções destinadas a mulheres acabam sendo remuneradas com valor reduzido se comparado ao salário percebido por um homem que exerce a mesma função. Harvey (2011a) afirma:

No decorrer do tempo, os capitalistas têm procurado controlar o trabalho, colocando trabalhadores individuais em concorrência uns com os outros para os postos de trabalho em oferta. A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. Tornam-se ferramentas por meio das quais os capitalistas administram a oferta de trabalho em conjunto com os setores privilegiados da força de trabalho que usam o racismo e o machismo para minimizar a competição. A história da acumulação primitiva implicou a produção de títulos de superioridade “natural” e, portanto, baseadas na biologia, que legitimou as formas de poder hierárquico [...] (HARVEY, 2011a, p. 57).

Assim como as contratações terceirizadas algumas indústrias contratam mulheres para exercerem funções que deveriam ser destinadas aos homens também visando a redução dos custos de produção, obviamente se explica os motivos de a remuneração das mulheres ser inferior. É necessário frisar também que essa dinâmica da contratação feminina em condições inferiores se iniciou com a reestruturação produtiva.

Existem outros aspectos a serem considerados na discussão relativa à questão da divisão sexual do trabalho, como a jornada dupla exercida pela maioria das mulheres e que está subjugada à questão do gênero, quando se atribui à mulher o papel de ‘administradora’ da casa e dos filhos; são incontáveis os exemplos de mulheres que trabalham e ainda se desdobram durante o período em que tecnicamente deveriam estar se dedicando ao ócio, e utilizam esse tempo para a jornada doméstica. Pode-se pontuar a questão da divisão das funções dos gêneros e o papel do homem no contexto da casa e das funções que ele exerce no ambiente familiar. A mulher sofre uma dupla exploração, primeiramente no seu ambiente de trabalho quando se sujeita a todas as condições que lhes são impostas pelo capital e à jornada de trabalho em sua própria casa para cuidar dos afazeres domésticos.

Outro aspecto a ser considerado é relativo à ligação entre a divisão sexual e a divisão social do trabalho, pois o mercado direciona trabalhadores considerados incapazes ou de classes baixas para funções tomadas como não tão nobres e as mulheres pobres e negras estão

ainda mais sujeitas a sofrerem todos os tipos de exploração e precarização no ambiente de trabalho ainda que comparadas a um homem negro e pobre, por exemplo.

O trabalho infantil e de jovens, muitas vezes, pode ser comparado ao trabalho feminino, pois em ambos os casos acontecem as mesmas humilhações e precarização como os exemplos explicitados. No caso das crianças é ainda mais grave, pois, muitas delas deixam de frequentar a escola para dedicar mais tempo ao trabalho ilegal e injusto. A discussão sobre o trabalho infantil necessita de todo um apanhado histórico e referencial que não seria possível debater nesse trabalho, contudo, se sabe esse tipo de trabalho também atende à mesma lógica capitalista do trabalho destinado a uma mulher, que seria a economia dos custos de produção; outro aspecto importante é que, muitas vezes, os casos de contratação de crianças e jovens ocorrem por terceirização e, em alguns casos, a empresa que contrata sequer cogita que isso ocorra dentro do seu processo de produção.

De qualquer forma, o trabalho infantil seja ele em qual escala for se constitui em crime e em desvio moral por parte de um indivíduo que explora a força de trabalho de alguém que não deveria estar ali e quando está não entende a complexidade daquela dinâmica ao seu redor, simplesmente se vê forçada por conta das circunstâncias a se sujeitar a situações assim essa como forma de sobrevivência (sua e de sua família); sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento é enorme a quantidade de crianças e adolescentes cooptadas pelo capital e isto também, em muitos casos, reflete-se numa extrema desigualdade social e pobreza, visto que muitas crianças se submetem a trabalhar por jornadas de trabalho extensas (até mesmo quando se compara a um adulto) e exercem funções perigosas ou aquelas classificadas como subemprego. De todo o modo, é como o capital se apropria até mesmo daqueles que poderiam ser considerados como não participantes do mundo do trabalho ou da classe que-vive-do-trabalho, contudo, acabam se tornando vítimas dele.

A reestruturação produtiva do capital conduziu novas dinâmicas face ao trabalho e essas novas dinâmicas repercutem continuamente de formas diversas e de acordo com os contextos histórico, social, político e econômico. Essas dinâmicas se dão de formas diferentes em cada região, país ou lugar do globo, visto que as relações entre capital e trabalho apresentam-se de formas distintas, variando conforme estabelece a divisão territorial do trabalho.

No caso do Brasil, é preciso considerar o início da industrialização no país para compreender a totalidade das questões relacionadas à flexibilização do trabalho, tanto no contexto pretérito, quanto no atual. Partindo disso, retorna-se ao período da Era Vargas no qual a industrialização brasileira começou a tomar formas mais consistentes. É sabido que a

massa da indústria brasileira se concentrou (e ainda se concentra, apesar do espraiamento) na porção Sul-Sudeste do Brasil, sobretudo no estado de São Paulo; concentração essa que ocorreu (ou ocorre) em virtude de diversas políticas adotadas pelo Estado que direcionaram a indústria a ocupar majoritariamente aquela região.

A localização das indústrias, por sua vez, deve ser considerada como um processo muito mais amplo que a simples alocação física de uma unidade fabril, é muito mais que a instalação de uma estrutura.

Nesse contexto, a produção doméstica e familiar retornou como consequência da reestruturação produtiva. Para Harvey (2000), seu retorno se deu como aspecto central da nova organização industrial. Uma parte considerável dos serviços terceirizados é feito em domicílios familiares ou pequenas oficinas, assim como o trabalho “informal” e “subterrâneo” sem direitos trabalhistas.

Dessa maneira, não só a terceirização e a subcontratação entram no circuito do novo sistema produtivo, como a concorrência entre os trabalhadores que buscam qualificação e formação acadêmica, mas uma leva de trabalhadores informais e familiares compõe a nova configuração do mundo do trabalho a partir dos meados do século XX. Esse processo de reformulação do trabalho criou pequenos negócios, ao tempo em que as associações de classes se restringiam e perdiam força. O processo de fragmentação e a perda do poder sindical são considerados por Mészáros (2002) como respostas aos ciclos diferenciais do capital:

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram *reversíveis*), obtidos por meio de *organizações de defesa* do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão. Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema de capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida “crescendo para fora dele”), o sistema de capital global é *obrigado* a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

A desconcentração geográfica das indústrias foi uma estratégia do capital para incorporação de novos espaços de acumulação. A saída de indústrias de centros congestionados corroborava para afastar o capital dos centros onde o trabalho aparecia organizado, mais protegido. Ao mesmo tempo daria uma relativa recuperação de taxas de lucro em lugares ainda não explorados pelo capital.

De acordo com Benko (2002), a crise do capital no modelo de desenvolvimento Taylorista/Fordista orienta para a perda de velocidade e de vitalidade do próprio sistema. A transição de um modelo de produção rígido para um modelo flexível era a alternativa para a recomposição das perdas de lucratividade.

As mudanças no modelo produtivo Fordista / Taylorista e na localização das indústrias compuseram um quadro de reestruturação produtiva que alinhava práticas administrativas com estratégias espaciais. Além disso, é importante destacar que as dinâmicas impostas pelos processos de reestruturação produtiva atacam o trabalho de forma voraz.

Para Mészáros (2002, p.1075), há, de fato, uma reestruturação da economia proveniente das crises estruturais do capital, cujos problemas e demandas se apresentam e se multiplicam em áreas particulares e estão conectadas a um manejo global. Para o autor, a reestruturação da economia define-se como “a necessidade de gerar um novo tipo de produtividade [...] em função de suas perversas necessidades de autoexpansão”, aspecto fundamental dos ciclos de mudanças implementados por meio das diferentes estratégias que modificam as bases produtivas e o trabalho. Nesse ponto a abordagem da crise traz à tona a financeirização da economia. A migração de capitais da esfera produtiva para a esfera financeira se aprofunda nesse cenário.

A financeirização do capitalismo, que se inicia a partir de meados da década de 1970, tem relação estreita com o comando da acumulação de base especulativa de lógica rentista, à curto prazo. Esse processo contraditório estaria sob o comando da lógica financeira e é ainda mais contraditório do ponto de vista do funcionamento do sistema como um todo, haja vista que a produção de bens não é o seu objetivo fim. Na financeirização, os países com maior robustez de capital transformam os países de periferia em devedores, oferecendo empréstimos e financiamentos. A avidez por sobreacumulação faz crescer o mercado financeiro como um todo e o dinheiro torna-se mercadoria.

No contexto da financeirização a atividade industrial é afetada, pois há a subordinação do crescimento do capital ao processo de valorização financeira e não da atividade industrial, que leva à relocação espacial do capital industrial. Significa dizer que, em nome da recuperação americana e

da valorização do dólar, todos os demais países do mundo tivessem que ceder às propostas de redefinição econômica daquele país, e assim ocorreu. Chesnais esclarece:

É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento de investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior. Essa “dinâmica” específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à “inflação do valor dos ativos”, ou seja, à formação de “capital fictício”. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira [...] (CHESNAIS, 1996, p. 15).

Diante do exposto, a financeirização ganha protagonismo na acumulação de capital, sobrepujando a valorização monetária à produção industrial. Isso impactou diretamente na produtividade do trabalho com a necessidade de obtenção do máximo rendimento da sua força, além de torná-lo flexível em termos dos contratos, além de anunciar todo um conjunto de mudanças no modo de agregar valor ao capital, a reestruturação produtiva.

É importante destacar que os acontecimentos da reestruturação econômica ou produtiva refletem o tempo na produção ampliada de uma contradição do que é produzido e superado, traços do movimento da história num processo unificado em si e por si.

O termo reestruturação, segundo Soja (1993), transmite a ideia de mudança nos termos da configuração da estrutura social, econômica e política. Pode ser considerado como ruptura de um modelo para início de outro. São novos arranjos que, segundo o referido autor, “evoca, pois uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstruções, de desconstrução e tentativas de reconstituição, provenientes de algumas tendências ou perturbações nos sistemas de ação e de pensamento aceitos” (SOJA, 1993, p. 193). O autor esclarece ainda:

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadoras de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança (SOJA, 1993, p. 194).

As transformações do modo capitalista de produção no final de década de 1960 e início dos anos 1970 foram analisadas por Harvey (2000) e Benko (2002) como regime de acumulação flexível e por Soja (1993) como especialização flexível. A nova forma de alocar os investimentos e de projetar a maior lucratividade provocou uma corrida por obtenção de vantagens e melhores condições levando, assim, à redistribuição global das unidades industriais. A liberdade da circulação do capital acaba por repercutir nas diferentes escalas geográficas e produziu uma nova lógica de localização das atividades em todo o mundo (CHESNAIS, 1996).

Em fins do século XIX, os “tentáculos” do capitalismo desses países atacaram os países do hemisfério sul realizando a exploração de recursos naturais e instalando indústrias e sociedades de importação e exportação.

Perfilados com a realização do lucro, as ações capitalistas dos países desenvolvidos e industrializados, encontraram as condições ideais para sua reprodução nas frágeis economias do sul. Dessa maneira, as relações elementares do sistema se estruturaram e se tornaram a característica preponderante do *modus operandi* de realização do lucro: compradores e vendedores da força de trabalho, detentores e destituídos dos meios de produção, numa cíclica e contínua luta. A estruturação dessa sociedade se deu, segundo Oliveira (2003):

Do ponto de vista da articulação interna das forças sociais interessadas na reprodução do capital, há somente uma questão a ser resolvida: a da substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas empresário-industriais. As classes trabalhadoras em geral não têm nenhuma possibilidade nessa encruzilhada: inclusive a tentativa de revolução, em 1935, refletirá mais um momento de indecisão entre as velhas e novas classes dominantes que uma possibilidade determinada pela força das classes trabalhadoras (2003, p.62)

Assim, a configuração das classes do sistema capitalista, via-se reforçada pelos arranjos pré-determinados nos primeiros movimentos impetrados pela industrialização. A manutenção das classes dominantes e das classes dominadas, do capital e dos meios de produção sob a tutela de uma classe e, a mão de obra, dividida e fragmentada, em outro segmento social.

A progressiva força do capitalismo faz surgir a sua expressão: a indústria e o capital industrial. Para Marx, uma força dinâmica avassaladora e revolucionária, com grande

capacidade de se reproduzir e se valorizar e gerar mais valia, com motor movido pelo mercado de consumo.

A tão falada difusão diferenciada do progresso técnico reflete o modelo de desenvolvimento que tem, por um lado, os países denominados centrais, com divisão do trabalho acentuada, bases produtivas homogeneizadas e tecnicamente evoluídas e, por outro, um bloco de países caracterizados pela exportação de produtos primários, produção de alimentos e matéria prima a baixo custo e com destino aos grandes centros industrializados. Não só o documento elaborado pela Cepal constatou a diferença de desenvolvimento entre as nações do Norte e as nações do Sul como também, autores de vasta literatura o fizeram.

Em 1949 foi publicado *El Estudio Económico de America Latina*, por solicitação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) com vistas a analisar os problemas de desenvolvimento econômico da referida região. O documento, constituído por 564 páginas apresenta um panorama histórico dos processos econômicos e da dinâmica do progresso técnico mundial e o desenvolvimento desigual entre os países do mundo, com destaque para Chile, México, Argentina e Brasil. Logo no início do texto a situação de desigualdade é apontada:

La propagación del progreso técnico desde lós países originarios al resto del mundo há sido relativamente lenta e irregular, si se toma el punto de mira el de cada generación. En el largo período que transcurre desde la revolución hasta la primera guerra, las nuevas formas de producir em que la técnica ha venido manifestándose incesantemente sólo han abarcado uma proporción reducida de la plobación mundial.

El movimiento se inicia em la Gran Bretaña, sigue com distintos grados de intensidad en el continente europeo, adquiere um impulso extraordinário em Estados Unidos y abarca finalmente el Japón, cuando este país se empeña em asimilar rápidamente lós modos occidentales de producir. Fueron formándose así lós grandes centros industriales del mundo, em torno a los cuales, la periferia del nuevo sistema, vasta y heterogênea, tomaba escasa parte em el mejoramiento de la productividad (CEPAL, 1951, p. 13).

O capitalismo na América Latina definiu-se em bases distintas do capitalismo no hemisfério Norte. No Brasil, por exemplo, o período colonial teve como base da economia a extração de metais preciosos e a produção agrícola, voltada para o mercado externo e realizada pela mão de obra escrava. Deu-se aí a acumulação primitiva do capital.

No entanto, a subordinação não cessou com o passar dos tempos e com o fim da escravatura. Pelo contrário, permaneceu firme e forte quando as primeiras indústrias passaram

a produzir alimentos e matérias primas para os países de economia central e, com a inserção do trabalho assalariado, o capitalismo foi ganhando força no país. De acordo com Mello:

[...] não é difícil entender que o surgimento das economias exportadoras organizadas com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina. Não, é certo, do modo especificamente capitalista de produção, desde que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, isto é, desde que a reprodução das relações sociais de produção capitalistas não está assegurada endogenamente, quer dizer, no âmbito das próprias economias latino americanas (MELLO, 1975, p. 26).

Vale ressaltar que as relações capitalistas existem desde o Brasil colônia e estiveram presentes na compra e venda de escravos e nas formas de exploração comercial dos produtos encaminhados para a metrópole (capitalismo primitivo). No entanto, a pedra angular do sistema capitalista se constituiu nas relações de trabalho que passaram a existir após a abolição da escravatura.

O caminho percorrido pela indústria brasileira foi composto por três aspectos importantes. Um deles diz respeito à origem dos recursos que subsidiaram a implantação das fábricas e que tem seus fundamentos na atividade agrícola. Outro tem relação com os motivos para a implantação das primeiras unidades fabris e um terceiro diz respeito à localização das primeiras indústrias.

2.3 A indústria brasileira no cenário da reestruturação produtiva do capital

Até a República Velha (1889-1930) o Brasil era um país basicamente agroexportador, tendo como principal produto o café plantado na Região Sudeste do País. A economia estava pautada nas condições impostas pelo mercado internacional e o Brasil estava sempre suscetível às crises mundiais e à expansão do cultivo do café em outros lugares.

No começo do século XX a produção brasileira de café cresceu substancialmente e não foi absorvida pelo mercado mundial, o que de certa forma, provocou uma crise interna na demanda e exportação que levou à intervenção do governo na dinâmica de preços e na compra

e estocagem do produto. A intervenção do governo parecia ter contido os desdobramentos da crise do café que reverberariam negativamente no emprego e na renda da população.

A produção para atender ao mercado interno e o crescimento econômico calcado na indústria foram os aportes ao processo de substituição de importações associado ao determinante composto de níveis de renda e de emprego, induzido pela diversificação da produção.

Diante do exposto, a economia brasileira, em fins do século XIX e início do século XX tinha suas bases mais fortes na produção cafeeira que, assessorou, de forma indireta, a industrialização no país. O capital oriundo dessa produção e as intervenções do Estado com as políticas de proteção à indústria nacional formaram o aporte para a industrialização. Para Moreira:

A indústria é a grande beneficiária desse fim de ciclo. A crise cafeeira libera para outros usos, força de trabalho, terras e capitais. E abre, de um lado, para a diversificação dos cultivos e, de outro, para a expansão da indústria. A incorporação dessa produção diversificada barateia seus custos. E a dos capitais e força de trabalho impulsiona sua expansão. Isso significa um deslocamento da agricultura de frente para a retaguarda da indústria, invertendo a relação histórica. E o deslocamento por sua vez da indústria para o centro do sistema (MOREIRA, 2011, p. 91).

Até fins do século XIX, a indústria brasileira não era uma prioridade no Brasil. Somente a partir da crise de 1930 que atingiu os países de tradição industrial é que se passa a pensar na industrialização como mote para a substituição de importações para a produção de bens destinados ao mercado interno. Outras condições colaboraram. Segundo Martins:

Warren Dean representa outra tendência na tentativa de relacionar a substituição de importações com a industrialização. Na sua interpretação, foi a familiaridade dos comerciantes importadores com o mercado consumidor de manufaturados e com os produtos industriais que costumavam importar que lhes abriu a porta para que produzissem eles próprios as mercadorias que mandavam buscar no exterior (MARTINS, 2004, p.102).

Desse modo, a expansão do setor industrial tornou-se um processo marcante na economia do Brasil. A crise de 1929, com desdobramentos na exportação de produtos primários, direcionou a política governamental e a indústria para o mercado interno e, por quase cinco décadas, o processo de substituição de importações vigorou no país. De acordo com Lisboa (2007);

Na crise de 1929, o novo modelo se configurava sem romper as relações de dependência com o capital estrangeiro. O processo ocorria forçado pela falência do federalismo da República Velha e pela implantação de um Estado fortemente centralizado. A quebra de barreiras entre os estados da federação facilitou a livre circulação de mercadorias, levando à fusão dos mercados isolados e locais. A construção de portos, ferrovias e rodovias nesse período, integraram fisicamente as regiões, antes dispersas. Entretanto, é importante acentuar que a industrialização não se difundiu igualmente por todo o Brasil, ao contrário, concentrou-se no Centro – Sul. Tratava-se do modelo de substituição de importações, no qual a indústria ia se firmando e alterando as estruturas produtivas (LISBOA, 2007, p. 67).

No entanto, segundo Tavares (1975) e Mello em (1982), apenas a primeira fase da industrialização brasileira esteve relacionada com a produção cafeeira. Essa primeira etapa (1860-1933), denominada pelos autores de *fase do crescimento com diversificação da atividade industrial* foi caracterizada pela produção de bens de consumo não duráveis e era vista como um complemento à atividade econômica vigente. Os primeiros passos de uma reestruturação produtiva na indústria começaram a ser dados já na segunda fase da industrialização (de 1933 - 1955) fase da industrialização restritiva, haja vista que houve uma diminuição da produção dos bens de consumo e uma atenção à importação de bens de produção ligada às divisas do setor primário exportador (CURADO E CRUZ, 2008). A última fase foi a da industrialização pesada (1955-1980), subsidiada pelo plano de Metas brasileiro, teve o aporte do capital estrangeiro, da ampliação técnica e da estruturação financeira do capital. O plano de metas realizou a fusão de práticas adotadas no modelo liberal, como por exemplo a regulação do mercado sem a intervenção estatal, com as práticas do modelo nacional-desenvolvimentista implantado na era Vargas (década de 1930). Essa mescla de práticas estruturou a indústria brasileira para a produção de bens de consumo não duráveis (até meados do século XIX), bens de capital (Governo Getúlio Vargas), e de bens de consumo duráveis (inserção de capital internacional no governo Gaspar Dutra que era submisso aos EUA).

Para Suzigan (1986) a industrialização no Brasil se desenvolveu a partir de quatro blocos de interpretação¹³: 1) Teoria dos choques adversos – industrialização teria se iniciado com as crises no setor de importações e com as crises econômicas mundiais, ou seja, a

¹³ Os blocos de interpretação sobre a industrialização brasileira correspondem a tempos históricos diferentes e consideram os diferentes modelos de intervenção do Estado nas condições econômicas de cada época, portanto, os blocos de interpretação devem ser analisados de acordo com seus teóricos e tempos históricos; sendo neste trabalho um tópico para efeitos de compreensão geral da industrialização brasileira.

substituição de importações criou um mercado interno para o consumo; 2) Industrialização como resultado da expansão das exportações a partir da criação de habilidades empresariais advindas das práticas de exportação do café, da infraestrutura realizada, do capital de investimento e da constituição de mão de obra basicamente imigrante e de escravos livre; 3) Industrialização como desenvolvimento do capitalismo ou capitalismo tardio – transição da economia agrícola para a industrial, assim como a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, ou seja, condições externas e internas teriam criado as bases para a industrialização brasileira; por fim 4) Industrialização promovida por políticas governamentais através dos subsídios, políticas fiscais e protecionismo.

A análise de Suzigan (1986) demonstra o movimento da indústria nacional como fruto das intencionalidades e motivações para a reprodução do capital e revela que a industrialização brasileira manteve as bases da histórica origem pautada no modelo colonial com fundamentos de exploração que foi replicada nas relações trabalhistas ao longo dos anos.

Harvey afirma:

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e comunicações), bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas etc.) (HARVEY, 2011b, p. 109)

A partir de 1980, a base urbano-industrial brasileira se amplia e a concentração industrial acentua a desigualdade entre os setores da economia. Serviços, comércio, agricultura e indústria ganham status diferenciados passando a condicionar o desenvolvimento diferencial das regiões do país. Em outros termos, pode-se dizer que as regiões industriais despontam como centros de empuxo da técnica e da modernidade, enquanto as áreas tipicamente agrárias ficam em segundo plano. Para reforçar essa ideia, pode-se usar os dados do censo de 1996 que indicam que a produtividade no trabalho fabril era quatro vezes maior que na agricultura, 40% do emprego nas indústrias estavam concentrados no estado de São Paulo, com 21% na região metropolitana (BRASIL, IBGE, 1996).

As políticas da Era Vargas e o financiamento da indústria pelo Estado e pelo capital internacional favoreceram a centralização e concentração de capitais nas grandes indústrias, em detrimento dos pequenos e médios negócios; assim como provocou mudanças verticalizadas no trabalho e na dinâmica populacional. Segundo Andrade (2000):

Mesmo posteriormente, a formação de uma economia predominantemente capitalista a partir das últimas décadas do século XIX, dando origem a um mercado de trabalho assalariado e a classes médias, não impediu ou eliminou o modelo de apropriação de renda, que continuou sendo profundamente desigual e concentrada. Neste sentido, um aspecto importante a ser levado em conta é o fato de a industrialização ter sido montada pelo Estado sem reformar as estruturas básicas da economia e da sociedade, a exemplo da reforma agrária, da política fiscal e do próprio Estado. Por isso, o movimento de concentração de renda gera, na década de 60 e, especialmente, a partir de 1964, com as políticas econômicas do regime militar, o aprofundamento do fosso entre os trabalhadores, a maioria da população em geral e uma pequena parcela de proprietários, empresários e banqueiros, que se apropriam cada vez mais da riqueza nacional. O avanço da concentração de renda continua nas décadas seguintes, sendo uma das características marcantes da economia brasileira (ANDRADE, 2000, p. 89).

Decerto, existiram razões geográficas importantes para a concentração das indústrias no sudeste do país. Entre elas a combinação de solo, relevo, clima, vegetação e hidrografia em um país continental com serras e encostas íngremes, florestas tropicais, chuvas concentradas e ausência de rodovias que elevava os custos de transporte. Durante os séculos XVI e XVII o transporte terrestre se dava nas costas dos escravos. No ciclo do ouro, no lombo de mulas e, só em meados do século XIX, a roda foi introduzida. Nesse período, a acumulação de riquezas estava associada à mineração.

São Paulo foi a cidade que mais recebeu imigrantes, que participou na construção de ferrovias (77 km ligando Santos à São Paulo em 1867) e que hospedava o maior número de cafeicultores do Brasil, requisitos para ser o lócus da concentração industrial (SUZIGAN, 1986)¹⁴.

Os estudos de localização e aglomeração industrial indicam que, apesar dos graves problemas urbanos (moradia, poluição, tráfego, violência, entre outros) existiram incentivos ou motivos para que a concentração ocorresse. Para Smith (1998, p. 179), “a centralização completa o trabalho de acumulação. Ela exagera os efeitos e os objetivos da concentração de capital. O próprio capital não faz outra coisa senão reunir a massa de mãos e instrumentos que encontra pela frente”. Dessa maneira, existem externalidades positivas para o capital, produzidas pela proximidade entre unidades de produção, entre as fábricas que se beneficiam

¹⁴ Nesse período (séc. XIX e meados do séc. XX), a indústria vivia uma fase em que se preconizava a produção em massa e as chamadas *economias de aglomeração*, seguindo uma tendência mundial adotada, por exemplo, em países como Coreia do Sul e França. As economias de aglomeração pretendem produtividade atrelada a arranjos de caráter geográfico ou populacional. “Como a fonte dos ganhos de produtividade se situa no exterior das empresas, no meio que as rodeia, fala-se de economias externas ou externalidades [...]” (POLÈSE, 1998, p.77).

de uma infraestrutura ou da oferta de mão de obra, agentes econômicos que impulsionam ou favorecem a produtividade.

Marshall (1982) apresenta alguns motivos para a localização e concentração industrial. Entre eles as condições físicas:

São muitas as diversas causas que levaram à localização de indústrias, mas as principais foram as condições físicas, tais como a natureza do clima e do solo, a existência de minas e de pedreiras nas proximidades, ou um fácil acesso por terra ou mar. Assim, as indústrias metalúrgicas situaram-se geralmente perto de minas ou em lugares em que o combustível era barato. A indústria do ferro na Inglaterra procurou primeiro os distritos de carvão abundante, e depois situou-se na vizinhança das próprias minas. Em Staffordshire fabricam-se vários tipos de cerâmica, com materiais importados de regiões longínquas, porém nessa localidade há carvão barato e uma argila excelente para fazer os pesados potes de cozer porcelana (seggars), em que se colocam os objetos de cerâmica ao serem levados ao fogo (MARSHALL, 1982, p. 317).

E as condições da força de trabalho:

Os patrões estão sempre dispostos a recorrer a qualquer lugar em que possam encontrar uma boa seleção de operários dotados da habilidade especial de que necessitam e, ao mesmo tempo, todo indivíduo à procura de trabalho dirige-se naturalmente aos lugares em que há muitos patrões à procura de operários dotados da sua especialização e onde, portanto, encontrarão um bom mercado. O proprietário de uma fábrica isolada, embora possa conseguir um grande número de operários não especializados, geralmente tem grande dificuldade em obter operários de uma determinada especialização; por outro lado, um operário especializado, uma vez desempregado, tem dificuldade em encontrar outro emprego (MARSHALL, 1982, p. 321).

Para Marshall (1982), a indústria concentrada produz externalidades que compõem a conhecida tríade marshalliana: formação de pólos especializados de trabalhadores; os encadeamentos fornecedores-usuários e os *spillover* (núcleos de conhecimento). Ademais, haveria a “vantagem” ao se gerar um mercado constante e um contingente de indivíduos com elevado conhecimento técnico.

Seguindo a tendência da aglomeração, o Sudeste brasileiro, com destaque para a Região Metropolitana de São Paulo, entrou em destaque, a partir de então, com uma elevada concentração populacional, ampla oferta de força de trabalho e de mercado consumidor.

Em se tratando dos “assentamentos” industriais no Brasil, nos termos da localização, organização das fábricas e das vinculações com fontes de energia, das redes de transportes e

de comunicação a serviço das unidades fabris, dos bairros residenciais que se formam no seu entorno e as instalações urbanas; é possível afirmar que há indicativos da mudança nos padrões de implantação das indústrias, mas predomina a concentração espacial.

O embate entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, na disputa pelo poder presidencial, além das suspeitas de fraude eleitoral, levaram Getúlio Vargas ao Poder. Era, então decretado, o fim da república Velha¹⁵.

Na Era Vargas, que durou 15 anos (1930 -1945), duas constituições foram aprovadas, a de 1934 e a de 1937. A partir dessa última, o governo centralizador passou a estimular o expansionismo urbano e o deslocamento do eixo produtivo da agricultura para a indústria que passaria a ser a base da economia brasileira.

Desde o início da industrialização brasileira, a partir da década de 1930, o dinamismo concentrado na Região Sudeste foi evidenciado pelos motivos apontados (flexibilidade proveniente do capital do setor de produção do café, mercado interno mais denso e a substituição de importações). O cenário espacial da indústria foi se alterando ao longo das décadas posteriores e se (re) desenhou com base nas modificações no contexto macroeconômico nacional e internacional, na evolução técnica e tecnológica e nas reestruturações constantes das empresas. Sobre a espacialidade da indústria brasileira, os mapas 1, 2 e 3 ilustram as áreas de concentração das fábricas em 1920, durante o governo Vargas (dados de 1940) e após esse período (dados de 1950).

¹⁵ A crise da República Velha no Brasil durou toda a década de 1920, chegando à crise da superprodução do café em 1929, que fora subsidiada pelas constantes valorizações promovidas pelo governo vigente. Paralelo à esse cenário de crise econômica havia uma crise política fomentada pelos interesses dos representantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, participantes efetivos do processo que culminaria na revolução de 1930. Alegando fraude eleitoral, a Aliança Liberal (formada por políticos de MG, RS, PB e por opositores de diversos estados) recusou-se a aceitar a validade da eleição de Luís Carlos Prestes (SP). Assim, fraude, assassinatos de políticos da Aliança, descontentamento popular devido à crise de 1929 (a Grande Depressão) e o rompimento da política do café-com-leite criaram as bases para a revolução, que foi iniciada em 03 de outubro de 1930 quando oito governadores de estados nordestinos foram depostos. Entre combates e discursos inflamados, a revolução se instalava. Em 03 de novembro de 1930, junta militar empossava Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro.

MAPA 1 - Brasil: unidades industriais por estados, 1920

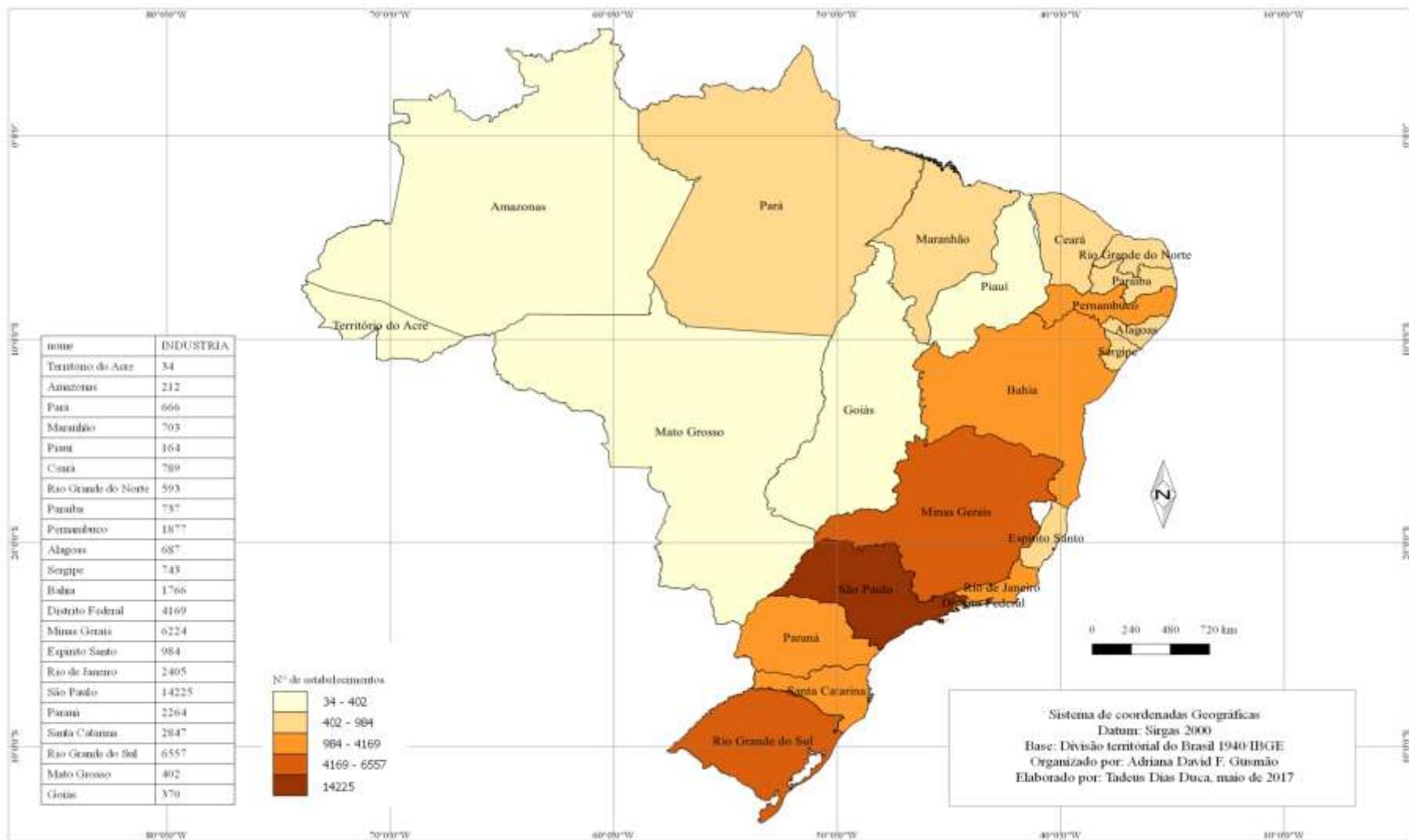


Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Organização: GUSMÃO, Adriana D. F., Mai/2017.

Elaboração: DUCA, Tadeus D., Mai/2017.

MAPA 2 - Brasil: unidades industriais por estados, 1940.

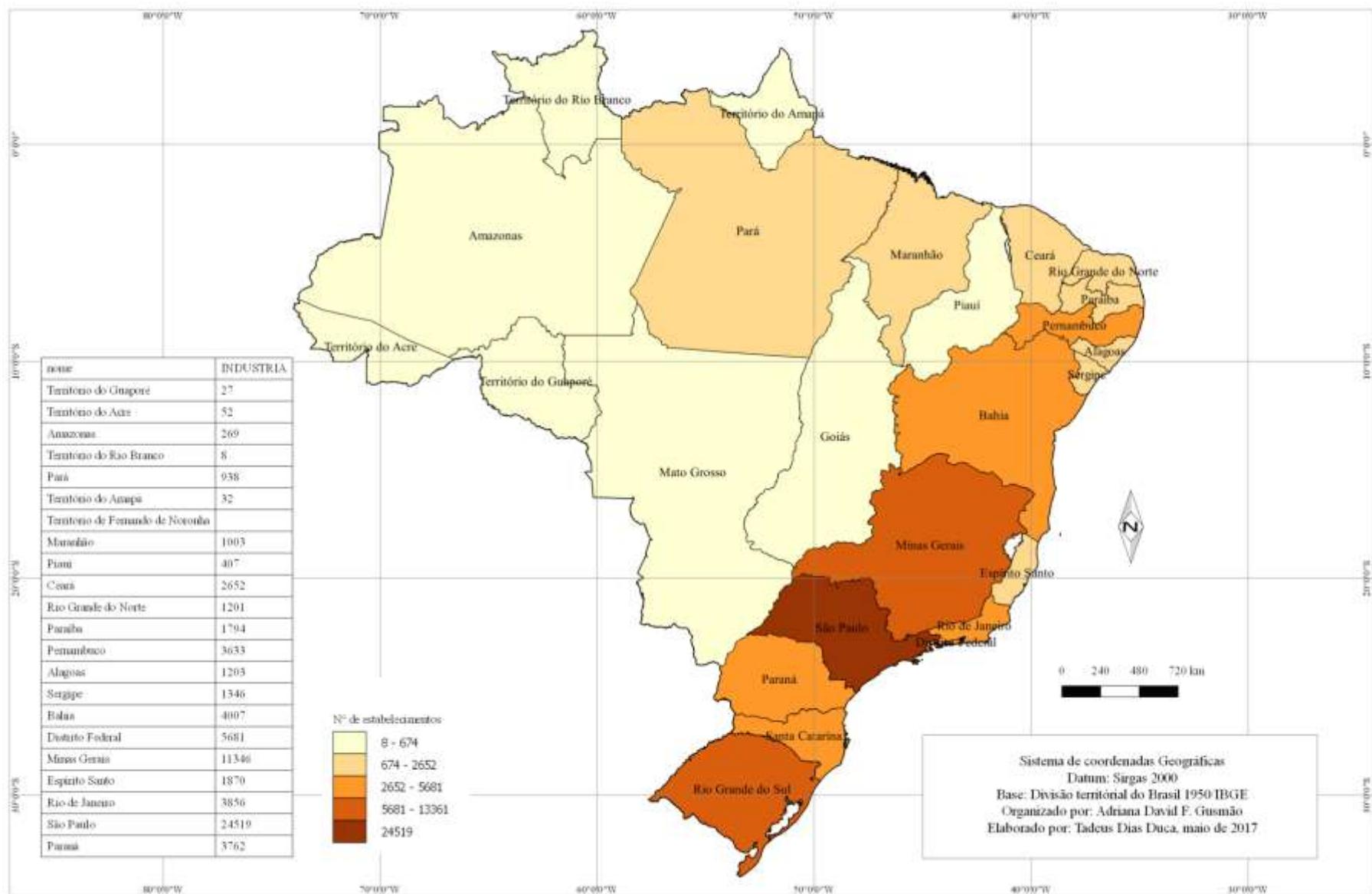


Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Organização: GUSMÃO, Adriana D. F., Mai/2017.

Elaboração: DUCA, Tadeus D., Mai/2017.

MAPA 3 - Brasil: unidades industriais por estados, 1950.



Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

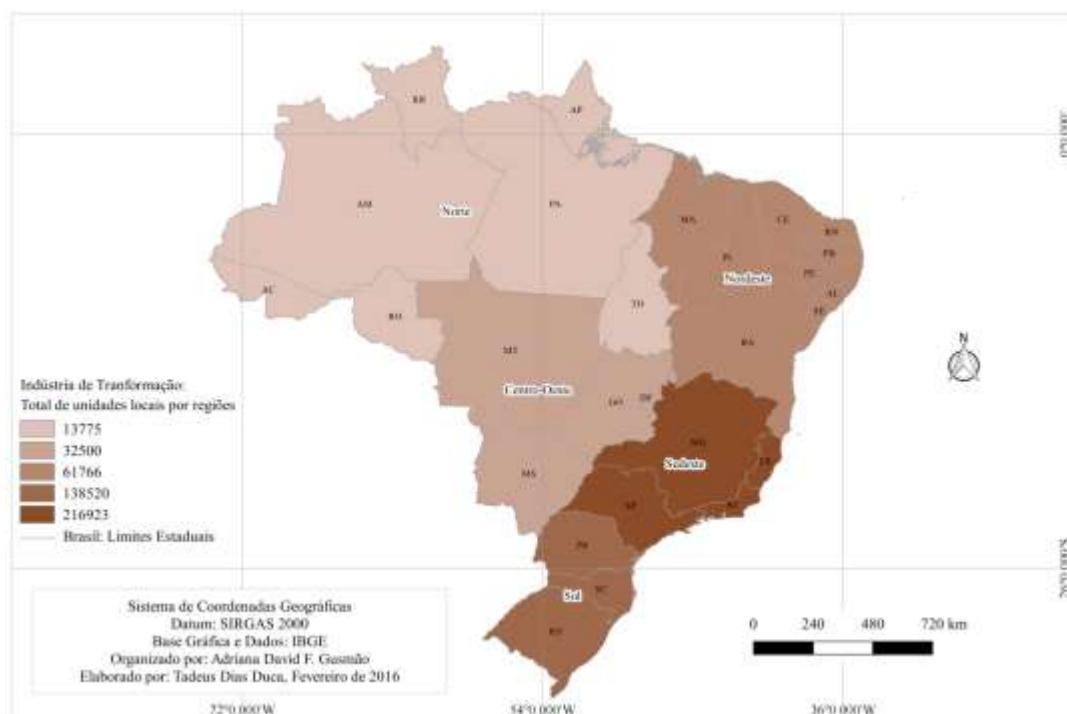
Organização: GUSMÃO, Adriana D. F., Mai/2017.

Elaboração: DUCA, Tadeus D., Mai/2017.

Nas representações dos Mapas 01, 02 e 03 pode-se constatar a distribuição espacial das indústrias brasileiras na década de 1920, período que antecedeu a Era Vargas e quando a concentração fabril era evidente nos estados de: São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; seguidos de Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Ceará. O quantitativo de unidades industriais no estado com maior concentração (São Paulo) apresenta uma diferença de 414% do estado com menor número de indústrias (Território do Acre).

Nos mapas de 1940 e 1950, durante e após o período da Era Vargas, a diferença entre o estado mais industrializado (São Paulo) e o menos industrializado ainda permaneceu alta (418% em 1940 e 3.000% em 1950) o que indica que houve relativa desconcentração industrial, ou seja, os estados pioneiros na industrialização permaneceram com o maior número de unidades fabris, ainda que outros estados do Brasil tivessem se tornado lócus da atividade industrial. Assim, a indústria brasileira sempre apresentou uma característica espacial de concentração, com a região Sudeste e, principalmente o estado de São Paulo liderando o quantitativo de indústrias gerais e também de transformação¹⁶ do país, segundo dados do IBGE, 2012 (MAPA 4).

MAPA 4 - Unidades locais da indústria de transformação por região, 2012



Fonte: IBGE, 2016.

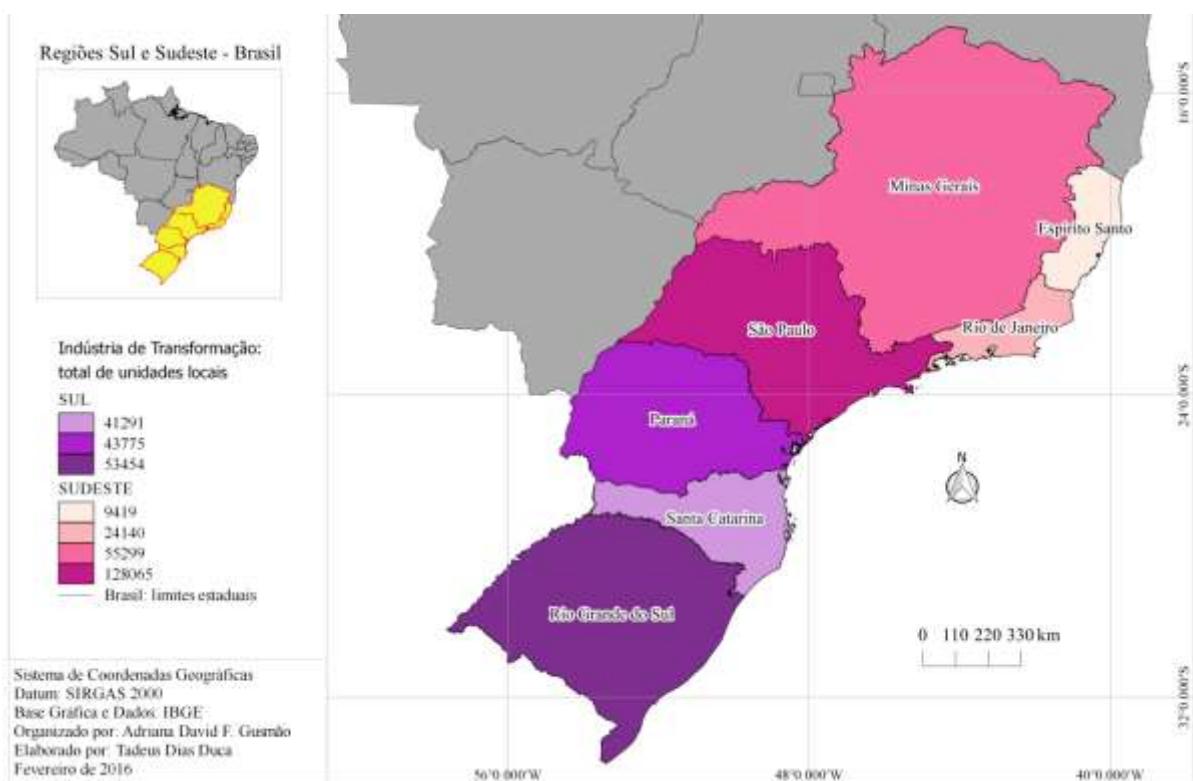
Organização: GUSMÃO, Adriana D. F., Dez/2015.

Elaboração: DUCA, Tadeus D., Fev/2016

¹⁶ Toda indústria que transforma matéria – prima em produto final ou intermediário.

No último censo, das 441.148 unidades fabris de transformação cadastradas no país, 47,11% encontravam-se no Sudeste das quais, 27,54% estavam concentradas em São Paulo. O eixo Sul-Sudeste do Brasil concentrou 76% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria nacional que é o resultado final alcançado pela atividade produtiva no decurso de um determinado período e pode ser calculado pela diferença entre o valor da produção e o valor do consumo, originando excedentes (MAPA 5).

MAPA 5 - Brasil: unidades locais da indústria de transformação nas regiões Sul e Sudeste, 2012



Fonte: IBGE, 2016.

Organização: GUSMÃO, Adriana D. F., Dez/2015.

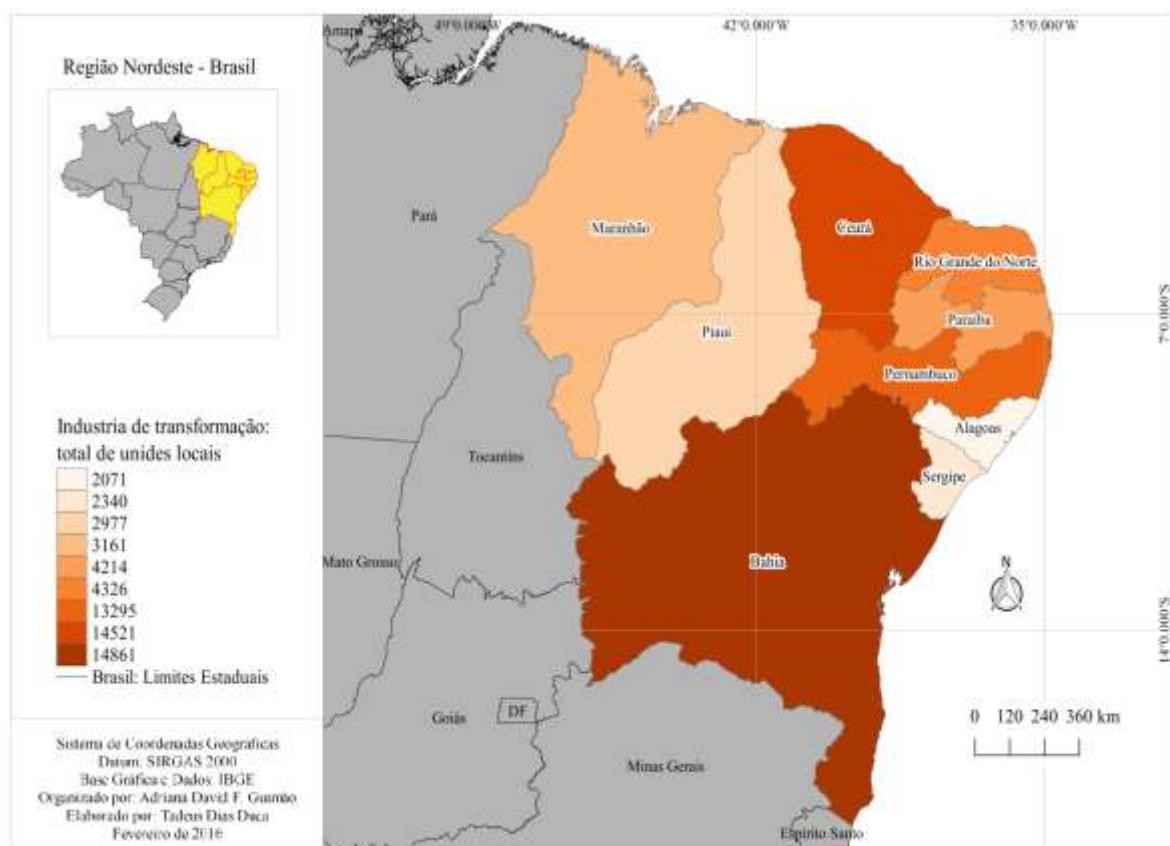
Elaboração: DUCA, Tadeus D., Fev/2016

É importante lembrar que, segundo Oliveira (1987), após a Revolução de 1930, a então denominada região Centro-Sul, que tinha São Paulo como centro, ganha destaque no cenário econômico do país. Isso porque a referida cidade tem seu impulso na expansão cafeeira de 1950, que serviu de aporte para a implantação de indústrias que passaram a produzir mercadorias, anunciando assim uma nova divisão do trabalho. Para o autor,

O desenvolvimento industrial da "região" de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional*, em substituição ao "arquipélago" de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. Derrocaram-se as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, na rota das transformações operadas pela Revolução de 1930, pois existiam na forma de um imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros Estados; instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país, e aboliu-se a capacidade que detinha cada Estado de legislar sobre comércio exterior. Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que *tendia* a ser hegemônica; voltada agora para uma produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado (OLIVEIRA, 1987, p. 74-75).

A região Nordeste abrange 13,36% do total nacional e, no estado da Bahia estão, aproximadamente, 3,3% das indústrias de transformação do Brasil (MAPA 6).

MAPA 6 - Brasil: unidades locais da indústria de transformação na região Nordeste, 2012



Fonte: IBGE, 2016.

Organização: GUSMÃO, Adriana D. F., Dez/2015.

Elaboração: DUCAT, Tadeus D., Fey/2016.

A desigualdade regional tem fundamentos históricos na formação econômica de cada região. O ciclo do café, no século XIX promoveu o Sudeste à condição de lócus dinâmico da indústria, ao mesmo tempo em que o Nordeste se tornou dependente dos seus excedentes da produção primária que eram destinados, em sua maior parte, ao Sudeste. A dicotomia Norte-Sul se instala, *a priori*, nessas bases e se desenvolve com a migração de mão de obra e com a urbanização e consequente formação das metrópoles, polos de crescimento.

Oliveira (1987) analisa que, no momento em que São Paulo se torna o pólo nacional do desenvolvimento do capital industrial, há a destruição das economias regionais, num movimento dialético de destruição para a concentração, captando excedente de outras regiões para enriquecer apenas um, centralizando o capital. A expansão da malha rodoviária e a quebra de barreiras intrarregionais promoveram uma expansão comercial e a entrada de produtos advindos do centro-sul em todas as demais regiões, dificultando a produção nessas partes do país, haja vista o aumento da produtividade e a redução dos preços das mercadorias no polo nacional. A estagnação e a fuga de capitais das regiões que consumiam produtos do centro-sul fortaleceram essa região e colaboraram para a centralização que ali acontecia.

De acordo com Myrdal (1968), é a força dos mercados que difunde as desigualdades regionais. Regiões ricas se desenvolvem em proporções diferenciadas com relação às regiões mais pobres que tendem à estagnação e às decisões daquelas.

O modelo de concentração industrial perdurou até, aproximadamente, a década de 1970 e cedeu espaço ao que se denominou *reversão da polarização*¹⁷ (RICHARDSON, 1980) ou *desconcentração industrial* (DINIZ, 1993). Com a criação da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) e da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), da implementação de políticas fiscais autorizadas aos estados pelo Governo Federal, foi iniciada a ocupação de novos territórios. Isenção de impostos e outros benefícios foram elementos importantes para ampliar as áreas industriais no país e promover a migração de empresas para cidades médias e pequenas, localizadas mais ao

¹⁷ Segundo Richardson (1980), a reversão da polarização significa o contrafluxo da concentração econômica de uma região. A reversão se estrutura quando ocorre uma dispersão e desaceleração do desempenho da área central, com crescimento mais acelerado das áreas adjacentes. A área central pode perder, além de dinamismo, população. Há também o aumento das oportunidades de emprego fora da metrópole e fazendo se constituir a importância das cidades de médio porte. Os fluxos de capital e de trabalho são carreados para fora do centro. Perroux (1967), Myrdal (1968), Andrade (1987), Diniz (1993) e Negri (1994) escreveram sobre os fenômenos espaciais de polarização, concentração e desconcentração que colaboraram para a compreensão dos processos de localização industrial e os arranjos espaciais decorrentes. Para Perroux (1967), polo de crescimento é o centro econômico dinâmico de uma região, disseminando seu crescimento sobre a região que o cerca e criando fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. Seria, então o efeito da *polarização*, processo no qual o desenvolvimento regional é determinado pela influência do polo, dinâmica amplamente discutida por Andrade (1987).

interior do Brasil. Em cinco anos (2008-2013) a região Nordeste teve um acréscimo de 2,04% no número de estabelecimentos industriais (transformação), quase equiparável ao Sul (2,75%). Em aproximadamente 30 anos (de 1970 a 2000) a produção na indústria no Sudeste registrou uma redução sensível, ao passo que a produção no Nordeste, Centro Oeste, Norte e Sul aumentou; indicando ao mesmo tempo, uma dispersão intrarregional.

É importante refletir acerca do processo de descentralização sob a perspectiva apontada por Smith (1998):

[...] num processo que se tornou muito mais importante desde a época de Marx, grandes capitais centralizados se dividem internamente e, enquanto permanecem economicamente sob o mesmo controle, funcionam como divisões semi-autônomas, produzindo em diferentes setores da economia, mas dentro de uma única estrutura corporativa. Desse modo, embora o nível de centralização cresça com o progresso da acumulação, ele o faz somente no contexto de uma contínua contradição entre a centralização e a descentralização social do capital (SMITH, 1998, p. 179).

Em seu sentido concreto, a centralização e a descentralização industrial se contradizem em seu emaranhado ideológico na predominância de uma relação negativa com um e positiva com outro, respectivamente. A necessidade de um poder ordenador faz da descentralização ou desconcentração industrial uma utopia, haja vista que as decisões de amplo espectro acabam sendo tomadas nos maiores centros e pulverizadas *a posteriori*.

Assim, as *economias de aglomeração* justificariam a concentração da indústria nacional no eixo Sul-Sudeste, assim como também o processo reverso denominado de *deseconomias de aglomeração* ou *desconcentração industrial*; ainda que haja uma evidente liderança do Sudeste no comando da acumulação de capital no país.

Associado às políticas públicas estava a evolução do sistema de transportes e de comunicação, que facilitou a interiorização e a nova dinâmica espacial de desconcentração industrial, embora outros motivos também tenham sido apontados por Cano (1997);

[...] entre 1970 e 1985, período em que consolidamos a implantação de nossa matriz industrial e, por isso, a acumulação exigia esforço periférico de articulação ainda mais intenso, usamos ainda mais nossa base de recursos naturais – água, terra, minérios – e, com isso, a periferia melhor dotada de recursos foi mais acionada. A maior parte do conjunto de projetos de larga envergadura (como os hidroelétricos, não ferrosos, químicos e petroquímicos) foi implantada na periferia, acelerando ainda mais seu crescimento. Isto, mais os efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento regional implantadas a partir de meados da década de 60 (promovendo investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos), promoveram um processo de desconcentração industrial regional (CANO, 1997, p.106/107).

Conforme o que foi dito, não só a localização dos recursos naturais, mas, sobretudo, as políticas públicas de ordem fiscal ou a construção de infraestrutura promoveram a desconcentração e interiorização industrial no Brasil, que implementou a conhecida “Guerra dos lugares”, fruto da liberdade de migração de capitais, facilitada pela lógica da desregulamentação. Trata-se da liberalização do capital financeiro de investir onde terá maior lucratividade. Considera-se, também, que o crescimento excessivo de áreas metropolitanas, os custos dos terrenos e de serviços, o papel dos sindicatos, as questões de ordem ambiental e os índices de produtividade do trabalho sejam determinantes para os fatores concentração e desconcentração.

Harvey (2005) defende que, na busca pela manutenção do poder, a fuga de capitais que leva a dispersão da ação industrial, é utilizada como estratégia para enfraquecer o poder proletário. Segundo o autor;

[...] como uma afirmação estimulante da não-neutralidade da organização espacial na dinâmica da luta de classes, então a burguesia talvez também desenvolva suas próprias estratégias espaciais de dispersão, divisão e regulamentação das rupturas geográficas, com respeito à ascensão das forças de classe que tão evidentemente ameaçam a sua existência [...] Da dispersão do setor manufatureiro dos centros para a periferia das cidades norte-americanas, no final do século XIX, evitando assim a concentração do poder proletário, até o ataque atual contra o poder sindical por meio da dispersão e fragmentação dos processos produtivos pelo espaço (muito disso, é claro, para os assim chamados países em desenvolvimento, onde a organização da classe trabalhadora é mais precária) revelaram-se uma arma poderosa para a burguesia aumentar o seu poder (HARVEY, 2005, p. 206).

Há que se considerar também que a dispersão das indústrias promove, por sua vez, a dispersão do trabalho que torna-se importante para a empresa causando uma determinada “invisibilidade” cada vez maior da exploração que caracteriza as formas de entrelaçamento entre capital e trabalho.

A atividade industrial no regime de acumulação flexível preconiza a desconcentração dos segmentos de produção visto que os motivos para implantação de uma unidade fabril passam a ser os incentivos fiscais, o preço e condições (familiar, terceirização) da mão de obra e as redes de colaboração entre empresas pequenas, médias e grandes. O processo de reestruturação produtiva constituiu novas relações tempo-espacó, o que confirma a ocorrência de um movimento específico na contemporaneidade na reprodução do capital.

Ao se espalhar e buscar novas localizações, o capital industrial tende a encontrar novos polos de composição da força de trabalho da qual precisa para se reproduzir assim como as mudanças nos parâmetros produtivos.

A fluidez pretendida no modelo de produção se alinha com o rompimento das barreiras geográficas na busca de vantagens comerciais e para composição dos quadros de trabalhadores. Dessa maneira, entra em cena a mobilidade que, segundo Benko (op. cit., p. 23) “a palavra-chave *mobilidade*, que resume o fundo comum das estratégias de acumulação flexível”. Contradicoriatamente, ao passo em que se realocam as indústrias em prol de um suposto progresso regional, assiste-se à “Guerra Fiscal”, à desvalorização do trabalho e às novas dinâmicas de produtividade-lucro que, desde a Primeira Revolução Industrial fazem ascender e descender lugares e pessoas.

De acordo com Azzoni (1986) os custos são os determinantes para a (re) localização das indústrias, seja intra ou inter regionalmente. Custos mais baixos nas “periferias” ou no interior levam à desconcentração, mas a produção e a circulação, ainda assim, mantém estreita relação com o centro. Dessa maneira, o espraiamento acaba por ter um caráter de desconcentração concentrada.

A especialização de determinadas localidades, as diferentes virtudes e os ganhos de capital advindos dos benefícios oferecidos pelo Estado acabaram por acirrar a competitividade e a formar uma heterogeneidade espacial, assim como acentuou a divisão do trabalho. Segundo Santos (2004):

Assim como se fala de produtividade de uma máquina, de uma plantação, de uma empresa, podemos, também, falar de *produtividade espacial* ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo, isto é, ao “trabalho” do espaço. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos suportes geográficos da informação (SANTOS, 2004, p. 248).

Nesse sentido, as condições oferecidas pelo Estado acabaram sendo os principais fatores da aglomeração assim como a decisão pela concentração ou desconcentração estará sempre relacionada com a modalidade, diversidade e utilidade das transações que desembocarão na maior lucratividade empresarial. O dono dos meios de produção terá vantagens em se localizar onde existam várias opções de fornecedores, de comerciantes, prestadores de serviços que acabarão por compartilhar despesas e de se aproveitar da mão de obra, diluindo custos com formação que passam a ser “cooperados”.

Smith (1998) afirma:

No embasamento do padrão existente de desenvolvimento desigual está a lógica e a tendência do capital em direção àquilo que chamaremos de movimento “em vaivém” do capital. Se a acumulação do capital acarreta o desenvolvimento geográfico e se a direção desse desenvolvimento é guiada pela taxa de lucro, então podemos pensar no mundo como uma “superfície de lucro” produzida pelo próprio capital, em três escalas separadas. O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise. A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro (SMITH, 1998, p.212).

É importante ressaltar que existe um “apoio” popular às ações pró-indústria propostas pelo Estado. É o que Santos (2008, p. 172) denomina de *ideologia do crescimento*. Essa ideia fortalece importantes decisões no que tange aos investimentos públicos para viabilizar a implantação de unidades industriais. Segundo o autor:

[...] A necessidade sentida por uma equipe governamental de “preparar o terreno” para a chegada de novas indústrias é, no final, aceita pelo povo como um comportamento inteiramente razoável. Sobretudo porque a maior parte das pessoas é tranquilizada pelos famosos índices no aumento do produto nacional. Mas as consequências dessa evolução dos gastos públicos, já graves no plano econômico, igualmente o são no plano social, pois também tende a reduzir o que resta ao Estado para a realização dos investimentos humanos (SANTOS, 2008, p. 172)

Pelo que foi dito, a reestruturação e os novos arranjos, subsidiados pelo Estado encontram apoio da população que participa, indiretamente, fortalecendo a tomada de decisões em prol de um suposto progresso. Com amparo dos investimentos públicos, o capital industrial encontrou um importante meio de se reorganizar territorialmente haja vista a maior propensão à fluidez e livre concorrência entre as empresas. No âmbito municipal, os incentivos fiscais e a criação dos Distritos Industriais (ponto que será retomado no 2º capítulo) também impulsionaram a alocação de empreendimentos industriais.

Smith (1998, p. 138) considera “*as relações espaciais como um atributo dos valores de uso*”. Em sua análise, Smith afirma que a integração espacial é uma das necessidades do capital, reforçando a ideia da particularidade espacial como um atributo fundamental para o modo de produção capitalista. Disso resultaria, então, a mobilidade do trabalho e do capital, a constituição das redes de transportes e de comunicações, as conexões no âmbito das finanças

e a produção de elos em nível mundial, processos de absoluta importância para a reprodução do capital. Sobre as propriedades espaciais Smith (1998) destaca:

O valor de uso é, em primeira instância, uma relação, e como parte do conjunto de relações que determinam um valor de uso particular está um conjunto de *relações espaciais*. Isso se aplica não somente no plano das mercadorias individuais, em que, por exemplo, o valor de uso de uma casa não é somente determinado por suas dimensões em metros ou centímetros, mas também pelo seu traçado interno, pela sua proximidade dos meios de transporte, pelas redes de esgoto, pelo trabalho, pelos serviços e assim por diante. Nós também podemos falar de relações espaciais particulares que ajudam a determinar a forma de mercadorias compostas, tais como uma cidade ou uma região (SMITH, 1998, p. 130).

A mobilidade do capital, então, se realiza na dinâmica que estrutura a implantação de unidades fabris em diferentes localidades. As indústrias alteram seus endereços e se deslocam estrategicamente no território em razão da dotação de recursos e mercados. As decisões assessoradas pela movimentação plena do capital fundamentam-se na oferta das redes de comunicação e tecem uma matriz variada e complexa de localizações. O desenvolvimento da tecnologia da informação promoveu um¹⁸ desencaixe ou uma desterritorialização, um mundo sem barreiras, sem fronteiras, gerenciado pelas transnacionais. O mapa 7 representa a espacialização da indústria no Brasil, de acordo com dados do IBGE de 2014. Nele é possível visualizar os resultados dos movimentos de capital e dos IEDS em diferentes direções. Há um avanço considerável no quantitativo de unidades industriais, assim como no passado. No entanto, o desenho atual da espacialidade da indústria no país reflete claramente a discussão travada ao longo do capítulo e corrobora as noções sobre reestruturação produtiva, mobilidade do capital, investimentos estrangeiros diretos e desterritorialização. O índice de diferença entre o Estado brasileiro menos industrializado e o mais industrializado, que já havia sido de 3.000%, se apresenta na atualidade em 211%, sendo esse dado revelador da dinâmica que se implementou ao longo dos anos no tocante à geografia (em seu sentido mais amplo e irrestrito) das indústrias.

Observando o mapa 7 também é possível constatar, mesmo considerando a desconcentração, os efeitos do que Benko (2002) denomina de dualidade circular¹⁹. Não

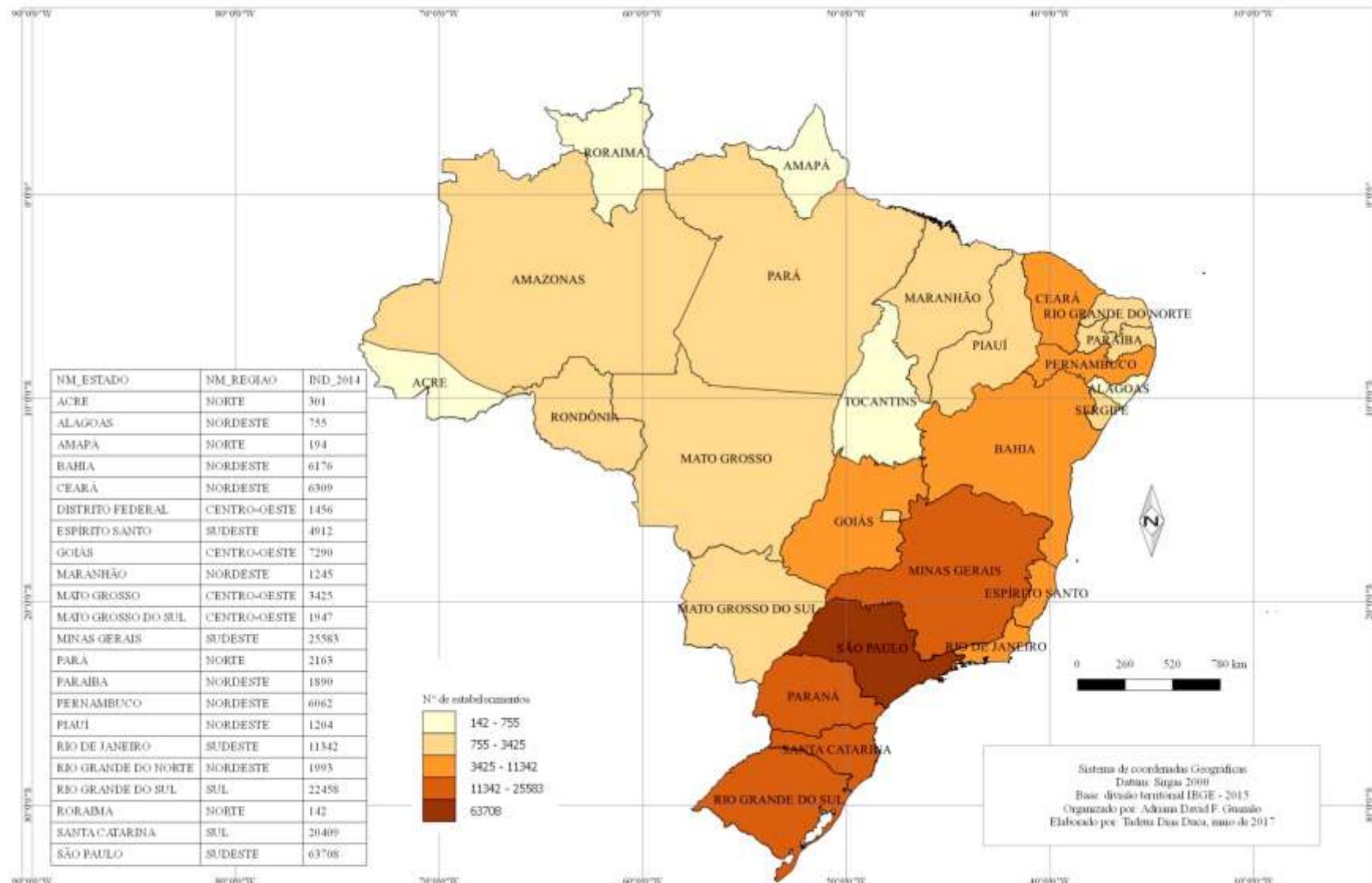
¹⁸ Desencaixe significa o ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espacô (Giddens, 1991, p.29).

¹⁹ Por meio da “dualidade circular”, conceito elaborado por Benko (2002) é possível explicar as duas dinâmicas sucessivas da organização espacial industrial. Verifica-se a concentração espacial das atividades, que conduzem às economias de aglomeração (baseadas na organização da produção e na formação dos mercados locais de

houve linearidade da desconcentração, apesar da redução da produção industrial no eixo Centro-Sul. Entra aí o conceito de dualidade circular esclarecendo que alguns segmentos deixam da região (deseconomias de aglomeração), e outros se instalaram (economias de aglomeração).

trabalho), seguida por desconcentração espacial da produção para evitar as deseconomias de aglomeração provocadas pela concentração das atividades. (Benko, 2002, p. 150).

MAPA 7 – Brasil: unidades industriais por estados, 2014



Fonte: IBGE, 2014.

Organização: GUSMÃO, Adriana D. F., Dez/2015.

Elaboração: DUCA, Tadeus D., Fev/2016.

Em sua obra, Harvey (2000) tece considerações sobre as mutações que ocorreram nas práticas econômicas, ideológicas e técnico-científicas e que repercutiram no espaço. A velocidade da informação e a modernização do sistema de transportes influenciaram na concepção que se tem de espaço e tempo. Essa mudança qualitativa é subsidiada pela ampliação do consumo e da independência da classe burguesa, das fronteiras. Na lógica da compressão tempo-espacó harveyniana, o comportamento, as vestimentas, os produtos de toda ordem, as técnicas de produção, o trabalho, a finalidade das ideias, valores e a vida em sua totalidade mergulham na instantaneidade, na efemeridade, no mundo do rapidamente suprimível. Quanto mais descartável, melhor para o sistema. O trabalho passa a ser tratado como volátil. A descartabilidade do trabalhador e sua fácil substituição são a marca desses tempos.

De acordo com Benko (2000) a escola da regulação francesa rompe com o caráter determinista da produção e ressalta:

Segundo a abordagem regulacionista, a emergência e a consolidação de um novo regime de acumulação e suas dinâmicas espaciais devem ser analisadas como mudança qualitativa da organização das forças produtivas sob as relações de produção do capitalismo. Essa mudança é uma resposta concreta à formação das crises num dado regime de acumulação. [...]. Tal regime repousa em princípios gerais de organização do trabalho e uso das técnicas que se podem chamar de *paradigma tecnológico* (ou modelo de industrialização). É necessária, portanto, a intervenção dos mecanismos reguladores chamados *modos de regulação*, ou seja, o conjunto de formas institucionais, das redes, das normas explícitas ou implícitas que asseguram a compatibilidade dos comportamentos na esfera de um regime de acumulação, em conformidade com o estado das relações sociais e para além de seus caracteres conflituais (BENKO, 2002, p.28).

Infere-se disso a ideia de que os reguladores do regime de acumulação estão assentados no trabalho e na técnica. Ao flexibilizar a produção, se modifica a dinâmica dos custos e isso envolve, também, a contratação de trabalhadores. Para Harvey (2011a); as relações entre capital e trabalho, bem como entre capital e natureza, são mediadas pela escolha de tecnologias e formas organizacionais.

Marx (2013) revela que as alterações na força produtiva vão se expressar nas grandezas de valores das mercadorias. A quantidade de trabalho e suas formas de realização incidirão nos custos de produção e na formação de valor, portanto:

Se o tempo de trabalho necessário à produção do linho dobraria – por exemplo, em consequência da crescente infertilidade do solo onde o linho é cultivado – dobraria igualmente seu valor. Em vez de 20 braças de linho = 1 casaco, teríamos 20 braças de linho = 2 casacos, pois 1 casaco contém, agora, a metade do tempo de trabalho contido em 20 braças de linho. Se, ao contrário, o tempo de trabalho necessário para a produção do linho cai pela metade – graças, por exemplo à melhora dos teares –, cai também pela metade o valor do linho. Temos, agora: 20 braças de linho = $\frac{1}{2}$ casaco. Assim, o valor relativo da mercadoria A, isto é, seu valor expresso na mercadoria B, aumenta e diminui na proporção direta da variação do valor da mercadoria A em relação ao valor constante da mercadoria B (MARX, 2013, p. 130).

Tornando o pensamento de Marx análogo à discussão pretendida é possível afirmar que os meios de produção são determinantes do lucro e que a diferença entre as formas de realização do trabalho concreto²⁰ e do trabalho abstrato²¹ envolveriam as condições da natureza, a localização e a quantidade de trabalho envolvida na produção de uma mercadoria. Além disso, é das relações sociais com a natureza e com o trabalho que se determina o valor de uso²² e o valor de troca²³ das mercadorias que, por sua vez, realizam o lucro dos capitalistas. Destaca-se nessa relação, não apenas o trabalho, mas a questão espacial.

Considerando que o espaço geográfico não apresenta uma neutralidade, e sim resulta dos interesses de classes, da disputa territorial e dos objetivos do modo de produção vigente, há que se tratar da questão da localização como resultado da interação de múltiplos interesses e determinações históricas. O capital necessita se expandir, conquistar novas áreas de exploração. Marx e Engels afirmaram que:

²⁰ O trabalho, cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso de seu produto, ou no fato de que seu produto é um valor de uso, Marx denominou, resumidamente, de trabalho útil ou concreto (MARX, 2013, p. 119).

²¹ Quando o casaco é equiparado ao linho como coisa de valor, o trabalho nele contido é equiparado com o trabalho contido no linho. Ora, a alfaiataria que faz um casaco é um tipo de trabalho concreto diferente da tecelagem que faz o linho. Mas a equiparação com a tecelagem reduz a alfaiataria, de fato, àquilo que é realmente igual nos dois trabalhos, a seu caráter comum de trabalho humano. Por esse desvio, diz-se, então, que também a tecelagem, na medida em que tece valor, não possui nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, e é, portanto, trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p.128).

²² A utilidade de uma coisa faz dela valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [Warenkörper], ela não existe sem esse corpo [...] o valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo (MARX, 2013, p.11).

²³ O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço (*id., ibidem*)

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial expandiu prodigiosamente o comércio, a navegação e as comunicações. [...] Pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos a burguesia conquista a Terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção e o consumo de todos os países (MARX e ENGELS, 2010, p. 26 e 29).

Nesse contexto, o próprio espaço se torna um produto e passa a ser consumido pelo capital, que se apropria dos ganhos provenientes da localização ideal. Disso emanaria a força da teoria do desenvolvimento desigual criada por Lênin. Assim:

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo. A Inglaterra é a primeira que se transforma em país capitalista, e em meados do século XIX, ao implantar o livre câmbio, pretendeu ser a “oficina de todo o mundo”, o fornecedor de artigos manufaturados para todos os países, os quais deviam fornecer-lhe, em contrapartida, matérias-primas. Mas este monopólio da Inglaterra enfraqueceu já no último quartel do século XIX, pois alguns outros países, defendendo-se por meio de direitos alfandegários “protecionistas”, tinham-se transformado em Estados capitalistas independentes. No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme “excedente de capital” nos países avançados (LENIN, 1916, p. 34).

Em sua teoria do desenvolvimento desigual Lênin (2016 [1916]) aborda o desenvolvimento da economia estruturada pelas diversas economias nacionais, em estágios e tempos históricos diferenciados, além de ser marcada por saltos nas fases evolutivas que são produzidos pela pressão externa pelo desenvolvimento, precipitando mudanças e alterações nos circuitos de funcionamento dos processos.

Löwy (1995) destaca:

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky apresenta uma perspectiva mais complexa, não somente econômica e técnica, mas também cultural e política, permite a Trotsky escapar à concepção evolucionista que fazia da história uma sucessão de etapas rigidamente pré-determinadas e de esboçar uma visão dialética do desenvolvimento histórico

através de saltos súbitos e de fusões contraditórias: “A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados”. Sob o açoite de necessidades exteriores, a vida retardatária é constrangida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (LÖWY, 1995, p. 77).

Tomando como base os pensamentos de Lênin e de Trotsky, é possível afirmar que o desenvolvimento desigual, refletido no espaço, conduz à concentração de atividades econômicas em certas localidades, provocando o valor diferenciado das áreas e constituindo territórios com significados, também desiguais e diferenciados. Determinados pontos do espaço são, por vezes, intensamente utilizados, outros completamente abandonados. A possibilidade de se obter a maior produtividade advinda do trabalho é que vai determinar o movimento do capital em termos espaciais e, obviamente em todas as nuances que envolvem a produção. O capital vai tirar vantagens da força de trabalho barata, da infraestrutura, das condições naturais e políticas em lugares que, num tempo passado pudessem se apresentar completamente abandonados, ao mesmo tempo em que pode de retirar de áreas aparentemente ricas em oferta de recursos para buscar lucros majorantes em novas localidades.

Harvey (2000) corrobora essas ideias:

O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução de barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço através do tempo, é onipresente, tal como é o incentivo para racionalizar a organização espacial configurações de produção eficientes (organização serial da divisão detalhada do trabalho, sistemas de fábrica e de linha de montagem, divisão territorial do trabalho e aglomeração em grandes cidades), redes de circulação (sistemas de transportes e comunicação) e de consumo (formas de uso e de manutenção das residências, organização comunitária, diferenciação residencial, consumo coletivo nas cidades) (HARVEY, 2000, p. 212)

Desse modo, o mercado mundial determinaria a reestruturação produtiva no interior das fábricas e englobaria não somente os processos de produção, mas também a dinâmica do trabalho. Soma-se a isso, a organização espacial em termos de infraestrutura física e social e de forças administrativas; o que pode tornar uma localização favorável ou não. Smith (1988) observa que os capitalistas individuais são perpetuamente levados a escolher localizações

mais vantajosas; além de discutir que a centralização espacial do capital é principalmente uma questão de capital produtivo centralizado. Daí decorre a ideia dos distritos industriais.

Aliado a todos os processos destacados encontra-se a presença do Estado que é necessária para garantir o aporte infraestrutural e as concessões fiscais o que favorece o estabelecimento de uma relação entre o capital (economia) e a política. Assim, a presença do Estado que se torna importante para a reprodução do capital é o tema que abordar-se-á no capítulo que segue.

SEÇÃO II

3 ESTADO, TRABALHO E INDÚSTRIA: O QUADRO DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 1930 A 1990 E AS CONDIÇÕES DE ACUMULAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA.

Três contradições dominam o modo infra e superestrutural de arranjo da acumulação rentista [...] A primeira é a da relação entre o capital rentista e a indústria [...] Nenhum modo de acumulação se sustenta sem base industrial. [...] A segunda é a da relação entre o rentismo e o Estado [...] o Estado é o ponto nevrálgico da contabilidade rentista [...] A terceira contradição, por fim, é a da relação entre o rentismo e a classe trabalhadora [...] É quem, ao fim e ao cabo, paga os tributos e as políticas de restrição, quando não com o próprio emprego.

RUY MOREIRA, 2016

Criado para garantir a propriedade privada (muitas vezes através do uso de violência), para formular e impor leis (dando destaque aqui para as leis trabalhistas) e para gestão da política monetária e fiscal, o Estado assumiu diferentes formas ao longo da história do capitalismo.

Durante três séculos (Séc. XV ao Séc. XVII), na fase pré-capitalista, o Estado do absolutismo europeu abriu espaço para o capital quando expulsou o homem do campo, transformando os camponeses em trabalhadores assalariados, e a terra e seus instrumentos de trabalho em meios de produção dos capitalistas. Após esse período, manteve suas atividades focalizadas na garantia da ordem, na construção e manutenção de infraestrutura, nos processos financeiros e na regulação do trabalho. Nessa linha de pensamento, o capital não existiria sem o Estado, pois suas funções são claramente definidas para o capital.

A visão marxista de Estado o define como um instrumento da classe dominante, como seu gestor, aquele que tem a função de coordenar seus interesses de longo prazo, sem autonomia alguma. A visão estruturalista, por sua vez, aponta o Estado como um agente autônomo, acima das lutas de classes e não mantendo vínculo com nenhuma delas. Seria um regulador da ordem, independente.

O Estado burguês, à luz do pensamento marxiano, dirige as suas ações com o objetivo de regular as relações impetradas pela sociedade civil burguesa no âmbito da produção de mais valia, no sistema capitalista. Nessa perspectiva, o Estado seria uma instância que, na verdade, desfavorece os trabalhadores quando regulamenta a exploração da força de trabalho pelo capital. Dessa maneira, o Estado teria o papel central de “mediar” a relação entre a burguesia detentora dos meios de produção e o proletariado, indivíduos destituídos de suas terras e dos meios de produção, que contam apenas com sua força de trabalho. É nesse sentido que a ideia de Estado que consideraremos nessa tese é apresentada na análise marxiana de Estado adotada por Harvey (2005). Para esse autor:

O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. Além disso, como o capital é essencialmente antagônico ao trabalho, Marx considera o Estado burguês, necessariamente, veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho. O corolário é, naturalmente que o Estado burguês deve ser destruído para se alcançar uma sociedade sem classes (HARVEY, 2005, p. 84 - 85).

O mesmo autor reforça a teoria do Estado capitalista esclarecendo:

Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infra – estruturas sociais e físicas; pré – requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse

próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo (HARVEY, 2005, p. 85).

Desse modo, o Estado capitalista pode ser considerado como uma instância, um instrumento, uma máquina, um provedor a serviço da sustentação e manutenção da sociedade de classes e da garantia da propriedade privada e da regulação do trabalho no sistema. Ademais, o Estado é garantidor das condições essenciais de existência do modo de produção capitalista ao ordenar a economia de mercado e o sistema financeiro com base nos interesses dos detentores dos meios de produção e dos interesses pessoais na direção do lucro. Assim, Harvey (2016) aponta:

[...] o Estado, em suas encarnações pré-capitalista e capitalista, é pre eminentemente uma máquina de guerra envolvida em rivalidades geopolíticas e planos estratégicos geoconômicos no cenário mundial. No quadro de um sistema global interestatal emergente e em contínua evolução, o Estado capitalista procura vantagens e alianças diplomáticas, comerciais e econômicas para garantir sua própria riqueza e próprio poder (ou mais exatamente, a riqueza, o *status* e o poder de seus líderes e, pelo menos, de alguns segmentos da população), melhorando a capacidade dos detentores dos direitos de propriedade de acumular mais e mais riquezas no território onde residem (HARVEY, 2016, p. 51-52).

É evidente que o Estado representa os interesses da burguesia desde a antiguidade, quando, por exemplo, tratava de conter revoltas escravistas. O escopo de funcionários públicos do Estado tinha a missão essencial de policiar e cobrar impostos. Com o passar do tempo, novos cargos foram sendo agregados e o Estado tornou-se um conjunto de burocratas a serviço do capital, perdendo completamente o caráter de regulador da vida social dissociada de um sistema produtivo. Harvey (2005) afirma:

[...] é fácil perceber que uma forma particular de Estado – que podemos chamar de democracia social burguesa – está bem aparelhada para satisfazer as exigências formais do modo capitalista de produção. Esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho. De modo característico, a economia capitalista de troca, com base no mercado, floresce numa liberdade ambígua, que inclui liberdade de

consciência, expressão e emprego, ao mesmo tempo que incorpora a liberdade para explorar, para obter lucro privado às custas do Estado e para monopolizar os meios de produção (HARVEY, 2005, p. 86).

Essa perspectiva de Estado burguês, destacada por Harvey (2005 e 2016), aparece no Brasil desde o período Vargas, quando foi implantada uma política de intervenção do Estado na implantação direta das unidades fabris (manejo de impostos, facilidades na apropriação de áreas para construção de fábricas, entre outros); quanto nas relações de trabalho (que é o foco dessa discussão) e mais uma vez percebe-se o exemplo da ambiguidade da relação entre o Estado e o capital. Harvey (2011a, 2011c) chama a atenção ainda para o artifício de proteção dos direitos do trabalhador, pois por mais que o então presidente Vargas justificasse ao povo que as leis seriam para o bem do trabalhador, a lucratividade do capital se daria pela possibilidade do Estado assegurar direitos que garantiriam a reprodução da força de trabalho sem que o capital precisasse reduzir sua taxa de mais valia, pagando maiores salários.

Com a industrialização avançando, havia a necessidade de uma regulamentação para que o mercado pudesse ser atendido da forma mais conveniente ao capital, sem que isso resultasse em grandes perdas. Alia-se então o discurso da proteção ao trabalhador com o discurso do desenvolvimento industrial para impulsionar o país. Sobre esse aspecto, Andrade (2000) assegura:

[...] o governo de Getúlio Vargas procurou implementar o desenvolvimento do capitalismo no país, a partir de um mercado de trabalho regulado por uma legislação compatível com o novo padrão de acumulação. Ao tempo em que, através da intervenção do Estado, equaciona o problema da debilidade dos setores privados de capital e de uma força social e política da burguesia capaz de financiar o desenvolvimento industrial, bem como da falta de um setor produtor de bens de capital e de insumos básicos para sustentar o funcionamento do parque industrial. Vargas equaciona esses problemas adequando as relações de produção a transformações estruturais e organizacionais, técnicas, administrativas e jurídico-políticas do Estado (ANDRADE, 2000, p. 82).

Vargas tentava seduzir o povo, para que isso lhe garantisse o apoio popular necessário à sustentação do seu governo, ao mesmo tempo em que abraçava o capital oferecendo-lhe condições para o seu desenvolvimento no Brasil. Assim:

[...] Consciente dessa necessidade, estabelece, desde logo, diretrizes legais sistematizadas, com a finalidade de organizar, disciplinar, instaurar uma

racionalidade possível e adequada à mercantilização dos fatores que envolvem as condições mínimas necessárias à reprodução da força de trabalho. Cria o salário mínimo e impõe, dessa maneira, um relativo limite de compra para apropriação do seu valor-mercadoria que atenda a uma nova estrutura produtiva, urbana e industrial para desenvolver-se de forma acelerada.

É com base nesses propósitos que o governo põe em marcha sua reforma, determinando em oito horas a jornada de trabalho (Decreto n.º 21-417-4, de 04.05.1932), seguida de uma legislação para regular as atividades laborais da mulher e do menor (Decretos n.º 21 – 417 – A, de 17.05.1932 e n.º 22.042, de 03.11.1932). Fixa, ainda, medidas como *aviso-prévio, estabilidade e salário mínimo* (Decreto 2.162, de maio de 1940). Por último, consolida estas diretrizes com a *Consolidação das Leis do Trabalho* (Decreto-lei n.º 5.452, de 01.05.1943), que articula as relações trabalhistas à nova ordem capitalista no país. [...] (ANDRADE, 2000, p. 83 – grifos do autor).

Dessa maneira, as leis garantiram que o capital pudesse explorar a força de trabalho sem que isso parecesse algo desregulado e prejudicial ao trabalhador. Obviamente, as leis trabalhistas implementadas por Getúlio Vargas são e foram bastante importantes no contexto do desenvolvimento do Brasil e para a garantia dos direitos do trabalhador ainda nos dias de hoje, contudo, elas não foram criadas com o propósito de proteger o trabalhador em si.

Harvey (2005) destaca o papel estrutural do Estado, quando o mesmo organiza a relação entre os trabalhadores e o capital por meio de leis trabalhistas e dos processos de mediação.

O Estado considerou que a iniciativa privada demandava fôlego e força para impulsionar a industrialização e esse debate passou a ser central nas formulações econômicas e no aparelhamento das ações governamentais. Getúlio Vargas, então, viu um caminho por meio da substituição de importações e a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) serviu como justificativa para a adoção desse caminho.

Como um processo fechado, para atendimento às demandas internas, a substituição de importações teve como cerne a proteção da indústria nacional e o investimento pesado por parte do Estado. Na fase que se abria em 1930, três setores sociais foram fundamentais para o capitalismo: a burguesia mercantil – exportadora, a burguesia industrial e o proletariado. É importante destacar que, nesse trabalho, o foco se volta para a origem de uma burguesia industrial e de um proletariado urbano, a partir do crescimento da indústria.

No desenvolvimento pós 1930, a estrutura promovida pela produção cafeeira abrigou o capital produtivo, comercial e bancário e, por esse motivo, as condições de negociação, a

constituição de trabalho assalariado e as estruturas de comercialização e financeirização montadas estabeleceram as bases para o desenvolvimento de certo capital, inicialmente agrário, para um capital industrial.

Nessa direção, segundo Moreira (2013), o surgimento de uma divisão territorial interna do trabalho envolvendo a agricultura e a indústria, proclama a República e o Estado liberal republicano, inaugurando a transição para a urbano-industrialização capitalista. Esse Estado tem a missão de retirar todos os entraves e plantar as bases para implantação do capitalismo avançado. É esse Estado que:

[...] em nome do agrarismo e industrialismo, implanta a ordem espacial que institui o mercado de trabalho livre na forma múltipla do colonato em terras do café, do morador em terras do açúcar e do seringueiro em terras de extração da borracha; sufoca as rebeliões camponesas de Canudos (1893-1897) e do Contestado (1912-1916) que põem em cheque a aliança cidade-campo agrário-industrial partir do campo; covalida a hegemonia do café quando este explode em crise; coordena a transfiguração do valor de sua forma agromercantil para a forma urbano-industrial a caminho das formas mais avançadas do capitalismo; monta a base de composição orgânica espacial (intraestrutura territorial do capital fixo) requerida pelo capital industrial em vista de uma elevação contínua da taxa geral da produtividade do trabalho; institui a disciplinarização territorial que orienta os movimentos da reprodução (MOREIRA, 2013, p. 47-48).

Na dinâmica espacial e econômica do capital, a indústria se torna o centro de uma economia retalhada, com o meio agrário e o comércio flutuando ao seu redor. Agricultura e Comércio, então, passam a ser sujeitados pela indústria personificada pela burguesia industrial.

Nos anos 1930, durante os governos de Getúlio Vargas, a concentração industrial se afirmava, sobretudo, no centro econômico do país. A crise que abalou a economia mundial nesse período e, as mudanças estruturais dela resultante, ocorreram concomitantemente à organização e instrumentalização da indústria no Brasil. A passagem de economia agrário-exportadora para uma economia industrial, denominada por Furtado (1986) de “economia de transição para um sistema industrial” foi discutida por economistas e empresários sob duas óticas diferenciadas: a da necessidade de intervenção do estado e o contrário disso, a ideia de livre mercado. Sobre isso se pode apontar a divisão de dois grupos: os desenvolvimentistas,

liderados por Roberto Simonsen²⁴ (atinente aos interesses da indústria) e os liberais, representados por Eugênio Gudin²⁵ (do comércio). Esse embate apresentava contradições. Se por um lado Simonsen e Gudin divergiam, por outro, ambos defendiam interesses de frações da classe dominante. O grupo antiliberalista ganhou força ao receber o apoio da classe trabalhadora interessada na industrialização de São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940. Assim, predomina a ideia de protecionismo, nacionalismo e industrialismo. Nesse instante capital e trabalho convergem demonstrando os mesmos interesses e a revolução capitalista contra as forças colonialistas é instaurada no Brasil. Para que a industrialização ocorresse de fato, era preciso que o Estado participasse do processo, principalmente pelo viés do planejamento e da implantação de infraestrutura, como por exemplo, das indústrias de base que seriam criadas entre 1940 e 1949, descritas adiante.

Ainda que, a princípio, houvesse a sensação de que apenas um dos lados dos economistas defendia a causa da industrialização no modelo protecionista, Simonsen e Gudin não mediram esforços para se unir na defesa da propriedade privada dos meios de produção e convocaram o Estado para realizar o seu papel de “organizador” da ordem capitalista, com o objetivo claro de colocar a classe trabalhadora em seu devido lugar: o de apenas vender a sua força de trabalho.

No entanto, após a Primeira Guerra Mundial, a tendência de recusa ao liberalismo ganhou força, contrariando a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo (1772-1823)²⁶ que corroborava a Divisão Internacional do Trabalho. O clima antiliberal, reforçado

²⁴ Nascido em Santos e formado em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo (mais tarde incorporada à USP), Simonsen presidiu diversas companhias e atuou em grandes projetos de infraestrutura urbana e militar nos anos 1910 e 1920. Na década seguinte, seria fundador e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), além de participar do esforço de guerra paulista contra o governo de Getúlio Vargas, em 1932 (FAPESP, 2017).

²⁵ Engenheiro por formação foi o líder teórico da corrente de pensamento neoliberal brasileiro, além de ter sido também um forte crítico a políticas econômicas de sua época. Estudou o liberalismo pela ótica dos países subdesenvolvidos e defendia que a economia brasileira estava em pleno emprego, porém com baixa produtividade, indo assim, contra a ideologia desenvolvimentista que a economia brasileira estava em desemprego. Adversário dos desenvolvimentistas brasileiros, ele via a intervenção do Estado na economia como uma tendência ao socialismo, o que o preocupava, sendo um conservador (NOMIAECO, 2017).

²⁶ Na Teoria das Vantagens Comparativas David Ricardo acreditava que era melhor que um país se especializasse na produção de um menor quantitativo de produtos, com menor custo de produção e que importasse os demais, em detrimento de investir na produção do todo necessário ao consumo de sua população. Desse modo, os recursos naturais disponíveis na base territorial ditariam as regras para a especialização da produção.

pelas ideias de Keynesianismo²⁷, fortalecia o olhar propositivo e positivo sobre a industrialização, com medidas de proteção à indústria nacional. Defendia-se a tese de que era necessário praticar a substituição de importações para garantir o mercado interno de consumo.

Por sua vez, existiam questões preexistentes que determinariam os rumos da indústria brasileira. Para explicar melhor esse processo é importante recorrer à análise de Draibe (2004):

As características da dinâmica da industrialização, entre 1930 e 1961, implicam a delimitação de duas fases específicas. Na primeira, entre 1933 e 1955, "há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas, a industrialização encontra-se restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implantem, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial". Na segunda, entre 1956 e 1961, o surgimento de um bloco de investimentos altamente complementares e concentrados no tempo promove uma alteração radical na estrutura do sistema produtivo, ao mesmo tempo em que a capacidade produtiva amplia-se muito além dos horizontes determinados pela demanda preexistente (DRAIBE, 2004, p. 10-11).

Dessa maneira, a industrialização brasileira, sendo uma das vias de desenvolvimento do capitalismo, passou por três fases: economia exportadora capitalista (1888-1933), industrialização restringida (1933-1955) e industrialização pesada (a partir de 1955); com dinâmicas, modos de funcionamento e dinâmica social estruturadas de formas diferentes representando, tão somente, um dos muitos aspectos que compõem a história de uma nação. A fase da industrialização restringida foi a que apresentou um avanço expressivo no desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho, precondição para a industrialização pesada (DRAIBE, 2004).

Muito embora haja sinais de uma (re) organização, o que aconteceu, de fato foi a instalação de uma dinâmica capitalista encabeçada, obviamente, pela classe proprietária dos meios de produção, anunciando, em conjunto, uma divisão de classes em que o trabalhador

²⁷ Conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego.

começava a ser visto como “inimigo” consolidando um capitalismo de dominação burguesa (FERNANDES, 1975, p.214).

Que condições são necessárias para que a acumulação de capital ocorra em determinada sociedade? A condição necessária para a existência do excedente é que a divisão social do trabalho aumente a produtividade do trabalho. Esta é uma condição necessária, porém insuficiente. É a estrutura de classes, em última análise, o fator determinante da parcela da produção que vai ser consumida imediatamente e a que vai ser reservada para aumentar a capacidade produtiva da economia, que se constitui no excedente. Na medida em que as estruturas produtivas se tornaram mais complexas, a apropriação do excedente assumiu duas formas básicas: a autoritária e a mercantil. A primeira pode ser identificada na escravidão (caso extremo), no feudalismo e no mercantilismo; a segunda, na revolução burguesa do século XVIII que engendrou o capitalismo (PEREIRA, 2011, p. 126 - 127).

Além da burguesia, outro ente do capitalismo teve papel decisivo para a industrialização brasileira: o Estado. Atuando sob a sombra dos interesses de toda uma nação, atendeu às demandas do grupo dominante para expressar o poder de uma só classe travestido do poder e da vontade de todo um povo (HARVEY, 2005 e 2016).

Esse momento do Estado, por assim dizer, é denominado por Fernandes (1975) como um Estado de transição para um Estado capitalista em formação. Assim, o desenvolvimentismo brasileiro tornou-se uma ideologia e um roteiro de ação política e econômica implementada a partir do pós-guerra, sendo pautada na implementação da indústria como meio de superação da pobreza e promoção do desenvolvimento e na importância do Estado que seria o “investidor” em infraestrutura e do planejamento (HARVEY, 2005).

É quase consenso que o desenvolvimentismo se estruturou no Brasil no governo de Getúlio Vargas. Nele, os pilares do referido processo apareceram como medidas implementadas pelo governo, desenhando um novo modelo de relação entre Estado, sociedade, política e economia e defendendo a ideia de que o primeiro conduziria todos os demais, estando à frente da nova noção progressista do desenvolvimento.

A crise de 1929 abriu as portas para o fortalecimento do mercado interno e da expansão industrial brasileira e, ainda que inicialmente fosse fortemente voltada bens de produção (38% das indústrias, em 1940), o Estado preocupou-se também com a autossuficiência industrial no âmbito da produção de bens de consumo em razão da crescente

demandas por esses produtos. Por isso, no Estado Novo (Vargas, 1937-1945), sob a égide do lema de Estado de Compromisso e da política de substituições, o Estado apoiou incisivamente o crescimento da indústria, inicialmente com a criação das indústrias de base que dariam suporte a outros tipos de indústrias.

Para dar impulso às intenções da industrialização, foram criadas a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), a Comissão Executiva Têxtil (1942), a Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), a Comissão Nacional de Ferrovias (1941), a Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944), entre outras. Entre as empresas estatais: a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945). Também foi criada a Companhia de Águas e Energia Elétrica em 1939 e o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1949). Segundo Draibe (2004):

O que importa destacar neste ponto é que, envolvendo ou não formas de representação privada ou corporativa de interesses, e independentemente de sua natureza mais ou menos autônoma (autarquias versus organismos da administração direta), esse conjunto de entidades inscreve e corporifica, dentro da estrutura estatal, a própria regulação da acumulação capitalista, nos seus respectivos setores de atuação. É claro que o grau e profundidade dessas regulações era específico e distinto em cada caso - variando desde um nível apenas geral e superficial, até os casos em que todo o financiamento da produção e regulação do mercado ficou praticamente estatizado. De qualquer forma, o que nos interessa ressaltar é que esses organismos, ao estabelecer as políticas setoriais levando em conta o conjunto do respectivo setor em termos nacionais, objetivavam e abstraíam os interesses concretos envolvidos, de tal forma que as relações intercapitalistas respectivas tinham expressão apenas dentro e por meio daquele aparato estatal. É no interior desses aparelhos que se defrontarão os móveis particularistas - sejam os de caráter regional, sejam os típicos interesses proprietários, no seu afã de privatizar ou orientar, segundo seus desígnios, as políticas estatais (DRAIBE, 2004, p. 80).

As ações de caráter desenvolvimentista e todo o aparato montado para colocar em prática a proposta de “crescimento” do Brasil caracterizaram o papel do Estado na implementação de estratégias para a inserção do país nos circuitos das economias ascendentes. Em paralelo, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) estabelecia a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos acirrando ainda mais o impulso desenvolvimentista, na tentativa de equiparar a produção industrial entre eles.

O que de fato ocorreu, nas fases do capitalismo industrial e do capitalismo financeiro, foi que os países em ascensão econômica não somente passaram a fornecer matéria – prima aos países desenvolvidos como também a fabricar materiais e mercadorias com custo de produção menor do que o praticado naqueles. Assim, o capital financeiro se desenvolve e se especializa realizando investimentos em tecnologia, em conhecimento científico e em criação de novos produtos.

No âmbito da Divisão Internacional e também Interna do Trabalho, a espacialidade brasileira coadunou as ideias de seletividade na realização de funções mediante critérios como a necessidade, a rentabilidade e a segurança de uma dada produção (SANTOS, 2008, p. 61). Essa Divisão Interna reflete o modo de produção predominante e o caráter da economia de mercado, cabendo ao Brasil, conforme dito anteriormente, o fornecimento de matéria – prima e mercadorias para os países desenvolvidos, haja vista o menor valor da força de trabalho que resultou em menor custo de produção em terras brasileiras.

Imerso na teoria do subdesenvolvimento consolidada pelas publicações de Raul Prebisch e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em fins da década de 1940, o modelo de substituição de importações passou a constituir a direção da industrialização brasileira. Junto a isso, a intervenção por meio da criação de estatais envolveu significativos investimentos políticos e econômicos. Dessa forma, de 1930 a 1950 ocorreu uma reordenação do Estado Brasileiro com a politização da economia: intermediação do capital estrangeiro, criação de estatais, órgãos, superintendências, legislação trabalhista (Criação da Consolidação das Leis do Trabalho –CLT-, em 1943). Carteira de Trabalho, salário mínimo e descanso remunerado também são criações da Era Vargas. A ampliação da carga tributária fez do Estado um potencial financista da indústria e a capacidade de financiamento do Estado também foi subsidiada pela formação de fundos como o de óleo e petróleo.

A organização de agências especializadas nos diversos setores como siderurgia, petróleo e comércio além da formação de grupos de técnicos do governo (engenheiros, economistas e outros) reforçou a ideia de expansão industrial, comercial e intelectual no país.

Desde o início da industrialização brasileira, acentuada no período de pós 1930, as relações de trabalho sofreram alterações que marcariam a história das sociedades, desde a configuração dos lugares à vida dos trabalhadores. No período que data da efetiva industrialização, o primeiro movimento de determinaria novos rumos da produção do espaço

estava relacionado aos movimentos migratórios de trabalhadores rurais, que buscavam as cidades sob a tutela da necessidade de “melhoria” das condições de vida. A urbanização ocorria de fato, atrelada à industrialização, que carreava um contingente cada vez mais expressivo na direção das cidades, principalmente aos centros urbanos de maior monta industrial (eixo Sul-Sudeste). Com a migração rural-urbana, a massa de trabalhadores estava submetida às mudanças de hábitos e comportamentos e, ao mesmo tempo, reforçavam a própria indústria, colaborando com a sua expansão haja vista que, a partir de então, tornavam-se consumidores e integravam-se aos circuitos econômicos do qual passavam a fazer parte.

A indústria no Brasil – diferente de outros países nos quais a distribuição espacial das fábricas e empresas aconteceu de forma mais homogênea – teve seu desenvolvimento direcionado às regiões Sudeste e Sul, com a atuação direta do Estado nesse contexto. Posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980 se tornou ainda mais visível por conta dos grandes parques industriais (principalmente na região do ABC em São Paulo); o Centro Sul do país se tornava então o *lócus* da tomada de decisões, pois mesmo quando determinada indústria se instalava em outros locais quase sempre sua sede se localizava naquela região do país, e isto condicionava o restante do Brasil às atividades de planejamento lá centralizadas.

O capital fez o Estado criar infraestrutura (através de rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, abastecimento de energia e água, entre outros itens) para facilitar o desenvolvimento da indústria e o escoamento de sua produção. Draibe (2004) afirma:

De uma à outra fase da industrialização, com autonomia, força e capacidade de iniciativa, o Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, por meio de seus aparelhos e instrumentos, controlou e imiscui-se até o âmago da acumulação capitalista. Do ponto de vista social e político, regulou as relações sociais e se transformou numa arena de conflitos, todos eles “politizados”, mediados e arbitrados pelos seus agentes. Debilitou as instituições representativas e solapou as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos (DRAIBE, 2004, p. 15-16).

O período pós-Vargas é marcado pelo crescimento intenso da indústria brasileira, que viveu diferentes períodos até a redemocratização do país no fim dos anos 80, o Estado disponibilizava todas as suas forças e recursos para desenvolvimento da economia (em especial da indústria) em detrimento do desenvolvimento e da qualidade de vida do povo brasileiro; pois, apesar de possuir índices de crescimento econômico invejáveis, o Brasil

detinha indicadores vergonhosos de saúde, educação, desenvolvimento humano entre tantos outros aspectos considerados importantes na qualidade de vida da população. O país então viveu momentos de saltos consideráveis na industrialização iniciada na Era Vargas. Esse movimento condiz com o que Harvey (2005) considera:

A ascensão do capitalismo foi acompanhada – em alguns aspectos, precedida – pela criação e transformação das instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo. Com a transformação do Estado feudal, emergiu o Estado burguês. As formas do Estado feudal variavam muito; por terem sido as matérias-primas pelas quais os Estados burgueses se moldaram, deixaram sua marca nas formas de Estado contemporâneas (HARVEY, 2005, p.93).

Durante o governo de Juscelino Kubitscheck tem início uma nova relação do Estado com a indústria e o capital, quando o presidente tentou manter um novo diálogo com a sociedade e com a classe trabalhadora. Esse momento foi marcado pela diversificação da indústria e pela ampliação de infraestruturas através de vários equipamentos (energia, comunicação e transporte), que serviram para mostrar como o Brasil se desenvolvia a passos largos naquele período.

As metas do governo de Juscelino Kubitscheck foram responsáveis pela ampliação da economia brasileira e de sua maior abertura para o mercado externo, além de uma maior penetração do capital em diversas outras áreas da economia nacional que até então estavam de fora desse contexto de macro desenvolvimento, como por exemplo, a educação. Esse projeto desenvolvimentista do Brasil seguiu dos anos 1950 até meados dos anos 1970, quando a ditadura militar foi responsável pela estagnação da economia, o que se agravou na década de 1980.

A instabilidade política acabou prejudicando o andamento da economia brasileira; a ditadura foi responsável por sufocar as discussões em torno da economia por parte da sociedade civil e dos grupos oposicionistas devido ao cerceamento da liberdade de pensamento e expressão daquela época. Nos anos que se seguiram a economia continuou cambaleante, mesmo após o fim da ditadura; a alta inflação e as altas taxas de desemprego também contribuíram para que o país vivesse intensamente os efeitos da crise que se iniciava na década de 1970 do século XX.

3.1 Trabalho e precarização no contexto da flexibilização e reestruturação da economia brasileira.

O modo de produção capitalista é, essencialmente, gerador de crises. Essas crises provêm da necessidade permanente de produção de mercadorias e expansão de mercados consumidores, associada à acumulação por meio da exploração do trabalho. Apesar das crises cíclicas, o capitalismo cria estratégias para manejá-las e manter o sistema de acumulação. Assim ocorreu nas crises do século XX tas como as de 1914 a 1918, de 1929 e a de 1975, a crise do fordismo.

Para compreender a crise de meados dos anos 1970, Lisboa (2007) esclarece:

Naquele momento a estagnação econômica mundial levava a perda de competitividade dos estados, fazendo a economia mundo entrar em longo período de estagnação, a fase de contração econômica (WALLERSTEIN, 2003). Nesta fase, a baixa lucratividade, em virtude da superprodução, vai implicar em modificações na direção dos investimentos que passaram da esfera produtiva para a esfera financeira, promovendo a abertura dos mercados financeiros. Fortalece-se, a partir desse momento, a hegemonia americana do futuro, contexto no qual os grandes bancos passam a assumir maior poder de decisão no sistema operando as práticas de valorização do capital fictício (LISBOA, 2007, 138).

O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial composto pelo Banco Internacional para Recuperação do Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), além da Organização Mundial do Comércio (OMC), foram os principais agentes da internacionalização dos investimentos e aplicaram políticas de desregulamentação de atividades econômicas, a liberalização do comércio e incentivaram os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e, principalmente, a privatização de empresas estatais. As ações do Estado, que envolveram a construção de obras faraônicas e criação de estatais somados aos problemas da crise do petróleo deixaram o país à beira da falência, promoveram novos endividamentos e fizeram repercutir na alta inflação, além do inevitável aumento do preço dos combustíveis nas bombas. Por esses e outros motivos:

[...] os anos 1980 representaram um período totalmente adverso. O aumento dos juros internacionais agravou o serviço da dívida e impôs um severo

ajustamento interno da economia, marcado pelas restrições fiscais e monetárias e pelo arrocho dos salários. Com isso, o novo cenário emergente assumiu a forma não só de estagnação econômica, como ainda o agravamento da inflação e das desigualdades sociais (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 169-170).

Nesse quadro, o Estado e o capital então se articulam na direção de um ajuste estrutural, que é a conciliação entre os ditames do movimento do capital internacional com os interesses do Estado-capital. Assim, para tentar se recuperar da crise que assolapou a economia brasileira em 1980 foram utilizados os pressupostos do Consenso de Washington proposto e aprovado em 1989 considerando-os como um marco para a tomada de decisões na busca pelo impulso econômico de que necessitava o Brasil, na visão capitalista. As medidas tomadas pelo Consenso foram: a) Ajuste fiscal: eliminar o déficit público do Estado por meio da limitação de gastos à arrecadação; b) reduzir do papel do Estado na economia e dos cargos públicos; c) privatizar e implementar políticas sociais; d) promover a abertura comercial com redução das alíquotas de importação, estimular exportações e a globalização da economia; e) investimento em infraestrutura básica e; f) por fim às restrições ao capital externo.

No Brasil, foram criados os planos de estabilização econômica tais como os dois Planos Cruzado e o Plano Verão que, entre outras medidas, congelaram salários, preços e câmbios na tentativa de conter a inflação e a esperança de manutenção do poder de compra. Recessão e desabastecimento marcam a década de 1980 no Brasil, o que influenciou na arrecadação e nas altas taxas de inflação, retroalimentando o paradigma neoliberal e disseminando a necessidade de profundas transformações na distribuição de renda, no emprego e na economia como um todo complexo. Assim, o Estado, interventor ao máximo nas relações de ordem diversa e com papel alicerçante do capitalismo, começa, estrategicamente a recuar, minimizando a sua participação quando passa a privatizar, desregulamentar e reduzir a atuação na tomada de decisões.

Emerge a tendência de flexibilização dos processos produtivos, a fragmentação da força de trabalho (padrão toyotista), a extinção das regulamentações das leis trabalhistas. A incapacidade de criar novos postos de trabalho e o trabalho informal incorporou um grande contingente de desempregados e autoempregados. As negociações diretas entre patrões e empregados emergiram com força e marcaram as relações trabalhistas desde então.

A partir da década de 1990 o Brasil começa a se abrir para a política neoliberal, sobretudo, pela demanda do ajuste estrutural descrito anteriormente e do plano de ajuste econômico proposto pelo então presidente Collor, responsável nesse período por iniciar uma flexibilização do mercado de trabalho com vistas ao crescimento econômico. O governo acenava então que priorizaria mais o setor privado em detrimento do estatal e teria uma política externa e econômica com estreitas relações com os Estados Unidos principalmente. Assim, Collor implanta uma política de transferência de serviços, que até então estavam nas mãos do poder público, para a iniciativa privada; todas estas políticas tinham como objetivo alinhar a economia brasileira com a ordem capitalista neoliberal mundial que cada vez mais aumentava seu domínio e seu poderio em vários mercados mundo afora, obviamente, privilegiando o capitalismo central (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, entre outros).

A política econômica iniciada no governo Collor é interrompida após a queda do seu governo, mas tem prosseguimento durante o governo de Itamar Franco. Entretanto, é no contexto político do governo de Fernando Henrique Cardoso, na segunda metade da década de 1990 que ela se consolida, principalmente com o desmantelamento do Estado e a privatização de uma série de empresas públicas – boa parte delas prestando serviços primordiais ao país – num processo que ficou conhecido como ‘privataria tucana’. Desse modo, apesar da aparente retirada do Estado, de fato, ele permaneceu forte na garantia do ajuste estrutural. Segundo Spósito e Santos (2012):

As políticas implementadas demonstraram, claramente, a redefinição da função do Estado, cabendo ao capital privado (nacional e multinacional) o papel de condutor do desenvolvimento econômico. Essa redefinição marcou a opção do governo pelo neoliberalismo, indicando que doravante interessaria mais o mercado, a eficiência e a competitividade das empresas [...] por trás dos mitos das estatais ineficientes e mercado livre como meio para o bem estar social estão a venda de empresas a preço vil, a incorporação de dívida pelo Estado com saneamento antes da venda e empréstimo a juros subsidiados, o aumento das dívidas interna e externa, a concentração setorial, o aumento das tarifas, o não cumprimento das metas de socialização, o aumento das importações e a falência de provedores locais (SPÓSITO e SANTOS, 2012, p. 184).

Segundo a lógica do ajuste estrutural e sendo o seu garantidor, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1997/1998-2002) contava com o apoio de ampla parcela da sociedade conservadora, empresários, industriais, capitalistas e da grande mídia, o que facilitou a implementação de uma política econômica que culminou em arrocho

salarial e desemprego crescente, contudo, esse era o preço a ser pago (pelos trabalhadores) para que o capital pudesse ampliar suas bases de dominação; tudo isso aumentou a tensão entre as bases sindicais e o governo.

A reestruturação da economia brasileira, portanto, iniciou-se na década de 1980, quando o capital nacional se vê obrigado a buscar novas formas de aumentar a participação de mercado mesmo em um momento de retração do desenvolvimento econômico, e para isso foi fundamental a participação do Estado (ainda que em governos diferentes, mas todos seguindo a mesma lógica capitalista) no sentido de oportunizar para o mercado através das duras políticas econômicas postas em execução até o final da década de 1990. Essas políticas foram responsáveis por colocar o país em índices absurdos de dívidas e com as contas públicas completamente comprometidas. Além disso, as privatizações de 36 empresas estatais federais marcaram as políticas neoliberais da época (1991-1999). Entre as empresas privatizadas estavam a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, outras empresas de ferro e aço, de fertilizantes, energia elétrica, bancos e outras.

No entanto, a arrecadação com as privatizações (quase 80 bilhões de dólares) não significou muita coisa para os cofres públicos, haja vista que a dívida brasileira saltou de U\$S 269 bilhões em 1996 para U\$S 881 bilhões em 2002 (OLIVEIRA, 2003). Por conta das baixas reservas e altas constantes do dólar, o Brasil recorreu ao FMI e isso fez a dívida externa subir.

Nesse cenário, o Estado passou a viabilizar uma maior flexibilidade nas relações trabalhistas, nos tipos de contratos, nos direitos dos trabalhadores, tudo isso visando atender ao capital. Segundo Alves (2005):

A principal característica do novo complexo de reestruturação produtiva, que surge na era neoliberal, é seu caráter irruptivo sobre o trabalho, constituindo, a partir daí, um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil. O sentido irruptivo da nova ofensiva do capital na produção decorre, principalmente, do seu caráter sistêmico, que articula (e concentra), num período histórico, com maior amplitude (e intensidade), um verdadeiro complexo de reestruturação capitalista no país (ALVES, 2005, p. 247).

O que se vê é um afrouxamento em alguns pontos da legislação trabalhista, abrindo brechas para que novas formas de contratação pudessesem ser feitas de forma a custar menos ao empregador e consequentemente desonerando o processo de produção. Pode-se citar as novas formas de contratação diferenciadas como fruto dessa dinâmica de reestruturação e

flexibilização, seja por contratação temporária, contratação terceirizada, contratação sem vínculo direto ou quaisquer outras formas semelhantes. O objetivo é o mesmo, desonerar os tributos trabalhistas, reduzir os custos de produção para ganhar espaço no mercado, porém, sem perder a qualidade e quase sempre buscando aumentar a produtividade e a rentabilidade do negócio, ainda que isso custe a precarização do trabalho e afete a qualidade de vida dos trabalhadores. Alves (2005) ainda reforça:

Nos anos 90, o Brasil passou a incorporar uma pauta de problemas sociais característicos do mundo do trabalho no cenário do capitalismo mundial e que são impostos pela nova ofensiva do capital na produção (uma das características estruturais da mundialização do capital). Surge, como novo estigma do mundo do trabalho, o desemprego estrutural e a precariedade do emprego e salário que atinge o pólo “moderno” da classe operária. Além da parcela imensa de “marginalizados” com relação à legislação trabalhista (que em virtude da nova Lei do Trabalho Temporário pode ser parcialmente incorporada, mas com estatuto salarial precário), tende a surgir nova exclusão social no próprio campo da modernidade. A precariedade e a insegurança penetram no núcleo “integrado” da classe de trabalhadores assalariados, atingindo os que ainda mantêm vínculo “formal” de emprego. Desenvolve-se, em maior amplitude, portanto, um mundo do trabalho no Brasil, mais diversificado, mais segmentado, polarizado, que tende a tornar ainda mais difícil a própria constituição da solidariedade de classe (ALVES, 2005, p. 247-248).

Essa dinâmica de readequação do processo produtivo e tecnológica, novas dinâmicas nas organizações do trabalho e das relações trabalhistas são fenômenos diretos de como o capital buscou se reenquadrar dentro do novo cenário macroeconômico do país.

A economia brasileira buscava novas maneiras de se consolidar e de segurar o capital, sobretudo do capital internacional sob a forma de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), dos impérios capitalistas e dos órgãos financeiros e grandes bancos; daí absorver as alterações no campo do trabalho, para atrair os investimentos. O capital teria as condições ideais de extração da mais-valia, exploração da força de trabalho ou qualquer outra forma que o capital considere interessante.

No contexto dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), significado equivalente a empresa multinacional, Chenais discute:

Em meados da década de 70, diversos tipos de incentivos e de restrições impulsionaram as empresas a optar por aquisições/fusões, num momento de farta disponibilidade e contando com novos instrumentos criados no contexto da globalização financeira. Em muitos setores, especialmente os de

alta intensidade de P&D ou de produção de massa, a evolução tecnológica reforçou o peso dos custos fixos (especialmente sob a forma de despesas elevadas de P&D) que essas empresas precisavam recuperar, produzindo para mercados mundiais; bem como as vantagens de poderem aprovisionar, à escala mundial, certos insumos essenciais, especialmente os de ordem científica e tecnológica. Em indústrias já oligopolistas no plano nacional, a única maneira de atingir eficazmente esses objetivos é penetrar em outros mercados, pelo investimento direto (CHESNAIS, 1996, p. 64).

Assim, as iniciativas para ajustamento da realidade econômica no sentido da produção contínua de mais valia passaram pela formação de laços empresariais com o capital internacional que propuseram a flexibilidade do trabalho, um compromisso reduzido das empresas com seus empregados e perversas formas de inserção no mercado de trabalho tais como os estágios e as subcontratações.

Castells (1999) afirma que a economia no contexto da globalização está atrelada à capacidade de gerenciar o conhecimento efetivamente para viabilizar a produção, o consumo e a circulação em escala global. A rede que conecta os agentes econômicos no contexto histórico do capital globalizado abrange as redes empresariais e isso foi possível, também pelos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Na escala global do capitalismo, as empresas passaram a se mover expandindo suas sedes e, por conseguinte, realizando modificações profundas no sistema financeiro e na dinâmica do trabalho.

Nesse contexto, os trabalhadores tornaram-se reféns do mercado e das empresas. Segundo Harvey (2011c), a globalização significa uma reorganização geográfica do capitalismo, e corresponde à sua dinâmica de acumulação. A espacialização do capital produz segregação dos países em desenvolvimento. A intensa concorrência empresarial no capitalismo produz a necessidade de redução dos custos de produção, principalmente barateando os gastos com contratação de força de trabalho e de matéria prima. Nesse caso, os países periféricos acabam por se tornar o *lócus* da possibilidade de redução dos custos das empresas, porém com ampliação dos postos de trabalho menos qualificados e com remuneração mais baixa. De acordo com Antunes:

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo

com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços [...]. Se, por um lado, é verdade que a baixa remuneração da força de trabalho – que se caracteriza como força de atração para o fluxo de capital estrangeiro produtivo em nosso país [...] a combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados e uma melhor “qualificação” da força de trabalho oferece como resultante um aumento da superexploração da força de trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo implantado em nosso país (ANTUNES, 2006, p. 19).

Pode-se afirmar, embasados pelos estudos de Antunes (2004, 2006 e 2010) e Pochmann, (2001 e 2006) que as mudanças no mundo do trabalho e as razões do desemprego desde a década de 1970, estão intimamente ligados à subordinação do país à economia globalizada, às alterações na produção interna e ao aumento das importações, à desregulamentação financeira e taxas de juros altas, à reestruturação das empresas que implementaram inovação tecnológica para redução de contratação.

Segundo Pochmann (2001) as características do desemprego brasileiro sofreram alteração ao longo do tempo. O perfil dos desempregados até o final da década de 1980 condizia com pessoas mais jovens e com pouca experiência profissional. Durante a década de 1990, o maior contingente de desempregados passou a ser caracterizado por pessoas com mais de oito anos de escolaridade, com faixa etária acima dos 49 anos de idade, sendo mulheres chefes de família, brancas, que buscavam a recolocação, além de serem residentes na região Sudeste. Por sua vez, o desemprego foi menor para aquelas pessoas com menor grau de escolaridade, mais jovens, do sexo masculino, não chefes de família, não brancos, que buscam um primeiro emprego e que moram na região Nordeste (POCHMANN, 2001; p.206). Essa importante ressalva corresponde aos rebatimentos sociais e econômicos do capitalismo, que possui faces contraditórias e que são explicadas pelos mecanismos de controle dos ajustes necessários para equacionar a produtividade com redução dos custos.

As investidas do capital contra a massa de trabalhadores brasileiros, de forma mais intensa, se iniciaram na década de 1990. Em muitas oportunidades o capital buscou a redução de direitos e também procurou impor novas dinâmicas no mercado de trabalho, obtendo sucesso em algumas dessas investidas. É interessante também pontuar que, em todos os diferentes tempos históricos, os governos buscaram apaziguar os ânimos dizendo que os direitos dos trabalhadores não seriam afetados e que havia a necessidade de se fazer ajustes

visando um aprimoramento da economia brasileira, contudo, é sabido que a realidade não é exatamente essa. Isso não seria diferente, haja vista que, segundo Mészáros (2011):

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve-se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2011, p. 96).

Dessa maneira, o capital busca a retirada de direitos do trabalhador para impor o seu desenvolvimento à custa da precarização do trabalho em todas as esferas da economia e não somente na indústria. Para a legalização das tiranas formas de gerenciamento da força de trabalho, o capital caminha junto ao Estado que se funde àquele e tem papel fundamental no apoio ao combate às quedas nas taxas de lucro e na manutenção da acumulação. Assim, capital e Estado podem ser vistos como unidade dialética comandada pelos interesses burgueses e desenha a face perversa de um novo imperialismo que confere ao Estado o *status* de mantenedor das condições gerais de acumulação capitalista, agindo de maneira desfavorável ao trabalhador:

[...] o neoliberalismo, ao contrário do que dizem alguns comentadores da direita e da esquerda, não torna irrelevante o Estado nem instituições particulares do Estado (como os tribunais e as funções de polícia). Tem havido, no entanto, uma radical reconfiguração das instituições e práticas do Estado (em especial com respeito ao equilíbrio entre coerção e consentimento, entre os poderes do capital e os dos movimentos populares, e entre o poder executivo e o poder judiciário, de um lado, e os poderes da democracia representativa, de outro) (HARVEY, 2008, p.88-9).

Um ponto importante também a ser considerado diz respeito à participação de sindicatos, diretorias e associações de trabalhadores. Para Antunes (2010):

Junto ao culto do individualismo exacerbado e da resignação social, o capital amplia enormemente – por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente *repressivos*, estes preservados somente para os momentos estritamente necessários – sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de

esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista. É lugar – comum, hoje, em qualquer parte da sociedade produtora de mercadorias, um clima de *adversidade* e *hostilidade* contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista (ANTUNES, 2010, p. 71).

Nessa direção, Fontes (2010) afirma que as grandes greves e lutas dos trabalhadores eram segmentadas e fragmentadas pelo capital monopolista, o qual oferecia melhorias a setores dos trabalhadores, para amortecer os sindicatos e torná-los cúmplices do grande capital. Assim, muitas dessas organizações foram cooptadas no seio do capital a fim de garantir que não seriam opositores aos investimentos sobre os direitos dos trabalhadores na cruzada de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho. Muitos desses sindicatos ajudaram na perda de direitos conquistados, às vezes a duras penas; contudo, para o capital ainda faltava algo, mais direitos poderiam ser retirados e o trabalho poderia ser mais flexibilizado, como bem pontua Andrade ao dizer que:

Nesse contexto, o empresariado brasileiro realiza uma ofensiva e passa a requerer novas formas de flexibilização, além das facilidades de que já dispõe para demissão, contratação e variação do nível real de salário. Agora, dentro de um novo padrão de concorrência inter-capitalista, cuja principal característica é a ampliação da intensidade do uso do capital, isto é, a maximização sem limites das suas possibilidades de apropriação de valores, investindo em duas frentes: 1) conseguir o envolvimento dos trabalhadores através de treinamentos que propagam o modelo de gerência “participativa”, implantando ao mesmo tempo “times de produção”, ou “células de trabalho”; 2) criar formas de flexibilização das relações de trabalho (ANDRADE, 2000, p. 114).

Nesse processo de flexibilização fala-se muito da participação dos trabalhadores na tomada de decisão dentro da empresa, contudo, esse esquema serve como uma maneira de forjar uma participação maior dos trabalhadores junto ao processo de produção, mas que não passa de engodo, com o intuito de transmitir uma falsa ideia de participação.

Além de toda essa problemática, a flexibilização aqui discutida ainda permite, por exemplo, uma maior substituição e rotatividade de funcionários, menos estabilidade, mais facilidade de demissão, desvio de função, hora-extra com valor aquém do considerado justo,

assédio moral, entre outros aspectos que acabam por prejudicar a organização do trabalho e a qualidade do trabalho no que se refere à salubridade e ao conforto do trabalhador. O capital não impõe de forma direta ao Estado que ele aplique as mudanças que julga necessárias para que essa flexibilização ocorra, o lobby existente (no caso do Brasil) dentro das esferas de poder, como Congresso Nacional e presidência da República é imenso, então, o capital consegue que todas essas mudanças sejam aprovadas e postas em cumprimento de maneira totalmente legal, alterando a legislação da forma mais conveniente.

A terceirização é uma importante forma de atingir a diminuição de custos de produção, pois se determinada indústria deixa de contratar diretamente uma parte de seus funcionários e isso incide na diminuição nos seus gastos com pessoal, logicamente, se torna um mecanismo viável para aumentar o poder de competição daquela indústria dentro do mercado em que ela atua. Nesse caso, entra em cena novamente a força do capital frente ao Estado, quando no cenário nacional recente se discutiu um reordenamento na lei que trata da terceirização no trabalho que permitirá aos capitalistas precarizar ainda mais certos setores produtivos; porém, a reação de parte da sociedade civil, organizações de movimentos sindicais, entre outros grupos ainda está em curso²⁸. Essa problematização é apenas um exemplo de como a força capitalista utiliza o Estado para atingir seu objetivo, ainda que o povo (o qual o Estado deveria garantir a mínima proteção e qualidade de vida) sofra as consequências dessa flexibilização.

No quadro da reestruturação produtiva do capital verifica-se um hibridismo resultante da manutenção do modelo fordista de produção com a linha de montagem e a especialização de muitos postos de trabalho. Sobre esse aspecto, Andrade (2000) reforça:

No Brasil, a despeito de toda a convergência de esforços empregados na difusão de inovações tecnológicas e de gestões organizacionais no processo de trabalho, as mudanças em curso, apesar da introdução de elementos do “sistema flexível” de produção, não chegam a romper ainda com os princípios tayloristas na organização do trabalho e da produção. Pois, não podemos perder de vista que no Brasil sempre predominou de maneira efetiva relações tayloristas associadas com o clientelismo e o populismo dirigidas por uma política intervencionista de Estado, incorporando, em setores mais avançados da indústria, elementos do fordismo. [...] (ANDRADE, 2000, p. 109).

²⁸ Sobre essa perspectiva leia-se a Contra reforma trabalhista do governo pós-impeachment de 2016. Ver manifestos jurídicos contra a PL 6787/16.

Apesar das exigências e mudanças, se verifica que a qualificação do operário, muitas vezes não é imprescindível para o desenvolvimento da sua função, coexistindo com os modelos de flexibilização da mecanização toyotista, à multifuncionalização do trabalhador, do sistema *Just-in-time* e da implantação dos programas de qualidade total. Sobre essa hibridização Antunes destaca:

[...] Mas quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, pode-se também constatar que o fordismo periférico e subordinado, que foi aqui estruturado, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram e estão sendo assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro (ANTUNES, 2006, p. 19).

No caso da indústria baiana, esse quadro também estará presente, reforçando a ideia da “mescla” entre os requisitos toyotistas de valorização de uma força de trabalho “qualificada”²⁹ e polivalente, implementando células produtivas robotizadas, dos programas de qualidade total e a precarização das relações de trabalho; que por sua vez, produzem lucratividade de alta monta e o desemprego fruto da combinação de mecanização e baixos salários.

3.2 A espacialização da Indústria Baiana

A industrialização no Brasil se deu de forma tardia se comparado com alguns outros países do mundo. É bem verdade que, em períodos anteriores àquele que se pontua como o início da industrialização brasileira eram exercidas atividades de produção industrial, ainda que em pequena escala, panorama que só tende a se modificar a partir da década de 1930.

A Bahia também acompanhou o ritmo do Brasil em sua atividade industrial, até meados do século XX estava voltada basicamente para a produção interna tanto do estado

²⁹ Sobre o tema da qualificação, nos próximos capítulos, serão apresentados os aspectos que contradizem essa noção, afirmando que, verdadeiramente, o que existe é uma falácia da qualificação, haja vista que o capital se vale, exatamente da falta de qualificação para preencher postos de trabalho nas funções diretas da produção, com baixos salários e alta produtividade.

como do Brasil, essa produção acontecia em pequena e escala e em alguns contextos de forma até rudimentar do ponto de vista do estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Por muito tempo a mão-de-obra utilizada foi a escrava (fato que perdurou até o fim do século XIX). A indústria nesse período era basicamente voltada para a produção de tecidos de algodão, fumo e açúcar da cana. A economia baiana estava quase toda voltada para a produção agropecuária, a indústria servia como forma de beneficiamento dessa produção. Durante muito tempo, o fato de Salvador ter sido a capital da colônia ajudou a impulsionar a economia baiana e também da região Nordeste. A cidade foi, durante séculos, o principal entreposto econômico da colônia e até mesmo da América Latina. Contudo, a partir do instante em que a capital foi transferida para o Rio de Janeiro, Salvador passou a perder essa concentração do fluxo econômico e isso interfere diretamente no desenvolvimento da indústria da Bahia, naquele momento.

Com a diminuição do fluxo econômico para Salvador, a indústria baiana passa a dar suporte e servir como indústria complementar às fábricas do eixo Sul-Sudeste, em especial às de São Paulo e às do Rio de Janeiro. Essa reconfiguração do cenário industrial nacional aconteceu após a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro e se consolidou na virada entre os séculos XIX e XX. Desta feita, Andrade (2000) afirma:

[...] a industrialização tardia na Bahia, embora tenha partido de uma dinâmica nacional de expansão do capitalismo, se realiza e se consolida com base na reconfiguração de interesses entre a burguesia local, o imperialismo e o oligopólio da burguesia do Centro-Sul, processo comandado pelo Estado. [...] esse novo reordenamento das relações inter-regionais que organiza em escala nacional a produção e o mercado, se desenvolve através de um processo de concentração e centralização de riquezas, que tende a drenar recursos da região para atender os interesses dos oligopólios nacionais e estrangeiros (ANDRADE, 2000, p. 127).

Assim, entre outros fatores, conforme destaca o autor, o deslocamento da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, assim como a reorganização no cenário econômico aconteceu também devido aos interesses de grupos oligárquicos que viam condições mais favoráveis para o desenvolvimento de suas estratégias comerciais no Rio; além disso, a crise do setor açucareiro, principal matriz econômica da Bahia, também contribuiu para que Salvador perdesse o posto de principal centro econômico da época. A atividade industrial que até aquele momento estava quase que restrita à Salvador e região entrou em recessão. Nas regiões

do interior da Bahia a economia era voltada para a agricultura e para a pecuária, a cultura do açúcar, do café, do fumo e do algodão era o que sustentava a economia baiana naquele período. Salvador ainda tinha sua importância como polo econômico, contudo, não mais em nível nacional, mas sim numa escala regional, pois ainda era a principal capital do Nordeste, sendo que seu porto também foi bastante importante para que a cidade mantivesse o status de importante centro econômico.

Com o colapso da produção da cana entre o fim do século XIX e o início do século XX a oligarquia baiana ligada à atividade açucareira começa a transferir parte dos seus investimentos para outras áreas, inclusive algumas pequenas indústrias, cuja maior parte se situava na região do Recôncavo Baiano. Essas pequenas indústrias foram importantes naquele contexto, pois, por mais que Salvador não fosse mais o centro econômico da colônia, as indústrias ali instaladas foram responsáveis por dar um novo ânimo à economia local e até mesmo no cenário brasileiro, também foram importantes para o desenvolvimento de uma futura industrialização.

É interessante notar que, neste contexto, as relações de trabalho acompanhavam a mudança do cenário produtivo e econômico, pois, ao passo que a escravidão ia perdendo força (com leis como a do ventre livre e a do sexagenário, antes da abolição de fato) muitos produtores se viram obrigados a buscar novas formas de trabalho para que seus escravos não ficassem ociosos, a maior parte deles trabalhava na produção de açúcar, e com o declínio dessa cultura e o investimento nas pequenas indústrias, muitos escravos foram alugados ou arrendados para empresários que exploravam a sua força de trabalho em atividades diferentes das que eles exerciam outrora; escravos também eram alugados ou arrendados a donos de fábricas e pequenas indústrias para que estes pudessem ser utilizados na produção e no beneficiamento dos produtos regionais.

Na avaliação de Andrade (2000):

A Bahia, em particular a cidade de Salvador e o Recôncavo, que sedia importantes estabelecimentos industriais, cumpre um papel relevante nessa fase de “acumulação primitiva”, embrionária da industrialização brasileira, transição de formas escravistas extintas para um complexo de velhas e novas formas de relações de trabalho recriadas para atender o modelo de desenvolvimento industrial (*sic*). [...] (ANDRADE, 2000, p. 133).

As indústrias baianas tinham uma produção considerada artesanal, dependiam da produção local, visto que utilizavam matérias primas quase que exclusivamente produzidas na

região, também estavam voltadas para o atendimento do mercado interno, sendo que não possuíam investimentos suficientes para fazer sua produção escoar para outras partes do mundo; esse ciclo fez com que a indústria baiana e a economia entrassem novamente em crise, nos idos dos anos 1900. Nessa mesma época, a indústria começava a se desenvolver no Centro-Sul com o aporte do Estado e do capital, processo que na Bahia se iniciou posteriormente:

Em realidade, com a política de substituição de importação, o débil setor industrial de bens de consumo de Salvador e do Recôncavo baiano tornou-se incapaz de competir com a estrutura industrial moderna construída no Centro-Sul a partir de 1930, fundamentalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, que dirigem, a partir daí, a expansão capitalista no Brasil. Essa região passou a constituir o centro dinâmico da economia brasileira, concentrou maiores índices de capital investido e incorporou, no processo produtivo, através de relações capitalistas de trabalho desenvolvidas, numa crescente massa de trabalhadores (ANDRADE, 2000, p. 135).

Desse modo, a indústria baiana atravessou um período sem que houvesse grande crescimento; a concentração do capital voltada para a indústria Centro-Sulista acabou por sufocar, de certo modo a pequena indústria da Bahia.

Somente a partir de 1950 é que a Bahia começa a se inserir tardivamente na mesma lógica capitalista que rege a industrialização do Centro-Sul do Brasil, lógica que não engloba apenas a Bahia como também o Nordeste em si. O capital passa a buscar novas formas de integração regional a fim de ampliar os espaços de sua dominação e consequentemente fortalecer a indústria brasileira e é nessa lógica que a Bahia começa a se interligar ao processo de industrialização em andamento na porção mais ao sul do país, que corresponde também a todo o quadro da indústria nacional. Até antes desse momento, a fraca indústria da Bahia estava basicamente direcionada ao setor alimentício e do fumo e é a partir de então que se inicia a diversificação da produção industrial do estado. Aqui, cabe destacar a participação da indústria petroquímica, que foi a responsável por impulsionar do desenvolvimento da industrialização baiana. O fato do estado da Bahia possuir consideráveis reservas de petróleo a serem exploradas, sobretudo na região do Recôncavo, foi preponderante para a instalação da Refinaria Landulfo Alves e do Centro Industrial de Aratu (CIA) entre os anos de 1950 e 1960

e, posteriormente, o Polo Petroquímico de Camaçari (1978) surge para consolidar a atividade industrial no estado, no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento³⁰

A região metropolitana de Salvador passa a responder quase que totalmente pela atividade industrial no estado devido à concentração desses equipamentos e de outras empresas adjacentes que davam suporte a eles. Além disso, os incentivos fiscais e os equipamentos de infraestrutura mais os serviços básicos de abastecimento e telecomunicações que foram disponibilizados serviram para aumentar a diversificação do parque industrial baiano. Neste ínterim, o fluxo entre a indústria baiana e a indústria do Centro-Sul se intensifica, tanto pela influência do Estado como pelo capital; a indústria local passa a receber mais atenção do capital industrial do eixo de comando Rio-São Paulo.

Nesta complexa reconfiguração de interesses entre a burguesia local e o oligopólio nacional, comandado pelo Estado desde 1930, o que conta como mais relevante é a existência de uma política centralizada, com a finalidade de criar um *mercado nacional*, uma estrutura industrial produtiva, e o aprofundamento da divisão social do trabalho que a burguesia tanto regional como nacional mostrava-se incapaz de realizar. Em consequência, o novo reordenamento das relações inter-regionais que organiza em escala nacional a produção e o mercado se desenvolve através de um processo de concentração e centralização favorecido pela independência relativa do capital financeiro, o qual tende a drenar recursos da região para atender necessidades de interesses dos oligopólios nacionais e estrangeiros. Como movimento paralelo a este mesmo fenômeno, surge também um deslocamento populacional para a região Centro-Sul, na forma de migração interna de grandes contingentes de trabalhadores da região nordeste, para formar o grande “estoque” da força de trabalho desqualificada, submissa e disponível à indústria da construção civil e de transformação (ANDRADE, 2000, p. 141 – grifo do autor).

³⁰ O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) foi elaborado durante o governo Médici (1969 – 1974) em meio à discussão sobre livre mercado e previa “influência crescente do governo, mediante expansão dos investimentos e uso da capacidade regulatória” (CAMPOS, 1974, p. 69). Foi então que surgiram projetos de infraestrutura voltados para a integração nacional e expansão siderúrgica, petroquímica, de minérios e telecomunicações. O objetivo era favorecer as exportações com apoio de agências federais (a exemplo do BNDES) e do mercado internacional de capitais.

Nessa época o governo Brasileiro estimulou a interiorização industrial controlando políticas setoriais, recursos financeiros e investimentos infraestruturais. Após o choque do petróleo de 1973 e com a elevação do endividamento externo (usado como estratégia de desenvolvimento) foi elaborado o II PND, em 1974. A pretensão era aumentar o PIB em 10% ao ano, substituir importações, aumentar a produção de petróleo e a geração de energia, exportar matérias – primas, desenvolver o sistema de transportes de cargas e o sistema de estocagem de produtos.

Assim, o processo de industrialização na Bahia (ocorrido de forma parecida em outros estados) também se constitui como uma forma de dominação do capital no território nacional e ampliação de suas bases a fim de instalar as condições necessárias para sua reprodução e garantir o discurso desenvolvimentista do Estado. Para o governo local e a classe dominante era o discurso ideal para explorar a força de trabalho local e barata e alimentar a ideia da geração de empregos para melhoria de vida; as indústrias conseguiam ampliar seu sistema de produção e reduzir o custo devido aos incentivos fiscais (sistema 34/18)³¹ e gastos menores com os trabalhadores quando comparados aos praticados no Centro-Sul. Todas essas práticas estavam atreladas.

Nos anos que se seguiram, a região metropolitana de Salvador e do Recôncavo exploraram bastante a atividade industrial voltada para o setor petroquímico, pois a região dispunha de grandes reservas de petróleo que passaram a ser exploradas pela Petrobrás; assim sendo, várias outras indústrias foram surgindo para dar suporte ao setor petroquímico, entre elas indústrias siderúrgicas, químicas e áreas afins. A localização privilegiada da Bahia em relação ao Centro-Sul (mais próxima da Europa) foi um facilitador na ampliação das bases industriais, visto que encurtava a distância no momento da exportação, além de todos os recursos colocados à disposição pelo Estado. Entre 1970 e 1980 a diretriz nacional traçada no II PND orientava para o desenvolvimento socioeconômico através de uma industrialização matricial de base tais como as indústrias de bens de capital, intermediária e de produção de eletrônicos. Além disso, o plano tinha como medida focal, a redução das disparidades regionais e a centralidade econômica paulista.

O desenvolvimento e o fortalecimento da indústria petroquímica nos anos de 1970 e 1980 fez com que o setor fosse responsável por elevar o PIB da Bahia e responder por boa parte dele, porém, a distribuição dessa riqueza não era feita de forma igualitária e por mais que a Bahia crescesse vertiginosamente na sua economia, ainda sustentava índices vergonhosos de pobreza e desenvolvimento humano.

³¹ Os incentivos fiscais, conhecidos como Sistema 34/18, foram assim designados por referirem-se ao Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, que criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste (GOODMAN & CAVALCANTI, 1974).

O Sistema 34/18 baseava-se na relação entre três agentes: a empresa optante (ou depositante), a empresa beneficiária (ou investidor) e a SUDENE. A empresa optante era a pessoa jurídica, situada em território nacional, que poderia deduzir do seu imposto de renda, determinada parcela a ser investida no Nordeste. A beneficiária era responsável pela elaboração, implantação e desenvolvimento dos projetos a serem implantados no Nordeste. Já a SUDENE, era responsável pela aprovação e fiscalização da aplicação dos recursos, de acordo com os planos traçados para o desenvolvimento regional (CARVALHO, 2008).

A partir da década de 1970 teve início um processo mais consistente de espraiamento da indústria baiana para áreas além da região metropolitana de Salvador e do Recôncavo, nesse contexto destaca-se o CIS – Centro Industrial do Subaé localizado em Feira de Santana, que embora tenha sido implementado no início dos anos 1970, somente a partir da década de 1980 é que de fato ganhou destaque e se tornou um polo secundário da indústria no estado. Nessa mesma lógica é criado o Distrito Industrial dos Imborés, em Vitória da Conquista no ano de 1972. Ambas as cidades eram consideradas como vetores de desenvolvimento no interior do estado naquela época, por isso foram escolhidas para receberem os respectivos centros industriais. Como a região de Salvador contava com um considerável desenvolvimento industrial, o capital então necessitou de novas áreas para expandir sua dominação no sentido de que os incentivos fiscais e mais uma vez a mão-de-obra barata (quando se compara a mão-de-obra do interior em relação à da capital) são estímulos para que novas áreas sejam incorporadas a esse processo; e o Estado, por sua vez, vai utilizar novamente do discurso desenvolvimentista para garantir a dominação política da população dos locais que serão influenciados pela implantação desses distritos.

De acordo o Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés os objetivos para a industrialização do interior do estado seriam os seguintes:

Aumentar a renda e assegurar empregos em escala ascendente, a fim de reduzir o fluxo da mão-de-obra em demanda aos maiores centros urbanos, permitindo uma relação mais equilibrada entre os centros polarizadores sub-regionais e a Área Metropolitana de Salvador.

Criar condições para o desenvolvimento industrial mediante uma oferta estável e elástica de terrenos industriais, a custos econômicos, em áreas bem localizadas e racionalmente zoneadas e equipadas.

Promover a criação de empresas industriais voltadas para o aproveitamento dos cursos regionais, que induzem o crescimento dos demais setores produtivos através da dinamização do setor secundário.

Orientar a implantação industrial no sentido de uma integração com o núcleo urbano e suas diversas funções e, especialmente, com as áreas habitacionais, emprestando-lhe a mais completa permeabilidade no sentido de impedir que se transforme em zona de difícil penetração (BAHIA, PLANO DIRETOR DO DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS, 1973, p. 9).

O governo do estado realizou à época diversos estudos para estabelecer critérios para a escolha das cidades que receberiam os distritos industriais, esses estudos se basearam principalmente em dados socioeconômicos e demográficos fornecidos pelo próprio estado e também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a partir desses estudos se

traçou um planejamento para a execução e implantação dos distritos, considerando toda a logística necessária para essa implantação e toda a infraestrutura que deveria ser disponibilizada para que ela se concretizasse. Além de Feira de Santana e Vitória da Conquista na Bahia, também foram definidos outros municípios que receberiam atenção especial para o desenvolvimento industrial do estado, como Ilhéus/Itabuna, Jequié, Juazeiro e a região Extremo Sul.

Na década de 1970, a estratégia do Estado de incentivar o crescimento do Brasil subsidiado pelo endividamento resultou na modernização de parques industriais, utilização de novos métodos de produção com aporte de novas tecnologias, também no setor agrícola.

O endividamento externo contabilizado em meados da década de 1970, somado às duas crises do petróleo (1973-1974 e 1978 e 1979) reduziram os empréstimos, o que dificultou o financiamento da indústria e da infraestrutura.

Os investimentos em mecanização do campo e a “expulsão” do homem do campo pela perda da terra, assim como o desemprego, acarretaram na intensificação da mobilidade do trabalho. Associado a esse problema, entre os anos de 1981 e 1983 houve uma retração da produção industrial acabando por compor todo o cenário de recessão no Brasil. Ainda na década de 1980, a solução para o desenvolvimento do setor industrial foi encontrada no financiamento interno com agentes como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), além dos fundos nacionais para o desenvolvimento regional (SPÓSITO, 2012; ALVES, 2000; ANTUNES, 2006; SANTOS, 2008).

Na tentativa de vencer a crise que se instalava, o financiamento interno, os anos 1980 e 1990 (nos quais imperou uma grande crise econômica no Brasil), foram caracterizados pela ampliação das unidades fabris na Bahia. Esse processo foi bastante influenciado pela ação do governo estadual na implantação de indústrias em municípios do interior, visando a geração de empregos, a dinamização da economia do estado e o fortalecimento da industrialização baiana. Com o pólo industrial de Salvador estabelecido, as atenções se voltaram para os distritos industriais ainda em crescimento e mesmo para os municípios que não possuíam distritos, mas que apresentavam capacidade para receber investimentos dessa ordem; nesse período aumentou a diversidade da indústria baiana e algumas cidades e regiões do estado foram se especializando em nichos específicos da indústria. Atualmente, estão disponíveis, 16 modalidades de financiamento industrial no Estado da Bahia (BAHIA, SUDIC, 2016).

Assim, a Bahia conta, atualmente com 14 distritos industriais (FIGURA 1), com vocação específica (BAHIA, SUDIC, 2016). O Distrito Industrial dos Imborés, localizado em Vitória da Conquista, tem vocação industrial nos setores de Produtos alimentares, Minerais não-metálicos, química, metalurgia e mecânica, perfumaria, sabões e velas e bebidas.

FIGURA 1 – Bahia: Localização dos distritos industriais - 2016



Fonte: SUDIC, 2016.

É preciso ressaltar a participação de pequenas indústrias locais nesse processo, tanto nos municípios maiores quanto nos menores; a facilidade de crédito para pequenos investidores possibilitou que a economia local fosse beneficiada e pudesse aprimorar sua técnica e investir numa ampliação de mercado, fenômeno esse que não se aplica somente à Bahia, mas ao Brasil como um todo. Porém, as indústrias de médio e grande porte ganham destaque no contexto da industrialização pelo fato de contarem com o apoio do grande capital e também com o apporte do Estado para sua instalação.

Ao longo dos anos, a Bahia travou diversas disputas (a chamada guerra dos lugares) aliando-se com outros estados, principalmente os do Nordeste e em especial Pernambuco, buscando a instalação de indústrias na região. Esse cenário ocorre dentro do contexto de

descentralização das bases produtivas industriais no país. Assim, a reestruturação produtiva se alinha ao surgimento de novos e propícios arranjos descentralizados, com novas formas de articulação entre empresas e entre essas e os lugares. Os novos arranjos espaciais da indústria tiveram como principais causas a política de interiorização e desenvolvimento proposta no PND, a ampliação da rede de transportes, a “guerra fiscal” entre os estados e a oferta de força de trabalho desqualificada e barata nas regiões mais pobres do país. Talvez por isso, as indústrias com know-how mais complexo e as empresas de tecnologia tenham permanecido nos grandes centros industriais do país.

A nova configuração espacial que se propõe com a suposta desconcentração industrial, considerando a acumulação capitalista, encontra aporte na flexibilidade das relações de produção e é esclarecida por Benko (2002, p. 238) quando este afirma que flexibilidade deve ser “[...] entendida também como a possibilidade para empresas, de se subtrair a uma parte dos saques sociais e fiscais e, mais geralmente, de se libertar das regulamentações públicas que lhes limitam a liberdade de ação”. O autor ainda arremata dizendo que “emergem novos espaços de produção ao reorganizar o sistema produtivo” (op. cit.).

A disputa por novos lugares também pode servir de mote para ataques políticos, quando um Estado perde a instalação de uma determinada indústria para outro que oferece ‘melhores condições’. Do mesmo modo, quando a Ford se instala na Bahia isso se tornou discurso inverso.

Assim, o processo de industrialização no estado se consolida com a implantação de novas indústrias no interior, em setores diversos, e pelo aumento da participação da indústria no bojo da economia baiana.

3.3 Vitória da Conquista/BA: caracterização do município e industrialização

A área onde hoje se encontra o município de Vitória da Conquista foi habitada no passado por três grupos indígenas pertencentes ao tronco Macro-Jê, os Mungoiós, os Pataxós e Imborés³². Esses três grupos dominavam a área conhecida como Sertão da Ressaca que

³² Conta-se que um negro não escravo chamado João Gonçalves da Costa, obediente à Coroa Portuguesa, recebeu autoridade para agir em nome de Deus e da Coroa, na dominação dos territórios ainda inexplorados o

compreendia as margens do Rio Pardo na parte mais ao Sul e Sudeste e do Rio das Contas ao Norte e Nordeste; assim, o território atual de Vitória da Conquista encontra-se nessa área conhecida como Sertão da Ressaca (PMVC, 2016).

A dominação do território pelos portugueses se iniciou por volta de 1700. O fato da região onde se encontra Vitória da Conquista estar situada entre duas áreas com grande concentração de ouro e pedras preciosas (Minas Gerais e Chapada Diamantina) propiciava a circulação de bandeirantes³³ que buscavam novas áreas de exploração mineral, contudo, a região não possuía tais recursos.

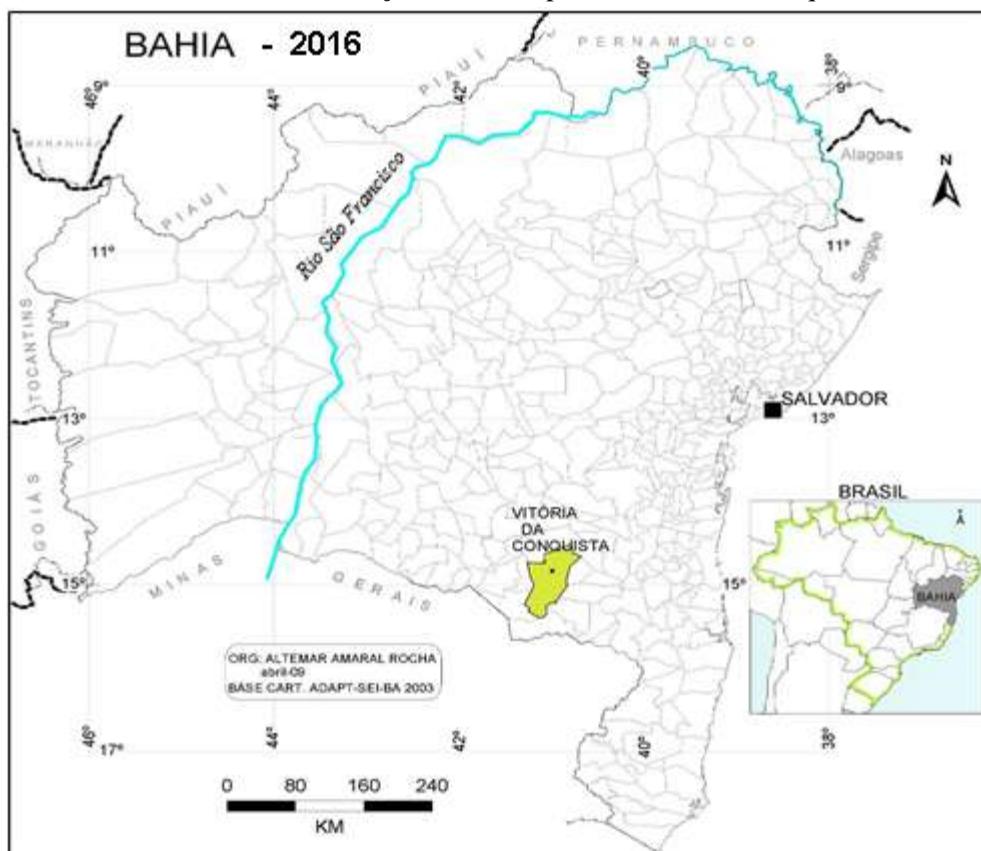
No período que se seguiu, durante o século XIX, grande parte da mata nativa foi derrubada para dar lugar aos pastos. As condições naturais favoreciam a presença da pecuária³⁴. O Arraial da Conquista se tornou ponto de parada para os grupos que tocavam

que lhe conferia também o título de homem livre, apesar de negro no período em que a escravidão ainda era vigente. João Gonçalves foi o responsável por dominar a área do Sertão da Ressaca e expulsar os grupos indígenas ali habitantes, cuja parcela considerável foi morta pelos homens comandados por ele. Os primeiros a serem dominados foram os Imborés, que resistiram duramente às investidas dos desbravadores, contudo, os Mongoiós, que disputavam o território com os Imborés se aliaram aos homens de João Gonçalves e os ajudaram nas lutas que eram travadas na região e assim os Imborés foram derrotados. Os Pataxós também foram afrontados pelos dominadores portugueses e muitos foram mortos, os sobreviventes, porém decidiram se refugiar em outras regiões e partiram para áreas do Sul da Bahia onde um pequeno grupo ainda mantém os hábitos culturais até os dias de hoje. Os Mongoiós mantiveram relações amistosas com o grupo de João Gonçalves durante algum tempo, visto que, em épocas anteriores ajudaram na remoção de outras tribos indígenas da área dominada, entretanto, os Mongoiós foram dominados e utilizados como mão-de-obra escrava para a abertura de estradas, construção de casas e no desmatamento da floresta nativa, assim, ensaiaram uma rebelião e duelaram mais uma vez contra os bandeirantes. Essa batalha durou alguns dias e os homens de João Gonçalves já não mais tinham forças para continuarem, este então, armou uma emboscada para os índios quando os convidaram para uma festa que significaria uma trégua entre as duas partes; após os índios se embriagarem os homens de João Gonçalves se aproveitaram e assassinaram a todos, homens, mulheres e crianças no episódio que ficou conhecido na história de Vitória da Conquista como o banquete da morte, os Mongoiós foram dizimados. O mesmo João Gonçalves da Costa adquiriu muitas criações de gado, o que fez a riqueza de sua família e também lhe conferiu o domínio na criação de bovinos na região durante várias décadas.

³³ Foi nessa época que chegou às terras o bandeirante português João Gonçalves da Costa, conhecido por ser um homem bastante violento e exterminador de indígenas, ele também fundou o Arraial da Conquista, a primeira povoação que posteriormente daria origem à cidade de Vitória da Conquista.

³⁴ O município de Vitória da Conquista situa-se numa faixa considerada de transição entre os biomas da Mata Atlântica e da Caatinga, na porção mais ao leste do território onde o município faz fronteira com Barra do Choça e Itambé, por exemplo, a vegetação predominante é mais próxima daquela característica de áreas de Mata Atlântica, ainda que a maior parte já não exista mais como originalmente devido ao desmatamento que deu lugar à pecuária; na parte mais ao oeste, na divisa com Anagé, a vegetação da Caatinga é que compõe a paisagem natural como também o aspecto dos solos (PMVC, 2016). O município situa-se entre as bacias do rio Pardo e do rio de Contas; sendo o relevo predominante o do tipo planalto, nas partes mais altas da Serra do Periperi a altitude alcança os 1.110 metros, enquanto a altitude média do município está em torno de 900 metros e essa altitude é responsável por equilibrar o clima em Vitória da Conquista, pois, mesmo estando numa localização de

MAPA 8 - Bahia: Localização do município de Vitória da Conquista



Fonte: BAHIA, SEI, 2016.

Organizado e Elaborado por: ROCHA, Altemar A., Abril de 2009.

gado das Minas Gerais para o litoral da Bahia. Durante um grande período a economia da região de Vitória da Conquista permaneceu basicamente atrelada à pecuária, com grandes áreas de matas devastadas para cederem lugar aos pastos para a criação de gado, além da pecuária, parte dos mantimentos básicos era produzida na região por pequenos agricultores.

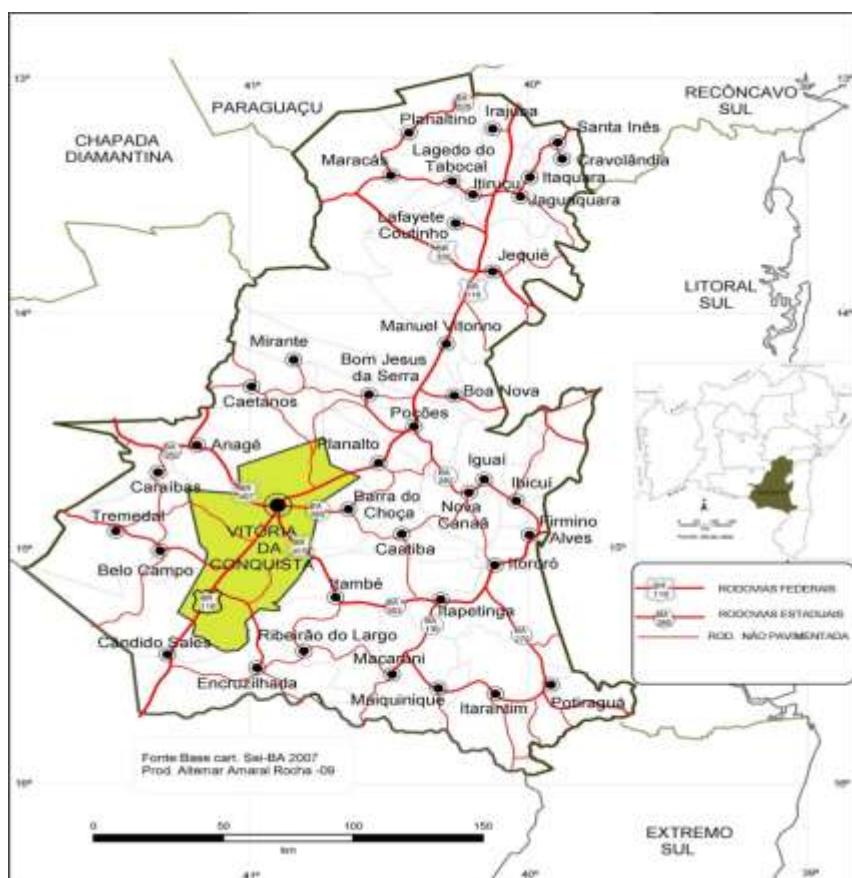
A abertura de estradas que ligavam Vitória da Conquista a outros municípios foram importantes para impulsionar o crescimento da cidade³⁵; naquele momento da história, Vitória da Conquista amadurece sua vocação para o comércio, o fato de ser ponto de ligação entre o

clima predominantemente seco o município alcança mínimas bem abaixo da média da maior parte dos municípios baianos, a temperatura média fica em 20°C e no inverno chega-se a registrar temperaturas inferiores a 7°C; o regime de chuvas acompanha o calendário comum do clima semiárido com os maiores volumes ocorrendo entre novembro e março.

³⁵ Em 1840 o Arraial deixa de ser distrito da Vila de Caeté e passa a ser denominado de Vila Imperial da Vitória. Em 1891 a Vila é emancipada e torna-se cidade, seu nome passa a ser Conquista, em 9 de novembro é constituída a câmara municipal de vereadores e fica considerada esta data como o aniversário da cidade.

Oeste da Bahia e o Norte de Minas Gerais com o litoral de Ilhéus coloca a cidade como importante vetor da economia baiana ainda no século XIX. No início do século XX, Vitória da Conquista era tida como um importante centro urbano do interior da Bahia e já polarizava diversos outros municípios vizinhos. Na década de 1940, a abertura da rodovia Ilhéus-Lapa favoreceu o crescimento da cidade; nesse mesmo período, mais precisamente em 1943, o nome do município é alterado para Vitória da Conquista. Em 1963, foi inaugurado o trecho da BR-116, que corta a cidade, pelo então presidente João Goulart, a Rio-Bahia foi mais um equipamento que contribuiu para a dinamização da economia não apenas da cidade em si, como de todos os municípios próximos. A sede do município, a cidade de Vitória da Conquista, situada a 900 metros de altitude, se localiza em torno de três eixos rodoviários: no sentido norte-sul, a BR 116 (Rio Bahia), que permite o acesso tanto ao Centro-Sul como ao Norte e Nordeste, no sentido Leste-Oeste, a BA-415 (Conquista - Itabuna) com acesso ao litoral, e a BA-262 (Conquista - Brumado) que possibilita acesso ao Oeste do Estado e é a principal rota de entrada para a região Centro-Oeste do país (MAPA 9).

MAPA 9 – Sudoeste da Bahia: Malha viária, 2016



Fonte: BAHIA, SEI, 2016.

Organizado e Elaborado por: ROCHA, Altemar A., 2009.

Na década de 1970, a economia de Vitória da Conquista esteve voltada para a cafeicultura, através de um plano de expansão desta cultura implementado pelo governo federal na época, não apenas Vitória da Conquista, mas os municípios de Planalto, Barra do Choça e Poções também potencializaram suas economias com base no cultivo do café.³⁶ O clima favorável, o solo produtivo e a abundante oferta de força de trabalho foram fatores essenciais para o desenvolvimento da cultura cafeeira na região, o que inclusive, fez o café de Vitória da Conquista ser conhecido em diversas partes do mundo, todavia, em meados dos anos 1980 o café entra em crise na região³⁷ e deixa de ser o ponto forte da economia do município. Na década de 1990, a cidade se consolida como pólo concentrador de serviços, sobretudo nas áreas de saúde, comércio e educação.

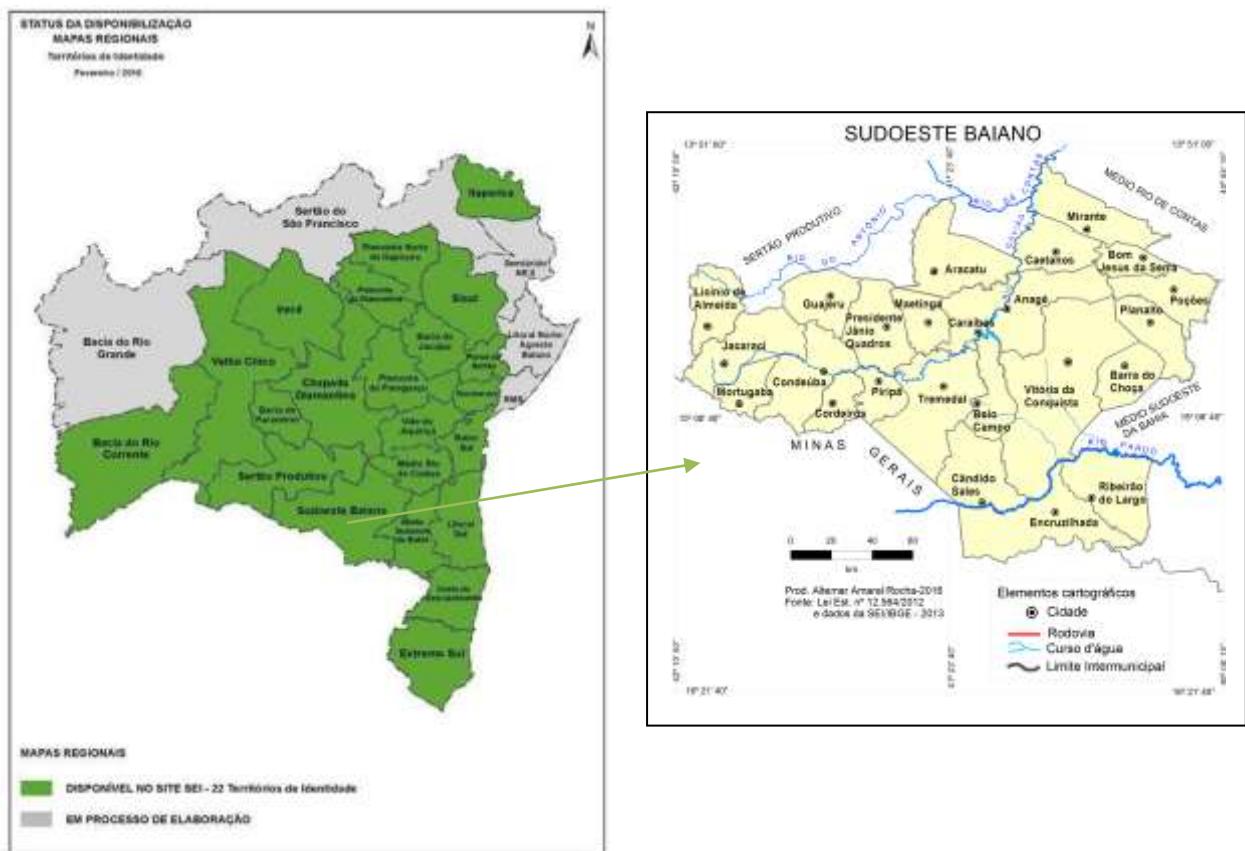
O município de Vitória da Conquista situa-se na porção Centro-Sul do estado da Bahia; pela divisão mesorregional o município é classificado como pertencente à região Sudoeste, contudo, com a nova metodologia de divisão regional adotada pelo estado da Bahia através dos Territórios de Identidade – TI, o município de Vitória da Conquista passa a pertencer ao Território de Identidade número 20 que antes recebia o nome do município e passou a ser denominado, a partir de 2016, de Território de Identidade do Sudoeste Baiano (MAPA 10).

³⁶ Em 1972, Vitória da Conquista - BA foi contemplada pelo Plano de Renovação e Revigoramento da Cafeicultura, do Governo do General Médici. O objetivo do plano era ampliar a área semeada de café, produto bastante valorizado nesse período. Foram oferecidos subsídios aos interessados em abrir cafezais. Isso fez com que muita gente passasse a cultivar café nos municípios de Vitória da Conquista, Planalto, Poções e no recém-criado Barra do Choça, entre outros. As lavouras de café multiplicaram-se em poucos anos. Em 1975, em Conquista, foram colhidas 840 sacas; em 1983, este número subiu para 13.179. Pressionados pelo poderio dos novos produtores, pequenos agricultores foram tirados de suas terras, seja por meio da compra e venda, quando eram proprietários, seja pela expropriação, no caso dos não-proprietários. Homens, mulheres e crianças eram contratados temporariamente, com proventos que variavam de acordo com a fase trabalhada, entre o plantio e a colheita (BRASIL, IBGE, 2016).

³⁷ A crise do café na região de Vitória da Conquista – BA no período assinalado se inscreve na grande crise que afetou a década de 1980. A conhecida “década perdida”. No período que vai de 1980 a 1990, o Brasil viveu a crise da dívida externa, por sua vez, inscrita na crise mundial do petróleo que fora iniciada em 1973. A recessão mundial fez com que o consumo fosse desacelerado refletindo em muitos produtos e, não foi diferente com o cacau e o café. A financeirização, os desvios e mau uso dos empréstimos contraídos pelo Brasil, além das altas taxas de financiamento cobradas, foram motivos suficientes para que a crise se instalasse. Em abril de 1980, trabalhadores rurais de Vitória da Conquista e Barra do Choça realizaram um grande movimento grevista, exigindo diária mínima de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros); equiparação salarial entre homens e mulheres; hora extra e benefícios; escolas e água potável. Números inexatos dão conta de dez mil grevistas (BRASIL, IBGE, 2016).

De acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2015) o TI Vitória da Conquista está localizado entre as coordenadas 14° a 15°45' de latitude sul e 40°15' a 42°45' de longitude oeste, ocupando uma área aproximada de 27.275, 6 km² e que equivale a algo em torno de 4,8% do território do estado e abrange os municípios de Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Figura 2 – Sudoeste Baiano: Territórios de Identidade



Fonte: Bahia, SEI, 2016.

Organizado e Elaborado por: ROCHA, Altemar A., 2015.

A cidade de Vitória da Conquista tem uma região de influência direta que inclui, aproximadamente, 97 municípios da Bahia e do norte de Minas Gerais (MAPA 10), abarcando uma população que gira em torno de 2,2 milhões de habitantes; essa influência se

dá devido à sua concentração sobretudo na área de serviços como saúde, educação e comércio o que coloca o município como um dos maiores polos de desenvolvimento do país. Como foi dito anteriormente, a malha viária que entrecorta a cidade inclui Vitória da Conquista numa posição de entroncamento, favorecendo o fluxo entre ela e outros diversos municípios.

A área territorial do município (segundo o IBGE) em km² é de 3.704,018 que possui onze distritos, a saber: Bate-Pé, Cabeceira da Jiboia, Cercadinho, Dantelândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião e Veredinha; faz divisa com os municípios de Cândido Sales, Belo Campo, Anagé, Planalto, Barra do Choça, Itambé, Ribeirão do Largo e Encruzilhada; o município dista 509 km da capital do estado, Salvador.

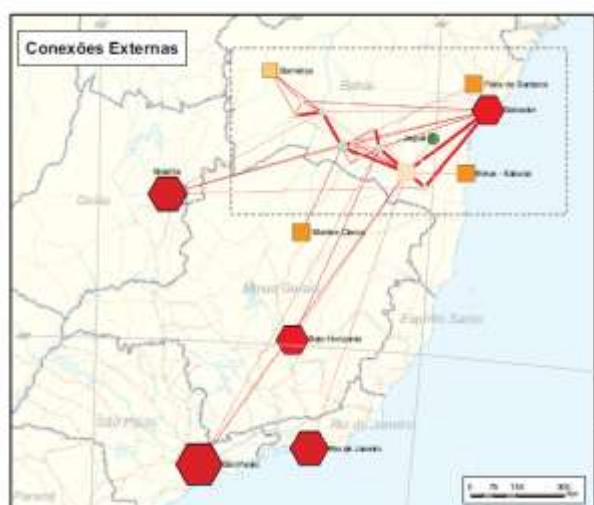
Terceiro município mais populoso do estado da Bahia, a população de Vitória da Conquista, segundo o IBGE no Censo Demográfico de 2010 era de 306.866 habitantes, com uma densidade demográfica de 91,41 hab/km²; e ainda segundo o IBGE a estimativa populacional em 2015 era de 343.230 habitantes. Vitória da Conquista observou um rápido crescimento populacional num intervalo de quase 20 anos, no Censo de 1991 a população era de 225.091 habitantes e nesse período aumentou em 81.775 pessoas; quando comparado o crescimento da população entre 1991 e a estimativa de 2015 o resultado é um crescimento de 118.139 pessoas a mais num período de 24 anos. Vitória da Conquista observou um crescimento populacional vertiginoso num período de pouco mais de 20 anos e tem sido reconhecida como importante pólo educacional. Essa característica tem uma importante representatividade no tocante à geração de empregos não apenas em nível local como tem atraído cada vez mais pessoas de outras cidades, sobretudo das pequenas cidades circunvizinhas. Em 2010, a população urbana era de 274.739 e a rural de 32.127 pessoas e a taxa de urbanização ficou em 89,5%, do universo populacional do município 147.879 pertenciam ao sexo masculino e 158.987 do sexo feminino³⁸.

O município de Vitória da Conquista apresenta um quadro socioeconômico diversificado se comparado à maior parte dos municípios baianos. De acordo com o IBGE,

³⁸ Quanto à classificação por raça, 99.595 indivíduos se declararam de cor branca, enquanto os pretos representaram 31.082, os amarelos somaram 1.397, enquanto o maior grupo de cor são os pardos que foram contabilizados em 174.436, em menor número estão os indígenas com 354 e 2 pessoas não se declararam, também de acordo o IBGE. Pelos registros do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 224.429 eleitores estiveram aptos a votar nas eleições de 2014, e desde 2012 Vitória da Conquista passou a ter a possibilidade de 2º turno nas eleições municipais devido ao número de eleitores superar a marca de 200.000.

em 2014, a participação do setor agropecuário no Produto Interno Bruto do município com seu valor adicionado bruto (VAB) foi de 87 milhões de reais, o PIB da indústria girou em torno de 632 milhões e o montante de serviços responde pela maior parte das riquezas produzidas pelo município com um valor de 2,7 bilhões de reais, sendo que o PIB total de Vitória da Conquista para aquele ano foi de 3,9 bilhões de reais, o que faz do município a 6ª maior economia do estado da Bahia com projeções da SEI de chegar à 5ª colocação; ainda com relação à 2014 o PIB per capita de Vitória da Conquista foi de R\$ 12.522,46 (BAHIA, SEI, 2015).

MAPA 10 – Região de influência de Vitória da Conquista - BA



Características	Região de influência da Vila da Comunidade (00)	Participação da região de influência da Vila da Comunidade no Brasil (SAIC/INSTAT/IBGE)	Número da rede (Milhares de Comunidades) (ii)	Participação da Vila da Comunidade em sua região de influência (SAIC/INSTAT/IBGE)
População total (SAIC):	3.137.838	1,73	388.304	14,03
Ajus (IBGE)	149.963,08	1,71	3.914,76	2,26
Densidade demográfica (IBGE/Área):	14,54	62,21	96,19	60,73
Número de municípios:	87	1,94	1	1,03
Percentual de urbanização (%)	1.000	-	358	38,44
PIB 2005 (total) (R\$ 1.000 R\$):	7.403.400	0,34	1.715.824,00	24,23
Valor adicionado serviço (rente administrativa pública):	2.661.292	0,29	697.882,00	38,43
Valor adicionado indústria:	919.088	0,18	215.873,00	32,28
Valor adicionado agropecuária:	1.338.267	1,73	44.621,48	5,43
Valor adicionado administração pública:	1.918.845	0,38	284.621,00	73,88
Impostos:	811.738	0,26	209.895,53	43,06
PIB per capita (R\$):	1.490	35,00	5.526,25	38,79
Círculo de influência:				
Círculo de influência A: Guanambi (BA), Chaves (Sobral/CE), Ilheus, Jequié, Lauro de Freitas e Gramado (BA); Círculo de Zona A: Demerval Lobão, Marabá e Santa Maria de Klimbim (PA); Círculo de B: Breves, Coreaú, Araripe, Laranjeiras do Piauí, Serra Branca, Rosário das Ostras e Serraria (BA) e Piatã (BA).				

(1) A introdução da reforma agrária publicada no periódico da Universidade da Província de Buenos Aires em 1905.

Fonte: IBGE: REGIC., 2008.

Fonte: IBGE, REGBE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtml>. Acesso em fevereiro/2016.

Apesar de não ser o forte da economia de Vitória da Conquista, a agropecuária sempre teve espaço na produção de riquezas e na geração de renda do município, tanto com o cultivo das mais variadas plantações como com a criação de animais. De acordo com o IBGE no ano de 2012 o rebanho total com as principais criações de animais em Vitória da Conquista atingiu a marca de 158.979 animais; os animais contabilizados nesse grupo foram os asininos, bovinos, bupalinos, caprinos, equinos, muares, ovinos e suínos (BAHIA, SEI, 2015). Esse quadro não reduz a desigualdade expressa na estrutura fundiária que apresenta um índice de Gini³⁹ 0,5588 em 2010, o que representa um decréscimo nas condições gerais de vida se comparado ao índice de 1991 que foi de 0,6053. Além disso, verifica-se alta taxa de concentração de terras de terra: 0,803, no ano de 2000 (BRASIL, INCRA, 2016).

No que se refere à indústria, esta tem mais participação na economia do município do que a agropecuária; a cidade não conta com indústrias de empresa multinacional, mas conta com uma variada gama de atividades industriais que perpassam por diversos setores; de acordo com os dados da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI), o número de estabelecimentos por setores da atividade econômica em Vitória da Conquista, em 2015, foi distribuído em 6.918 unidades, com destaque para o comércio e serviços (Tabela 1).

TABELA 1 – Vitória da Conquista/BA: Número de estabelecimentos por atividade econômica - 2015

Estabelecimentos	Quantidade
Extrativo Mineral	11
Indústria de transformação	612
Serviços industriais de utilidade pública	13
Construção Civil	408
Comércio	3.132
Serviços	2.146
Administração Pública	3
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	593
Total	6.918

Fonte: SEI, 2015

Elaborada por: GUSMÃO, Adriana D. F., 2016.

³⁹ O coeficiente de Gini é um índice utilizado para medir a desigualdade social. No caso de Vitória da Conquista, o índice representa uma alta taxa de concentração de riquezas, haja vista que o índice vai de 0 a 1.

O contingente populacional do município é responsável pelo cálculo médio dos repasses de recursos federais a que ele tem direito; de acordo com o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia e da Secretaria do Tesouro Nacional a receita corrente de Vitória da Conquista no ano de 2012 foi de R\$ 446.448.657,74 dos quais R\$ 357.669.304,84 foram transferidos da esfera federal para a municipal e R\$ 88.843.000,00 corresponde à receita própria do município ou 19,9% do total para aquele ano; isso significa que Vitória da Conquista não tem uma dependência muito grande dos repasses federais quando comparado a outros municípios da Bahia (BAHIA, SEI, 2015).

A respeito do mercado de trabalho, de acordo com o IBGE, com dados coletados no Censo Demográfico de 2010, do total de habitantes do município naquele ano, 132.603 pessoas foram consideradas com algum tipo de ocupação e a média de renda de Vitória da Conquista ficou em R\$ 916,60, maior do que a renda média da Bahia naquele ano que foi de R\$ 901,85 (op. cit).

A infraestrutura relativa ao abastecimento de água, coleta de lixo e tratamento adequado do esgoto doméstico são aspectos importantes quando se considera a qualidade de vida da população e o seu desenvolvimento e sobre isso o IBGE apresenta os dados do ano de 2010 (TABELA 2).

TABELA 2 – Vitória da Conquista/BA: Infraestrutura de Serviços básicos - 2010

Serviços	Taxa
Proporção de domicílios abastecimento de água adequado	87,2%
Proporção de domicílios com coleta de lixo adequada	89,1%
Proporção de domicílios com captação adequada de esgoto	61,7%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Elaborada por: GUSMÃO, Adriana D. F., 2016.

Os índices de Vitória da Conquista se mostram superiores ao da Bahia no mesmo ano que ficaram em 80,0%, 76,2% e 56,2% para os mesmos itens, respectivamente (SEI, 2015).

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Vitória da Conquista apresentou considerável evolução entre 1991 e 2010 de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): 1991 – 0,409 / 2000 – 0,538 / 2010 – 0,678.

A partir do ano 2000 Vitória da Conquista se firmou como grande polo educacional ofertando cursos superiores em praticamente todas as áreas, além de disponibilizar uma quantidade de vagas maior do que a demanda para a educação básica.

Da mesma forma o Coeficiente de Gini referente à educação, que quanto mais próximo de 0 melhor o resultado, registrou queda entre os anos de 2000 e 2010 também de acordo o IBGE: 2000 – 0,625 / 2010 – 0,562.

Esses indicadores incidem diretamente na proporção de população em extrema pobreza que no ano de 2010 foi de 6,7%, bem inferior à média do estado da Bahia que foi de 15,0%. E a taxa de analfabetismo verificada, em 2010, atingiu o patamar de 12,9% enquanto a Bahia registrou 16,3% (BAHIA, SEI, 2015).

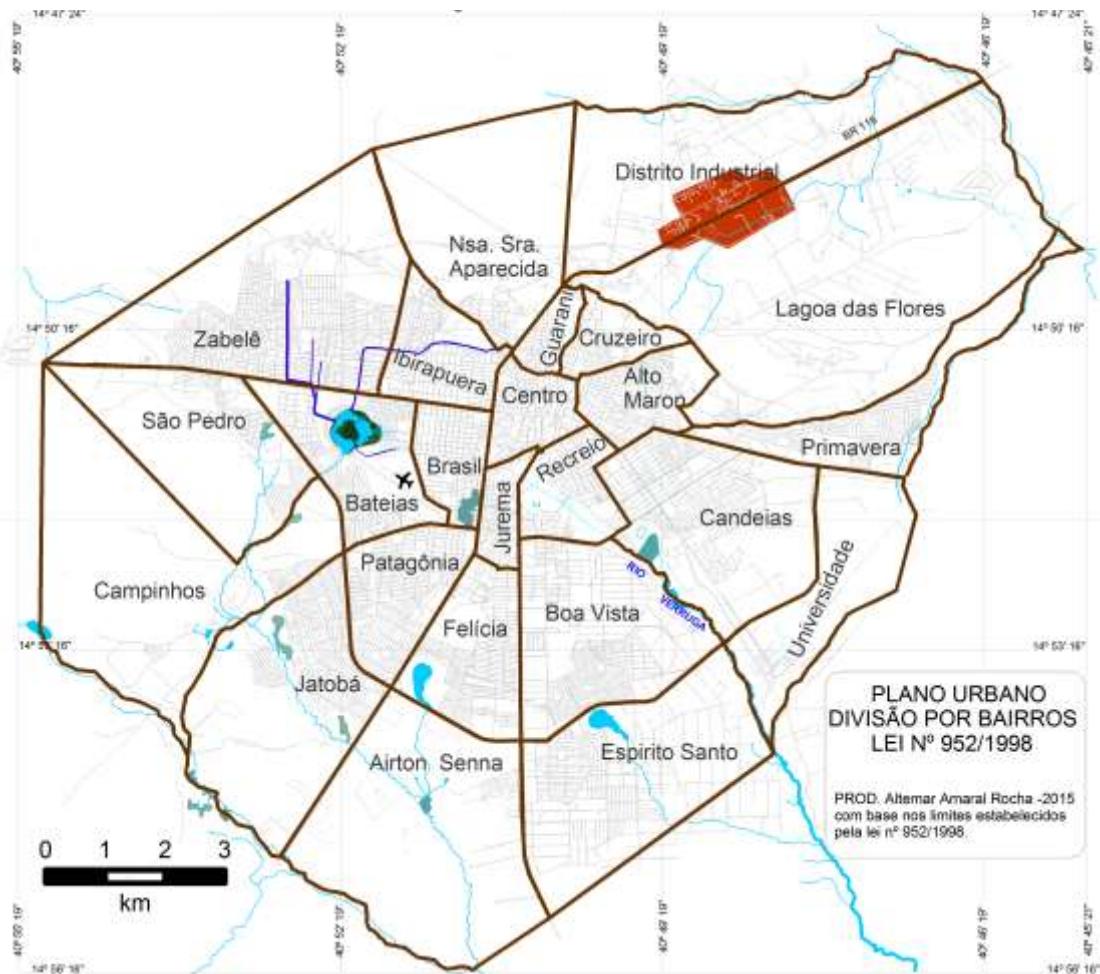
3.3.1 O Distrito Industrial dos Imborés e as condições de acumulação em Vitória da Conquista - BA

O Distrito Industrial dos Imborés, em Vitória da Conquista (FIGURA 3), foi planejado num contexto de expansão industrial no interior do estado da Bahia, na mesma lógica do Pólo Petroquímico de Camaçari e sua implantação aconteceu em momento posterior à implantação do Centro Industrial do Subaé – CIS, em Feira de Santana, que também foi planejado para atender aos pressupostos no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Lisboa (2007) esclarece que:

A integração em uma economia única, em um único sistema de produção, só se daria à base do capital produtivo com a intensificação das relações de produção capitalistas no interior do Nordeste. A região se consolidou pela transferência de capital produtivo de outras áreas, sob a égide do Estado, notadamente daqueles estados desenvolvidos, para as regiões que assumem o lugar de subordinadas na divisão territorial do trabalho, e os planos de desenvolvimento vão consolidar essa tendência (LISBOA, 2007, p. 124).

Desse modo, a integração remete ao surgimento de espaços com relações privilegiadas de oferta de matéria prima e de força de trabalho. Assim, a lógica de interiorização industrial na Bahia antes de ter sido posta em prática foi estudada e planejada para que sua execução obedecesse a importantes critérios que fossem preponderantes para o sucesso desses distritos.

FIGURA 3 – Vitória da Conquista/BA : Divisão por bairros e Localização do Distrito Industrial



Fonte: Plano Urbano de Vitória da Conquista – BA.

Organizado e Produzido por: ROCHA, Altemar A., 2015.

No período de transição entre a década de 1960 e 1970 é que se começa a pensar na interiorização da indústria também acompanhando esses moldes, pois, nas áreas mais distantes da capital do estado a industrialização era basicamente voltada para o mercado local e formada por pequenas indústrias quase que artesanais; então se projeta o Centro Industrial do Subaé na cidade de Feira de Santana para acompanhar o mesmo padrão do que já ocorria em Salvador, porém, voltado para outros setores da atividade econômica industrial compatíveis com a cidade, o que não seria o caso da indústria petroquímica. Assim:

Adotando como critério básico alcançar maiores resultados, no menor prazo e com menores custos relativos, decidiu-se hierarquizar, previamente aqueles centros que já reunissem um conjunto razoável de requisitos favoráveis, entre os quais disposição de infraestrutura econômica e social de alguma amplitude, a par de concentração significante de população urbana. Essa hierarquização permitiu o estabelecimento de prioridades para os estudos de viabilidade e projetamento e, finalmente, a realização de investimentos complementares em infraestrutura, a fim de tornar cada qual dessas áreas mais apta à implantação de indústrias (BAHIA, PLANO DIRETOR DO DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS, 1973, p. 5).

Deste modo, foram escolhidas cidades ou regiões consideradas potencialmente favoráveis à industrialização, dentre elas, Vitória da Conquista; essa lógica ainda se explica quando o estado da Bahia afirma:

A experiência adquirida com a industrialização recente na Área Metropolitana de Salvador e sua adaptação às condições peculiares de Feira de Santana está demonstrando que o planejamento e formação de distritos industriais constituem, onde elas sejam viáveis, a solução mais adequada para favorecer a localização de unidades manufatureiras em determinado espaço regional. Concentrando disponibilidades de infraestrutura econômica em área previamente escolhida, assegurando fácil acesso aos equipamentos e serviços de infraestrutura social e urbana, assim como aos mercados, disciplinando a ocupação e uso dos terrenos, o sistema de distritos industriais proporciona crescentes economias externas, impede a especulação imobiliária, ordena e racionaliza a expansão urbana, reduz a poluição ambiental e permite se projetem com segurança as demandas do parque manufatureiro para que sejam satisfeitas em tempo hábil. Por isso, a implantação planejada de distritos industriais foi a opção central da política de industrialização do interior (op. cit, p. 5).

Vitória da Conquista foi considerada uma cidade que atendeu aos critérios estabelecidos e o Distrito Industrial dos Imborés teve sua implantação iniciada no início da década de 1970. Sua instalação foi muito bem planejada a fim de que fosse um equipamento capaz de agregar valor à economia do município, da região como também do estado da Bahia. Esse planejamento teve uma preocupação em delimitar a área ideal para a construção do distrito, sendo escolhida uma área as margens da BR-116 no sentido Salvador localizada numa distância de 3,5km da área urbana do município naquela época, visto que hoje, a área do distrito apresenta bairros e aglomerações tipicamente urbanas no seu entorno. O terreno do distrito também teve algumas condições avaliadas, a questão da topografia (um terreno considerado plano, com poucos acidentes topográficos); além disso, a disponibilidade de abastecimento de água foi preponderante na escolha desse local, pois, sua localização

facilitava a captação de água de poços e mananciais subterrâneos caso fosse necessário, até mesmo devido ao tipo de solo existente naquele local se comparado às demais áreas que estavam sob a análise para uma possível implantação do distrito. O fato de a área escolhida ser ladeada pela BR-116 foi também bastante relevante para sua escolha, pois, facilitaria a circulação dos veículos de carga como também o escoamento da produção, além da facilidade de acesso ao distrito que não afetaria o fluxo urbano de Vitória da Conquista. O governo do estado detalhou a área escolhida da seguinte forma:

A área escolhida para a implantação do Distrito Industrial dos Imborés, localiza-se às margens da BR-116, Rio-Bahia, ao norte da zona urbana de Vitória da Conquista e a 3,5 km do seu perímetro. A serra da Conquista, situada entre a área e a cidade, é uma cortina natural que isolará a função industrial do distrito do núcleo urbano. Com uma área total de 499,50 ha, é delimitada por linha demarcatória com a seguinte evolução: parte do km 1.078,280 da rodovia BR-116, no limite de sua faixa de domínio, à margem esquerda, sentido Conquista-Salvador, em direção perpendicular à mesma, e em linha reta, formando um ângulo de 8°30' com o Norte Magnético no sentido NO, até alcançar a distância de 1.095 m, de onde segue, em linha reta, perpendicularmente à direção anterior, ou seja, no sentido NE, percorrendo uma distância de 3.000 m; a partir daí segue em linha reta, perpendicular à direção anterior no sentido SE, cortando a faixa de domínio da BR, percorrendo mais uma vez perpendicularmente à última direção em linha reta e paralelamente à BR, no sentido SO, percorrendo uma distância de 3.000 m, seguindo finalmente no sentido NO, perpendicular à última direção até encontrar o seu ponto de origem. Á área tem uma altitude que varia de 860 a 785 m e apresenta declividade em torno de 3%. A topografia praticamente plana permite que o projeto de engenharia do sistema viário seja executado sem necessidade de grande movimentação de terra (BAHIA, PLANO DIRETOR DO DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS, 1973, p. 67).

A área do distrito foi dividida entre Zona Industrial, Administração e Serviços Básicos, Serviços de Apoio Rodoviário, Serviços de Apoio Industrial, Serviços Infraestruturais, Sistema Viário e Circulação de Pedestres e Áreas Verdes, totalizando 4.995.000m².

A zona industrial é a parte reservada à instalação das indústrias; a parte de administração e serviços básicos é o trecho que compreende a sede da administração do distrito; os serviços como estação de água, energia e telefone seriam agrupados na parte de serviços infraestruturais; para os serviços de apoio rodoviário seria destinada uma parte às margens da BR-116 com postos de gasolina, borracharia, oficinas mecânicas, restaurantes e

afins, para atender ao distrito e ao fluxo da BR; o serviço de apoio industrial seria a área reservada ao maquinário bem como possíveis oficinas que pudessem ser ali instaladas; o sistema viário seria composto pelas vias de circulação interna do distrito bem como o trecho da BR que atravessa área industrial e para áreas verdes seriam destinados os locais que não fossem aproveitados com equipamentos ou que não fossem viáveis a construção dos mesmos.

Os custos para o planejamento e para a construção do distrito em Vitória da Conquista ficou orçado à época em Cr\$ 3.317.000, dos quais Cr\$ 1.357.000 foram disponibilizados pelo governo do estado da Bahia e Cr\$ 1.960.000 foram financiados pelo Conselho Nacional do Petróleo.

A Secretaria de Indústria e Comércio foi responsável por pedir a desapropriação da área onde seria instalado o distrito industrial, o que foi feito com o Decreto 22.333 de 16 de novembro de 1972 que declarou a desapropriação para fins de utilidade pública em caráter de urgência. Inicialmente a administração do distrito ficou a cargo do Departamento de Indústria e Comércio da secretaria homônima, esta divisão do governo tinha como competências a elaboração, implantação, coordenação, e execução da Política de Distritos Industriais no Interior do Estado.

Apesar das vantagens apontadas e de uma minuciosa elaboração das estratégias de criação do Distrito Industrial dos Imborés, percebe-se a presença de grandes terrenos *vazios* ou subutilizados. As hipóteses para justificar tal realidade perpassam pelas condições macro e microeconômicas que, muitas vezes, acabam por retrair ou desacelerar os investimentos no setor e o desenvolvimento do país, uma provável inviabilidade econômica da relocação de unidades fabris da área urbana fora dos distritos, ineficácia no zoneamento industrial, dificuldades administrativas e financeiras de ordens diversas, entre outras que demandariam uma pesquisa específica.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB, 2013), existem também problemas de segurança e de infraestrutura (pavimentação precária, sinalização, iluminação e drenagem) que demandariam investimentos públicos da ordem de R\$ 164 milhões de reais. Essa indicação da FIEB corrobora a discussão acerca do papel do Estado nas demandas de reprodução do capital e suas expectativas sobre o poder público. A responsabilização do Estado pela ineficiência dos Distritos Industriais Baianos passa por questões de governança que envolvem até mesmo o escoamento da produção. A visão do papel do Estado apontada pela FIEB (2013) é muito bem discutida por Meszáros (2002):

[...] Portanto, é tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*. Este implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica (MESZÁROS, 2002, p. 106, grifo do autor).

Dessa forma, a manutenção do controle e o gerenciamento indireto de algumas facetas da produção no sentido de viabilizá-la, torna o Estado, peça fundamental do sistema do capital. Assim, sendo constituinte do sistema sociometabólico do modo de produção capitalista, cuja lógica é plenamente totalizadora, o Estado acaba por fortalecer as demandas dos proprietários dos meios de produção e se colocar a serviço da produção de mais valia, quando direciona investimentos que, de certa forma, acabam por beneficiar, sobretudo, os capitalistas, em detrimento do bem comum.

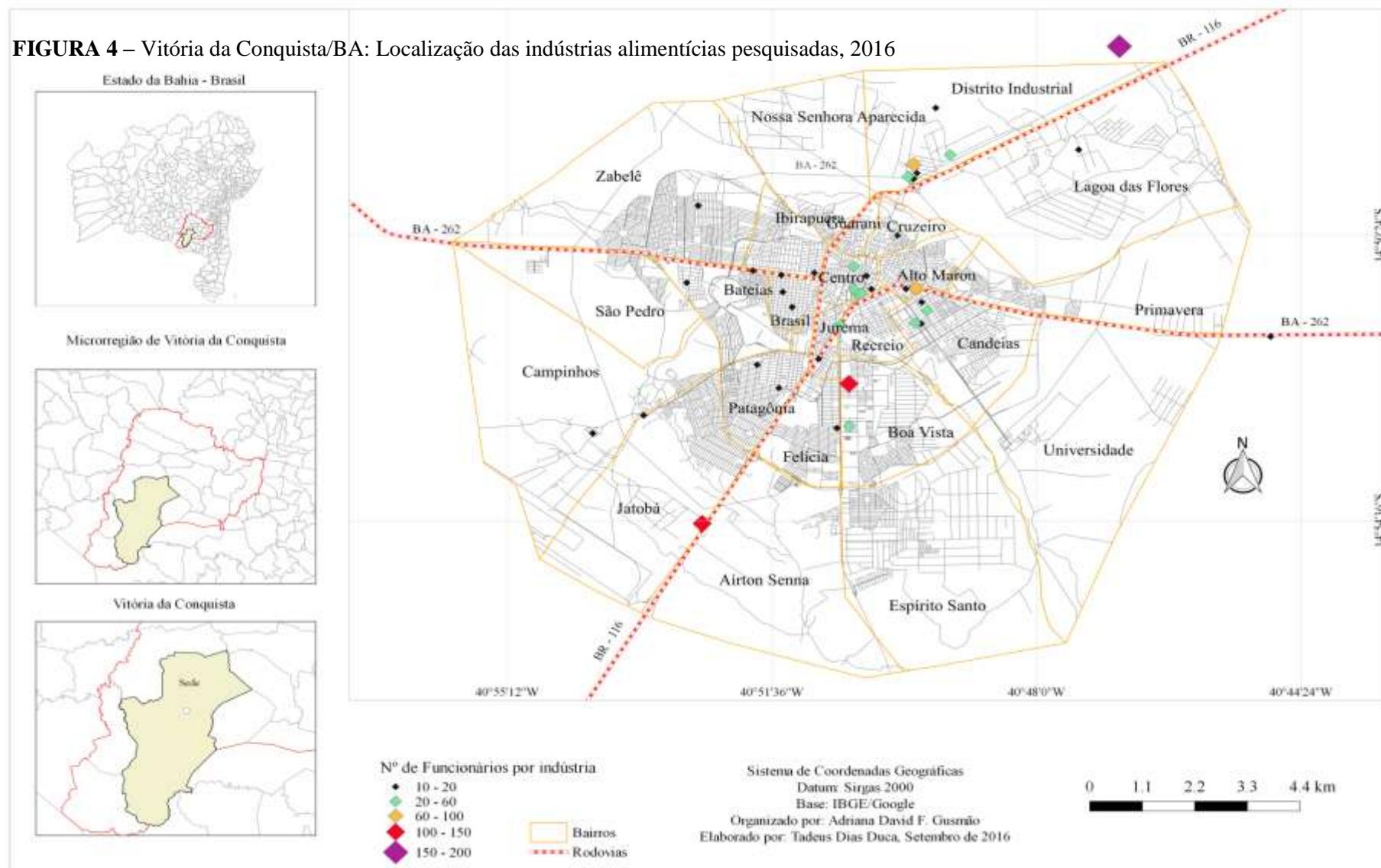
Diante das questões estruturais apontadas, pode-se perceber que muitas indústrias localizam-se ainda no perímetro urbano em razão, também do padrão industrial da cidade que apresenta um percentual elevado de pequenas indústrias que acabam por encontrar maiores vantagens em se instalar no reduto urbano. Critérios como redução de custos com terrenos, investimentos em segurança, valor do transporte de funcionários e a proximidade com o mercado consumidor acabam por afastar as unidades fabris do Distrito Industrial dos Imborés.

No que concerne à pesquisa em questão, foram pesquisados os trabalhadores de 40 indústrias alimentícias instaladas em Vitória da Conquista. Parte das indústrias está alocada no Distrito Industrial do Imborés, outras têm seu endereço nas proximidades do Distrito e as demais são localizadas em bairros centrais e também em bairros periféricos (FIGURA 4). A localização das indústrias implica na captação da força de trabalho e nas características socioeconômicas e de escolarização dos trabalhadores. Essa relação acaba por forjar uma interpretação acerca das características dos trabalhadores em serviço na produção de alimentos em Vitória da Conquista, considerando as informações coletadas na pesquisa de campo.

Ficou evidenciado que os operários das fábricas instaladas no Distrito Industrial dos Imborés são, em sua maioria, moradores do bairro Lagoa das Flores, dos distritos e povoados num raio de até 40 km, enquanto que a maioria dos operários das indústrias instaladas nos

demais bairros da cidade habita das áreas periféricas urbanas. Essa característica implica em mobilidade e em comportamentos, fazendo nascer novas relações espaciais e econômicas e incrementar fixos e fluxos (FIGURA 5).

FIGURA 4 – Vitória da Conquista/BA: Localização das indústrias alimentícias pesquisadas, 2016

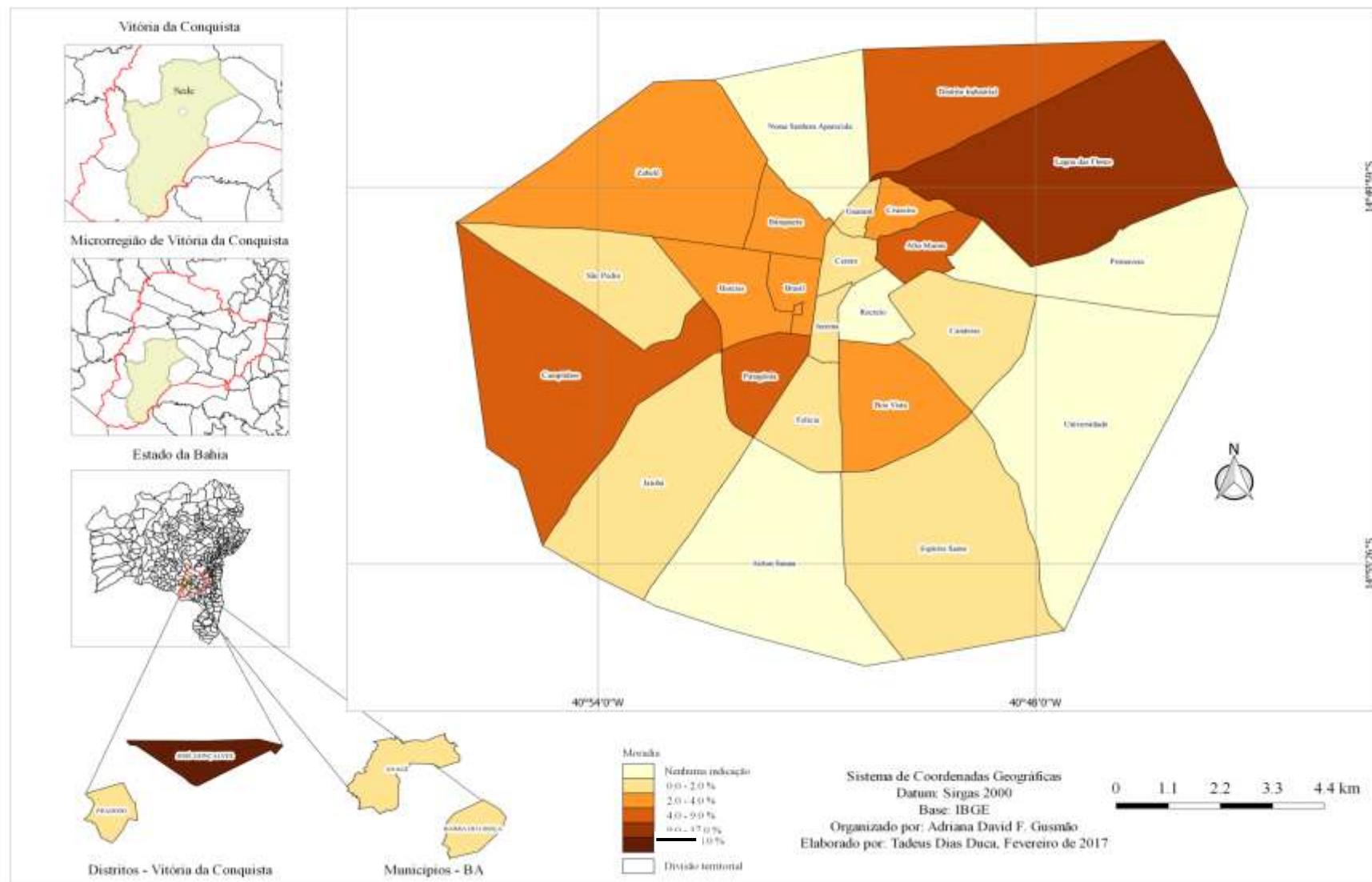


Fonte: IBGE, 2016

Organizado por: GUSMÃO, Adriana D. F., 2016.

Elaborado por: Duca, Tadeus D., Set de 2016.

FIGURA 5 – Vitória da Conquista/BA Bairros/Municípios de moradia dos trabalhadores das indústrias alimentícias, 2016



Fonte: IBGE, 2016.

Organizado por: GUSMÃO, Adriana D. F., 2016.

Elaborado por: Duca, Tadeus D., Set de 2016.

Vale destacar que os trabalhadores concentrados no distrito de José Gonçalves (maior percentual) e nos bairros Campinhos, Distrito Industrial e Lagoa das Flores residem bem próximos da unidade industrial em que trabalham. Nos Campinhos, o trabalho nas fábricas de biscoitos é, de certa forma um trabalho domiciliar. A geografia das residências dos trabalhadores da indústria alimentícia em Vitória da Conquista demarca a alternativa do capital de absorver a força de trabalho mais próxima possível das fábricas, haja vista que há, assim uma redução no tempo de deslocamento, nos atrasos, nos custos e suporte ao transporte.

O ambiente familiar praticamente se funde ao universo do trabalho, como uma espécie de quintal. A impressão que se tem é de que o trabalho é incorporado à rotina e a proximidade faz com que os trabalhadores e trabalhadoras se conformem ainda mais rápido às condições e à renda que aquele emprego, tão próximo de casa, pode oferecer. Para as mulheres, diante das responsabilidades domésticas, é ainda mais forte a relação de proximidade da casa com o trabalho.

SEÇÃO III

4 A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL

É o trabalho que produz todas as coisas à medida que elas se fazem necessárias e a única coisa que pode [...] ser estocada ou preparada previamente é a qualificação do trabalhador [a qualificação ou enriquecimento da força de trabalho pode ser acumulada sem causar desperdício ou prejuízo ao capital, ao contrário]. Se a qualificação do padeiro, do açougueiro, do criador [pecuarista], do alfaiate, do tecelão etc. não fosse previamente criada e estocada, as mercadorias que cada um deles produz não seriam obtidas, mas onde ela estiver presente tais mercadorias sempre poderão ser adquiridas, se desejadas.

THOMAS HODGSKIN, 1986

4.1 Trabalho e empregabilidade no ajuste neoliberal

A epígrafe coloca claramente as prerrogativas da formação dentro do sistema sociometabólico do capital. Ela é condição de produção cultural de mercadorias. Entretanto, o trabalho, como acúmulo de conhecimentos transmitidos ao seu produto, é antes na concepção de Marx (2013), o fundamento da humanidade. Um processo metabólico entre o homem e a natureza, uma relação intercambiante: o homem transforma a natureza e essa relação transforma o homem. O trabalho modificou a essência do homem.

Não apenas as coisas resultam do trabalho humano, mas também os lugares e modos de se relacionar com o mundo, a existência social⁴⁰. O trabalho é, em si, uma categoria

⁴⁰ Segundo Lessa (2012, p. 25), na ontologia de Lukács, o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho.

social⁴¹. Dessa definição deriva a compreensão da centralidade do trabalho na explicativa dos processos sociais.

Entretanto, no capitalismo, como observa Marx (2004) o trabalhador foi transformado em objeto ao tempo em que fora destituído do acesso aos meios de produção e aos produtos que ele mesmo fabrica:

Por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, porém choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só fealdade. Ele substitui o trabalho humano por máquinas, mas atira alguns dos trabalhadores a um gênero bárbaro de trabalho e converte outros em máquinas. Ele produz inteligência, porém também estupidez e ceticismo para os trabalhadores (MARX, 2004, p. 4).

A análise da formação da força de trabalho da indústria alimentícia põe em relevo o trabalho composto por 3 elementos fundamentais: 1) o uso das capacidades físicas e mentais do ser humano para fabricar um produto, 2) a matéria sobre a qual se aplica o trabalho e 3) os meios de produção que possibilitam a mediação entre sujeito e objeto⁴². Tanto o elemento 1, como o elemento 2, necessitam do planejamento mental e da aplicação de conhecimentos para sua realização. Portanto, fala-se do trabalho concreto⁴³. Para Lukács, uma categoria social, o complexo composto, Trabalho. Marx (2013) esclarece

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma mais útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos (MARX, 2013, p. 255, grifo do autor).

⁴¹ A existência social, todavia, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais). A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens (LESSA, 2012, p. 25).

⁴² O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito (MARX, 2013, p. 256).

⁴³ O trabalho concreto é o trabalho que resulta em algo pré definido, útil, finalidade do processo produtivo. São valores de uso, coisas que servem à satisfação de necessidades de algum tipo (MARX, 2013, p. 255).

Na relação sociometabólica entre trabalho e capital, nos padrões atuais de acumulação flexível de produção, os trabalhadores encontram-se diante de ideia de necessidade de melhor qualificação para lidar com os novos equipamentos. O espaço de produção se tornou um meio técnico, científico e informatizado e isso pressupõe um novo fazer laboral, padrão reforçador da necessidade de alterações no processo de escolarização dos potenciais trabalhadores. No plano discursivo é isso que aparece como central na explicação da empregabilidade ou no seu oposto para inúmeros trabalhadores.

As ideias de produtividade do trabalho estão associadas ao manejo do meio técnico e informacional, à aceitação dos novos métodos de gestão, ao comportamento flexível, proativo, propositivo e colaborativo. A gestão do trabalho deve estimular e incorporar a conquista de sonhos, valores e expectativas ao processo produtivo, com o intuito de minimizar os efeitos negativos do trabalho no pretendido aumento da produtividade.

Os meios de produção contêm, na atualidade, a inovação e as tecnologias mais avançadas. O trabalho intelectual, abstrato, engendra a produção e se torna o fator de aumento da produtividade. Antigas funções manuais são substituídas por máquinas que, por sua vez, são produto da ciência humana e que se põe a serviço do capital. Assim,

[...] a transferência, para as “máquinas”, de um novo tipo de funções cerebrais abstratas (o que propriamente caracteriza a automação), [que] está no coração da revolução informacional, [...] tal transferência tem como consequência fundamental deslocar o trabalho humano da manipulação para o tratamento de símbolos abstratos – e, pois, deslocá-lo para o tratamento da informação. Neste sentido, a revolução informacional nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial (LOJKINE, 1995, p. 14, grifos do autor).

De certa maneira, a ciência e a tecnologia aplicadas à produção tem o fim último de aumentar e produzir capital, não para melhorar as condições de trabalho ou reduzir o esforço físico do trabalhador, por isso, ainda que se fale em revolução técnica e informacional, o trabalho permanece na centralidade dos processos produtores de conhecimento e técnica. A maquinaria, segundo Marx (2013, p. 11), “[...] se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo [...]”, ampliando, assim a parte do trabalho que não custa nada ao capitalista.

No contexto da reestruturação da produção e do trabalho; que trouxe em seu bojo a perda de direitos trabalhistas, a redução dos gastos com pagamento da força de trabalho, a terceirização e a flexibilização dos contratos; emergem as noções de competência e empregabilidade.

O termo competência foi cunhado por Chomsky⁴⁴ em 1960. Na década de 1990, o conceito de competência torna-se nuclear nas políticas de formação de professores do governo Fernando Henrique Cardoso; enquanto o conceito de empregabilidade⁴⁵ torna-se corrente no discurso do empresariado, passando a ser utilizado com relação às camadas mais pobres da sociedade e, geralmente sendo associado, à formação escolar. Segundo Rossi (1997) empregabilidade é a “contínua preparação para que o trabalhador mantenha o emprego ou, se o perder, esteja capacitado para logo obter um novo”. Esse conceito deixa clara a responsabilidade que o trabalhador tem sobre a sua formação e consequente emprego/desemprego. Oliveira (1999) esclarece:

A disputa de novos mercados pelas grandes corporações e a intensificação da utilização de novos artefatos tecnológicos no setor produtivo determinam não só uma reestruturação da economia capitalista, mas impõem, para os trabalhadores, a necessidade de estabelecerem novas estratégias de sobrevivência, principalmente, quando estas estejam determinadas pela ocupação de um posto de trabalho.

O conceito de empregabilidade estrutura-se, então, a partir de uma estrutura econômica que tem como característica a eliminação de postos de trabalho e o aumento da competição entre trabalhadores (OLIVEIRA, 1999, p. 56).

Desse modo, o conceito de empregabilidade passa a ser utilizado largamente na década de 1990, pela CEPAL e pelo Banco Mundial. A noção de empregabilidade serve aos propósitos do capital quando retira dele e do Estado o compromisso com a criação de medidas para redução do desemprego, que passa a ser justificado pela falta de qualificação para o trabalho nos moldes da flexibilização. Ter empregabilidade passa a ser um elemento indispensável para a superação do desemprego.

⁴⁴ Avram Noam Chomsky, 88 anos, americano, é um linguista, filósofo, cientista cognitivo, comentarista e ativista político norte-americano. Chomsky é Professor Emérito em Linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, e teve seu nome associado à criação da gramática ge (ne) rativa transformacional. Além da sua investigação e ensino no âmbito da linguística, Chomsky é também conhecido pelas suas posições políticas de esquerda e pela sua crítica da política externa dos Estados Unidos. Chomsky descreve-se como um socialista libertário (BARSKI, 2004).

⁴⁵ Atribuem a José Augusto Minarelli (década de 1990), a disseminação das ideias acerca da empregabilidade.

Há que se ressaltar o caráter subjetivo e meritocrático do conceito de empregabilidade, isso porque o mesmo atrela-se ao conceito de competência, também típico do pensamento neoliberal.

Os conceitos de Competência e Empregabilidade passam, então, a caminhar de mãos dadas, de forma naturalizada, sem que se considerasse o papel das relações sociais e seus contextos na formação de pessoas e de suas ideias.

De acordo com Furtado et al (2011):

As noções de competência e empregabilidade, que formam um complexo, ancoram, portanto, não apenas as construções ideológicas compatíveis com os processos de fragmentação das classes trabalhadoras, tanto no campo diretamente produtivo como no de sua representação política. Essas noções acabarão, como termos “identificados com a lógica do capital”, por marcar as políticas de estado, sobretudo, as políticas educacionais que emergiram da vaga contra-reformista que se ergueu nos anos de 1990 (FURTADO et al, 2011, p. 10).

A irrupção do discurso da empregabilidade serve para negar o desemprego como inerente às contradições do sistema capitalista e consequência da crise estrutural. Oliveira (2005) assinala que, no início dos anos 1990, o Banco Mundial e a Cepal associaram empregabilidade à educação e melhoria da qualificação de trabalhadores, pressupondo que essa relação intrínseca seria necessária para fortalecer a participação dos países da América Latina no cenário econômico mundial. Ao mesmo tempo, o empresariado industrial apresentava interesse pela qualificação profissional dos trabalhadores à Organização das Nações Unidas (ONU), alertando sobre a necessidade de formação de novas competências para o trabalho e vinculando essa ideia às possibilidades do incremento de postos de trabalho.

As associações propostas pelas diferentes entidades ligadas ao empresariado se contrapõem à realidade que se descortina no tocante ao emprego. São mais de 14 milhões de desempregados (IBGE, PNAD, 2017) no Brasil, com as maiores taxas de desocupados entre os trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo, nas regiões metropolitanas do país: 7,8% ou 1.300.000 pessoas contra 275.000 trabalhadores sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo (IBGE, PNAD, 2016). Esses dados coadunam com a ideia de que o capital se organiza para reduzir postos de trabalho, tornando-se cada vez mais independente do uso dessa força, ainda que tenha que manter o emprego precarizado para que o sistema não entre em colapso; haja vista que depende da renda dos empregados para que o consumo se realize. Nesse

movimento contraditório, o capitalismo cria mecanismos para que certo percentual de emprego se mantenha, que o consumo se efetive, mas ao mesmo tempo exclui parcela considerável da população dos postos de trabalho, numa equação em que o capital não pereça e, sim, se fortaleça.

Desse mecanismo resultam os ajustamentos propostos pelos industriais, que sugerem a necessidade de qualificação profissional em seus discursos, deslocando a responsabilidade pelo desemprego para os trabalhadores, mas tendo como objetivo o aumento da eficiência e da produtividade, empregando um número cada vez mais reduzido de pessoas, as quais devem aprender a manejar equipamentos de alta tecnologia, serem polivalentes, articulados e socialmente engajados. A tão falada empregabilidade por meio do desenvolvimento de competências.

De todo modo, a análise empírica não sustenta o discurso do capital e isso se evidencia nas pesquisas, nos dados de emprego e desemprego, nas formas de contratação, na redução dos postos de trabalho para os mais qualificados.

À escola, de certa maneira, coube a função majoritária de formar o contingente de trabalhadores para realizar a produção, garantindo minimamente, o ensino da leitura, da escrita e da contagem para a execução das tarefas. Alienado do próprio produto do seu trabalho, o homem aliena-se também do seu próprio intelecto e passa a pensar na lógica que lhe é imposta ao sabor do modo de produção capitalista. Alienar-se significa ser destituído do que faz e do que pensa. Segundo Marx (2004):

É justamente em seu trabalho exercido no mundo objetivo que o homem realmente se comprova como um ser genérico. Essa produção é sua vida ativa como espécie; graças a ela, a natureza aparece como trabalho e realidade dele. O objetivo do trabalho, portanto, é a objetivação da vida como espécie do homem, pois ele não mais se reproduz a si mesmo apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente e em sentido real, e vê seu próprio reflexo em um mundo por ele construído. Por conseguinte, enquanto o trabalho alienado afasta o objetivo da produção do homem, também afasta sua vida como espécie, sua objetividade real como ente-espécie, e muda a superioridade sobre os animais em uma inferioridade, na medida em que seu corpo inorgânico, a natureza, é afastado dele (MARX, 2004, p. 8).

Assim, a escolarização⁴⁶ de um exército de reserva foi estruturada sob a égide do capitalismo que delineou as ações da escola básica.

Mészáros afirma:

As determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as *determinações educacionais gerais da sociedade* como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p. 43, grifos do autor).

A declaração de um operário entrevistado confirma a força dessa ideia e como ela é introjetada acriticamente: “É certo que eu estaria bem melhor na vida se tivesse estudado mais, mas não deu, tenho que me conformar com a escolha que fiz”. (Trecho de um relato de operário da indústria de alimentos, pesquisa de campo, 2016).

Reconhecida por muitos como meio de ascensão social sob a ótica da meritocracia, a escola brasileira se apresenta como formadora da força de trabalho para o mercado, estabelecendo uma correspondência direta entre a maior escolaridade e o aumento das chances de conquistar o emprego almejado e a consequente melhoria das condições de vida e existência. O contrário disso, ou seja, a ausência ou baixa escolarização é tida como responsabilidade do próprio trabalhador e justifica o fracasso ou baixos salários percebidos.

A Teoria do Capital Humano⁴⁷ é associada aos aspectos centrais dessa discussão, principalmente quando se atrela ao campo educacional nas décadas de 1960 e de 1970. A noção de Capital Humano foi produzida por intelectuais burgueses para explicar a desigualdade entre indivíduos, grupos e até mesmo entre nações inteiras sem, contudo, esclarecer os motivos reais da desigualdade que são a propriedade capitalista dos meios e instrumentos de produção e a compra da força de trabalho (FRIGOTTO, 2006).

⁴⁶ Na presente tese, o termo *escolarização* é utilizado para representar o conjunto de conhecimentos adquiridos na escola.

⁴⁷ A Teoria do Capital Humano foi formulada por Theodore Schultz, na década de 1950, nos Estados Unidos, quando era professor do curso de Economia na Universidade de Chicago. A Teoria do Capital Humano está associada à ideia de Capital Humano e tinha o papel do “fator humano” como fundamento para explicar o aumento/redução da lucratividade na produção.

Obviamente, no capitalismo, se tem clareza de como produzir, mas não há explicação sobre como as desigualdades são produzidas; esse também não era o objetivo dos estudiosos funcionalistas da burguesia mundial. É desse núcleo que emerge a Teoria do Capital Humano que, segundo seu criador, Theodore Schultz (1950), explicaria melhor o aumento da produtividade e os investimentos pessoais que os americanos realizavam em si mesmos e que resultavam em crescimento econômico.

A discussão sobre os investimentos pessoais em formação profissional encontra ancoragem na Teoria do Capital Humano uma vez que, nas sociedades capitalistas, a educação encontra-se articulada com os interesses do capital e isso, segundo Frigotto (1993, p. 26) implica em que “a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho”.

Tal compreensão é fundamental para relacionar os investimentos em educação com o trabalho que, por sua vez estão diretamente relacionados com o retorno para o capital, muito antes de ser mote para uma modificação social. Assim, a educação seria responsável por aprimorar o capital humano, aquele que produzirá novas habilidades e competências para o trabalho, com o objetivo de ampliar a produtividade e a lucratividade. Emerge desse processo a meritocracia. Sobre isso Frigotto (1993) ressalta:

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, consequentemente, de mobilidade social (FRIGOTTO, 1993, p.41).

A Teoria do Capital Humano tem seu ápice na década de 1960 quando se postulou que as nações que quisessem se desenvolver deveriam preconizar os investimentos em capital humano para além dos investimentos em máquinas e tecnologia. As discussões da época levavam a crer que o aumento da renda estava atrelado ao aumento dos anos de escolarização, o que direcionava os discursos para a educação como instrumento de ascensão social.

Com base na Teoria do Capital Humano, a desigualdade socioeconômica é atribuída ao indivíduo, aos seus méritos e à sua capacidade de estudar e de se esforçar. Isso explica a estratificação social. Nessa lógica, a sociedade dividida em estratos nada mais é do que o resultado da busca pessoal, maior ou menor, pela escolaridade diferenciada, pois, os

indivíduos que recebem maior salário, merecem mais por seu esforço e maior escolaridade, numa relação direta entre melhor qualificação profissional e maior escolarização e aumento de renda. Para Frigotto (op. cit):

Pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do “capital humano”, fruto do investimento realizado, para a produção econômica. Assim como na sociedade capitalista os produtos do trabalho humano são produzidos não em função de sua “utilidade”, mas em função da troca, o que interessa, do ponto de vista do mercado (op. cit, p. 67).

A Teoria do Capital Humano é de grande utilidade para camuflar a realidade e aprofundar a alienação haja vista que relaciona educação como fator preponderante da produtividade e destina a responsabilidade da escolarização para o trabalhador, obstruindo a compreensão sobre a real natureza da desigualdade.

À luz da Teoria do Capital Humano, a educação torna-se instrumento de adaptação do trabalhador ao sistema produtivo e à reprodução do capital, implementando uma noção consensual por meio e por dentro da sociedade de classes. Para Mészáros (2008):

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental (MÉSZÁROS, 2008, p.45, grifo do autor).

Como bem expressam Frigotto (1993) e Mészáros (2008) A Teoria do Capital Humano mascara as intenções reais da educação - que se torna uma atividade com poder de redução da desigualdade -; que leva a crer que a responsabilidade pela formação é do próprio trabalhador e cria um imaginário coletivo de que a educação tem a função de resolver todos os males da sociedade, obscurecendo a natureza dos problemas.

4.2 A Educação Brasileira a serviço do crescimento industrial

A história da indústria brasileira revela os processos que constituíram as formas de acumulação de capital e as bases que tornaram possível a sua implantação. Os aspectos históricos demonstram a captura da escola como necessária ao modelo de acumulação pela via da industrialização.

O conjunto de processos do capitalismo mantém a escola como “engrenagem” essencial. Compreendida como pedra angular para o desenvolvimento de qualquer sociedade, a educação, mais do que qualificação, significa, também, consciência, conhecimento de mundo e aprimoramento das formas de viver. Entretanto, longe de cumprir as suas nobres funções⁴⁸, a educação, tanto aquela oferecida pelo núcleo familiar como pelas escolas formais, ao longo do tempo histórico apresentou-se de forma consonante com o sistema produtivo vigente e moldou-se à forma das revoluções industriais que, por sua vez, sempre mantiveram correspondência com os interesses do capital, num ciclo que se retroalimenta.

No capitalismo, a escolarização do trabalhador é vista unicamente como elemento mediador para a efetivação do trabalho. Assim, os propósitos do conjunto de conhecimentos transmitidos pela escola encontra substantivo significado para a efetivação dos processos do trabalho quando tem como objetivo principal, a transformação da natureza para atender às finalidades humanas. A escolarização promovida pela transmissão do conjunto imaterial representada pelos elementos culturais é o que possibilita influenciar os homens para agir de acordo com o modo de produção.

A escolarização passa a ser entendida no contexto do modo de produção capitalista à guisa de três aspectos: 1) pela necessidade de reprodução social do homem, 2) pela necessidade de mediação entre o homem e o conhecimento, patrimônio imaterial cultural e 3) pela necessidade de transmissão dos conhecimentos acerca da transformação da natureza, aproximando-se do trabalho (GUSMÃO, 2016).

⁴⁸ Para Paulo Freire (2001), a educação tem a função de emancipar através da tentativa constante de criação de disposições democráticas na direção dos hábitos participativos e conscientes. Ademais, deve-se valorizar a dialética e a dialógica, defendendo valores emancipatórios que pressupõem o compromisso político para uma real transformação na condição existencial da vida dos oprimidos na busca pela libertação da humanidade.

Nesse sentido, a escolarização passaria a ser o vetor da formação de subjetividades da nova ordem mundial e para a formação de um indivíduo adequado e integrado à nova realidade, disforme, diversa e (re) organizada do capital. Para Mészáros;

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria história teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequente e grosseiramente falsificada para esse propósito (MÉSZÁROS, 2008, p. 36, grifo do autor).

A industrialização brasileira iniciada, de fato, no início do século XX, alterou as condições de trabalho, a dinâmica regional do país, a estrutura das frações de classe dominante e o modelo de sociedade. No âmbito político, novos interesses e conflitos emergiram com o intuito de formar uma nova classe burguesa e sua hegemonia sob a tutela do racionalismo taylorista. Nesse processo, a classe operária se organizava, buscando resistir às formas de racionalização e buscar melhoria nas condições de trabalho via participação sindical. Segundo Batista (2015):

De acordo com os intelectuais da burguesia industrial (Roberto Mange, Roberto Simonsen, Aldo Azevedo), o projeto de racionalização era necessário para a implementação da indústria moderna brasileira, a qual dependia da formação de um novo perfil de trabalhador, que incluísse não apenas operários hábeis, mas que atendessem aos interesses do capital e não questionassem as propostas racionalizadoras. Todavia, se de um lado existia o movimento dos industriais, visando aumentar a produção e expandir a indústria no país, por outro o movimento dos trabalhadores não aceitava as mudanças no espaço fabril [...] (BATISTA, 2015, p.2).

Desse modo, a insatisfação generalizada fez deflagrar greves e abandono do trabalho em indústrias diversas, assim como trouxe à tona uma série de discussões acerca dos conceitos de racionalização, jornada e aumento da produtividade, o que embasava as ideias e propostas sobre a organização científica do trabalho.

As décadas de 1930 e 1940 correspondem ao período de expansão da indústria e da urbanização brasileira e, consequentemente, ao tempo em que inúmeras medidas relativas à educação no país foram tomadas. O período também ficou conhecido pelas mudanças nas relações entre sociedade e Estado, pela perda da força política dos representantes do setor agrário e fortalecimento da burguesia industrial e pelos conflitos de interesses na busca pelo poder hegemônico dos detentores do capital.

Nesse contexto histórico e com os condicionantes expostos nos capítulos anteriores, a educação passa a ser vista como um dos elementos – chave para inserção social e para alavancar o progresso, mesmo que a verdadeira intenção fosse a racionalização da produção de mais valia. Sobre isso Andreotti (2006) afirma:

Desde as primeiras décadas do século XX, os rumos da educação do país estiveram na pauta de discussão de vários setores organizados da sociedade. Como resultado, houve a criação, por educadores, da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, incentivadora de vários debates em torno da questão educacional; a formação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930; a promulgação da Constituição de 1934, estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar; e a proposição de inúmeras reformas educacionais no período, demonstrando que, nessas décadas, ocorreram mudanças formais e substanciais na educação escolar do país. Foi sem dúvida um momento em que predominou uma visão otimista em relação à educação, como instrumento de democratização e equalização social (ANDREOTTI, 2006, p. 4).

Os dois principais órgãos ligados à organização da educação no Brasil foram a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 15 de outubro de 1924 por Heitor Lyra da Silva com sede no Rio de Janeiro e ligado ao Ministério da Justiça, desde 1964 e que tem por finalidade o debate de assuntos ligados à Educação e à Cultura; o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública fundado em 1930, mais tarde, em 1953, seria denominado de Ministério da Educação e Cultura (MEC). Os debates que impulsionaram a criação desses dois órgãos resultaram em documentos e em conteúdo para a indicação da necessidade de um Plano Nacional de Educação, apontado na Constituição de 1934, lançando as bases para a organização do ensino brasileiro e que seguiu um percurso de mudanças ao longo da sua existência.

Quanto às propostas ligadas diretamente à indústria no tocante à organização dos processos, do mercado e da formação de força de trabalho, foram criadas entidades como o

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 1928, a Organização Racional do Trabalho, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1931.

As propostas das entidades criadas se assentavam sobre as bases da criação de um banco de informações a respeito do mercado mundial, da composição de preços de mercadorias, da análise de estatísticas, da constituição de um acervo documental e teórico sobre a indústria e o comércio, da instalação de laboratórios de materiais e, acima de tudo para o estabelecimento de normas de produção com vistas à melhoria de processos, à formação de força de trabalho e à racionalização da produção.

A burguesia industrial tomou a frente do Estado no que concernia ao controle da opinião pública e da formação para o trabalho industrial garantindo, assim, a manutenção do status relativo às classes sociais e a educação de um trabalhador dócil, obediente, que cumprisse suas obrigações na produção e não se opusesse a nenhuma regra ou padrão estabelecido.

4.3 Educação Profissionalizante nas Constituições Federais e nas legislações educacionais brasileiras

As políticas públicas que orientam a qualificação para o trabalho, assentadas sobre os conceitos de competência e empregabilidade, acabam por garantir as condições de reprodução do capitalismo como objetivo final. O Estado muda de papel e, ao invés de garantir uma educação universalizadora, passa a aplicar pressupostos do pensamento neoliberal. Isso pode ser visto em toda a legislação referente à educação profissionalizante no Brasil.

Para compreender a estrutura da educação profissionalizante e as intenções a ela atreladas é preciso rever aspectos da legislação que tratam dessa modalidade de ensino no Brasil.

O texto da Constituição de 1937 (durante o Estado Novo) minimizou o papel do Estado na educação se comparado ao da Constituição de 1934, quando preconizava no artigo 128:

Art. 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de

umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1937).

O artigo 129 da Constituição de 1937 deixa claro o papel do ensino técnico profissionalizante. Esse artigo da Constituição indicava:

Art. 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1937).

Nessa época, a necessidade dos empresários falou mais alto e as diretrizes do ensino profissionalizante vinculava-se aos pressupostos da escolarização de trabalhadores de forma a implementar a organização, a disciplina e o espírito fabril conectado às noções de desenvolvimento da nação.

Estavam criadas as bases para, mais tarde, em 1942, serem criados o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e, em 1945, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), todos fundados por iniciativa do patronato industrial que sugeriu ao Estado que a formação da força de trabalho para a indústria e comércio ficasse a cargo das federações do empresariado; ainda que essa modalidade de ensino estivesse prevista na Constituição em vigor.

No entanto, a implantação do ensino em cursos técnicos profissionalizantes, claramente destinados aos “filhos de operários ou de seus associados”, leia-se, às camadas populares, foi realizada na reforma proposta pelo Ministro Gustavo Capanema. Assim, a formação generalista seria voltada às camadas da elite e o ensino técnico e profissionalizante, aos pobres que deveriam ser conduzidos ao trabalho nas indústrias e no comércio.

O ensino técnico e profissionalizante foi colocado em condição subalterna ao ensino secundário (como era denominado na época) e ainda o é nos dias atuais. Fora instituído, assim, a discriminação entre estudantes das classes mais altas e estudantes das classes populares, por meio da legislação.

Sobre o sistema de oferta do ensino técnico, Palma (2005) aponta:

Do ponto de vista organizacional, o ensino técnico nos seus três ramos seguia o padrão adotado para o ensino secundário: ginásio técnico (4 anos) e colégio técnico (3 anos). Assim como já ocorreu com a reforma do ensino secundário, também no ensino técnico, a tônica era a rigidez da organização dos diferentes ramos e a permanência de certos anacronismos que vinham desde o período colonial e foram mantidos pela reforma Francisco Campos. Assim é que, para cursar o ginásio técnico, também se exigia do candidato que fosse aprovado no exame de admissão (PALMA FILHO, 2005, p. 71).

A Constituição de 1946 estabeleceu no Artigo 168:

Art. 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946).

O conteúdo do Artigo 168 da Constituição de 1946 reafirmava os pressupostos da Grande Lei de 1937 e obrigava as empresas industriais, comerciais e agrícolas com mais de cem funcionários a se responsabilizar pelo ensino primário gratuito aos seus trabalhadores e filhos dos mesmos; além, é claro de oferecer o ensino técnico, a transferência de conhecimento do ofício aos trabalhadores menores, em consonância com a lei.

De acordo com Batista (2005, p.162) foi com o decreto 7.566, de 23/09/1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, que se deu a institucionalização do ensino profissional, científico e tecnológico federal no Brasil. A lei criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, que tinham o objetivo de oferecer ensino dito industrial, com os ofícios de marcenaria, alfaiataria

e sapataria. Essas escolas eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e tinham a função de “incluir” os jovens carentes e formá-los como força de trabalho.

Com a trajetória de inclusão do ensino técnico nas Constituições de 1937 as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais. A diferença residia no fato de que os Liceus guardavam maior sintonia com a expansão industrial, atendendo aos interesses diretos das fábricas que se instalavam e se desenvolviam. Em 1942, com a Reforma Capanema, os Liceus foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas (EIT). Assim, a proposta era articular o ensino industrial com os demais ciclos da educação nacional, como um segmento específico: o ensino industrial, equivalente ao ensino secundário.

Cabe aqui ressaltar o conflito que se estabelecia, haja vista que entre a formação técnica e a formação para o conhecimento científico existe uma diferença abissal. Entram em jogo os interesses do empresariado que tem no ensino a finalidade da produtividade e os interesses da educação. Na lógica do sistema de produção capitalista, a educação deve estar voltada para a formação para o trabalho e consequentemente a produção de mais valia e para a competitividade industrial no contexto mundial, o que vai de encontro com os pressupostos de uma educação libertadora e de respeito às individualidades na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

As Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias em 1959 e ganharam autonomia pedagógica e de gerenciamento. Eram unidades distribuídas em 19 Estados.

A 1º Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024 foi publicada em 1961, no contexto da Guerra Fria, em meio ao furor cultural e político que emergia da sociedade e que chegava às portas das fábricas, propondo uma política educacional no seio da Ditadura Militar e do tecnicismo na educação, reforçados pela Teoria do Capital Humano de 1950. A LDBEN/1961 com seu texto conservador e submisso à iniciativa privada tinha como pressupostos um ensino técnico e profissionalizante que coadunasse com as propostas de desenvolvimento econômico do País, com o estreitamento das relações entre Estado e economia no período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tempos de grandes investimentos em infraestrutura e na formação de profissionais indispensáveis ao alcance das metas de industrialização do país. A LDBEN/1961 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu a equivalência do ensino técnico industrial aos demais cursos secundários,

assim permitindo o acesso ao ensino superior. No texto relativo ao Ensino Técnico a lei assim determinava:

CAPÍTULO III Do Ensino Técnico

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a. Industrial
- b. Agrícola
- c. Comercial

Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio, não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.

Art. 48. Para fins de validade nacional, os diplomas dos cursos técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

§ 1º As duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa.

§ 2º O 2º ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa.

§ 3º As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento.

§ 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário.

§ 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

Art. 50. Os estabelecimentos de ensino industrial poderão, além dos cursos referidos no artigo anterior, manter cursos de aprendizagem, básicos ou técnicos, bem como cursos de artesanato e de mestria.

Parágrafo único. Será permitido, em estabelecimentos isolados, o funcionamento dos cursos referidos neste artigo.

Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

§ 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos.

§ 2º Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se, mediante exame de habilitação, nos ginásios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido (BRASIL, LDBEN de 20/12/1961).

O texto da Constituição de 1967 manteve a vinculação entre ensino profissionalizante e as empresas, em um contexto histórico de repressão, perseguição e censura. Entre 1946 e

1964 grandes nomes da educação tais como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros, haviam inscrito suas ideias no cenário brasileiro, defendendo a educação como meio de libertação humana, abominando o caráter elitista da estrutura educacional. No entanto, durante a ditadura militar, educadores e estudiosos foram perseguidos em razão de sua ideologia e prevaleceram os interesses do governo. Para os ditadores, era preciso fortalecer o ensino profissionalizante e implementar políticas educacionais que levassem a cabo o slogan patriota “Brasil, ame-o ou deixe-o” e o ideário em torno do milagre econômico vinculado à atuação das empresas e, dessas com a formação de trabalhadores. Isso fica quando o Artigo 170 da Constituição de 1967 instituiu:

As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, pela forma que a lei estabelecer, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes.

Parágrafo único - As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores (BRASIL, CONSTITUIÇÃO de 1967).

Logo depois, a Lei nº 5.540/68 alterou alguns princípios da LDBEN/1961, reformulando a regulamentação da educação profissionalizante, assim determinava:

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

§1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior.

§2º Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento dos estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos (BRASIL, LEI nº 5.540 de 28/11/1968).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71 preconizava a educação profissionalizante em seu texto e estabelecia que o objetivo do sistema educacional deveria ser, em primeira instância, o de aumentar a produção industrial brasileira. Desse modo, o texto da lei esclarece:

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

§ 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de materiais relacionadas de acordo com o inciso anterior.

§ 2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

§ 3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

§ 4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo prèviamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos.

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;

b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periódicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores.

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.

Parágrafo único. O estágio não acarretará para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento (BRASIL, LEI 5.692 de 11/08/1971)

A partir dos anos 1990, o contexto neoliberal marcado pelo livre mercado, pelo Estado mínimo, pelas privatizações, pelos cortes de gastos públicos no setor social e pela associação com organismos internacionais de financiamento, tais como FMI e Banco Mundial; a educação passa a ser gerida pelo raciocínio expansionista baseado em aspectos quantitativos, em detrimento dos qualitativos. Por essa ótica, a eficiência deveria prevalecer sobre a universalização do ensino e a educação passa a fazer parte do bojo das ações de caráter comercial, sendo assim, submetida às regras de mercado.

De tal modo, reforçam-se as ideias de trabalhador polivalente e multifuncional, reforçando as noções de competências e habilidades, as inteligências múltiplas, os métodos de resolução de problemas, em nome da formação de um novo homem.

Cria-se um elo entre escolaridade e responsabilização do trabalhador pelo emprego ou pelo desemprego. A escolarização, no contexto da crise, torna-se mediadora da totalidade social, ou seja, passa a ser um dos alicerces de ancoragem da edificação social proposta pelo capital.

A totalidade do discurso ideológico capitalista contém o ideário sobre a relação entre escolarização e o emprego, ou sobre a falta da escolarização e da qualificação e as taxas de desemprego. No contexto desse discurso o trabalhador se responsabiliza pela falta ou baixa escolarização ou se submete a ganhar menos para realizar o seu ofício.

É importante rememorar o que fora orientado no Artigo 214 da Constituição de 1988 que colocava a educação a serviço do neoliberalismo:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DE 1988).

As críticas mais contundentes acerca da mudança do caráter político e social da educação, para um escopo mercadológico repercutiram fortemente após a promulgação da

Constituição Federal de 1988. Formalizava-se nos textos referentes à educação que a educação estava atrelada ao mercado e que as pesquisas estavam subordinadas à livre iniciativa de mercado. Com isso, a educação passa a ser interesse do empresariado de trabalho no intuito de qualificar a força de trabalho para a plena competição no mercado nacional e internacional (MARRACH, 1996, p. 44-48).

A ideia acima foi fortalecida na LDB 9.394/1996, em sua versão original, no Título V que trata dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino indicava, no capítulo III, exclusivo sobre Educação Profissional os seguintes termos:

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, LEI 9.394 de 20/12/1996).

A legislação sobre o tema apenas aprofundou e acentuou a questão da educação no contexto neoliberal. Em 2008, a Lei de nº 11.741, incluiu a Seção IV-A sobre Educação Profissional Técnica de Nível Médio em que constava:

Seção IV-A Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho (BRASIL, LEI 11.741 de 16/07/2008).

Em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi lançado o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, o PLANFOR, regulamentado pelo decreto 2.208. O PLANFOR tinha como objetivo a mediação entre a educação e o mundo do trabalho para jovens e

adultos, independente do nível de escolaridade, com vistas à preparação para as atividades produtivas. O decreto 2.208/97 dividiu a educação profissional em três níveis: Básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente da escolaridade prévia; não condicionada à currículo. Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ter organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser concomitante ou sequencial a este e o nível Tecnológico que corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados aos egressos do ensino médio e técnico. De todo modo, o decreto 2.208/97 oficializou a desvalorização da educação básica quando a desvinculou do ensino técnico.

Até 2002, o decreto 2.208/97 sofreu severas críticas dos educadores que defendiam a ideia de que o ensino médio fora dissociado da qualificação para o trabalho, que havia assim, a fragmentação da escolarização, além da repercussão que isso trouxe no modelo de oferta do ensino técnico pelo governo federal.

No governo Lula, as críticas à dualidade do ensino foram tratadas por meio da revogação do decreto 2.208/97, reestabelecendo os princípios da LDB 9394/96 na qual se preconizava no Art. 40 que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Assim, o decreto 5.154/04 lançado com o título de Plano Nacional de Qualificação admitia a formação integrada de ensino médio e formação técnica, porém tornou-se um decreto frustrante ao nivelar os cursos sequenciais e concomitantes e mantendo a desvinculação do ensino básico com a formação para o trabalho. O decreto 5.154/04 anunciava:

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementariedade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso [...]

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, p. 2).

Assim, ao analisar o recorte do decreto acima destacado, é possível afirmar que o seu conteúdo segue a mesma ideia contida na LDB de 1996, referendando, apenas a possibilidade de integrar o ensino médio e o profissionalizante, ao invés de torná-lo o único modelo de oferta.

Mais adiante, a Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011, entre outras atribuições, instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) que é assim descrito:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Parágrafo único. São objetivos do Pronatec:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Art. 2º O Pronatec atenderá prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

§ 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

§ 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

§ 3º As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Art. 3º O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem e instituições de educação profissional e tecnológica habilitadas nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Os serviços nacionais sociais poderão participar do Pronatec por meio de ações de apoio à educação profissional e tecnológica.

Art. 4º O Pronatec será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;

II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;

III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;

IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:

a) Bolsa-Formação Estudante; e

b) Bolsa-Formação Trabalhador

V - financiamento da educação profissional e tecnológica;

VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;

VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII - estímulo à expansão de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e

IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011, grifo nosso).

As longas citações a respeito da legislação são importantes para que os pressupostos da oferta de educação profissionalizante no Brasil fiquem demarcados em cada fase da regulamentação. Na última citação, assim como nas anteriores, fica evidenciada a participação de entidades do Sistema S (SENAI, SESI - diretamente ligados à indústria) e das indústrias como protagonistas nas políticas públicas de ensino profissionalizante.

Encaixando-se nas propostas de investimentos na educação profissional do governo Lula (2002-2010), o PRONATEC é implantado com a missão de colaborar para a redução da desigualdade com vistas, também ao aumento da produtividade industrial. Os cursos são ministrados nas unidades federais de educação profissional e tecnológica, em três entidades do Sistema S (SESI e SENAI) e nas escolas da rede pública estadual de ensino. O programa é composto por 13 eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação,

Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Ao longo do ano de 2016, as discussões sobre o ensino médio no Brasil ganharam ainda mais tópicos polêmicos com a implantação do novo ensino médio, que aos olhos de uma parte considerável de educadores, significa um retrocesso aos anos 1940. O Novo Ensino Médio anuncia um compêndio de toda a legislação construída até o momento, no que diz respeito o ensino profissionalizante e formação para o trabalho. A proposta estabelece o aumento gradual da jornada escolar, com ênfase nas disciplinas de Português e Matemática e educação profissionalizante integrada ao currículo. A intenção é, de fato, a profissionalização: educar para o trabalho no ensino médio para que o estudante se torne, rapidamente, um trabalhador. Segundo o site do Ministério da Educação e Cultura:

A formação técnica e profissional será mais uma alternativa para o aluno. Hoje, se o jovem quiser cursar uma formação técnica de nível médio, ele precisa cursar 2400 horas do ensino médio regular e mais 1200 horas do técnico. O novo ensino médio permitirá que o jovem opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular desde que ele continue cursando português e matemática até o final. E, ao final dos três anos, ele terá um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico (BRASIL, MEC, 2017).

A Lei do Novo Ensino Médio (PLV⁴⁹ 34/2016 originada na MPV⁵⁰ 746/2016), sancionada em foi amplamente questionado por estudiosos da educação, tais como Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto e Acácia Kuenzer. As críticas são contundentes e giram em torno da redução do acesso ao amplo conhecimento da cultura e da formação intelectual, sendo caracterizado como um ensino escolar voltado para a formação de força de trabalho, destinado às populações pobres. A escola pobre para pobres. Novamente, a escolarização se encontra submetida à égide do mercado, ultraliberal e com forte retorno à Teoria do Capital Humano.

Outras críticas têm sido realizadas no tocante à precarização do trabalho docente, haja vista que não será exigida formação específica, também está em aberto a discussão sobre o que fazer do tempo social do jovem que cursará o ensino integral, entre outras questões.

⁴⁹ Projeto de Lei de Conversão

⁵⁰ Medida Provisória

Paralelo à aprovação do Novo Ensino Médio, sancionado em Fevereiro de 2017, pelo então presidente da república, Michel Temer, foi criado o programa MédioTec, considerado uma ramificação do PRONATEC, cujo site esclarece:

O MédioTec foi lançado juntamente com o **Programa de Fomento à Escola em Tempo Integral** e faz parte de uma iniciativa do Governo que pretende reformular a forma da educação de nível médio no Brasil. A ideia é que alunos possam ter educação de base e educação técnica simultaneamente. Além disso, os estudantes que fazem o curso técnico façam também estágios em empresas mapeadas.

Já pensando no ano de 2017, haverá um repasse no início do ano para instituições privadas, institutos federais e para o Sistema S, pensando nos cursos técnicos. A ideia é que com o **MédioTec 2017** apareçam ofertas de ensino técnico para 18 estados e para o Distrito Federal, onde esses investimentos vão chegar.

Entre as medidas pensadas para uma educação em tempo integral estão alterações que devem ser feitas no ensino médio através da provisória que está em trâmite. O estudante, durante sua formação, terá a opção de escolher uma trajetória entre as seguintes áreas de formação: matemática, ciências da natureza, linguagens, ciências humanas, e também, agora, a formação técnica e profissional. A ideia é que o MédioTec engrandeça esse último eixo de formação (BRASIL, PRONATEC, 2017, grifos do autor).

É importante destacar que o discurso de democratização do acesso à educação profissionalizante nunca esteve associado à necessidade de formação de pensamento crítico para o rompimento da hegemonia liberal. A escolarização de caráter profissionalizante manteve-se voltada para as classes mais pobres, com cursos de curta duração, para a rápida inserção no mercado de trabalho. Reservada aos pobres, a educação profissionalizante mantém a distinção entre possuidores e despossuídos. Ademais, no bojo de toda a discussão acerca da educação no Brasil, instituída nos diferentes tempos históricos através da organização legal do ensino, percebe-se, claramente, a intenção de formação de força de trabalho barata, de nível médio, destinada aos cargos diretamente ligados à produção. De acordo com Saviani (2007):

É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável (SAVIANI, 2007, p. 1.253).

A análise do conteúdo da legislação sobre Educação para o Trabalho leva a crer que existiu, ao longo do tempo, uma preocupação em se separar claramente o currículo para a formação de ingressantes no mundo acadêmico e o currículo destinado àqueles que seriam preparados para o trabalho nas fábricas e outros setores da economia tanto os ligados à produção de mercadorias como aqueles atrelados à prestação de serviços. Sobre isso Frigotto (1999) assevera:

O caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital, historicamente toma formas e conteúdos diversos no capitalismo nascente, no capitalismo monopolista e no capitalismo transnacional ou na economia globalizada. [...] o caráter explícito dessa subordinação é de uma clara diferenciação da educação ou formação humana para as classes dirigentes e a classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 1999, p. 32-33)

No bojo das intenções encontra-se uma proposta clara de utilizar a educação como instrumento de perpetuação das condições socioeconômicas das pessoas de classe social mais baixa, estimulando a não formação de uma consciência, de uma ideologia a favor de lutas emancipatórias.

Sobre isso Kuenzer (2007) afirma:

(...) a forma superficial e aligeirada, na maioria das vezes descolada da educação básica de qualidade, reveste as propostas de caráter formalista e demagógico, a reforçar o consumo predatório da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas (KUENZER, 2007, p. 28).

A autora esclarece que, não existe uma real articulação entre educação básica e educação profissional, pois elas apenas reforçam a reprodução do chamado “conhecimento tácito” que é, por sua vez, composto de experiências pessoais, fragmentos do trabalho domínio de algumas ferramentas tecnológicas e de uma parcela da linguagem que habilita o trabalhador a participar em algumas dimensões da vida social.

4.4 Escolarização de trabalhadores e alienação

O trabalho, no modo de produção capitalista, é considerado o motor de todo o complexo social do qual a humanidade faz parte. No entanto, essa “humanidade” é destituída das características que referendam tal qualificação, haja vista que a força de trabalho o é por estar separada dos meios de produção. Segundo Marx (2013):

[...] o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista (MARX, 2013, p. 262)⁵¹.

Na análise realizada por Marx (2013), pode-se extrair a ideia de alienação quando o trabalhador afasta-se da mercadoria que ele produz e a estranha, pois essa ganha “vida própria” ao se tornar mercadoria (fetichização). Nessa realização, os trabalhadores se tornam o objeto e as mercadorias, o corpo vivo e cheio de significado. A realidade das coisas materiais torna-se uma “pseudoconcreticidade” (Kosik, 1986). Estabelece-se aí uma relação entre mercadorias entre si, pelo valor de troca e pela vida que se põe em frente ao seu produtor.

O conceito de alienação em Marx tem seu fundamento na contraditória relação do trabalhador com o produto de seu trabalho e com o processo de produção, o ato em si. O produto pertence a outrem que não é quem o produziu. Aquele que produziu é objetivado se tornando instrumento de realização da riqueza do dono do meio de produção. Assim, o trabalho é o meio de concretização da riqueza, mas se realiza sob o teto da alienação e se torna abstração.

Segundo Antunes (2010):

⁵¹ Original de 1867.

O homem se converte em um simples meio para outro homem; um meio de satisfação de seus fins privados, de sua avidez. Não se verifica o momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano – isto é, o homem vivendo para si mesmo conscientemente como gênero, mas o seu contrário (ANTUNES, 2010, p.128).

Na teorização crítica acerca da alienação e sua relação com a escolarização pode-se dizer que há uma intersecção de relevante espectro no tocante ao encontro entre educação e trabalho. Os conteúdos dessas duas categorias forjam o ser social.

No modo de produção capitalista, sistema que tem o produto/mercadoria como ordenador social, pode-se afirmar que o trabalhador é coisificado, assim como as relações sociais são tecidas por meio da capacidade humana de produzir coisas, portanto coisificadas. No capitalismo, com o sistema de gerenciamento de tarefas, a educação também é cooptada e encontra-se a serviço dessa engrenagem. Portanto a educação e o trabalho têm as suas práticas orientadas pelo capital que, por sua vez, retroalimenta permanentemente os processos em prol da obtenção do lucro e assim, sucessivamente. Assim, Marx (2013)⁵² esclarece:

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho (MARX, 2013, p. 202).

Nesse contexto, a qualificação profissional poderia ser considerada uma soma ao valor da força de trabalho, mais um componente da coisificação do trabalhador. Quanto mais o trabalhador é escolarizado, maior seria o valor agregado ao preço da sua força de trabalho. Entretanto, apesar do discurso falacioso de necessidade de qualificação, cuja funcionalidade fora discutida no item que antecede, o capital vai selecionar os trabalhadores que atendem ao processo de trabalho requerido, desconsiderando o nível de escolaridade, mas considerando sua capacidade de aplicar força e conhecimento tácito ao processo que resulte no produto que deve ser fabricado. Essa seletividade é determinada somente do valor da força de trabalho e da capacidade produtiva do trabalhador, independente da escolaridade.

⁵² Ibidem.

Para o trabalho abstrato, a seletividade do capital se dará nos termos em que julgar necessário contratar trabalhadores. Nas áreas financeira, contábil, de planejamento e desenvolvimento de tecnologias, pessoal que fará a aplicação de conhecimento científico, com vistas ao aumento da produtividade e à gestão de pessoas, um número muitas vezes menor de trabalhadores desse nível será necessário para realizar a produção em uma indústria. A força de trabalho de produção direta, demandará maior número que a outra. Essa seletividade resultará em diferenças de valor de salários pagos, utilização da força de trabalho adequada a cada cargo, de modo a garantir a produção cada vez maior da mais valia.

Vista assim, a escolarização, formação profissional ou qualificação, nos termos em que se desejar considerar será, sempre, uma mercadoria a ser comprada e utilizada de acordo com os interesses do capital.

4.5 Os Cursos Profissionalizantes em Vitória da Conquista - BA e qualificação do Trabalhador da Indústria Alimentícia

Segundo Dias (2009, p. 108) o regime de acumulação flexível demandou um novo perfil de qualificação do trabalhador, não mais aquele trabalhador especialista em realizar apenas uma função, mas sim, polivalente, que correspondesse ao novo paradigma de produção. O trabalhador, então, deveria ser capaz de agir, intervir e decidir.

Desse modo, a educação passa a servir aos objetivos do processo produtivo com sua nova base técnica, e se adapta à formação de força de trabalho compatível com as necessidades impostas pelo mercado. Assim, no discurso de “qualificação” está contida a responsabilidade do trabalhador em se ajustar às novas demandas de formação para o trabalho, passando de vítima, a causador do próprio desemprego.

Além das políticas públicas de oferta de cursos profissionalizantes, pois o Estado passa a agir no sentido de dotar os trabalhadores de maior qualificação, emerge, também, um mercado que logo se torna um meio de reprodução do capital no ramo da oferta de cursos profissionalizantes. No entanto, é importante lembrar o que afirma Manfredi (1998):

Há, sem dúvida, uma valorização da educação formal no discurso, mas na realidade esta é exigida para os cargos mais altos da hierarquia associada a uma supervalorização do conhecimento técnico – científico e desvalorização do conhecimento prático (MANFREDI, 1998, p. 20).

Não se está dizendo com isso que a qualificação é desnecessária ou banal. O quadro empírico expõe uma realidade na qual a propalada qualificação se tornou um contrarrecurso para a obtenção do emprego em alguns setores da economia, como por exemplo, nos cargos diretos da produção industrial, para os quais ainda prevalece a contratação de força de trabalho desqualificada e barata. Ao contrário, em diversas situações de contratação, como será mostrado nessa pesquisa, o valor agregado à força de trabalho, advinda da qualificação profissional, se tornou um obstáculo para a contratação, predominando a contratação pela experiência relativa e pelo conhecimento tácito. Assim, de acordo com Kuenzer (2003):

De modo geral, a inserção no espaço laboral, através dos estágios ou do emprego, contemplavam a dimensão tácita do conhecimento, supervalorizando o saber fazer sobre o conhecimento científico e a parte sobre o todo, de modo a tornar corriqueira a denúncia dos alunos sobre a inutilidade da formação teórica, reproduzida pelos profissionais de recursos humanos que privilegiavam a experiência como critério de seleção (KUENZER, 2003, p. 49).

O capital triunfou ao flexibilizar as relações de trabalho e implementar novos paradigmas relacionados ao tempo e ao espaço. A era *Just in time*, o *Full Time*, as Videoconferências, o transporte aéreo de cargas, as novas horizontalidades e verticalidades ressignificaram o papel dos lugares no mundo. O ensino à distância é um exemplo do triunfo do capital sobre a educação que não mais precisa ser presencial para existir e ser reconhecida. Um número cada vez maior de cursos é realizado mediante o pagamento de mensalidades ou oferecido pelo serviço público, em condições questionáveis e com qualidade igualmente incerta. O capital triunfou na escolarização e profissionalização aligeirada e virtual, com o ensino do instrumental para o trabalho, anulando ou minimizando a necessidade de construção do conhecimento de mundo e da formação do pensamento crítico.

Em Vitória da Conquista existe uma oferta considerável de cursos profissionalizantes e Técnicos, oferecidos por Instituições Privadas e pelo Instituto Federal. Muitos desses cursos visam preparar profissionais “autônomos”, propondo torná-los “empreendedores”, gestores dos seus próprios negócios. Trata-se de uma das faces da onda de empregabilidade neoliberal, fazer o sujeito crer que será empresário, sem patrão. Muitos cursos “profissionalizantes” não exigem escolarização mínima, são aligeirados, com duração de 3 meses a 1 ano e, de acordo com entrevistas realizadas com agentes de matrículas das unidades que vendem os cursos, o

mercado selecionará se desejar um trabalhador com formação escolar básica ou não. Esses cursos têm mensalidade média em torno de R\$190,00 ou valores estipulados por curso, variando de R\$300,00 a R\$1.000,00. Os cursos profissionalizantes mais procurados são: Maquiagem, Cabeleireiro, Estética Corporal e Facial, Informática, Auxiliar de Saúde Bucal.

Os cursos Técnicos oferecidos em instituições privadas são conhecidos por requererem a formação de ensino médio como pré-requisito para ingresso ou para ser diplomado, até o final do curso. Assim, o ingresso também é permitido para alunos que não concluíram o ensino médio, mas que o façam até o final da formação técnica. É possível encontrar em Vitória da Conquista- BA, cursos na área de Secretariado Escolar, Técnico em Enfermagem, Podologia, Eletrotécnica, Eletromecânica e Segurança do Trabalho. A duração média desses cursos é de 1 ano e meio a 2 anos.

O Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI) oferecem cursos ligados à educação básica, profissionalização e técnico. O SESI se autodenomina uma entidade privada, autônoma política e administrativamente, porém, sem fins lucrativos. Integra o Sistema da Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), representante dos interesses das indústrias na Bahia. O SESI contém 15 unidades de negócios, 8 clínicas e 3 agências, em áreas de maior concentração industrial em Vitória da Conquista e desenvolve ações nos eixos Educação e Qualidade de Vida, com oferta de cursos para trabalhadores da indústria e seus dependentes. Dessa maneira, toda e qualquer ação educacional oferecida no SESI deve ter vinculação direta com o mundo do trabalho.

O SESI oferece cursos de educação básica regular (em Vitória da Conquista são oferecidas 5 turmas de 1ºs e 2ºs anos do ensino médio em 2017), Educação de Jovens e Adultos, educação profissional e educação continuada. Em seu site, está registrado que

O SESI oferece formação de qualidade, contextualizada com o mundo do trabalho. Busca diversificar a oferta de educação básica regular e para jovens e adultos, articulada com educação profissional e educação continuada com diferentes cursos focados em competências alinhadas às estratégias da empresa e ajustada às necessidades atuais e futuras da indústria (SESI, 2017).

É importante destacar que as mensalidades das classes de ensino médio custam R\$545,00 para a comunidade, sendo oferecidos descontos aos dependentes de trabalhadores das indústrias e a redução do valor depende da renda do trabalhador. Sob o slogan de

“Educação para a Indústria”, a escola de ensino médio do SESI se apresenta sob a nomenclatura Escola SESI Anísio Teixeira, com uma plataforma que anuncia a formação integral, mas que não negligencia a formação para o trabalho⁵³.

A Educação de Jovens e Adultos acontece na modalidade de 80% à distância e 20% presencial. Em educação continuada são oferecidos cursos que, via de regra, apresentam vinculação com segurança do trabalho e saúde laboral, além de educação corporativa voltada aos gestores das unidades fabris. O conteúdo dos cursos está atrelado aos pressupostos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT) e das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR).

O SENAI é um dos conveniados ao PRONATEC e, atualmente contempla 47% das matrículas nacionais do programa federal que subsidia integralmente o estudante do ensino técnico para realização de curso na instituição. São 234 cursos técnicos, 736 mil vagas e 817 unidades do SENAI, no Brasil (informações oferecidas pelo SENAI, 2017). A entidade oferece, também, cursos gratuitos de aprendizagem industrial, mediante processo seletivo. Os participantes do processo devem ter no mínimo 14 -18 anos e, no máximo, 21 anos, serem estudantes ou terem concluído o ensino médio. Em Vitória da Conquista – BA foram oferecidas, no último Edital (2017.1), 39 vagas para assistente administrativo, com pré-requisito de 9º ano ao ensino médio concluído e idade mínima de 14 anos e máxima de 21 anos; 40 vagas para Assistente de Produção para estudantes a partir do 9º ano ou egressos do ensino médio, de 18 a 21 anos. Os cursos têm duração entre 6 meses e 1 ano e meio. As provas da seleção preconizam a Língua Portuguesa e Matemática, apenas.

Além dos cursos de aprendizagem industrial básica, o SENAI oferece vagas em cursos técnicos presenciais e a distância, com mensalidades de R\$320,00 que, se pagas em dia, custam R\$272,00 (em Vitória da Conquista - BA). Há possibilidade de bolsas integrais, caso o estudante tenha realizado o Enem e alcançado o mínimo de 550 pontos e autodeclarar ter baixa renda individual ou familiar. Para os cursos em modalidade EAD o estudante deve dar ciência de que possui a infraestrutura técnica que viabilize as aulas (internet e computador compatíveis com os requisitos do edital). No Edital 2017. 1 foram oferecidos cursos de Eletromecânica, Eletrotécnica, Logística e Segurança do Trabalho, com 50 vagas em cada e

⁵³ O Projeto Pedagógico encontra-se disponível no site www.sesi.fieb.org.br

reserva para bolsistas, entre 9 e 10 vagas, todos com aulas ministradas no turno noturno. Na modalidade, a distância, os cursos são Manutenção e Suporte à Informática e Rede de Computadores, com 40 vagas em cada, com aulas uma vez por semana, sempre no turno noturno, ao custo de R\$195,00 mensais. Ambas as modalidades duram 24 meses.

Além desses cursos, são comercializados cursos de curta duração (de 20 dias a um mês, ou pouco mais) que com preços que variam entre R\$ 144,00 a R\$ 508,00, para pagamento único. Cursos: Autocad, Operação de Empiladeira, Maquetes Virtuais de Edifícios, Leituras de Projetos de Edificações, Comandos Elétricos e Excel.

O Instituto Federal da Bahia (IFBA) oferece cursos técnicos nas modalidades Integrada e Subsequente. A modalidade Integrada é oferecida aos estudantes que concluíram o ensino fundamental (8^a série/9º ano) e pretendem conciliar ensino médio com formação profissional. Os cursos têm duração mínima de quatro anos e o ingresso se dá por meio de seleção. São eles: Eletromecânica, Eletrônica, Informática e Meio Ambiente. A modalidade Subsequente é destinada aos egressos do Ensino Médio e são cursos com duração de dois anos em Eletromecânica, Edificações, Eletrônica, Informática e Segurança do Trabalho. Há oferta, também, de cursos de Graduação em Química, Engenharia Elétrica, Sistemas de Informação, Engenharia Civil e Engenharia Ambiental .

No âmbito da educação estadual baiana, há oferta de cursos de educação profissional na modalidade integrada e subsequente em Vitória da Conquista, em duas unidades gerenciadas pela Diretoria Regional de Ensino, NRE 20 (DIREC- 20). Uma unidade é o Anexo do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Adélia Teixeira, situado no Bairro Candeias. A outra unidade é o Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista (CETEP), instalado no campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

No anexo do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Adélia Teixeira são oferecidos cursos técnicos na modalidade subsequente (para egressos do ensino médio) em Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, Enfermagem, Nutrição e Dietética e Análises Clínicas, sendo 150 vagas anuais, na totalidade de cursos.

Os cursos oferecidos no CETEP, em sua maioria, funcionam na modalidade Integrada ao Ensino Médio e têm duração de quatro anos. São eles: Informática, Edificações, Agropecuária e Agroecologia. Na modalidade integrada, o estudante realiza o ensino médio em conjunto com a formação técnica, sendo egresso profissionalizado. O CETEP oferece, também, cursos técnicos na modalidade subsequente ou pós-médio (oferta para estudantes

com ensino médio concluído), com duração de dois anos nas áreas de Agropecuária, Enfermagem, Contabilidade e Técnico em Informática, sendo este último com duração de 2 anos e 6 meses e no Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). São 240 vagas anuais para a modalidade subsequente.

A oferta de cursos técnicos em unidades privadas ou públicas de ensino em Vitória da Conquista – BA, não significa, em si, que os trabalhadores terão acesso aos cursos, seja pela falta de dinheiro para arcar com as mensalidades ou de estímulo para participar dos programas de isenção ou mesmo de ingressar nos estudos.

A presente pesquisa foi realizada com trabalhadores de indústrias de biscoitos, pães, laticínios, frango, café, cogumelos, granolas e cereais (40 no total). São empresas situadas na área urbana de Vitória da Conquista, com exceção de apenas duas (de abate de frango) que se encontram instaladas à beira da BR116 (FIGURA 4, do capítulo 2). Todas as empresas pesquisadas são cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia, conforme dito, portanto, formalizadas. A maior parte das unidades fabris (32) está instalada em áreas periféricas da cidade e existe uma relação clara entre a localização das fábricas e o endereço de moradia dos trabalhadores, conforme apresentado no capítulo 2 da tese.

Assim, de acordo com as informações coletadas junto aos trabalhadores das indústrias alimentícias de Vitória da Conquista – BA, com número superior a 10 funcionários na área de produção, no período de fevereiro a setembro de 2016, 81% dos entrevistados (234 trabalhadores) declararam nunca ter realizado qualquer curso técnico ou profissionalizante.

As justificativas para a não realização de cursos variaram entre a falta de recursos financeiros ou falta de tempo, além de uma parte dos trabalhadores relatar que não há exigência de saberes aprendidos em cursos para que a contratação se efetive. Na contramão da oferta de cursos, pagos ou gratuitos, estão os trabalhadores da indústria alimentícia de Vitória da Conquista – BA participantes da pesquisa. No universo pesquisado, 92% disseram nunca ter trabalhado anteriormente em alguma empresa do ramo alimentício.

Vale ressaltar que, nem mesmo para o atual emprego, houve a necessidade de realização de cursos profissionalizantes, uma vez que as funções desempenhadas nas fábricas do setor alimentício exigem apenas um treino prático, sendo uma atividade, muitas vezes, de pura repetição. Em uma das fábricas de abate de frango, por exemplo, onde existem funções distintas como depenar, cortar, embalar etc., as funções são realizadas por cada indivíduo em seu próprio posto, durante as oito horas de serviço.

A maioria dos trabalhadores que participaram da pesquisa (93,4%), declararam que foram treinados na própria indústria, no ato de fazer o ofício, sem a necessidade de um curso de formação. Esse número bastante expressivo demonstra que não há a necessidade ou mesmo a exigência de experiência na área ou comprovação em carteira, como costuma ocorrer em outras áreas/setores do mercado/comércio. Nesse item, o trabalho que se materializa na produção de alimentos não está relacionado à realização de nenhum curso. Em Marx (2013) verifica-se:

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria – prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho (MARX, 2013, p. 262).

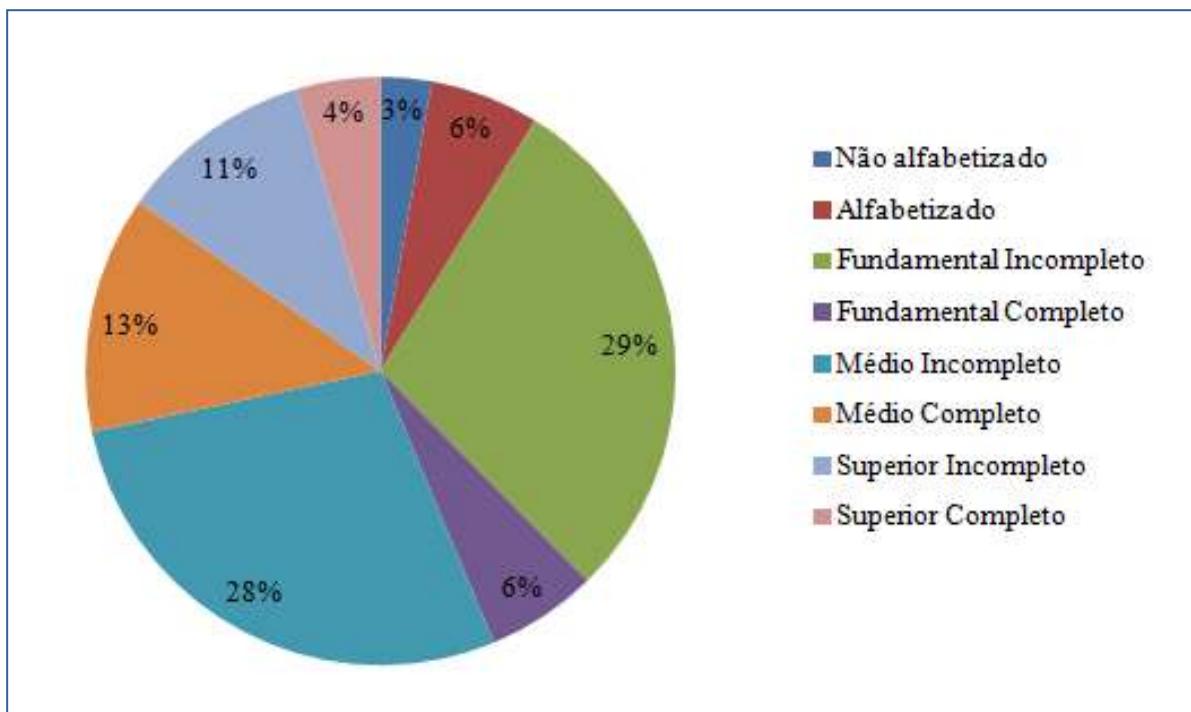
O controle de que Marx (2013) fala pode incluir também a orientação para o manejo, o que ficou evidenciado no trabalho de campo: o trabalhador aprende o ofício, é controlado e orientado na fábrica, sem a necessidade de outras interlocuções e de formação escolar. Nesse sentido, Braverman (1977) ressalta que o controle da força de trabalho faz parte do gerenciamento da indústria que focaliza suas orientações na política antidesperdício e na apropriação do conhecimento tácito do trabalhador adestrando-o e controlando-o na direção da realização dos interesses capitalistas. Nas indústrias de biscoitos, tradicional setor fabril e comercial de Vitória da Conquista, cuja concepção e fabrico do produto guarda relação estreita com a transmissão de saberes culturais, fica evidenciado o uso do conhecimento tácito passado através das gerações e que serve perfeitamente aos anseios dos proprietários das indústrias que desejam ter um trabalhador hábil no preparo de massas e no manuseio de fornos. Entre conhecimento tácito e conhecimento científico, emerge a divisão do trabalho industrial que produz a diferenciação entre trabalhadores especializados e não especializados. Assim, o valor do trabalho diminui, acarretando um crescimento direto da mais-valia aumentando significativamente a produtividade.

Contradicitoriamente, convivem percebendo os mesmos salários, alguns profissionais com mais anos de escolarização que a média, apesar da predominância do emprego no setor de produção de alimentos ser de trabalhadores com Ensino Fundamental e Médio Incompletos. Essa diferenciação de anos de escolarização não interfere no valor pago pelo

trabalho, haja vista que, na prática, o que ocorre é a fixação de uma taxa fixa sobre o trabalho realizado (salário mínimo) e não sobre o valor que receberia aquele trabalhador que estudou por mais tempo.

O nível de escolaridade dos trabalhadores do setor alimentício é bastante diversificado. De acordo com as informações coletadas (GRÁFICO 1), não há exigência quanto à formação profissional em área específica coexistindo, nesses espaços, trabalhadores com níveis diferentes de formação, mas que exercem uma mesma função e percebem o mesmo salário.

Gráfico 1 – Vitória da Conquista/BA: Escolaridade dos trabalhadores da Indústria Alimentícia, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

De acordo com os dados, há nessas fábricas indivíduos não alfabetizados (2,8%), representando a menor parcela e, quase sempre, ocupando as funções ligadas aos serviços gerais e manutenção dos espaços, além de realizarem, também, atividades diretas de produção, acompanhados dos 6% que se declararam apenas alfabetizados. Aqueles trabalhadores que cursaram Ensino Fundamental e Ensino Médio, incompletos, representam

maior número, 29% e 28% respectivamente, e os que cursaram Ensino Fundamental e Ensino Médio completos, 6,1% e 13% respectivamente. Quanto aos indivíduos em fase de nível Superior de ensino, 10,7% deles ainda não concluíram essa etapa dos estudos e apenas 4,4% dos funcionários entrevistados o fizeram. Os dados confirmam que há uma redução do quantitativo de trabalhadores com mais anos de estudo na área de produção industrial, corroborando o interesse da empresa para realização de trabalho manual, com pouco ou nenhuma especialização. Nesse aspecto, sobressaem as habilidades de elaboração dos produtos com a aplicação de uma técnica transmitida pela empresa e manejo de maquinários simples, não sendo necessária uma formação escolar de mais de 8 anos de estudo; o que resulta em uma remuneração mais baixa.

Vale ressaltar que, de acordo com informações obtidas junto à administração das fábricas, essas empresas optam por funcionários que tenham, no máximo, cursado até o Ensino Médio, visto que a contratação de pessoal com nível superior pode representar aumento em suas despesas, uma vez que a remuneração tende a ser maior.

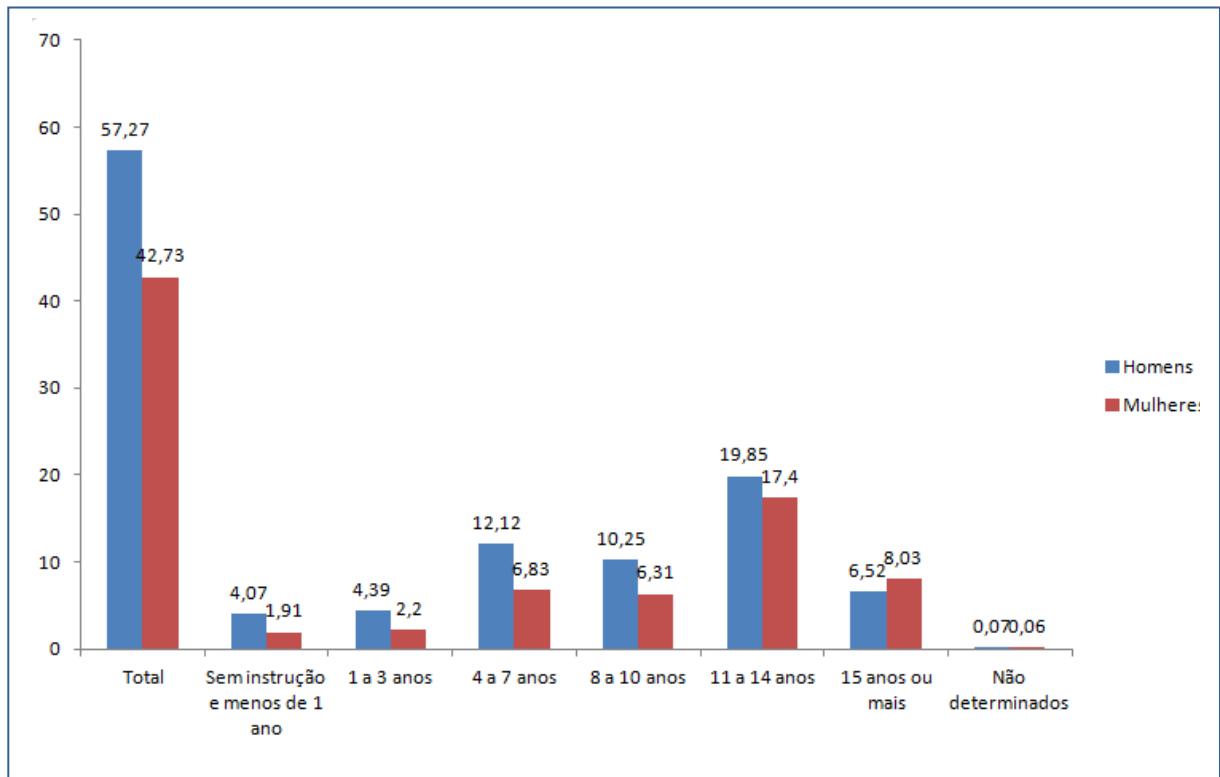
O Gráfico 2, apresentado a seguir, contém dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, IBGE) e reflete as condições do emprego, em 2015, com relação aos anos de escolaridade e sexo dos brasileiros. A maior concentração de pessoal ocupado situa-se na faixa entre 4 a 14 anos de estudo, que segundo a metodologia aplicada pelo IBGE, corresponde ao ensino fundamental incompleto ao médio completo (PNAD, IBGE, 2015). Os trabalhadores de ensino superior incompleto e completo ocupam apenas 14,55% dos empregos no Brasil. Nessa faixa de anos de estudo (15 anos ou mais) há uma inversão na predominância relativa a sexo, sendo maior o número de mulheres empregadas.

A contradição reside no fato de que a maior parte dos trabalhadores da produção apresenta baixa escolaridade, seguido por um quantitativo expressivo, quase semelhante ao de trabalhadores com ensino médio incompleto e completo. Segundo Kuenzer (2003):

É importante destacar, ainda, que se está tomando como pressuposto que as formas históricas de organização e gestão da força de trabalho com vistas à realização da acumulação não se superam por substituição, mas sim por incorporação, gerando novas formas de combinação entre os setores dinâmicos e os precarizados, de modo a combinar diferentes modalidades de uso da força de trabalho que por sua vez demandam diferentes competências. A partir desta compreensão, os processos precários de desenvolvimento de competências através de projetos escolares e não escolares não representam um desvio, um problema a ser enfrentado, mas refletem a própria lógica de

um regime de acumulação, cujos ganhos de produtividade são cada vez mais reduzidos (KUENZER, 2003, p. 47).

Gráfico 2 – Brasil: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por número de trabalhos, sexo e anos de estudo, 2015.



Fonte: IBGE, PNAD, 2015. Acesso em março de 2017.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

Na pesquisa realizada, fica evidenciada a coexistência de diferentes tipos de formação da força de trabalho no tocante aos anos de estudo haja vista que, para o capital, na área no que concerne à produção industrial de alimentos em Vitória da Conquista, mais importante que a formação escolar, é necessário que o trabalhador tenha bom raciocínio, seja pontual, responsável, criativo, ágil, com boa capacidade para compreender treinamentos e comandos e que “vista a camisa da empresa”.⁵⁴ Os dados do IBGE, na PNAD, ilustram as informações dadas pelos empresários e as reflexões de Kuenzer (2003) quanto à relação entre anos de estudo e quantitativo de força de trabalho ocupada.

⁵⁴ Compêndio de características exigidas pelos empresários entrevistados na pesquisa realizada, proprietários de indústrias alimentícias.

A combinação de diferentes modalidades de uso da força de trabalho de que trata Kuenzer (2003) se refere ao fato de que, precarizado e submetido ao controle de forças do capitalismo, os trabalhadores, independentemente de sua formação, buscam a sua colocação onde o emprego está. Por esse motivo, os três níveis de escolaridade, predominantes na área de produção das indústrias pesquisadas convivem pacificamente, realizando as mesmas tarefas. O conhecimento de um é passado para o outro, no cotidiano do trabalho, e essa “retroalimentação” forma um novo conhecimento.

Não há hierarquia pela escolarização, e sim um grupo que realiza suas tarefas sob o olhar cauteloso que quem os supervisiona. Esse grupo de trabalhadores recebe 1,2 do salário mínimo pelas 8 horas realizadas ao dia. O que importa, então, nessa realidade, não é a formação escolar e sim o saber fazer derivado da experiência (KUENZER, 2002). Convivendo e realizando o mesmo trabalho, os operários da produção de alimentos, precisam, de fato, saber apenas manejá-las máquinas e aproveitar bem a matéria prima para que o produto seja fabricado em graus de excelência compatíveis com os ideais da empresa. Não há valor diferenciado pago pela escolarização diferenciada. O saber fazer se sobrepõe a isso. Todos recebem o mesmo salário. Assim, se o conhecimento tácito funciona bem, não há o que se discutir.

Na produção dos alimentos, aquele trabalhador que cursou o ensino médio não recebe a mais por isso, pois o capital faz uso da sua força de trabalho e não do seu conhecimento científico. Há inutilidade do saber teórico nesse setor da fábrica? Em resposta, a discussão sobre o processo alienante do trabalho assalariado. Segundo Harvey (2008):

Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias –primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condição de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho (HARVEY, 2008, p.119).

O paradoxo se verticaliza ainda mais quando se percebe que é exigido cada vez mais conhecimento técnico e científico do trabalhador. A pressão e cobrança pelo estudar e se qualificar estão presentes nos discursos dos gestores e dos proprietários dos meios de produção ao mesmo tempo em que deixam explícito o pouco ou nenhum interesse pelo

profissional com mais de 11 anos de estudo. Tal evidência foi mencionada pelos empresários da seguinte maneira:

Acho muito importante que o trabalhador estude e aprenda sempre mais. O estudo é sempre uma maneira de melhorar de vida. Eu não tenho muitas vagas para pessoal formado em faculdade. Na produção não preciso, mas tem muitas empresas que pegam, eu acho.⁵⁵

Se o meu empregado estudar mais e me mostrar porque o estudo dele é interessante para a minha empresa, para melhorar os resultados, a gente conversa sobre salário. Se chegarmos a um consenso, aí a gente vê.⁵⁶

Acho muito importante, imprescindível que as pessoas estudem cada vez mais. Só que eu não tenho interesse em trabalhadores com muito estudo porque eles são cheios de ideias. Às vezes eles não estão satisfeitos com o trabalho e com o salário e ficam comentando coisas na área de produção. Acabam influenciando os outros funcionários.⁵⁷

Eu até contratei um engenheiro de produção para melhorar um pouco as coisas aqui na fábrica de biscoitos, mas foi por um período de seis meses apenas. Fica caro para a empresa contratar uma pessoa de nível superior. Ele veio, analisou tudo, ensinou muitas coisas e depois foi embora. Não dá pra ter gente muito especializada na produção, fica caro. Mas acho que todo mundo tem que estudar para crescer.⁵⁸

A ideia de educação como modo de ascensão social e desenvolvimento pessoal está implícita no discurso dos empresários entrevistados na mesma medida em que não há interesse em se contratar o trabalhador com mais anos de estudo. As justificativas para o pouco ou nenhum interesse em se contratar uma força de trabalho mais qualificada na área de produção se justifica por impossibilidade de remuneração mais elevada e pela própria formação crítica.

Na realidade pesquisada, o fetiche da educação foi confirmado. Em meio a trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade, executando a mesma função, pode-se confirmar o que Nidelcoff (1978, p. 15) defende “[...] a escola, como instituição, não apenas

⁵⁵ Entrevista nº 1, realizada em abril de 2016.

⁵⁶ Entrevista nº 2, realizada em abril de 2016.

⁵⁷ Entrevista nº 3, realizada em maio de 2016.

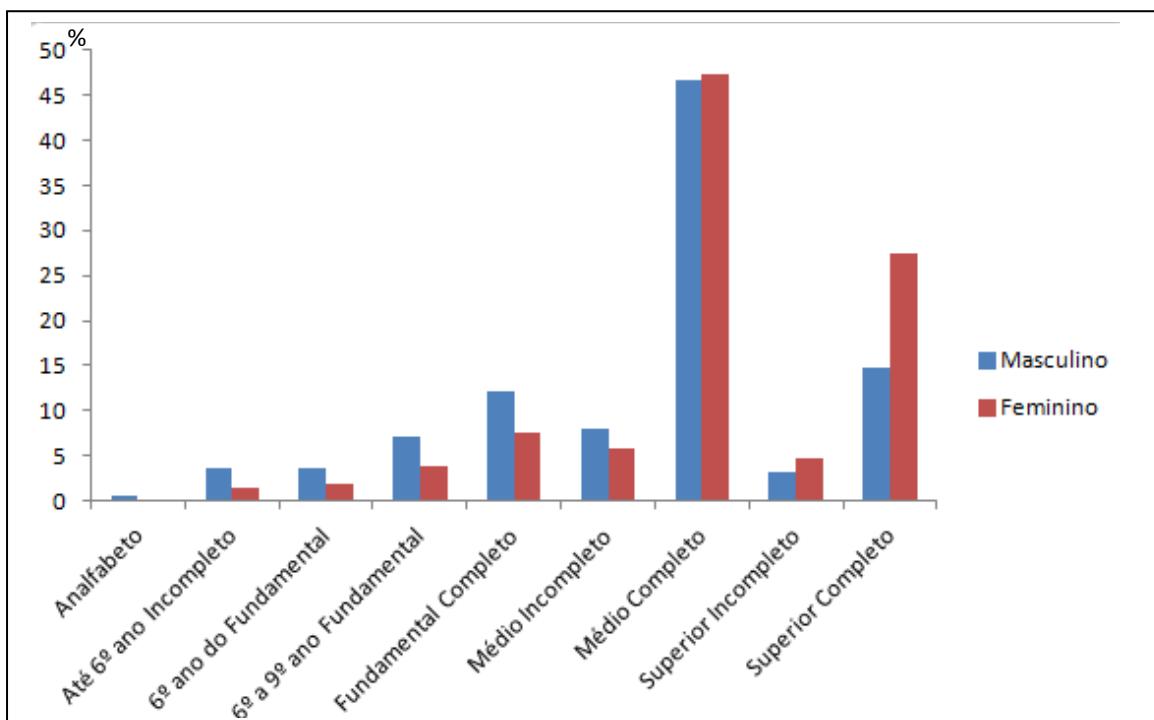
⁵⁸ Entrevista nº 4, realizada em maio de 2016.

não tem poder para modificar a estrutura social como, mais do que isso, geralmente sustenta e confirma essa estrutura”.

A escola é controlada pelo Estado, os conteúdos e as avaliações também o são. As relações de poder e de controle são estimuladas pelo Estado quando esse delega aos professores, em sala de aula, o “cajado” da distribuição das notas e das punições. A escola torna-se instrumento de controle via Estado e acaba por criar rotinas que, muitas vezes, não coincidem com os interesses dos estudantes, não colaboram para a formação crítica e de consciências, restando ao estudante, futuro trabalhador, uma formação precária, superficial e sem vínculo algum com a possibilidade de libertação. Por esse motivo, surge uma ambiguidade: estudar para a manutenção do *status quo* ou abandonar os estudos para se ocupar apenas do trabalho, também precarizado e mecânico da fábrica.

Sobre a escolaridade dos trabalhadores, a realidade nacional é expressa em números pelas pesquisas do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2015) (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 – Brasil: Participação % em número de empregos por escolaridade e sexo, 2015



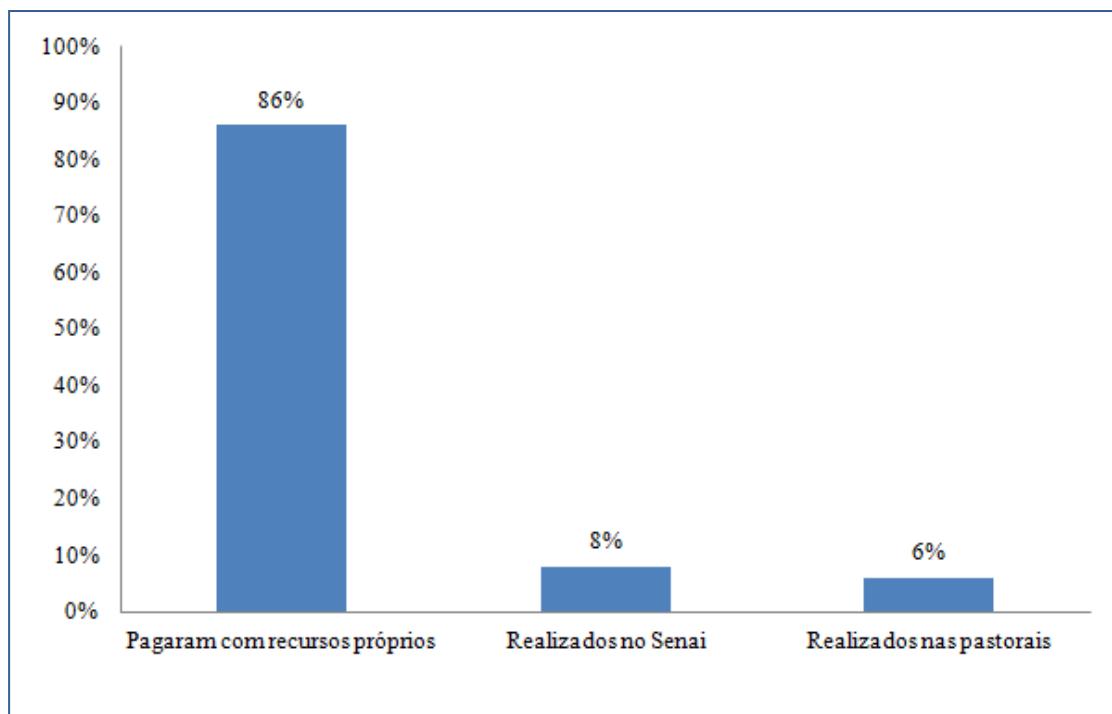
FONTE: RAIS, DEC n.76.900/75. MTB, 2015

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

O gráfico 3 indica a maior participação no emprego (2015) por trabalhadores que cursaram ensino médio, reforçando ainda a ocupação se somados os percentuais de ocupação de analfabetos até o médio completo (82,3% para homens e 69% para mulheres).

Corrobora para isso, o valor de salário e os interesses dos empresários. As declarações dos trabalhadores que afirmam não haver fomento das empresas para que os seus trabalhadores da produção industrial realizem cursos de aperfeiçoamento. Boa parte dos entrevistados relatou que o aperfeiçoamento profissional não é estimulado e que não há subsídios para a realização de cursos. Assim, para 84% dos entrevistados, não há nenhum tipo de incentivo empresarial para o aprimoramento de habilidades. Quando, por sua vez, alguns trabalhadores (16% da amostra) realizaram cursos de aperfeiçoamento profissional, tratou-se de um desejo pessoal, com custeamento próprio ou através do SENAI e Pastorais (GRÁFICO 4).

Gráfico 4 – Vitória da Conquista/BA: Custeamento de Cursos Técnicos e/ou Profissionalizantes, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

À medida que o capitalismo se ampliou e sua dominação cresceu por todos os ramos da economia e por todas as porções do globo também a apropriação pelo capital das bases

educacionais aconteceu, em alguns momentos em maior ou menor escala, mas aconteceu, principalmente, quando do aparato do Estado em subserviência ao capital.

Até que se chegue à contextualização do indivíduo e nas suas particularidades dentro do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento educacional para o mercado de trabalho faz-se necessário considerar que todo sujeito tem uma vida com suas próprias abstrações, seus processos internos e suas vivências. Desse modo, analisa-se que cada sujeito tem uma compreensão e uma participação do meio educacional que se insere, ainda que, na totalidade todos sejam homogêneos perante o capital e o Estado.

O indivíduo se aliena pela religião, pela família, pelos valores, tradições e convenções sociais, pela política e porque não dizer, pela educação? No seu processo educacional toda a alienação vai influenciar na forma como o indivíduo absorve aquilo que lhe é proposto enquanto sujeito participante daquele processo, ou seja, as convicções que cada pessoa tem repercutem na forma como ela comprehende o mundo e realiza as aquisições de conhecimento, ao mesmo tempo em que se ampliam suas alienações, num contínuo ciclo de formação para a vida dentro do sistema capitalista. Na atualidade existem alienações que são implantadas pelo próprio capital, até mesmo como forma de sobrevivência e perpetuação do seu sistema, a alienação que leva ao consumo exacerbado e a alienação que faz crer que o trabalho e a remuneração estão de acordo com as funções realizadas.

O sistema educacional da maior parte dos países do mundo, e em especial no Brasil, é estruturado de forma que todo o contexto educacional se baseie num modelo capitalista, ainda que implícito ou subjetivo, e que é coordenado pelo Estado e consequentemente reproduz o sistema de classes. A escola, independente se pública ou particular, reproduz o viés alienador da lógica capitalista, seja ele em qual (is) aspecto(s) for (em), ou seja, os estudantes deixam a educação básica, prontos para darem prosseguimento à reprodução dessa lógica, tanto no que diz respeito à acumulação como no papel do estudante ou do egresso no mercado de trabalho, no conjunto social em que ele se insere, no meio político (nas escalas locais, regionais e nacionais), em todas as esferas de participação social que um indivíduo normalmente pode ocupar.

SEÇÃO IV

5 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, EDUCAÇÃO E O TRABALHADOR DA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

É preciso analisar a fábrica como um fenômeno típico da realidade atual, tomando-a em suas relações amplas e complexas com a vida ambiente.

A fábrica aparece assim não como um fenômeno isolado a ser estudado sem grande interesse pela escola, mas como um núcleo onde se concentra toda a realidade atual considerada em suas principais manifestações; como o nó de inumeráveis fios, articulando fenômenos isolados; como a encruzilhada de numerosas estradas, como um grande pórtico aberto para o mundo.

MOISEY PISTRAK, 2011

O capitalismo é um sistema flexível e essa característica resulta, inevitavelmente, no manejo da produção com vistas à manutenção ou aumento da lucratividade. É fato que em vários períodos da história aconteceram crises, algumas mais severas que outras, cíclicas, em parte por conta das adaptações e reestruturações que o sistema produtivo impõe. Na relação entre o capital, indústria e educação, a situação não seria diferente. O modelo de educação que se desenvolve, atualmente, em boa parte do mundo, assim está organizado para servir aos propósitos do capital e, sobretudo, para contribuir com a formação de força de trabalho barata e qualificada. Essa orientação é óbvia, mas guarda em si uma relação contraditória: apesar do aparente interesse pela qualificação do trabalhador, o preço da sua força mantém-se em patamares baixos, numa linha constante e, por vezes, ascendente. O perfil do trabalhador e a lógica utilizada para o emprego confirmarão essa afirmativa ao longo do capítulo.

O trabalho fora considerado por Aristóteles como *ação inteligente*, composto por imaginação, criatividade, planejamento e realização: uma arte capaz de ordenar, criar e produzir objetos, uma verdade absoluta. No entanto, em Braverman (1987), inspirado por

Marx, encontra-se uma definição clara da força de trabalho que se torna mercadoria, ao perder a sua humanidade e dar lugar ao conceito de fator de produção, equivalente a uma ferramenta, músculo animal ou qualquer outro meio para executar uma tarefa; sob o ponto de vista dos “senhores do trabalho no capitalismo”. Desse modo:

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua *diferença específica* é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho. Em segundo, os trabalhadores estão livres de constrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador (BRAVERMAN, 1987, p. 54-55).

Ao trabalhador resta aceitar o contrato de trabalho e todas as imposições decorrentes desse mercado, além de se tornar alienado do produto do seu trabalho, haja vista que o operário, muitas vezes, não reconhece a sua força de trabalho nesse produto, não havendo a percepção da sua própria criação. Não há saída. Dessa maneira, destituído do produto e inconsciente das condições de vida o trabalhador é levado a vender a sua força de trabalho a valores definidos pelos capitalistas, por preços mínimos.

5.1 Valor da força de trabalho e aspectos socioeconômicos do trabalhador da indústria alimentícia conquistense

Considerando os aspectos apontados, é nítido, o quanto a educação está alinhada aos interesses do Estado (utilizado principalmente por grupos políticos para que se garanta a manutenção do poder com o uso da máquina pública) e Capital (com o puro e simples interesse de ampliação, dominação e concentração de lucro e riqueza). Assim sendo, os trabalhadores são como mero objeto ou produto, cujos direitos estão cada vez mais ameaçados (mesmo nos países ditos desenvolvidos) pela pressão que o capital faz sobre o Estado. Nessa direção, o capital se vale tanto do indivíduo considerado preparado ou qualificado quanto daquele despreparado, desqualificado ou com formação incompleta. Do sujeito qualificado

exrai-se o máximo enquanto trabalhador, daquele desqualificado também, mas numa lógica inversa, de que este é subjugado quase que de forma esmagadora para as funções inglórias. Para Enguita (1993):

No modo de produção capitalista, a força de trabalho converte-se numa mercadoria mais submetida a idênticas leis do que o conjunto destas; uma mercadoria que é resultado de um processo de produção concreto, que se troca – vende e compra – no mercado a um preço que oscila em torno do seu custo de produção e, portanto se aproxima do seu valor de troca, etc. Do ponto de vista teórico, o problema reduz-se a mostrar que a força de trabalho tem, como qualquer mercadoria, um valor de uso e um valor de troca (ENGUITA, 1993, p. 176).

Quando se pensa sobre o custo para reprodução da força de trabalho, “mercadoria” essencial para a produção industrial ou para qualquer setor da economia no sistema capitalista é necessário remeter ao pensamento de Marx (2013)⁵⁹ quando este aponta que o valor da força de trabalho é calculado com base em sua qualidade útil, sua capacidade de produzir. O que envolve os custos de formação da força de trabalho, não é um elemento determinante do valor da sua força de trabalho. Na realidade concreta, essa não é uma determinação. A equação para composição do valor da força de trabalho envolve o tempo que este leva estudando, se alimentando e se fortalecendo. O valor da força de trabalho é determinado pelo preço dos artigos de primeira necessidade exigidos para desenvolver, manter e perpetuar a própria força de trabalho (NETTO e BRAZ, 2007, p. 103), não deve ferir as intenções de lucro, de geração da mais-valia para o capitalista. Por esse motivo, o valor de formação e o valor de compra da força de trabalho serão, sempre, mensurados na “zona de confiança” da manutenção e aumento do lucro e no sentido da sua desvalorização.

Se o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção (MARX, 2013)⁶⁰, o valor da força de trabalho também seria determinado pela quantidade de tempo de trabalho objetivado para a sua formação. Isso quer dizer que os meios de vida, meios para a existência, reprodução, manutenção e conservação do homem ou da mulher que portam a força de trabalho, estabelecem o seu valor e são compostos pela história e pela moral.

⁵⁹ Original de 1867.

⁶⁰ Ibidem

Também compõe o valor da força de trabalho certo quantitativo referente à instrução necessária ao manejo das máquinas e à leitura de instruções e manuais. Quanto mais tempo dedicado à sua própria instrução, mais valor se agrega à força de trabalho, por assim dizer. Esses custos de formação e de aprendizagem são variáveis.

Realizando valor de troca e alienando valor de uso, o trabalhador atua em sua jornada apenas como vendedor da sua força, ao preço que interessa ao capitalista. Assim, a pesquisa de campo realizada no município de Vitória da Conquista entre os meses de março e novembro de 2016, com os trabalhadores da área de produção das indústrias alimentícias, revelou renda mensal na ordem de 1 a 1,2 salários mínimos por uma jornada de 44 horas semanais. Vale ressaltar que 21% dos trabalhadores entrevistados recebiam menos de um salário mínimo no início da carreira. Sobre isso as declarações de trabalhadores esclarecem que:

Logo que comecei a trabalhar eu ganhava meio salário mínimo. Isso foi quando eu tinha 16 anos. Depois fui melhorando e crescendo de salário. Hoje eu ganho mais um pouquinho do salário mínimo. Ainda não é muito, mas já melhorou do que era.⁶¹

Hoje eu ganho um salário mínimo. É mínimo mesmo, mas eu não estudei para ganhar mais. Quem sabe se eu estudando ganho um pouco a mais, né? Eu já ganhei menos, mas foi a lei que disse que ninguém podia ganhar menos.⁶²

Meu salário é mil e pouquinho. Dá para ir levando. Já ganhei menos e hoje to nessa faixa de um salário mínimo e mais um pouco. Não é muito, mas antigamente eu ganhava até menos de salário.⁶³

Para além da relação salário x trabalho realizado, nesse ponto das entrevistas, ficou evidenciada uma preocupação em se comparar salário atual x salário no início da vida laboral. Esse comparativo demonstra, em alguns, satisfação pela melhora no valor dos rendimentos e em outros, o reconhecimento de que têm uma renda mínima para a sobrevivência. Para parte dos trabalhadores, é necessário reiterar veementemente que a baixa escolarização é de sua

⁶¹ Entrevista n. 6, realizada em 11 de abril de 2016.

⁶² Entrevista n. 11, realizada em 11 de abril de 2016.

⁶³ Entrevista n. 12, realizada em 11 de abril de 2016.

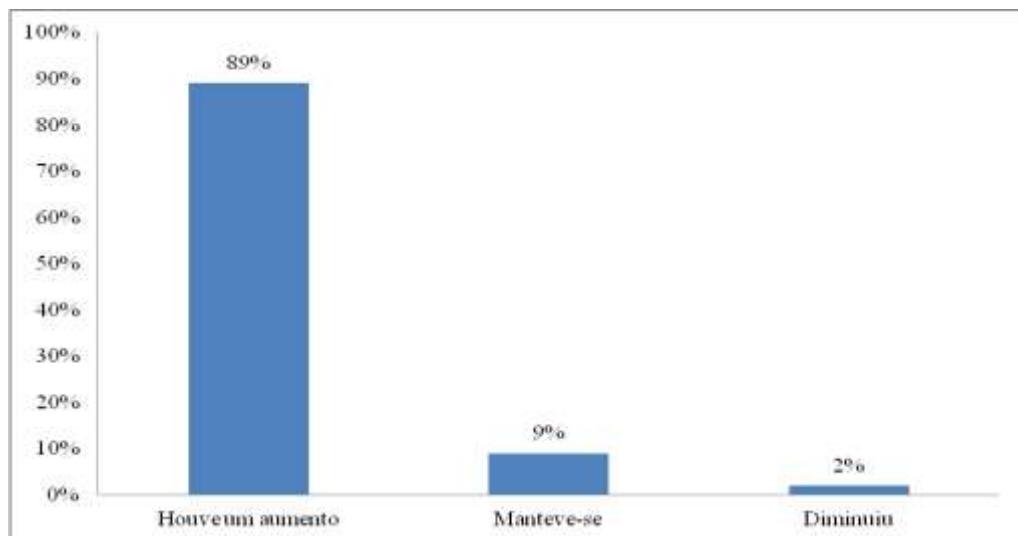
própria responsabilidade o que, traz em consequência, o rendimento igual ou próximo ao mínimo.

A significativa associação entre baixa escolaridade e baixos rendimentos mensais constitui-se em elementos do reforçamento do discurso sobre a escolarização, coincidindo com o que foi abordado no campo teórico da tese.

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Emprego realizada pelo IBGE, a remuneração média real no Brasil (regiões metropolitanas) em fevereiro era de R\$1.998,10, no Nordeste era de R\$1.653,60, enquanto que a média salarial do trabalhador da indústria alimentícia de Vitória da Conquista – BA gira em torno de R\$1.058,40 (2016).

Contradicoriatamente, quanto ao poder de compra viabilizado pelo salário que recebem, 89% dos trabalhadores reconhecem que houve uma melhora gradativa, 9% acreditam que se manteve igual e 2% informaram que a condição de compra piorou (GRÁFICO 5).

Gráfico 5 - Vitória da Conquista/BA: Declaração sobre o aumento/redução do poder de compra da renda dos trabalhadores da indústria alimentícia, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

Esses trabalhadores atuam em atividades de produção direta de alimentos, manipulando massas e matérias primas diversas, conduzindo fornos e operando máquinas de

misturar, enformar e embalar. Nos frigoríficos, são funções de abate, corte, temperagem e embalagem. Essas funções se encontram vinculadas à renda média salarial anteriormente comentada, sendo comum a relação função x salário.

Apesar do período de crise econômica pelo qual passa o Brasil, atualmente, e que atinge diretamente toda a economia, a maioria dos trabalhadores se mostra otimista. Em um período em que o número de desempregados só aumenta, esses trabalhadores ainda mantém seus empregos, contudo percebendo baixos salários.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁶⁴, o valor do salário mínimo está longe do valor do salário necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador. Em 1996, o salário mínimo era R\$112,00 e o necessário era o valor de R\$778,27; em 2006 o salário mínimo era de R\$350,00 e o necessário fora calculado em R\$1.564,52 e em 2016 o valor do mínimo era de R\$880,00 e o salário mínimo necessário foi estimado em R\$3.856,23 (tomando como referência o mês de dezembro de cada ano). Realizando um cálculo simples, em 1996, o salário mínimo correspondia a 14,39% do necessário, o de 2006 correspondia a 22,37% daquele indicado como imprescindível à sobrevivência em condições básicas e o de 2016 correspondia a 22,82% do salário mínimo necessário (DIEESE, 2017).

Os dados do DIEESE comprovam a tese de que o poder de compra melhorou ao longo dos anos, no entanto, o salário mínimo ainda está longe de atender às necessidades do trabalhador, por esse motivo, o valor pago pela força de trabalho está aquém do valor necessário para sua formação e manutenção.

De uma maneira quase geral, os trabalhadores apontam uma melhora no poder de compra ao longo da sua vida laboral, haja vista que, conforme dito anteriormente, 21% desses trabalhadores percebeu menos de um salário mínimo. Sobre isso, trabalhadores apresentam a seguinte consideração:

Meu poder de compra aumentou um pouco nos últimos tempos devido que agora eu posso comprar um celular, mesmo de parcelas. Na minha casa tem coisas que antes eu não podia comprar. A gente até come um pouco mais.⁶⁵

O poder de compra tá melhor porque eu consigo agora comprar minha feira e umas coisinhas pra dentro de casa, Nada demais porque também fica endividado. Eu tirei até cartão de crédito, mas esse tem que ter cuidado.⁶⁶

⁶⁴ Órgão fundado por dirigentes sindicais brasileiros em 1955.

⁶⁵ Entrevista n. 9, realizada em 13 de abril de 2016.

O dado da pesquisa, considerando a subjetividade que está implícita no termo “melhora” do poder de compra, considerando as correspondências entre termos e significações (ver quadro 1), vai de encontro às informações do IBGE, de julho de 2016, sobre o rendimento médio real habitual do trabalhador brasileiro, que caiu 4,2% no segundo trimestre daquele ano, na comparação com o mesmo período do ano de 2015. Na indústria geral, a queda registrada na renda foi de -5,3%.

Quadro 1 - Unidades de análise presentes nos discursos dos trabalhadores entrevistados que responderam questões relacionadas às condições de vida, à renda e à escolaridade, 2016.

Unidade de Análise	Representações Correspondentes	%
Melhora das Condições de Vida	Carteira Assinada e Direitos Trabalhistas	62%
	Ter acesso a bens como bicicleta, moto e celular	
	Acesso a internet e linha de telefonia móvel	
Aumento do Poder de Compra	Poder comprar mais objetos para a casa	38%
	Poder comprar quantidade maior de alimentos	
Relação entre função x salário	Recebe o valor que a função merece	29%
	Recebe o valor que foi determinado por lei	
Relação entre escolaridade x salário	Vincula o valor do salário à baixa escolaridade	76%
	Se tivesse estudado mais poderia ocupar outro cargo de maior salário	

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Org.: GUSMÃO, Adriana D. F.

As unidades de análise comportam representações construídas socialmente, provenientes das experiências no universo de vivência do trabalhador e evidenciam as condições de reprodução/naturalização sociedade de classes e valoração da força de trabalho.

Em meios às crises de produtividade que se tornam periódicas no capitalismo, o emprego é visto, muitas vezes, como a única esperança para uma massa de despossuídos que se conformam com salários baixos e chegam a acreditar que é o melhor que podem receber,

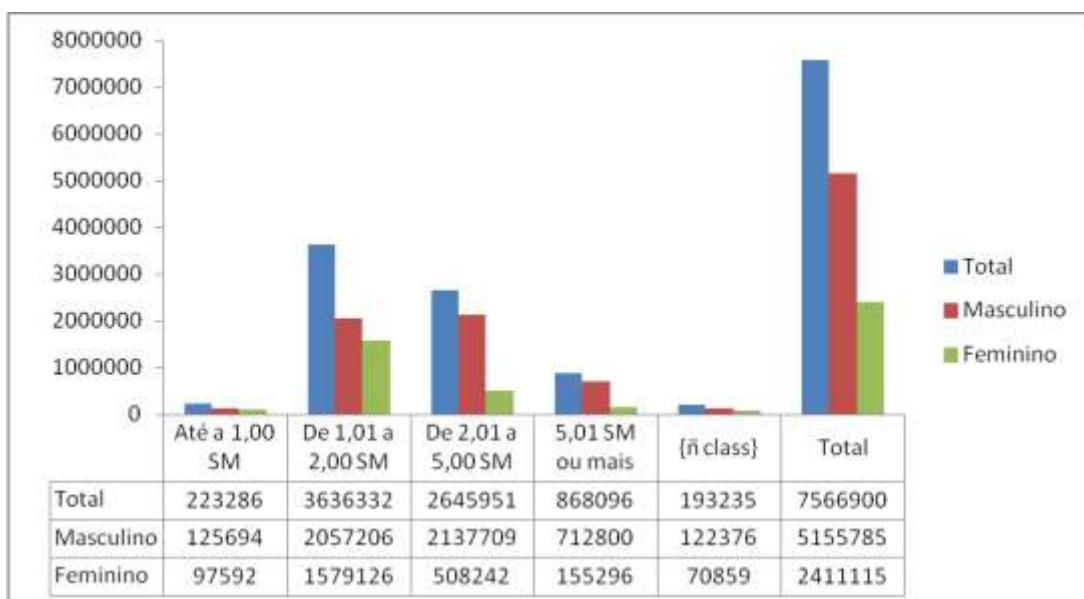
⁶⁶ Entrevista n. 16, realizada em 13 de abril de 2016.

tanto pela baixa escolaridade e formação intelectual insuficiente para galgar novos postos, como pela impossibilidade de produzir com meios próprios.

Os trabalhadores da indústria alimentícia de Vitória da Conquista – BA (VCA-BA), participantes desse trabalho de pesquisa ilustram o cenário do trabalho fabril no Brasil. São 61,8% do sexo masculino.

A predominância de emprego masculino na indústria alimentícia de VCA-BA está em consonância com os dados da relação entre emprego, renda e sexo do trabalhador na escala nacional, no que diz respeito à indústria de transformação. Na Relação de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho Brasileiro, em 2015, consta um quantitativo de 5.155.785 trabalhadores do sexo masculino e 2.411.115 trabalhadoras (GRÁFICO 6), quase o dobro de homens empregados na Indústria de Transformação se comparado ao número de mulheres (BRASIL, MTB, RAIS, 2015).

GRÁFICO 6 – Brasil: Empregos formais na indústria de transformação, por sexo e renda, 2015.

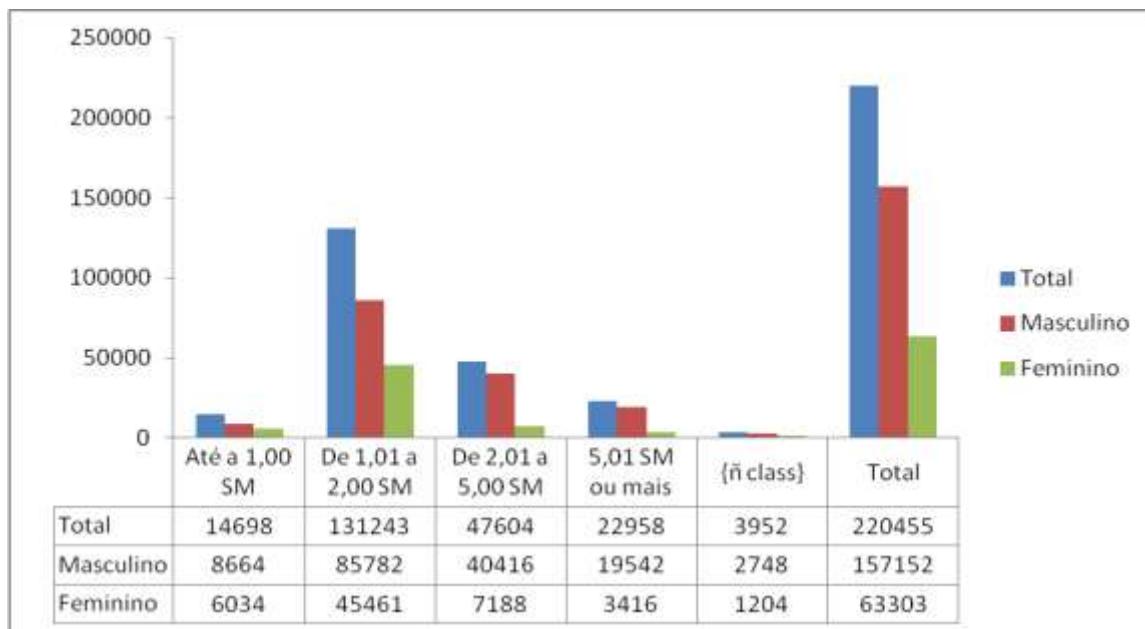


FONTE: RAIS, DEC n.76.900/75. MTB, 2015.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Fev/2017.

No Estado da Bahia a situação se repete, tanto em termos de predominância de trabalhadores masculinos em todas as faixas salariais, como em concentração de trabalhadores que percebem de 1 a 2 salários mínimos mensais (GRÁFICO 7), reforçando os dados encontrados na pesquisa de campo.

GRÁFICO 7 – Bahia: Empregos formais na indústria de transformação, por sexo e renda, 2015.



FONTE: RAIS, DEC n.76.900/75. MTB, 2015.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Fev/2017.

No trabalho de campo, verificou-se não somente a predominância do trabalho masculino, como a preferência de algumas empresas por essa força de trabalho. Algumas declarações revelaram que:

Os patrões, às vezes, preferem os homens porque mulher falta no emprego e tem que levar filho no médico. Também sofre com outros problemas do dia a dia que eu mesmo, sendo homem, não sofro. Por isso, elas faltam e os patrões preferem os homens.⁶⁷

Nas fábricas de biscoito já tem muito homem no lugar das mulheres. Antigamente a gente mulher trabalhava só com mulher, porque essa coisa de fazer biscoito é mais trabalho de mulher. Mas aí a mulher fica mais cara, eu acho e o patrão vai substituindo por homem mesmo.⁶⁸

As citações apresentadas indicam uma questão de gênero bastante acentuada no que diz respeito à contratação. Durante o trabalho de pesquisa, trabalhadores revelaram que, em uma indústria de roupas íntimas femininas da cidade, só trabalhavam costureiros e que o

⁶⁷ Entrevista n. 237, realizada em julho de 2016.

⁶⁸ Entrevista n. 239, realizada em julho de 2016.

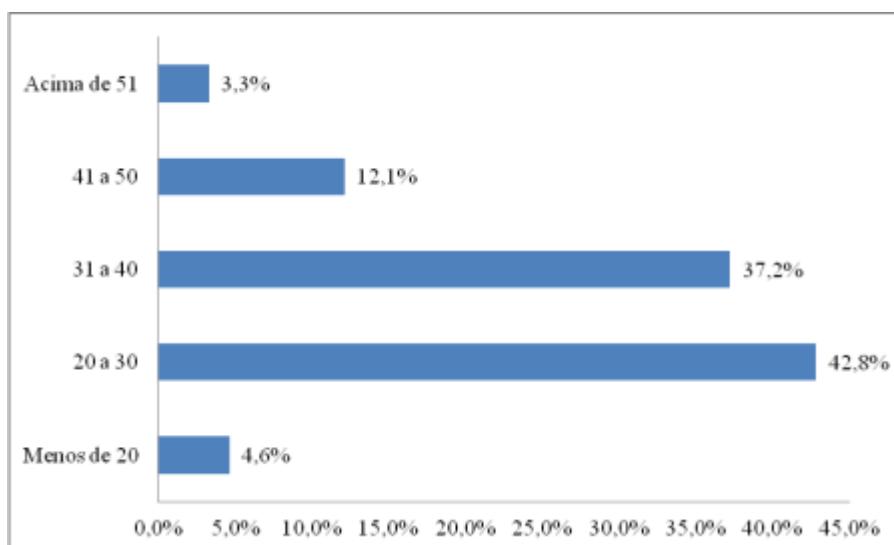
proprietário da indústria não empregava mulheres na produção das peças. Nesse caso, a mulher serve apenas aos propósitos de consumo do produto fabricado. Por se tratar de uma situação curiosa e que ilustra o movimento do capital na seleção do força de trabalho, a realidade foi verificada *in loco* e constatada por meio de entrevistas, mas por se tratar de outro segmento industrial, fora arquivada para pesquisas posteriores.

Sobre a idade dos trabalhadores, no Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho fundamentados pelo CAGED, a maior faixa de ocupação de empregos é de 30,53%, pelos trabalhadores entre 30 e 39 anos de idade, seguidos pelos trabalhadores da faixa etária entre 40 e 49 anos, ocupando 21,75% dos empregos no país, no ano de 2015 (BRASIL, MT, RAIS, 2015). Os trabalhadores com mais anos de estudo encontram-se na faixa de até 39 anos, devido às políticas de expansão da oferta de ensino técnico e superior a partir da década de 2000.

O DIEESE divulgou pesquisa em 2013 sobre os vínculos celetistas no Brasil, com a menor participação de vínculos ativos situado na faixa do ensino fundamental completo (20,8%), enquanto a participação dos trabalhadores ativos com ensino superior era de 12,9%.

Na pesquisa realizada com os trabalhadores das indústrias alimentícias de Vitória da Conquista, revelou-se que as faixas etárias que ocupam o maior quantitativo de vagas correspondem à idade produtiva de maior eficiência (GRÁFICO 8). Em sua maioria, os trabalhadores tem idade entre 20 e 30 anos (42,8% dos entrevistados).

Gráfico 8 – Vitória da Conquista/BA: Idade dos trabalhadores da indústria alimentícia, 2016

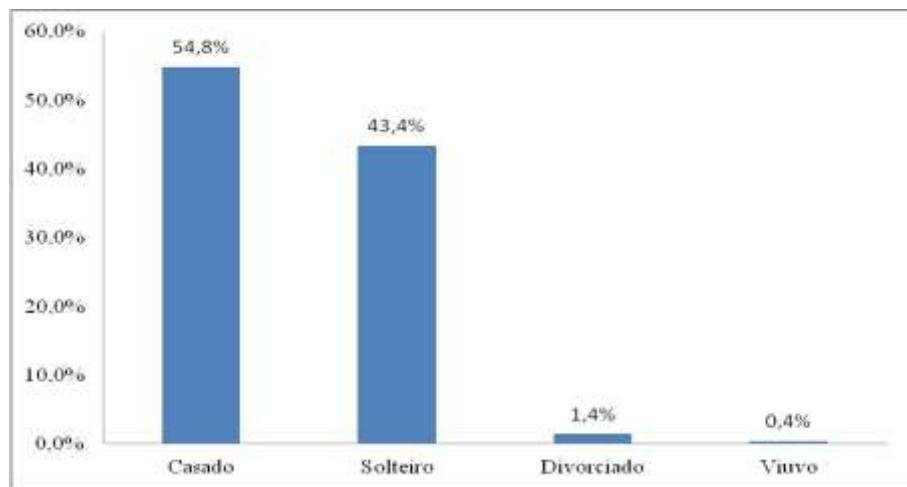


Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

Acompanhando a tendência nacional publicada em pesquisa recente do IBGE (2013), os trabalhadores da indústria alimentícia conquistense são, predominantemente, homens, casados (GRÁFICO 9) e, ainda sem filhos (GRÁFICO 10). A pesquisa do IBGE de 2013 sobre as condições socioeconômicas dos brasileiros apontou um aumento de 14% para 19% no número de casais sem filhos nos dez anos que vão de 2002 a 2012 (BRASIL, IBGE, 2013).

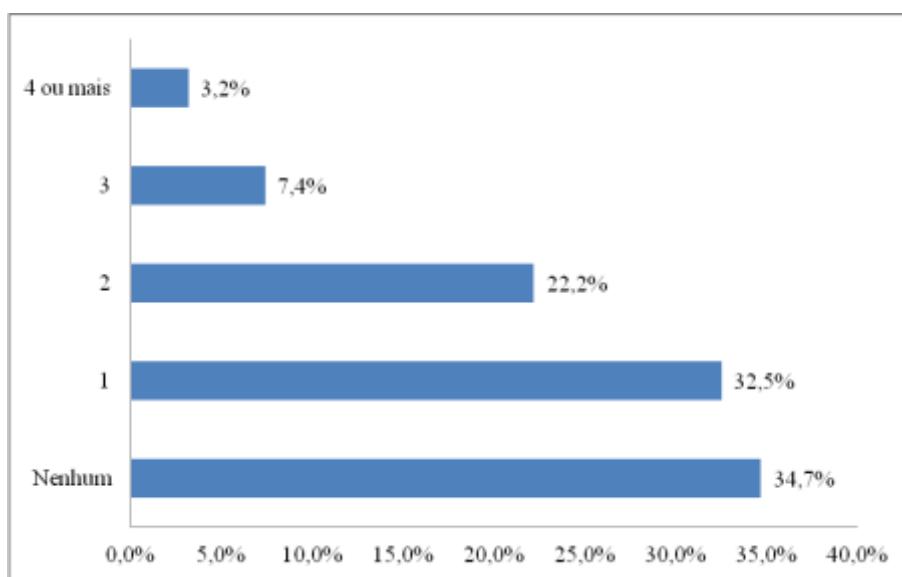
Gráfico 9 – Vitória da Conquista/BA: Estado civil dos trabalhadores entrevistados, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

Gráfico 10 - Vitória da Conquista/BA: Número de filhos dos trabalhadores entrevistados, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

O acesso à informação e aos bens de consumo, aliados à renda de 1,2 salários mínimos encontrada na categoria de trabalhadores entrevistados deixa clara que a escolha por não ter ou adiar o momento de ter filhos é consciente. Trabalhadores declararam:

Ainda não desejo ter filhos. As coisas estão muito difíceis. Salário precisa melhorar.⁶⁹

Não tive filhos ainda porque acho uma decisão muito séria e, se não tenho certeza, melhor esperar. Tem muitas maneiras da gente evitar. Se acontecer, não tem jeito, mas me cuido.⁷⁰

As declarações dos entrevistados demonstram consciência a respeito da responsabilidade de ter filhos, mas, sobretudo, apontam para a tendência o adiamento da decisão de serem pais e mães entre aqueles que têm maior escolaridade, com 46% dos entrevistados que decidiram não ter filhos, situados na faixa de ensino médio. Os fatores trabalho, renda e vontade de estudar encontram-se entre os principais motivos para o adiamento da maternidade/paternidade.

Pouco mais da metade dos funcionários das fábricas pesquisadas nasceu e ainda reside na cidade de Vitória da Conquista (56%); de diversos municípios baianos (34%), com destaque para Barra do Choça (5%) e Anagé (2%), além de São Paulo, com uma parcela de 3% (MAPA 11). De acordo com Sampaio (2013):

As migrações funcionam na cidade de Vitória da Conquista como expressões da reestruturação do capital e do trabalho, responsáveis pelo surgimento de novas modalidades espaciais da população, a exemplo, da circularidade da força de trabalho especializada, que pode incluir vários lugares de trabalho e múltiplas residências, especialmente para as pessoas com altos rendimentos e prestadores de serviços especializados.

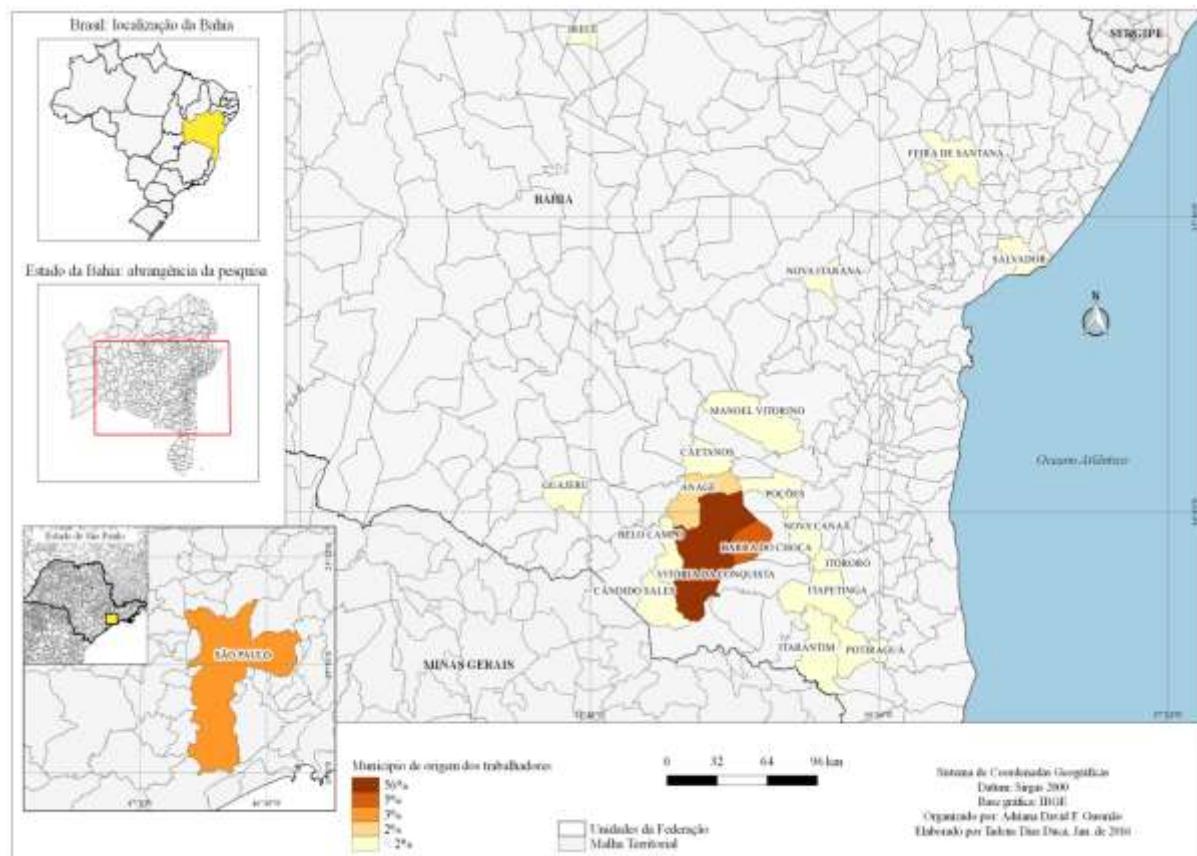
Vitória da Conquista, como uma cidade média, tem relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área em que alguém está disposto a se deslocar e ter acesso ao consumo de bens e serviços. Levando em consideração a mobilidade por trabalho, tem-se um número elevado de pessoas que realizam a migração pendular englobando a população que mora em Vitória da Conquista e trabalha em outros municípios, a população que não mora, mas trabalha em Vitória da Conquista. Além disso, a cidade também recebe os migrantes de outros

⁶⁹ Entrevista n. 105, realizada em junho de 2016.

⁷⁰ Entrevista n. 119, realizada em junho de 2016.

estados que vem para morar e trabalhar contribuindo assim para o seu desenvolvimento econômico (SAMPAIO, 2013, p. 186-187).

MAPA 11 - Vitória da Conquista /BA: Local de nascimento dos trabalhadores da indústria alimentícia



Base: IBGE

Fonte dos Dados: Pesquisa de campo, 2016.

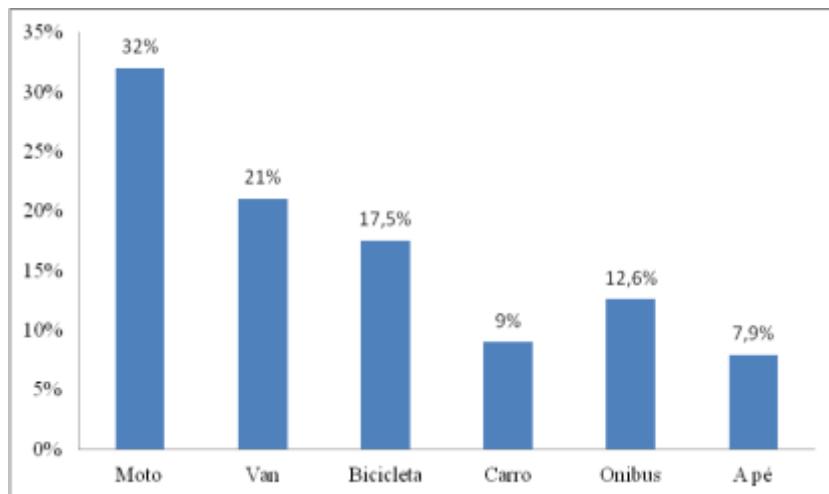
Organização: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

Elaboração: DUCA, Tadeus Dias, Jan/2016

Para os trabalhadores nascidos em Vitória da Conquista – BA, cidade média, o emprego nas indústrias locais encaixa-se nas suas necessidades e, conforme dito no capítulo 2, a proximidade do bairro de moradia com a unidade fabril acaba por favorecer a reinvenção das formas de sobrevivência quando o trabalhador está onde o emprego está. Há um encontro entre demanda e procura e os trabalhadores da produção industrial se fixam em seu lugar de origem por compreender ser a melhor alternativa de sobrevivência. A proximidade entre a origem da força de trabalho e o local de realização da produção é mais uma forma de valorização do capital, haja vista que os riscos com atrasos e deslocamentos são

minimizados⁷¹. O tipo de meio de transporte utilizado (GRÁFICO 11) indica que a maior parte dos trabalhadores custeia seu deslocamento (71%) e esse é outro fator de facilidade para a empresa.

Gráfico 11 - Vitória da Conquista/BA: Meio de transporte dos trabalhadores entrevistados, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

Os trabalhadores que têm origem em municípios vizinhos submergiram do desemprego ou da busca pela sobrevivência e encontraram oportunidades na cidade de Vitória da Conquista – BA, realizando a mobilidade para essa localidade. Eram desempregados e desqualificados em busca de um salário para manutenção da vida. Um fator de expressiva relevância para essa pesquisa está no fato de que a maior parte dos trabalhadores, residentes dos povoados e das áreas periféricas da cidade (76%) apresentam escolaridade máxima de ensino médio incompleto, compondo uma força de trabalho disponível nas proximidades e de baixo custo pela pouca especialização.

Com uma jornada de trabalho de 44 horas semanais, apenas 2% dos entrevistados realizam atividades fora da empresa, com o intuito de complementar a renda.

No âmbito da reestruturação produtiva, é importante esclarecer que o trabalho ganhou nova conotação: as novas formas de contratação, a presença das máquinas e os investimentos

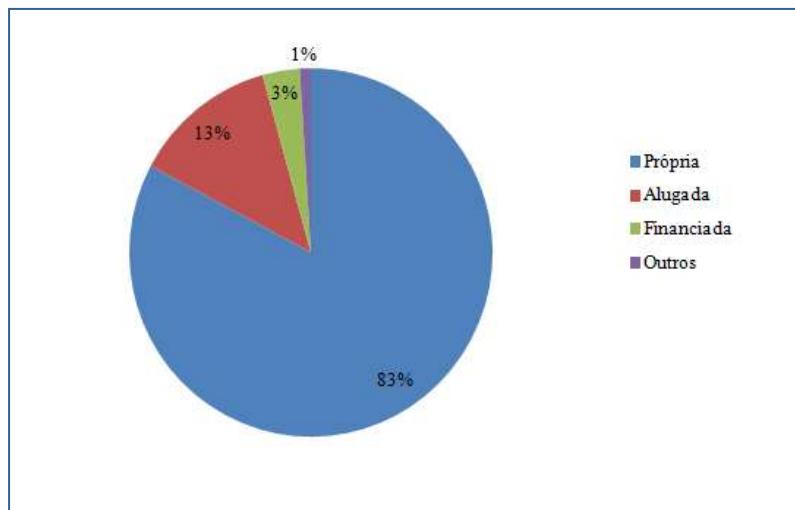
⁷¹ Declaração de gestor de indústria situada no Distrito Industrial dos Imborés e que tem quase a totalidade dos trabalhadores residentes no Povoado do Periperi, ladeado com a fábrica.

em segurança do trabalho são típicos da flexibilização na organização do trabalho e propícios ao aumento a produtividade sem riscos para o empregador. Assim, 76% dos entrevistados reconhece que houve mudança significativa nos equipamentos, materiais e métodos adotados pelas fábricas desde o primeiro emprego no setor, ou mesmo durante o mesmo emprego, na mesma indústria. Sobre isso, os trabalhadores relatam que recebem instruções frequentes acerca do uso de equipamentos de segurança, através de profissionais contratados pela empresa. Quando da substituição e incorporação de máquinas, os trabalhadores recebem treinamento no local de labor, não sendo encaminhados para cursos fora da indústria.

A maioria dos trabalhadores percebem melhorias no âmbito da segurança do trabalho (62%), mas o que é considerado bom para o trabalhador, torna-se igualmente benéfico para o capital.

O trabalhador da indústria alimentícia de Vitória da Conquista – BA é, predominantemente homem e, em sua maioria, tem entre 20 e 30 anos de idade, cursou ensino fundamental incompleto, percebe até 1,2 salários mínimos, é casado e sem filhos, mora em casa própria (GRÁFICO 12), a maior parte em terreno familiar 63,6%. Um percentual considerável de trabalhadores (69%) teve seu primeiro emprego com carteira assinada, haja vista que são pessoas jovens que ingressaram no trabalho industrial regulamentado.

Gráfico 12 - Vitória da Conquista/BA: Condição de moradia dos trabalhadores entrevistados, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Elaboração: GUSMÃO, Adriana D. F. Nov/2016.

Vale ressaltar que a casa própria, tem relação com a moradia dos pais, que cedem parte de seus terrenos para os filhos construírem suas casas (54%) ou que ainda habitam o mesmo espaço familiar. A parcela de 18% dos entrevistados adquiriu a casa própria por meio do programa habitacional do governo federal.

A maior parte dos entrevistados foi contratada no ano de 2013 para a atual indústria em que trabalha (42%), o que significa um tempo curto de admissão e o indicativo de alta rotatividade de trabalhadores nas empresas. Esse trabalhador percebe as alterações nos materiais e métodos de trabalho e está inserido nos programas de segurança do trabalho.

Sobre o histórico profissional dos entrevistados, 68,8% deles informaram ter tido o primeiro emprego com carteira assinada a partir do ano 2000; os outros 31,2% informaram que em seu primeiro emprego não tiveram carteira assinada, no entanto esses são trabalhadores que iniciaram a carreira na década de 1970 (23%) década de 1980 (40%), década de 1990 (22%).

A respeito do trabalho como terceirizado, 100% responderam que nunca estiveram nesta condição no atual emprego. Ademais, não houve registro de terceirização na produção industrial alimentícia nas fábricas visitadas, nem mesmo há histórico dessa modalidade de contratação na vida profissional dos trabalhadores do segmento investigado.

As condições socioeconômicas e perfil de escolaridade dos trabalhadores da indústria alimentícia de Vitória da Conquista refletem a realidade nacional do emprego. Os dados confirmam a oferta de um emprego que remunera mal o trabalhador, que faz dele apenas “braço de máquina” quando não valoriza ou preconiza o estudo para formação crítica e aquisição de conhecimento técnico e de mundo, resultando em baixos salários e alta rotatividade de contratação também como mecanismo de redução dos custos com demissões. Apesar de não haver registros de subcontratação e de terceirização no setor de produção industrial de alimentos nas unidades fabris instaladas em Vitória da Conquista, os mecanismos de produção de mais valia e de redução de custos, estão evidentes na análise sobre emprego e renda no setor.

5.2 Condições de Trabalho e Representação Sindical

Submetidos à reestruturação produtiva e a condições de trabalho mínimas em termos de salário, aperfeiçoamento pessoal, lazer e representação sindical, os trabalhadores, submetidos ao modelo atual de tarefas e de remuneração, idealizam melhorias, devido ao salário extremamente baixo. Realizam seus afazeres pela própria subsistência, em condições de trabalho que mais protegem o patrão do que a eles próprios, em jornadas de 8 horas diárias, 44 h/semanais. Tiveram que aprender o ofício no próprio trabalho e mostrar habilidades criadas para se adequarem ao labor, de forma que a produção rendesse e fosse aquela planejada pela indústria. Os trabalhadores continuam utilizando meios de produção que não lhes pertencem e geram excedentes que, da mesma forma, nunca vão lhes pertencer, haja vista que a única finalidade é produzir o lucro para os donos das unidades fabris.

Os trabalhadores entrevistados foram questionados também sobre as condições de trabalho, isto é, sobre contratação, carga horária, segurança, existência e participação em sindicato próprio dos trabalhadores da indústria alimentícia. A respeito disso, 87,8% apontaram que as formas de contratação e carga horária não mudaram desde o 1º emprego até os dias atuais, ainda que tenham trabalhado em outros setores da indústria. Em relação à segurança no trabalho, como informado anteriormente, 62% reconhecem melhorias. Do total, 76,5% reconhecem que os equipamentos, materiais e formas de trabalhar foram modificados ao longo dos anos, que se modernizaram. Sendo assim, a inserção de máquinas e de equipamentos de proteção foram os recursos mais apontados pelos entrevistados.

No que tange à participação sindical, embora haja sindicato específico, eles informaram que não há participação, parceria, visto que ainda há medo e desconfiança quanto ao papel do sindicato. Dessa forma, quando há alguma demanda dos funcionários, estes resolvem diretamente com a empresa, sem a participação da entidade. Sobre isso, os trabalhadores evidenciam:

A gente não precisa ainda de sindicato [...]. A gente resolve qualquer coisa com a empresa. Quando demite alguém, eu soube que tem que ser no sindicato. Eles conferem se tá tudo certo, eu acho.⁷²

⁷² Entrevista n. 234, realizada em julho de 2016.

Algumas pessoas falam de sindicato, mas eu nem quero saber, porque quem mexe com isso acaba sendo demitido. Talvez foi por causa disso, talvez não, mas eu não precisei e não vejo nada no dia a dia que eles fazem aqui.⁷³

No cenário de reestruturação produtiva e, principalmente no âmbito de uma política neoliberalista, as práticas sindicalistas ganharam uma conotação anticlassista, nada confrontativa e pouco conflitiva. Uma espécie de cooperação entre sindicato e empresa na linha do “se não pode com o capital, junte-se a ele”. Para melhor compreensão, um retrospecto se faz necessário.

De acordo com Alves (2005):

Os diversos enfoques sociológicos (e marxistas) sobre o sindicalismo brasileiro nos anos 80 admitem que o sindicalismo em nosso país caminhou em direção contrária à do sindicalismo nos países capitalistas desenvolvidos, e mesmo nos demais países capitalistas latino-americanos (como é o caso da Argentina). Enquanto, nesses países, os sindicatos passavam por uma crise profunda, caracterizada pela diminuição do número de sindicalizados e de greves; no Brasil, presenciamos, nos anos 80, o que pode ser denominado “explosão do sindicalismo” (ALVES, 2005, p. 279).

Na década de 1980, o Brasil apresentava baixo crescimento econômico e inflação alta. Havia um cenário de crise econômica e política e isso impulsionou o sindicalismo. O período foi, então, considerado a década de ouro para o sindicalismo brasileiro, haja vista que foi a fase de criação de grande número de sindicatos e de trabalhadores sindicalizados, movimentos grevistas e de entidades ligados à defesa dos direitos trabalhistas. Um motivo para esse fortalecimento, no final da referida década, foi a promulgação da Constituição de 1988 que ampliou direitos e institucionalizou conquistas.

No entanto, Alves (2005, p. 281 e 282) esclarece que a explosão do sindicalismo no Brasil também apresentou debilidades estruturais e políticas que tenderiam a assumir novas proporções em razão do surgimento de um novo mundo do trabalho. O autor considera que a estrutura sindical no Brasil é descentrada, fragmentada, dispersa, desenraizada e verticalizada; sendo essas características totalmente inviáveis para a defesa do trabalho no contexto da

⁷³ Entrevista n. 248, realizada em julho de 2016.

reestruturação produtiva que tem como ponto forte a descentralização da produção, a terceirização, a subcontratação e um padrão horizontalizado de espraiamento do trabalho, o que só poderia resultar em uma sindicalização minoritária e queda na densidade sindical, ainda nos anos de 1980. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983 seria a entidade que fortaleceria o sindicalismo no Brasil, assim como a Força Sindical na década de 1990.

Antunes (2006, p.465) esclarece que o novo mundo do trabalho que emergiu nos anos de 1990 minou o sindicalismo brasileiro, principalmente por conta do desemprego e da terceirização. A CUT perdeu seu caráter socialista e de confronto entre classes para dar lugar ao caráter propositivo no interior da ordem capitalista. Assim, o sindicalismo cedeu à lógica empresarial capitalista e deixou de lado os movimentos sindicais amplos e horizontalizados, para ser pouco abrangente e verticalizado.

Segundo Alves (2006):

Consideramos que tais elementos da práxis sindical da década passada [1990] que predomina no sindicalismo da década de 2000, são sintoma de uma crise estrutural do sindicalismo que possui vínculos decisivos com a própria natureza do novo regime de acumulação do capital. Essa nova cultura neocorporativa é não apenas expressão de uma *crise do sindicalismo*, mas explicita o surgimento de um *sindicalismo da crise*, uma forma de prática política e cultura sindical incapaz de ir além da lógica do capital. O predomínio da *descentralização das negociações coletivas* do trabalho e a proliferação de arranjos tripartites paritários como defensivismo de novo tipo exprimem uma nova institucionalidade sindical neocorporativa, que, mediante concessões políticas e econômicas, busca se preservar, enquanto burocracia sindical, diante da ofensiva do capital na produção (ALVES, 2006, p. 465, grifos do autor).

Os arranjos tripartites paritários de que trata Alves (2006) significam acordos entre Estado, Capitalistas e Trabalhadores e verticalizaram ainda mais as ações sindicalistas. Soma-se a isso o fato de que a atuação do Sindicato sempre esteve atrelada a um contingente pequeno de trabalhadores, situando mais nos grandes centros urbanos e aos núcleos mais avançados da produção capitalista. Dessa maneira, as cidades de médio e pequeno porte não participaram de movimentos sindicais fortes e sempre estiveram distantes das grandes lutas encampadas pela representação sindical. É o caso dos trabalhadores de Vitória da Conquista, por exemplo.

Em entrevista concedida, a representante do Sindicato discorre sobre a situação dos trabalhadores da indústria alimentícia no quesito representação sindical.

Em Vitória da Conquista existe uma subsede da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos da Bahia (FETIABA), órgão que representa os interesses da classe no Estado. Há também um escritório do Sindicarne, sindicato dos trabalhadores do setor de abate e frigorífico. Em entrevista concedida para a pesquisa, a representante do sindicato relatou que tanto a FETIABA quanto o Sindicarne atuam na realização de homologações de desligamentos, atendimento a denúncias trabalhistas e a negociações para melhoria das condições de trabalho. No entanto, ainda não há adesão espontânea ou não, considerável, de trabalhadores. O medo e a visão arraigada de que a sindicalização pode vir a prejudicar o próprio trabalhador é comum, segundo a representante da instituição.

Ao ser questionada sobre a bandeira de luta do sindicato, a entrevistada relata:

Aqui em Vitória da Conquista a luta é muito fraca. A gente pode considerar como fraca na ação do sindicato junto às empresas porque o sindicato completou 6 anos aqui na cidade e a gente tem feito vários trabalhos de comunicação, mas a gente percebe que as empresas não recebem bem o sindicato, elas não têm abertura. Algumas empresas até que costumavam procurar a gente para saber sobre salários, mas não se interessavam em atender outras demandas como melhorias nas condições de trabalho e oferta de benefícios relacionados à saúde, cesta básica, grupos de descontos, entre outros; apesar de algumas já praticarem essa política. No tocante a reajuste e piso salarial, as empresas não querem praticar o que rege o sindicato. Não querem trabalhar com a proposta do sindicato e, muito menos regida pela inflação. Os conflitos trabalhistas se instalaram aí. Basicamente as propostas de salário.⁷⁴

Sobre o interesse do trabalhador em se filiar ao sindicato, a representante afirma:

Não tem. Isso é outra dificuldade. Nessa questão da bandeira do sindicato. Fica difícil de o sindicato brigar sem o amparo do próprio trabalhador. O próprio trabalhador acaba não querendo, mas não é por si só, as vezes é por influência do próprio empregador que manipula. É como se eles deixassem no ar assim: “se vocês procurarem o sindicato, vocês serão demitidos”. A gente tem recebido denúncias desse tipo mesmo como eu estou falando, ainda afirmam ouvir da empresa denunciada: “o sindicato não está te dando nada, quem te dá emprego sou eu”.

Outro fato é que o trabalhador não quer o vínculo, não sei nem se é por causa do pagamento de 2% mensais, mas essa informação eu não tenho certeza

⁷⁴ Representante da FETIABA. Entrevista n. 118, realizada em junho de 2016.

não. O sindicato não oferece benefícios, apenas assistência jurídica e trabalhista. Seja sindicalizado ou não a homologação e assessoria trabalhista são realizadas pelo sindicato, pois o atendimento à para a categoria. A subsede sobrevive do imposto sindical anual e de subsídios da Fetiaba central. A taxa do imposto é obrigatória e corresponde a 1 dia de trabalho. Essa arrecadação é distribuída entre Ministério do Trabalho, Caixa Econômica, Sindicatos e Federação (idem, pesquisa de campo, 2016).

São quase 3.000 trabalhadores na indústria alimentícia da cidade, as possibilidades de lucratividade e produtividade, mas há uma passividade generalizada e ausência de conflitos. Isso não significa que está tudo um “mar de rosas”. O trabalhador não tem coragem de se sindicalizar e também de buscar a justiça, pois ele tem medo de não conseguir outro emprego. Esse é um comportamento típico do interior: a passividade e o medo, ainda que seja escolarizado e informado.⁷⁵

Dentre as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo o trabalhador tem o conhecimento dos direitos, quer lutar, deseja ser representado, mas o medo de ficar desempregado, por conta do vínculo sindical, é maior que a vontade de se sindicalizar⁷⁶

Segundo a representante da FETIABA, as principais reclamações dos trabalhadores referem-se à coação velada pela não sindicalização, à questão do ambiente de trabalho relativo ao tratamento dado pela própria empresa (ex. banheiro, alimentação, vasilhas de comida e suco, entre outros que remetem a maus tratos), falta de pagamento de periculosidade e insalubridade, além da ausência de emissão de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário⁷⁷) documento indispensável à aposentadoria. As denúncias são encaminhadas para o Ministério do Trabalho.⁷⁸

⁷⁵ Representante da FETIABA. Entrevista n. 118, realizada em junho de 2016.

⁷⁶ Conteúdo extraído da entrevista n. 126, realizada em junho de 2016.

⁷⁷ O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é um formulário que possui campos a serem preenchidos com todas as informações relativas ao empregado, como por exemplo, a atividade que exerce, o agente nocivo ao qual está exposto, a intensidade e a concentração do agente, exames médicos clínicos, além de dados referentes à empresa. O formulário deve ser preenchido pelas empresas que exercem atividades que exponham seus empregados a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física (origem da concessão de aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição). Além disso, todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, de acordo com Norma Regulamentadora nº 9 da Portaria nº 3.214/78 do MTE, também devem preencher o PPP (BRASIL, INSS, 2016).

⁷⁸ Representante da FETIABA. Entrevista n. 118, realizada em junho de 2016.

Sobre os avanços conquistados pela FETIABA:

É uma pergunta difícil de responder. Visivelmente, tentando lembrar aqui... Não consigo muito perceber esse avanço. Mas não vou dizer que foi assim 100% zerado. Esse ano foi um ano de avanço por conta da procura da empresa, temos quase feito um papel de contabilidade dos empregadores, tentando regularizar. Em prol da empresa para refletir no trabalhador. Já teve empresa que não sabia nem que havia sindicato. Eu tenho registros de atendimento a contabilidades que nunca relataram para a empresa que havia o sindicato. O empregador é orientado a dizer ao trabalhador. A função do sindicato não é separar a empresa do trabalhador, pois se o trabalhador tem benefícios e está bem ele vai gerar lucro para a empresa. Por esse caminho, muitas vezes a empresa se interessa pelo sindicato. Eu tenho isso como benefício.⁷⁹

Sobre o piso salarial e outros benefícios:

Não há um piso salarial. Acordo Coletivo, apenas uma indústria. Os acordos são individuais. São muitas empresas familiares que não têm como concorrer com as grandes. Geralmente recebem entre 1 e 1,2 salários mínimos. Estamos lutando para que os trabalhadores que lidam com forno recebam insalubridade, pois eles não recebem. Na indústria alimentícia tem muita necessidade de insalubridade.⁸⁰

O papel do Estado na regulação do emprego:

É um normatizador, muitas regras estão a serviço do trabalhador, outras a serviço da empresa. O trabalhador não conhece seus direitos. Exigem o PPP. Mas em Vitória da Conquista os equipamentos são抗igos, máquinas velhas e não conhecem o PPP. Uma empresa comprou uma máquina de descascar coco e um trabalhador que não foi instruído perdeu o dedo, foi para a justiça e depois foi demitido. A própria empresa é amadora e desinformada. Outras empresas declararam não saber para não ter que emitir o PPP.⁸¹

Sobre a diferenciação salarial entre trabalhadores com formação escolar diversa, a representante da federação relatou que ocorre um ou outro acordo isolado, acordos feitos de maneira particular. Alguns adicionais são pagos de maneira camouflada, sob forma de horas

⁷⁹ Representante da FETIABA. Entrevista n. 118, realizada em junho de 2016.

⁸⁰ Idem

⁸¹ Idem

extras. Não há política de incentivo para realização de cursos, a formação típica do trabalhador é de Ensino Fundamental I, II e Médio. Não conhece a oferta de cursos profissionalizantes para a indústria de alimentos.

É preciso rememorar o papel da CUT na construção de um consentimento dos trabalhadores, a partir de 1994, no que diz respeito à política de formação/qualificação profissional no contexto neoliberal, àquela altura, abandonando a luta por uma sociedade socialista e tendendo a apenas defender a cidadania (ALVES, 2006, p. 487). Assim:

Em suas propostas de organização e de atividades voltadas para a organização profissional, no V Congresso a CUT se propõe a discutir as diretrizes e objetivos da formação do trabalhador; lutar para que todos os recursos compulsórios ou na forma de incentivos destinados à formação e/ou requalificação profissional sejam considerados e administrados como fundos públicos, com a participação dos trabalhadores; defender a constituição de conselhos tripartites e paritários para a gestão de agências de formação profissional ou de outras iniciativas complementares ao ensino regular (ALVES, 2006, p.488).

A partir de 1994, então, a CUT propôs reivindicar prioridade para a alfabetização do trabalhador através de convênios com as universidades públicas e o acesso do trabalhador ao ensino público, criação de espaços de educação do trabalhador no próprio local de trabalho, propor a vinculação entre qualificação e manutenção do emprego, entre outras. Assim, não havia nenhum conflito entre as propostas de qualificação do trabalhador e o projeto neoliberalista de educação profissional, havendo um consentimento quase que total por parte da CUT, não fosse uma divergência pedagógica no que concerne à construção crítica da relação trabalho x educação, com apresentação das formas exploratórias do homem pelo capital (ALVES, 2006, p. 488-489).

Ao longo da década de 1990, com a reestruturação produtiva em plena expansão, o movimento sindical enfrentou mudanças em suas bases de ação diante da ofensiva ao emprego. A desregulamentação do mercado de trabalho, principalmente por conta da flexibilização, impactou as organizações sindicais, o que foi desfavorável aos coletivos de trabalhadores. A terceirização e a precarização do trabalho passaram a caminhar lado a lado com o desemprego e os sindicatos ganharam conotação de ameaça, ao passo que o trabalhadores buscavam defender seu posto de trabalho, se afastando da representação sindical. Antunes (2010, p. 38-42) considera que as transformações no âmbito da produção, no contexto de crise do capital e da reestruturação produtiva acarretaram em “metamorfoses

no ser do trabalho”, levando a uma fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora. A subjetividade que é componente do trabalho e a consciência sobre a exploração e precarização também foram afetadas pela crise que, consequentemente, tornou os sindicatos mais defensivos em suas práticas.

Em Vitória da Conquista, não há nenhum tipo de vinculação entre a FETIABA, o Sindicarne, as indústrias, os trabalhadores, no que diz respeito à escolarização/formação profissional do trabalhador, seja nos termos da proposta neoliberal de educação, seja em termos de uma proposição crítica de formação para o trabalho. Esse assunto não faz parte da pauta de discussões dos dois órgãos de representação sindical.

Atualmente, os motivos de demissão são: a crise, redução de quadro funcional e, por conseguinte, de custos.

Apenas uma indústria, dentre as que tiveram trabalhadores pesquisados, é vinculada ao sindicato, e nessa, apenas cinco trabalhadores são sindicalizados. Anualmente, os trabalhadores se antecipam e entregam a carta de desfiliação, no período em que fecham o acordo. As declarações a seguir esclarecem:

Não sou sindicalizado porque acho que o sindicato nosso não vai adiantar. Se o patrão paga direitinho, não preciso resolver nada lá. Resolvo tudo com a empresa mesmo.⁸²

Eu acho que patrão não gosta de sindicato. Por isso eu não participo de lá. A gente paga uma taxa vez por ano, mas não fico porque não precisa.⁸³

O sindicato não aparece sempre, nem sabia que aqui tinha sindicato. Não sei pra que serve. A empresa mesmo resolve as coisas pra o seu funcionário e depois se não tiver tudo certo, dá para acertar.⁸⁴

Essa conduta relativa à sindicalização é comum em outras empresas de Vitória da Conquista (calçados e vestimentas, educação, entre outras) haja vista que não há uma opinião formada a respeito do papel do sindicato, que, por sua vez, tem pouca ou quase nenhuma atuação junto aos trabalhadores e ainda é visto como entidade que põe em risco o emprego.

⁸² Entrevista n. 158, realizada em junho de 2016.

⁸³ Entrevista n. 176, realizada em junho de 2016.

⁸⁴ Entrevista n. 183, realizada em junho de 2016.

São quatro as indústrias integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e para a FETIABA, é preciso aproximar mais o trabalhador do sindicato. É preciso confiar, se informar, pois nem sempre as portas da indústria estão abertas para o diálogo.

5.3 Escola, Capital e Trabalho na Indústria Alimentícia

O sistema de ensino brasileiro tornou-se, há muito tempo, um meio para replicar o discurso dominante, como um simples agente utilizado pelo Estado para propagar a política educacional do discurso capitalista. O sistema de ensino é estruturado para atender a essa lógica: a organização curricular, as matérias a serem trabalhadas, o sistema de avaliação por notas e, dentro desse contexto o professor tem duas posições, a primeira é de repercutir um discurso do qual ele fora vítima ao longo da sua formação, tomando-o como normal por infinitas razões. Muitos profissionais possuem uma formação que lhes dá um mínimo de base para compreender a lógica de reprodução de classes do capital, ainda que não compreendam na sua totalidade, mas acabam por admitir o discurso dominante e reproduzi-lo em sala de aula. Isso implica em dano terrível à formação de várias crianças e jovens que, em alguns casos, encontram no professor a única figura um pouco mais “esclarecida” e com discernimento, dado o meio em que vivem e que, talvez, se não pela escola, jamais teriam outra oportunidade de compreenderem o seu papel dentro dessa lógica da dominação capitalista e da perpetuação das classes; por outro lado, o professor se vê amarrado às diretrizes, orientações, planos, programas, projetos e toda essa burocracia e formalidades que o Estado impõe. Isso tolhe a liberdade de utilizar o seu papel em sala de aula como forma de libertar mentes influenciadas pela lógica dominante. Por sua vez, o professor deve buscar meios para fazer com que seus alunos tenham entendimento dessa lógica e do seu papel dentro do sistema, tanto no que diz respeito à educação como ao mundo como um todo.

Diante de toda esta problemática é crucial ponderar que, no que tange ao papel social da escola e/ou da educação; criou-se uma visão romantizada de que a escola é o local onde se formam cidadãos, mas o contexto escolar quando visto apenas a partir desta ótica tem um caráter muito raso. A visão social predominante aponta que a escola deve formar pessoas conscientes do seu papel na sociedade – por esse papel entenda-se como o comportamento socialmente aceito, cumpridor das leis, ou seja, aquele indivíduo que trabalha, paga seus impostos e tem participação política quase que somente no momento das eleições.

No Brasil, a legislação vigente que trata acerca da educação preconiza que o Estado pode oferecer cursos na modalidade de ensino profissionalizante ou técnico, sejam eles integrados ao ensino médio ou como curso complementar ou subsequente ao término da educação básica e o interesse dos jovens (não somente deles, mas principalmente) nesses tipos de curso teve um significativo aumento. Obviamente que a oferta desses cursos por parte do poder público – em especial o governo federal através de programas de incentivo ao acesso à educação profissional – também contribuiu para o crescimento no número de matrículas nos cursos dessa modalidade educacional; mas qual o real interesse em difundir cursos de educação técnica e profissionalizante no lugar de incentivar os jovens a acessar o ensino superior, por exemplo? Duas respostas principais podem responder essa indagação, a primeira delas diz respeito ao forte apelo eleitoreiro que programas desse tipo possuem, ou seja, os governos usam como estratégia política a criação de escolas, institutos ou cursos profissionalizantes e posteriormente utilizam o discurso de desenvolvimento e valorização da educação; é importante ponderar que, de todo modo, muitas localidades foram beneficiadas devido à oferta de cursos do tipo e à instalação de institutos (sobretudo os federais) de educação profissional e/ou de cursos técnicos e que muitos estudantes se capacitaram através dessas instituições e conseguiram colocações no mercado de trabalho. Assim sendo, os agentes políticos utilizam a oferta de uma modalidade de ensino por parte do Estado (o que constitucionalmente é dever dele) para difundir uma ideia de que eles estão oferecendo educação e desenvolvimento para a população, e que quanto mais escolarizadas e formadas em sintonia com o mercado de trabalho, mais aptas para encontrar emprego.

A outra resposta diz respeito à relação entre o Estado e o capital, como o segundo utiliza a máquina pública para seu interesse, a concentração de um determinado ramo da indústria, com várias empresas instaladas numa mesma região impele o governo a criar ali um instituto técnico/profissionalizante com cursos voltados exatamente para a área de atuação dessas empresas. O capital utiliza o Estado como ferramenta para qualificar a força de trabalho que ele julga necessária para sua reprodução, mas para isso não investe diretamente na capacitação dessa mesma força, esse é somente um exemplo, mas o capital se aproveita de outras vertentes em que encontra espaço para utilizar todo o aparato do Estado dentro dessa mesma lógica.

A relação entre Estado e capital é muito forte, e é interessante destacar que isso ocorre em praticamente todos os países ditos capitalistas, em especial na realidade brasileira isso é

muito latente. Boa parte dos políticos (em destaque os parlamentares federais) possuem estreitas relações com o capital, muitos são empresários de escolas ou seus representantes ou ainda representam os interesses de industriais.

Em relação aos cursos da formação técnica e profissionalizante há a necessidade de análise sob a ótica de um dos principais, se não o principal agente desse circuito que é o estudante dessa modalidade de ensino, as suas perspectivas, as motivações e os temores. É possível inferir que muitos jovens ingressam nesses cursos e nesses institutos técnicos com a intenção de adquirirem uma formação em tempo mais curto com vistas a se colocarem no mercado de trabalho, sendo para alguns deles a única oportunidade que encontram de ascender socialmente e ou de sobreviverem, devido à capacitação que recebem para ampliarem as chances de encarar a concorrência no mercado.

O discurso neoliberal, propagado pelos diversos veículos de ideologização, inclusive os de comunicação, propagam a ideia de que se a pessoa deseja uma colocação no mercado de trabalho ela deve se qualificar, o que de todo modo não deixa de estar correto, apesar de, em várias situações o trabalhador capacitado, encontra-se fora do mercado de trabalho devido à própria crise do capitalismo. A difusão da ideia de capacitação e formação profissional é responsável por levar muitos jovens a buscar qualificação através dos cursos técnicos e profissionalizantes, ainda que alguns deles nem tenham o desejo exatamente de seguir esta ou aquela carreira ou se especializar numa determinada área, mas o fato de não quererem ficar à margem do mercado e o fato da necessidade econômica no contexto familiar muitas vezes acabam falando mais alto e sobrepujando o sonho de muitos deles.

Na pesquisa em questão, a contradição em relação ao discurso é a não qualificação da força de trabalho, que por sua vez, colabora com a redução do valor da remuneração, se constituindo fator preponderante para a contratação. Assim, na indústria alimentícia de Vitória da Conquista, os postos de produção são ocupados por trabalhadores que, necessariamente, não fizeram cursos de capacitação, são orientados à repetição daquilo que se faz necessário durante a produção de determinado item ou para o exercício de uma função qualquer. Os contratantes se valem da plasticidade do trabalho humano que é uma característica que favorece a exploração e é terreno fértil para a expansão capitalista. Segundo Braverman (1987),

O que distingue a força de trabalho humano é, portanto, não sua capacidade de produzir um excedente, mas seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para

ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. Do ponto de vista do capitalista, esta potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual se efetua a ampliação do seu capital (BRAVERMAN, 1987, p.58).

É intrigante a dualidade da aplicação do adjetivo capacitado no que se refere ao contexto do trabalho; como se afere o nível de capacidade de um trabalhador? Quais os critérios utilizados para classificar um trabalhador como capaz ou não, apto ou inapto para uma determinada função? Percebe-se que de certa maneira isso é reflexo da propagação das ideias capitalistas desde os tempos em que o modo de produção era mais primitivo se comparado à aplicação hodierna; ou seja, se nos períodos do auge do Taylorismo e do Fordismo um determinado trabalhador era treinado para exercer uma determinada função. Ainda hoje isso se aplica, pois a ‘capacitação’ ou ‘qualificação’ do trabalhador é pensada, quase que unanimemente, para a atribuição de uma função, cargo ou área específica. Não se pensa numa formação integralizada ou mais abrangente, que possibilite a esse indivíduo exercer funções diferentes ou dar-lhe o mínimo de base possível para ter noções de outras funções dentro do processo produtivo em que ele está inserido e mais ainda, para que ele comprehenda o sentido do seu trabalho, o processo de trabalho e sua função social como produtor de valor de uso e de troca; à medida da necessidade de formação é aquela que prepara a mercadoria.

Na mesma proporção que o capital se aproveita do trabalhador mais qualificado ou mais capacitado ele também explora a força de trabalho daquele que não possui formação escolar ou capacitação técnica. O que interessa é a extração do máximo de mais-valia. O contrato de força de trabalho com níveis altos de escolarização só se realiza se extremamente necessário. No caso das empresas alimentícias de Vitória da Conquista, os trabalhadores com maior escolaridade (mais de 14 anos de estudo) ocupam, sobretudo, os cargos de gerenciamento (vendas, Rh, faturamento, gestão de matérias primas, logística, financeiro e marketing). A informação do Ministério do Trabalho reforça ideias da relação entre escolaridade, emprego e renda.

No ano de 2015, os dados de remuneração por escolaridade indicam que as maiores reduções, em termos relativos, ocorreram nas faixas de Superior Incompleto (-6,90%) e Médio Completo (-4,68%). Por seu turno, as menores quedas foram nas escolaridades Analfabetos (-2,45%) e Superior Completo (-2,99%). É importante mencionar que em 2014 os níveis Superior Completo e Incompleto haviam registrado queda de 1,30% e 1,15%, respectivamente.

A exploração pode ser observada na atribuição da função realizada pelo trabalhador com escolaridade mais baixa, geralmente funções que são consideradas de menor apreço social, isto é, os empregos menos desejados ou funções consideradas como inferiores. São os trabalhadores vistos como aqueles que não dedicaram o tempo ou o esforço necessário ao longo da sua vida escolar, é como uma espécie de “castigo”, pelo fato da pessoa não ter estudado o suficiente, merecendo ser punida pela sociedade com um emprego não tão nobre ou não tão visível assim nos espaços de trabalho, aquelas funções que ninguém ou quase ninguém nota. Esse aspecto pode ser analisado à luz do conceito de trabalho praticado por Marx e a função social do trabalho, além de toda a dinâmica das relações entre as diversas escalas ou graus de “nobreza” das funções ou empregos no mercado de trabalho.

A divisão social do trabalho neste caso é a conceituação necessária para a significação dessa análise, visto que ela quem atribui o nível das funções naquele que a humanidade julga como funções mais ou menos importantes; a lógica da divisão social do trabalho está diretamente associada à questão da educação, face ao grau de escolaridade que o indivíduo possui ele terá atribuições no mercado de trabalho compatíveis com sua escolarização. Em muitos casos essa premissa não se realiza, pois existe uma quantidade considerável de pessoas que, apesar de não possuírem uma formação escolar completa alcançaram colocações importantes no mercado de trabalho (esse nível de colocações razoáveis e importantes é atribuído segundo a lógica capitalista).

De todo modo, a realidade da educação brasileira favorece o capital e a reprodução do sistema de dominação de classes, o que reflete nas questões relacionadas ao trabalho, como um todo: nas relações trabalhistas, nas condições de trabalho, no desemprego, enfim, o sistema educacional possui características que se associam à dinâmica do trabalho e emprego reverberando na alienação do indivíduo e em sua manipulação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem, desde os primórdios da história, desenvolveu atividades para sua sobrevivência que, posteriormente, assumiram importância social até atingirem o conceito de trabalho tal como se conhece hoje. Com o advento do capitalismo o trabalho tomou feições que se ancoram na lógica da acumulação, sendo a base em que Marx fundamenta a aplicação de suas teorias e por onde perpassa também toda a questão relacionada à escolarização e qualificação do trabalhador.

A formação escolar do trabalhador está diretamente relacionada à exploração da sua força de trabalho no sentido real da palavra e não apenas subjetivamente; todos os níveis de exploração (seja a exploração no sentido do trabalho, da venda da força de trabalho ou exploração pelo aspecto do esgotamento físico e mental) produzem, em diferentes graus, efeitos sobre a escola, o ensino e os cursos profissionalizantes que, por sua vez, também se tornam mercadorias.

As atividades laborais foram, aos poucos, sendo moldadas ou adaptadas à medida que ocorreram reestruturações do sistema produtivo do capital e, do mesmo modo, o tratamento dado às questões relacionadas à qualificação do trabalhador também foram tomando novos sentidos dentro dos sucessivos arranjos. Na atualidade têm-se, na maioria dos países, legislações (específicas ou não) que abordam a questão da formação do trabalhador.

Historicamente o trabalhador foi visto como o único responsável por sua própria escolarização, ou seja, caso ele não investisse na sua qualificação atestava-se a sua incompetência, haja vista o discurso veiculado na perspectiva do estudar para ser alguém na vida.

A discussão em torno da escolarização e da qualificação do trabalhador não pode ser feita sem que se trate a respeito da formação de força de trabalho para a indústria, pois existe um consenso social a respeito dessas questões e que pairam sobre todo o discurso acerca do emprego ou do desemprego. Em vários países foram elaboradas propostas no contexto do modo de produção capitalista, nas quais a perspectiva de desenvolvimento socioeconômico estava claramente atrelada à ideia de educação, escolarização e qualificação.

Em se tratando do pacto entre capital e trabalho, o contexto da acumulação flexível fez entender que o trabalhador polivalente e flexível deveria se qualificar e ascender

intelectualmente para que conseguisse a melhor colocação no mercado de trabalho. Esse é um fato considerável, pois o sistema capitalista que rege o trabalho acaba por tecer estratégias em todas as facetas da vida de forma que seja atendido na sua lógica de obtenção de ganhos e lucros.

O capitalismo é um sistema flexível no que diz respeito às adaptações que ele faz para que o lucro seja alcançado em largas proporções; sendo fato que, em vários períodos da história aconteceram crises, algumas mais severas que outras, e também é fato que dentro do capitalismo as crises são cíclicas, em parte por conta das adaptações e reestruturações que o sistema exige, em parte e, em grande medida, por conta de problemas permanentes e crescentes, que fez emergir a crise estrutural. Na relação entre o capital e a educação não seria diferente. O modelo de educação que se desenvolve em boa parte do mundo assim está organizado para servir ao capital e, sobretudo, para contribuir na formação de força de trabalho.

O modelo escolar ocidental reforça a reprodução da estrutura de classes impostas pelo capitalismo e, em muitos países, a recusa de se implantar reformas estruturais no modelo educacional e aplicar pesados investimentos também se deve a isso. Alia-se o fato de que um sistema educacional deficitário também ajuda a fortalecer a vigência dos grupos políticos que se revezam no poder, visto que uma formação frágil e segmentada facilita a alienação e a manipulação política das massas (sendo o Brasil um claro exemplo disso).

Sobre os aspectos considerados, é nítido e notório o quão Estado e Capital estão alinhados, um utilizado principalmente por grupos políticos para que se garanta a manutenção do poder (ainda que para isso seja necessária a utilização da máquina pública) e o outro com o puro e simples interesse de ampliação da sua dominação e concentração de lucro e riqueza. Assim sendo, a força de trabalho se torna mera mercadoria e os direitos dos trabalhadores estão cada vez mais ameaçados pela pressão que o capital faz sobre o Estado. Esse modelo hegemônico de educação tem um aspecto um tanto quanto dualista, pois, o capital se vale tanto do indivíduo considerado preparado ou qualificado quanto daquele despreparado, desqualificado ou com formação incompleta; do sujeito qualificado extraí-se o máximo enquanto trabalhador, daquele desqualificado também, mas numa lógica inversa, na qual este é subjugado e, quase de forma esmagadora, é designado para as funções inglórias, como as atribuições domésticas, braçais e na produção de chão de fábrica, recorte dessa tese (Ver anexo sobre os anúncios de vagas do Sistema Nacional de Emprego).

À medida que o capitalismo se ampliou e sua dominação cresceu por todos os ramos da economia e por todas as porções do globo também a sua apropriação das bases educacionais aconteceu, em alguns momentos em maior ou menor escala, mas aconteceu, principalmente com aparato do Estado subserviente ao capital.

No entanto, até que se chegue à contextualização do indivíduo e às suas particularidades dentro do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento educacional para o mercado de trabalho faz-se necessário considerar que todo sujeito tem uma vida com suas próprias abstrações, seus processos internos e suas vivências. Desse modo, analisa-se que cada sujeito tem uma compreensão e uma participação do meio educacional no qual se insere, ainda que, na totalidade, todos sejam homogêneos perante o capital e o Estado.

O indivíduo, então, se aliena principalmente pela religião, pela família, pelos valores, tradições e convenções sociais, pela política e porque não dizer, pela educação. No seu processo educacional todos esses ‘conjuntos de alienações’ vão influenciar na forma como o indivíduo comprehende aquilo que lhe é proposto enquanto sujeito participante daquele processo, ou seja, as convicções que cada pessoa tem são preponderantes naquilo que ela está sujeita a absorver ou não à medida que ela cresce e amplia seu conhecimento e ao mesmo tempo em que se ampliam suas alienações. Na atualidade existem alienações que são implantadas pelo próprio capital, até mesmo como forma de sobrevivência e perpetuação do seu sistema, a alienação pelo consumo exacerbado e pela busca do trabalho. A primeira que tem se tornado até mesmo questão de doença em alguns casos atinge cada vez mais pessoas e de camadas mais pobres da população, que, influenciadas por diversas frentes de atuação são levadas a comprar, em muitos casos, produtos ou adquirir serviços desnecessários ou incompatíveis para sua condição socioeconômica simplesmente pelo prazer do ter. A alienação do que o próprio trabalhador produz, o estranhamento.

Na busca do trabalho para a sobrevivência, o trabalhador encontra a força do capital que, muitas vezes reforça a sua condição de pouco escolarizado ou, por outro lado o responsabiliza pela baixa qualificação e pelo salário baixo que recebe. O capital impele o indivíduo a um suposto crescimento para que esse deseje atingir melhores cargos e salários, mas ao mesmo tempo se serve da sua ignorância e baixa escolarização.

Nessa direção, a formação ou a qualificação para o mercado de trabalho, torna-se sinônimo de possibilidade de conquistar melhores posições ou colocações no mercado de trabalho, mas nem sempre esses trabalhadores encontram as possibilidades para se

desenvolverem intelectualmente, ou mesmo enxergam garantias de melhoria de cargos ou de renda após a qualificação.

O sistema educacional da maior parte dos países do mundo, e em especial no Brasil, é estruturado de forma que todo o contexto de ensino se baseie num modelo capitalista, fortemente coordenado pelo Estado e que, consequentemente reproduz o sistema de classes. A própria escola, independentemente de ser pública ou particular, reproduz o viés alienador da lógica capitalista, seja ele em qual (is) aspecto(s) for(em), ou seja, os estudantes deixam a educação básica prontos para darem prosseguimento à reprodução dessa lógica, tanto no que diz respeito à acumulação como no papel do estudante ou do iniciante no mercado de trabalho, no conjunto social em que ele se insere, no meio político (nas escala locais, regionais e nacionais), em todas as esferas de participação social que um indivíduo normalmente pode ocupar.

Considerando, então, todo o contexto analisado e a pesquisa realizada, os resultados indicaram que a maioria dos trabalhadores entrevistados possui poucos anos de escolaridade, mas que, contraditoriamente, isso não tem sido um impedimento de acesso aos postos de trabalho nas indústrias de alimentos, em Vitória da Conquista/BA. Ao contrário, a baixa escolaridade tem sido um mecanismo de barateamento dos custos produtivos, pois, em geral esses trabalhadores realizam tarefas menos qualificadas e com baixos salários. Por outro lado, nessas condições, estão mais vulneráveis às formas exploratórias e precárias de trabalho. Há que se considerar, nesse contexto que a baixa escolarização nunca foi um problema para a reprodução do capital, ao contrário, por meio dela se amplia o exército de reserva, fundamental para a regulação dos salários e dos postos de trabalho.

Conclui-se que o discurso neoliberal de valorização da qualificação da força de trabalho, via valorização do capital humano, no contexto da reestruturação produtiva não se aplica ao trabalhador da produção industrial alimentícia conquistense, haja vista que o setor não contrata trabalhadores com formação superior, mantendo, assim os baixos salários.

Diante da análise realizada, entende-se que trabalho e a educação são dois aspectos intrínsecos ao ser humano, visto que, boa parte da história da humanidade está relacionada a esses dois núcleos, seja pelo seu desenvolvimento, seja pelos seus conflitos ou por toda a dinâmica política, social e econômica interna e externa dos países. No papel que se atribui à escola, o trabalho está totalmente interconectado a ela, visto que, a formação do jovem pretende dar base para sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, o sistema educacional é

construído de forma que, quando o estudante conclua seus estudos, ele possa estar minimamente preparado para atuar nas funções mais básicas (pelo menos) que o mercado exige, sejam elas funções que exijam um pouco mais ou um pouco menos de ‘preparo intelectual’; o cerne da questão – especificamente neste ponto da discussão – é o que considerar como preparo mínimo que a escola oferece ao estudante, seja esse preparo para o mercado de trabalho ou não.

Constatou-se que a qualificação escolar e novos conhecimentos exigidos do trabalhador, tais como habilidades de comunicação e polivalência, comportamentos sociáveis e outros, nem sempre agregam valor formal ao custo da força de trabalho, sendo apenas condicionantes da permanência do trabalhador no emprego e, nada mais que isso. Algumas formas de educação, tais como o ensino técnico e profissionalizante, têm favorecido o capital e a reprodução do sistema de dominação de classes e isso reflete nas questões relacionadas ao trabalho como um todo: as relações trabalhistas, as condições de trabalho, o emprego, desemprego, a renda.

No Brasil, a legislação vigente que trata acerca da educação preconiza que o Estado pode oferecer cursos na modalidade de ensino profissionalizante ou técnico, sejam eles integrados ao ensino médio ou como curso complementar ou subsequente ao término da educação básica e o interesse dos jovens (não somente deles, mas principalmente) nesses tipos de curso teve um significativo aumento, obviamente que a oferta desses cursos por parte do poder público – em especial o governo federal através de programas de incentivo ao acesso à educação profissional – também contribuiu para o crescimento no número de matrículas nos cursos dessa modalidade educacional. A difusão de cursos de educação técnica e profissionalizante faz parte de uma política do discurso de desenvolvimento e valorização da educação para inserção rápida do trabalhador no mercado, com remuneração reduzida.

No contexto pesquisado, a baixa escolaridade e a falta de qualificação são características que justificam a contratação de mão de obra barata, ao passo que o conhecimento tácito e a experiência de vida são considerados imprescindíveis para a realização das atividades laborais, superando até mesmo a formação escolar e técnica.

O perfil socioeconômico dos trabalhadores reflete a dinâmica do capital na gestão da força de trabalho na produção industrial de alimentos e as contradições no processo de trabalho na produção alimentícia resultam do legado histórico da industrialização, da formação escolar e das novas determinações produtivas como mecanismo de acumulação.

Na relação entre o Estado e o capital, como o segundo utiliza a máquina pública para seu interesse, o que fica mais claro com um exemplo, quando se tem a concentração de um determinado ramo da indústria, com várias empresas instaladas numa mesma região e o governo cria ali um instituto técnico/profissionalizante com cursos voltados exatamente para a área de atuação dessas empresas, o capital utiliza o Estado como ferramenta para qualificar a força de trabalho que ele julga necessária para sua reprodução, mas para isso não investe diretamente na capacitação dessa mesma mão de obra, esse é somente um exemplo, mas o capital se aproveita de outras vertentes em que encontra espaço para utilizar todo o aparato do Estado dentro dessa mesma lógica.

A disseminação de cursos técnicos privados é um exemplo de mercantilização do ensino e que não tem representado ganhos reais de salários e de oportunidades de emprego para os trabalhadores do setor alimentício, por exemplo, servindo apenas à captação de alunos para realização de cursos, sem destino certo.

A relação entre Estado e capital na realidade brasileira é nítida no sentido de ambos darem prosseguimento aos seus projetos de poder e dominação; o capital dentro da sua lógica socioeconômica e o Estado pelo viés sociopolítico.

Tratando mais uma vez dos cursos da formação técnica e profissionalizante também há a necessidade de análise sob a ótica de um dos principais, se não o principal agente desse circuito que é o estudante dessa modalidade de ensino com suas perspectivas, motivações e temores. Muitos jovens ingressam nesses cursos e nesses institutos técnicos com a intenção de adquirir uma formação diferenciada e, consequentemente atingir melhores colocações no mercado, para alguns deles é a única oportunidade que encontram de talvez ascender socialmente devido à capacitação que receberão e possivelmente aumentar as chances de encarar a concorrência no mercado. No entanto, é preciso avaliar de que forma esses cursos preparam seus alunos, se apenas numa visão tecnicista, no sentido de somente instruí-los naquilo que o curso se propõe ou se também há uma preocupação voltada para a formação como um todo, certamente que o foco será a capacitação técnica, mas é importante considerar se os demais aspectos educacionais também são levados em conta dentro dessa mesma lógica. Nesse contexto existe toda uma dinâmica que não se restringe apenas ao âmbito da escola, todo aluno traz consigo uma bagagem educacional, cultural, social e política e esse conjunto interfere nas suas escolhas seja para a vida em modo geral como também no que diz respeito ao seu desenvolvimento escolar, sua aprendizagem e sua formação, até mesmo a escolha do

curso que o estudante pretende seguir tem uma influência, mínima que seja, desse conjunto de fatores.

Os veículos de comunicação propagam a ideia de que se a pessoa deseja uma colocação no mercado de trabalho ela deve se qualificar, apesar de em várias situações em que a pessoa está de fato capacitada ela acaba sendo excluída do mercado de trabalho devido a outras questões próprias do capitalismo, sejam elas estruturais ou não, mas criou-se uma cultura de que para estar no mercado de trabalho a pessoa precisa se capacitar ao máximo, o que no recorte da pesquisa em questão, mostrou-se contraditório, quando as principais ferramentas de inserção no mercado de trabalho das indústrias alimentícias de Vitória da Conquista foram, exatamente, suas próprias aptidões e habilidades (mesmo sem experiência de trabalho) adquiridas pela experiência laboral ou doméstica ao longo da vida, tornando-se o principal requisito para a contratação e permanência no emprego, ao mesmo tempo em que a falta de escolarização tornou-se o principal motivo para os baixos salários pagos à esses trabalhadores.

A difusão da ideia de capacitação e formação profissional estimula e culpabiliza os jovens e os trabalhadores adultos que acabam por buscar a escolarização para melhorar, e acabam muitas vezes excluídos do mercado por conta do valor de salário agregado pelos anos de estudo, ou, produz uma legião de conformados com os baixos salários quando não são escolarizados.

É fato que o modo de produção necessita de trabalhadores que não estejam exatamente capacitados, mas “adestrados” à repetição daquilo que se faz necessário durante a produção de determinado item ou para o exercício de uma função qualquer. É intrigante a dualidade da aplicação do adjetivo capacitado no que se refere ao contexto do trabalho, não ficando claro como se afere o nível de capacidade de um trabalhador e quais os critérios utilizados para classificar um trabalhador como capaz ou não, apto ou inapto para uma determinada função. Por vezes, apenas pelo conhecimento tácito ou pela capacidade cognitiva.

Percebe-se que, de certa maneira, isso é reflexo da propagação das ideias capitalistas desde os tempos em que o modo de produção era mais primitivo se comparado à aplicação hodierna; ou seja, se nos períodos do auge do taylorismo e do fordismo um determinado trabalhador era treinado para exercer uma determinada função ainda hoje isso se aplica, pois a ‘capacitação’ ou ‘qualificação’ do trabalhador é pensada, quase unanimemente, para a atribuição de uma função, cargo ou área específica, não se pensa numa formação integralizada

ou mais abrangente, que possibilite a esse indivíduo o exercício de funções diferentes ou ofereça a ele o mínimo de base possível para ter noções de outras funções dentro do processo produtivo no qual ele está inserido; isto é, o detentor do meio de produção poderia preparar o trabalhador de uma forma mais ampla (quando a função que ele, em tese, assumirá, necessita de uma formação prévia ou treinamento por parte da empresa ou por outras instituições) para que, além da função que a ele será atribuída ela possa, caso haja necessidade, conhecer outras áreas e quem sabe fazer outras coisas dentro de todo aquele processo, mas toda essa lógica impactaria num ponto-chave dentro do processo produtivo que diz respeito ao preço da força de trabalho.

A falta de estímulo das indústrias à qualificação, o que resulta em ausência de condições para se estudar tais como incentivos financeiros e disponibilidade de tempo, amplia perspectiva negativa de aumento de salário e renda, fazendo com que o trabalhador não se sinta estimulado a melhorar. Obviamente, um trabalhador mais qualificado custa mais dentro do processo produtivo do que um não tão qualificado. O trabalhador melhor preparado poderia exigir mais, em termos de benefícios, justamente pela sua qualificação, enquanto um que está apto apenas a uma única função fica restrito, pois, caso não queira mais exercê-la (ou não consiga, por uma infinidade de razões) muito provavelmente ele será descartado dentro do processo de produção; quer dizer, é a pura materialização da mais-valia dentro do contexto da capacitação ou qualificação do trabalhador englobando toda essa lógica atual do mercado de trabalho.

Ainda a respeito dos cursos técnicos e profissionalizantes é notável perceber a relação que muitas empresas têm com as instituições mantenedoras de tais cursos, visto que muitas delas vão buscar profissionais dentro das instituições antes mesmo que eles já estejam totalmente formados. Sobre esse aspecto se pode fazer uma consideração sobre a busca das empresas por trabalhadores capacitados, mas na verdade o discurso da capacitação é utilizado como desculpa para a cooptação de força de trabalho na modalidade de estágios e contratos temporários, visto que essas empresas contratam um profissional recém-formado pagando menos do que pagariam para alguém com mais experiência e maior capacitação técnica, de todo modo, há mais uma vez o peso da mais-valia circundando as relações trabalhistas.

A questão da educação moldada ao capital é bastante ampla e complexa e perpassa por diversos contextos, assim sendo, o caráter de sua análise e discussão não pode acontecer

somente considerando-se uma relação direta entre a educação, o capital e o trabalho sem levar em conta todos os demais aspectos por trás dessa tríade.

Na mesma proporção que o capital se aproveita do trabalhador ‘mais qualificado ou mais capacitado’ ele também explora a força de trabalho daquele que não possui formação escolar ou capacitação técnica e nesse sentido, a diferença de remuneração entre qualificado e não-qualificado, torna-se mais-valia e tem uma ação extremamente pesada na exploração desse trabalhador.

A lógica da divisão social do trabalho está diretamente associada à questão da educação, face ao grau de escolaridade que o indivíduo possui ele terá atribuições no mercado de trabalho compatíveis com sua escolarização, certamente, em muitos casos essa premissa não acontece, pois existe uma quantidade considerável de pessoas que, apesar de não possuir uma formação escolar completa, alcançaram colocações razoáveis ou até mesmo importantes no mercado de trabalho (esse nível de colocações razoáveis e importantes é atribuído segundo a lógica capitalista).

Há ainda um fator intrigante quando se trata dessa comparação entre níveis de qualificação/capacitação/escolarização representado pela dicotomia ensino público/ensino privado; na medida em que se tem dois profissionais com a formação básica de ensino médio em muitos casos aquele formado no ensino privado tem melhores chances pelo simples fato de ter recebido uma educação particular, pois se criou no Brasil o estigma de que a educação privada é sempre associada à boa qualidade enquanto a escola pública ficou resignada como sinônimo de má qualidade ou de falta de qualidade; mas isto acontece como reflexo da própria reprodução capitalista em avalizar a educação privada e/ou privatizada em detrimento da educação pública, pois, dentro da lógica de dominação de classes o privado, o que possui qualidade, o pago, o particular sempre terá mais valor do que aquele considerado público, sobretudo, em países como o Brasil onde o serviço público é, quase sempre, deficitário. Ainda tratando sobre a realidade brasileira discute-se muito em diversos setores da sociedade a respeito da qualidade ofertada pela educação pública do país e quais as causas para que ela esteja na maioria dos casos com resultados abaixo do satisfatório e nessa mesma discussão a questão de montantes investidos pela administração pública também é bastante recorrente, contudo, o Brasil investe uma quantidade considerável de seus recursos para a educação; o Ministério da Educação é, junto com o Ministério da Saúde, as pastas que mais recebem recursos, isto é, o problema não é por falta de dinheiro, mas sim a aplicabilidade desse

dinheiro, que é feito em sua maioria por estados e municípios que são os entes responsáveis pelo provimento da educação básica no país.

O governo federal realiza os repasses com regularidade, entretanto, a corrupção permanente e endêmica do sistema político-administrativo do país acaba por desviar uma quantidade considerável desses recursos; caso o dinheiro destinado à educação fosse aplicado com mais responsabilidade com certeza o sistema educacional brasileiro poderia ser um dos melhores do mundo, com professores bem remunerados, escolas bem estruturadas, materiais didáticos suficientes, entre tantos outros fatores que seriam totalmente opostos à realidade atual da maioria dos estados e municípios brasileiros, mas essa é uma questão de foro muito maior e que perpassa por várias áreas e setores da sociedade brasileira e não apenas na esfera política ou governamental.

De todo modo, a educação brasileira favorece o capital e sua reprodução do sistema de dominação de classes e isso reflete nas questões relacionadas ao trabalho como um todo: as relações trabalhistas, as condições de trabalho, o desemprego, enfim, o sistema educacional possui inúmeros vícios que automaticamente estão associados à essa dinâmica do trabalho e reverbera na alienação do indivíduo pelo trabalho, em alguns casos, antes mesmo que ele se insira no mercado de fato, isso significa que o estudante de escola pública termina os estudos, muitas vezes, com a preocupação de conseguir um emprego, pois o próprio sistema educacional o condiciona dessa forma, enquanto o estudante do ensino particular tem como única preocupação prestar uma infinidade de exames e provas de vestibulares para conseguir alcançar uma vaga em cursos elitistas país a fora.

Uma sociedade que se organiza em torno e pelo capital não pode oferecer boas expectativas aos trabalhadores, pois a qualificação pode não ser, segundo Castel (1998), a melhor maneira para a conquista de uma colocação no mercado de trabalho e, de acordo com o que se versa nessa tese, o diploma, muitas vezes, pode ser o motivo para o desemprego. O paradoxo reside no fato de que a escolaridade, quando revertida em aumento de salário, pode ter efeito indireto negativo na empregabilidade ao mesmo tempo em que pode influir positivamente quando é considerada como mediadora da empregabilidade. Ou seja, se o aumento da escolaridade implica em aumento de salário, os riscos de ficar desempregado aumentam para o trabalhador, reduzindo a sua empregabilidade do mesmo modo que mais anos de estudo ampliam a possibilidade de estar empregado, mas também eleva o salário.

Nesse ciclo contraditório, perde sempre o trabalhador que, pela necessidade do emprego, acaba por aceitar um salário mais baixo e precarizado.

De todo modo, foi possível revelar as contradições entre o discurso neoliberal de valorização da qualificação da força de trabalho, via valorização do capital humano, no contexto da reestruturação produtiva, e sua negação expressa no perfil da força de trabalho e nos baixos salários no setor de alimentos no município de Vitória da Conquista/BA.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. **Trabalho e Sindicalismo no Brasil nos anos 2000:** dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANDRADE, Elizário. **Nova ofensiva do capital sobre o trabalho.** Universidade Católica do Salvador, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento.** São Paulo: Atlas, 1987.
- ANDREOTTI, Azilde Lina. A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **A era da informatização e a época da informalização:** riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007 [1999].
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.
- AZZONI , Carlos R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil.** São Paulo, USP/IPE, 1986.
- BAHIA, SEI. **Perfil dos Territórios de Identidade.** Série territórios de identidade da Bahia. Salvador: SEI, 2015. 3 v.1.
- BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e Educação Profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil:** análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. Campinas: São Paulo, Editores Associados, 2015.

BARSKI, Robert. F. **Noam Chomsky: uma vida de dissidente.** São Paulo: Editora Conrad, 2004.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 3^a Ed., 2002.

BRASIL. Constituição (1937) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em 24 out. 2016.

_____. **Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em 26 out. 2016.

_____. **Constituição (1967) Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em 31 out. 2016.

_____. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao88.htm>. Acesso em 31 out. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 4.024, 20 de dezembro de 1961.

_____. **Lei número 5.540, 28 de novembro de 1968,** que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 5.692, 11 de agosto de 1971.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei número 11.741, 16 de julho de 2008,** que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

CANO, Wilson. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil:** 1970/95. Economia e Sociedade, Campinas, n.8, p.101-141, jun. 1997.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** A degradação do trabalho no século XX. 3^a Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1987.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A experiência brasileira de planejamento.** In: SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. A nova economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976. p. 47- 78. Edição original: 1974

CARVALHO, C. P. O. **Nordeste:** sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36, 2008, ANAIS. Salvador: ANPEC, 2008.

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CEPAL. **Economic Survey of Latin America -1949.** New York: United Mation Publications, 1952.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

CURADO, M.; CRUZ, M. J. V. **Investimento direto externo e industrialização no Brasil.** Revista Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008.

DRAIBE, S. 1985. **Rumos e Metamorfoses:** um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 370 p.

DINIZ, Célio Campolina. **A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas.** Brasília: IPEA,1995. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1741/1/td_0375.pdf . Acesso em Outubro de 2016.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo:** teoria e história. / Virgínia Fontes. - 2. ed.Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. <on line, acesso em ago/2016>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 30.

FREYRE, Gilberto. **Continente e ilha.** Rio de Janeiro: CEB, 1943a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4^aed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, G. E CIAVATTA, M. **Teoria e Educação no Labirinto do Capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FURTADO, E. D. P., Lima, K. R. R.& Bezerra, J. E. B. Competência e empregabilidade: a novilíngua neoliberal. **Anais do III Fórum Trabalho e Saúde e Precarização do Homem que trabalha,** 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991 [1990].

GOODMAN, D. E. e CAVALCANTI, R. A. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste,** Rio de Janeiro: IPEA, 1974

GUSMÃO, Adriana D. F. **Educação, trabalho e capital: a escolarização dos trabalhadores das indústrias alimentícias de médio porte em Vitória da Conquista – BA no cenário da acumulação capitalista.** Anais do X Seminário do HistedBr. Campinas: 2016.

HARVEY, David. **A condição pós moderna.** São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: AnnaBlume, 2005.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2011b.

_____. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____. **17 Contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848 – 1875.** Tradução de Luciano da Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HODGSKIN, T. **A defesa do trabalho contra as pretensões do capital ou a improdutividade do capital demonstrada em relação às presentes associações de jornaleiros.** 2^a edição. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1986, p. 289-336.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 2^a Ed., 9^a Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KUENZER, A. Z. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola.** *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 3, maio/ago. 2002.

_____. **As relações entre conhecimento tácito e conhecimento científico a partir da base microeletrônica:** primeiras aproximações. Educar, Curitiba, Especial, p. 43-69, 2003. Editora UFPR.

_____. **As relações entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível.** Texto apresentado na reunião anual da ANPEd, - GT Trabalho e Educação, 2007.

LENIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9412/6850>, acesso em fevereiro de 2016.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem Estar:** o caráter de classes das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LISBOA, Josefa Bispo de. A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas da (dis) simulação da esperança, 2007. 288 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – NPGEQ, Universidade de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional.** São Paulo: Cortez, 1995.

LOWY. Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado *in* LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** Tradução de Henrique Carneiro. Actuel Marx, 18, 1995. Disponível em <http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>, acesso em fevereiro de 2016.

MANFREDI, S. M. **Trabalho, qualificação e competência profissional** – das dimensões conceituais e políticas. Educação e Sociedade. São Paulo, ano XIX, n. 64, set. 1998.

MARSHALL, A. **Princípios de economia: tratado introdutório.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 2v. (Os economistas).

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra.** São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2010 [1848].

MARX, K. **Salário, preço e lucro.** São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **A alienação do trabalho.** In: Manuscritos econômico-filosóficos. Jesus Ranieri. Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 1: o processo de produção do capital, volume I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 [1867].

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Unicamp, 1942. tese

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** 2.ed. Rio de Janeiro: SAGA, 1968.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil:** constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil:** classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. **A Geografia do espaço – mundo:** Conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

NEGRI, Bajas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880- 1990).** Tese.

NIDELCOFF, M. T. **Uma escola para o povo.** São Paulo: Cortez, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Elegia para uma re(ligião):** SUDENE, Nordeste: planejamento e conflitos de classes. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1977].

OLIVEIRA, R. de. **Empresariado Industrial e Educação Brasileira:** qualificar para competir? São Paulo: Cortez, 2005.

PALMA FILHO, J. C. **A Educação Brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas.** In PALMA FILHO, J. C. (organizador). **Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação.** 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74. Disponível em <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>

PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil.** In: Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011. Acesso em jul/2016.

PERROUX, F. **A economia do século XX.** Porto, Herder, 1967.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola no trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POCHMANN, Marcio. **Qualidade das ocupações no Brasil.** São Paulo, n.3, 2006.
 Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf Acesso em:
 jul/2016.

_____. **O emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007 [2001].

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional:** lógica espacial das transformações económicas. Coimbra: APDR, 1998.

PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

RICHARDSON, H. W. **Polarization reversal in developing countries.** The Regional Science Association Papers. Los Angeles, v. 45, p. 67- 85, Nov. 1980.
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1435-5597.1980.tb01101.x/abstract> ACESSO EM 13/01/2016.

RIOUX, J. P. **A Revolução Industrial:** 1780 – 1880. São Paulo: Pioneira, 1975.

ROSSI, Clovis. **Conheça o novo vocabulário do emprego.** Folha de São Paulo: São Paulo, 23 de novembro de 1997.

SAMPAIO, V. S. **Relações Produtivas:** Biscoitos Caseiros como estratégia de inclusão social. 2006. 105 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – NPGEOP, Universidade de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SAMPAIO, A. V. O. Mobilidade do Trabalho, Transferência de Renda e Produção do Espaço Regional: experiências de mobilidade *De e Para* Vitória da Conquista – Bahia. 2013. 247 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – NPGEOP, Universidade de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **O Espaço Dividido.** São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2008a, p. 139.

SAVIANI. Dermeval. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em janeiro de 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a Produção do Espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

SOUZA, Reivan M. **Controle capitalista e reestruturação produtiva:** o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP). Maceió: EDUFAL, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério e SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SUDIC. **Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés.** Bahia: 1973, p. 5.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira:** origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986. <https://books.google.com.br/books>. Acesso em 13/01/2016

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli A. **Atlas do Brasil:** Disparidades e Dinâmicas do Território. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

THOMAZ Jr, A. **Qualificação do trabalho:** adestramento ou liberdade? Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. ISSN 1138 – 9788. <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-63.html>.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Prefeitura Municipal. 2016. Acesso em 12/02/2016, disponível em: <http://www.pmvba.gov.br/primeiros-habitantes/>.

_____. Prefeitura Municipal. 2016. Acesso em 12/02/2016, disponível em: <http://www.pmvba.gov.br/conflitos/>.

_____. Prefeitura Municipal. 2016. Acesso em 12/02/2016, disponível em: <http://www.pmvba.gov.br/crescimento/>.

_____. Prefeitura Municipal. 2016. Acesso em 13/02/2016, disponível em: <http://www.pmvba.gov.br/dados-estatisticos/>.

_____. Prefeitura Municipal. 2016. Acesso em 13/02/2016, disponível em: <http://www.pmvba.gov.br/geografia/>.

_____. Prefeitura Municipal. 2016. Acesso em 12/02/2016, disponível em: <http://www.pmvba.gov.br/primeiros-habitantes/>.

Falta de governança afeta competitividade dos distrito industriais da Bahia. Disponível em: <http://www.fieb.org.br>. Acesso em Novembro de 2016.

Pesquisa de emprego. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso de Março de 2016 a Fevereiro de 2017.

APÊNDICE A

**Formulário de Pesquisa – contratados diretos da produção em indústria alimentícia
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NPGEQ

Pesquisa:

Indústria, Capital e Formação da Força de Trabalho para a Produção Alimentícia em Vitória
da Conquista – BA

Doutoranda: Adriana David Ferreira Gusmão

Orientadora: Prof. Dra. Josefa de Lisboa Santos

Empresa: _____

1 - Sexo: a) () M b) () F

2 - Idade: _____

3 – Estado Civil: _____

Quantidade de filhos: _____

4 - Grau de escolaridade:

- a) () Alfabetizado
- b) () Fundamental incompleto
- c) () Fundamental completo
- d) () Médio incompleto
- e) () Médio completo
- f) () Superior incompleto
- g) () Superior completo
- h) () Pós graduado

5 – Município de nascimento _____

6 – Município de moradia _____

6.a.Se em Vitória da Conquista, em que bairro/localidade mora? _____

6.b. Distância do trabalho _____

6.c. Se em outro município: _____

A que distância mora do trabalho? _____

7. Que tipo de Transporte utiliza para o deslocamento até o trabalho?

- a) () Ônibus
- b) () Van
- c) () Veículo Próprio
- d) () Bicicleta
- e) () Táxi
- f) () Motocicleta
- g) () A pé.

8. Frequência do deslocamento

- a) () Diária
- b) () Semanal
- c) () Quinzenal
- d) () Mensal
- e) () Outra _____

9 Custeamento do transporte:

- a) () Próprio b) () Empresa c) () Vale Transporte d) () Ajuda de custos

10. Condição da Moradia:

- a) () Casa Própria
- b) () Alugada
- c) () Financiada
- d) () Outros _____

11. Ano do 1º trabalho: _____

11.a. Na época, era trabalho com carteira assinada?

- () Sim
- () Não

11.b. Tipo do 1º emprego

- () emprego direto
- () terceirizado/subcontratado .

Faixa salarial como funcionário terceirizado ou subcontratado (**se já teve esse tipo de experiência**).

- () menos de 01 salário mínimo
 - () de 01 a 02 salários mínimos
 - () de 2,1 a 04 salários mínimos
 - () de 4,1 a 06 salários mínimos
 - () acima de 06 salários mínimos
-

11.c. Em que ano teve seu primeiro emprego com carteira assinada? _____

12. Ano que começou nessa a trabalhar nessa empresa_____

13. Qual a sua função exercida aqui? _____

- a) Além da função indicada, exerce outra(s) na empresa? Qual? _____
- b) E fora daqui? Tem outra atividade? () S () N Qual? _____

14. Já trabalhou em outras empresas do mesmo ramo?

- () Sim () Não

14.a. Se sim, em que empresa? E por quanto tempo? _____

14.b. Era contratado direto ou terceirizado? _____

15.Seu salário variou se contratado diretamente ou se terceirizado?

() Sim () Não

15.a. Se sim:

- () Para mais como contratado direto
 - () Para mais como terceirizado
 - () Para menos como contratado direto
 - () Para menos como terceirizado
-

16. Dos equipamentos e materiais utilizados na função exercida qual(is) dele(s) sofreram alterações desde o seu 1º trabalho

17.O jeito de trabalhar mudou desde que você teve seu 1º trabalho?

18. Qual a sua jornada de trabalho atualmente?

18.a. A jornada aumentou ou reduziu desde o seu 1º trabalho? _____

19. Quanto à segurança no trabalho, têm observado alterações ao longo do tempo? Quais?

20. Você fez algum curso profissionalizante desde que começou a trabalhar?

() Sim.

Qual ou Quais? _____

Em que instituição? _____

() Não realizei nenhum curso. Onde aprendeu o trabalho que faz hoje? _____

20.a. Se sim, por que necessitou fazer cursos? _____

20.b. Quem pagou o (s) curso (s)? _____

20. c. A sua renda aumentou por conta dos cursos que fez?

() Sim

() Não

20.d. Se sim, em quanto a sua renda aumentou?

20.e. Se não aumentou, em que o curso te ajudou?

() a adquirir conhecimentos

() a adquirir conhecimentos para manter o emprego

() a aumentar a possibilidade de conquistar novos postos de trabalho.

() ainda não me ajudou

21. Acredita que se fizer algum curso profissionalizante, sua renda aumentará?

() Sim. Por que? _____ Que curso? _____

() Não. Por que?

22. A empresa estimula a realização de cursos ou ampliação da escolaridade?

- Sim. Como? _____
 Não

23. Faixa salarial **no início da carreira** como funcionário direto:

- menos de 01 salário mínimo
 de 01 a 02 salários mínimos
 de 2,1 a 04 salários mínimos
 de 4,1 a 06 salários mínimos
 acima de 06 salários mínimos

24. Faixa salarial **atual** como **funcionário direto**:

- menos de 01 salário mínimo
 de 01 a 02 salários mínimos
 de 2,1 a 04 salários mínimos
 de 4,1 a 06 salários mínimos
 acima de 06 salários mínimos

Valor do salário: _____

25. Desde que começou a trabalhar, você percebeu que seu poder de compra:

- melhorou
 se manteve
 piorou

26. Como resolve as questões de trabalho?

- direto com a empresa
 sindicato
 justiça do trabalho
 outros _____

27. Equipamentos de trabalho que utiliza:

- luva capacete botas óculos tampão de ouvido uniforme touca outros. Especifique:

28. Sempre utilizou os mesmos equipamentos ao longo dos anos de trabalho?

- Sim Não

Se não, o que mudou?

29. Relações Conceituais: (relato escrito ou verbal)

- Melhora das Condições de Vida
Aumento do Poder de Compra
Relação entre função x salário
Relação entre escolaridade x salário
-

APÊNDICE B
Formulário de Pesquisa – empresários
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NPGEO

Pesquisa:

Indústria, Capital e Formação da Força de Trabalho para a Produção Alimentícia em Vitória
da Conquista – BA

Doutoranda: Adriana David Ferreira Gusmão

Orientadora: Prof. Dra. Josefa de Lisboa Santos

Empresa: _____

1 - Sexo: a) () M b) () F

2 - Idade: _____

3. Quais os critérios para contratação de trabalhadores para o setor de produção?

4. Contrata trabalhadores com que formação máxima?

5. Sobre o trabalhadores mais escolarizados, o que tem a comentar?

6. Contrata trabalhadores com nível superior para a área de produção?

7. Sobre a escolarização. Quais os Cursos oferecidos/incentivados e como vê a formação escolar/técnica dos trabalhadores.

8. Trabalha com terceirizados ou subcontratados?

() Sim

() Não

Se sim, o que o levou a fazer essa opção de contratação?

9. Atualmente é mais vantajoso terceirizar e subcontratar? Em que setores? Por quê?

10. Quanto à jornada de trabalho realizada, como a empresa distribui a carga horária?

11. Quanto à segurança no trabalho, têm observado alterações ao longo dos anos? Quais? Como os trabalhadores lidam com as orientações? Consegue relacionar escolaridade e essa compreensão?

12. Ao longo dos anos você percebeu a reestruturação produtiva acontecer?

Se sim, em que aspectos?

13. A sua indústria teve que se adequar a essa reestruturação?

Se sim, como isso ocorreu aqui?

14. Ao reestruturar a produção, os efeitos são sentidos diretamente em que aspectos?

- () aumento da produção
 - () manutenção da produção
 - () manutenção do mercado
 - () adequação do produto à novos padrões
 - () aumento da lucratividade
 - () expansão de mercados
-

15. Como seus funcionários resolvem as questões de trabalho?

16. Equipamentos de trabalho e produção que mais evoluíram ao longo do tempo.

17. Que relação você estabelece entre a escolarização do trabalhador e o desempenho de suas funções?

19. Para a produção, quais os requisitos que o seu trabalhador deve apresentar?

20. Você contrataria pessoas mais escolarizadas para a área de produção? Por que?

APÊNDICE C
Roteiro de Entrevista (Representante Administrativo Fetiaba)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NPGEO

Pesquisa:

Indústria, Capital e Formação da Força de Trabalho para a Produção Alimentícia em
Vitória da Conquista – BA

Doutoranda: Adriana David Ferreira Gusmão

Orientadora: Prof. Dra. Josefa de Lisboa Santos

Roteiro de Entrevista (Empresários)

1. Quais as bandeiras de luta da FETIABA?
2. Quais as dificuldades enfrentadas pelo sindicato na luta pelos direitos dos trabalhadores da indústria alimentícia?
3. Quais as principais reclamações trabalhistas apresentadas pelos trabalhadores da indústria alimentícia em Vitória da Conquista?
4. Quais os avanços conseguidos na luta pelos direitos dos trabalhadores da indústria alimentícia?
5. Como o sindicato avalia o crescimento e a lucratividade da indústria alimentícia e os conflitos e embates trabalhistas?
6. Como o sindicato avalia os discursos do Estado e da iniciativa privada quanto ao processo de trabalho na indústria alimentícia e os conflitos com os trabalhadores?
7. Como a FETIABA avalia as alterações quanto aos meios de produção (equipamentos e materiais); às formas de contratação; ao tipo de trabalho realizado; à jornada de trabalho e à segurança no trabalho na indústria alimentícia em Vitória da Conquista?
8. Quais os principais problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores e que estão relacionados ao trabalho na indústria?
9. As indústrias oferecem que tipo de assistência médica aos seus trabalhadores?
10. Existe histórico de indenizações por questões de saúde? De que tipo?

11. Existe alguma relação entre a escolarização do trabalhador e o aumento ou redução dos salários na indústria, em se tratando do operário do chão da fábrica?
12. Existem incentivos à escolarização do trabalhador pela indústria ou pela Fetiaba? Se sim, qual ou quais?
13. Qual a formação escolar mais comum do trabalhador da indústria, no setor de produção?
14. Existem cursos específicos para formação do trabalhador da indústria alimentícia aqui em Conquista? Se sim, quais?
15. Qual o retorno para a indústria e/ou para o trabalhador que realiza cursos?
14. Quais são os principais motivos para demissão de trabalhadores nas indústrias de Vitória da Conquista?
15. Em caso de pedido de demissão por parte dos trabalhadores, quais os principais motivos alegados por eles?
16. Cite as principais conquistas alcançadas pelo sindicato para garantir ou melhorar as condições de trabalho e renda dos operários.
17. O que ainda precisa ser conquistado?
18. Qual o quantitativo de associados e o quantitativo de trabalhadores na ativa?
19. Quais os principais riscos à saúde do trabalhador nas indústrias?
20. Poderia comentar algo sobre a presença da CIPA nas indústrias?

APÊNDICE D
Termo de Consentimento
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NPGEO
Pesquisa:
 Indústria, Capital e Formação da Força de Trabalho para a Produção Alimentícia em Vitória
 da Conquista – BA
Doutoranda: Adriana David Ferreira Gusmão
Orientadora: Prof. Dra. Josefa de Lisboa Santos

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO E/OU DE IMAGEM

Eu _____, autorizo a doutoranda ADRIANA DAVID FERREIRA GUSMAO portadora do RG: 0670971464 regularmente matriculada no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, a realizar imagens e/ou entrevista para colher meu depoimento, a fim de contribuir com a sua pesquisa de Doutorado que tem como título Indústria, Capital e Formação da Força de Trabalho para a Produção Alimentícia em Vitória da Conquista – BA, , sob orientação da Profª Dra. Josefa de Lisboa Santos – (UFS). Ao mesmo tempo, libero a utilização das imagens e/ou depoimentos para fins científicos e acadêmicos.

_____, __ de _____ de 2016

Sujeito da Pesquisa

Função

Discente/ Pesquisadora

ANEXO A

ACORDO COLETIVO ENTRE EMPRESA, SINDICATO E TRABALHADORES

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2015
CELEBRADO ENTRE O SINDICATO DOS
TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE
ALIMENTAÇÃO E AFINS DO ESTADO DA BAHIA
E A EMPRESA**

NUMERO DE REGISTRO NO MTE:
DATA DE REGISTRO NO MTE:
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:
NÚMERO DO PROCESSO:
DATA DO PROTOCOLO:

Pelo presente instrumento de Acordo Coletivo de Trabalho que entre si celebram, de um lado, representando a categoria dos empregados na indústria de alimentação, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DO ESTADO DA BAHIA**, sindicato, com base territorial no Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.997.762/0001-00, com sede na Rua do Imperador, 342, Mares, Salvador (BA), por seu Coordenador Geral, o Sr. _____, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. _____, residente e domiciliado na _____ e por seu Secretário de Assuntos Jurídicos, o Sr. _____, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF n. _____, residente à F. _____ São Gonçalo dos Campos/BA, doravante denominado **SINDICATO**, e, do outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ MF sob _____ com sede _____ Vitoria da Conquista (BA), neste ato representado por seu Diretor, o _____, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob r. _____, adiante denominada **EMPRESA**, objetivando acordar condições a serem observadas nas relações individuais e coletivas de trabalho da empresa, ficando justo e acordado, no âmbito das respectivas representações, as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DATA BASE

Fica estabelecida a data base em 1º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários devidos em 31 de dezembro de 2014 serão reajustados em 1º de janeiro de 2015, em 8% (oito por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA – PISO SALARIAL

Fica assegurado o piso salarial no valor de R\$ 826,00 (oitocentos e vinte seis reais), que será sempre corrigido de acordo com os reajustes coletivos, legais, espontâneos, antecipações e abonos.

CLÁUSULA QUARTA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extras serão remuneradas com os seguintes adicionais:

- a) 60 % (sessenta por cento) para os dias uteis;
- b) 100% (cem por cento) para as horas trabalhadas em dobras, nas folgas, horas de repouso e nos dias de domingos e feriados.

CLÁUSULA QUINTA - CESTA BÁSICA.

A empresa fornecerá a todos os seus empregados, uma cesta básica, mensal e gratuitamente, mediante cartão alimentação, no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), vinculada ao PAT, com desconto de 0,935% (zero vírgula novecentos e trinta e cinco por cento) do valor da cesta.

§ primeiro: Os empregados da linha de produção que durante cada mês não tiver nenhuma falta injustificada, terão direito a um prêmio de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), inserido na cesta básica a título de assiduidade.

§ segundo: A empresa adotará formas de utilização e metas referentes à higiene, pontualidade e utilização de equipamentos de segurança e concederá àqueles que atingirem 96% (noventa e seis por cento) o prêmio de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), também inserido no valor da cesta básica.

§ terceiro: Os prêmios mencionados nos parágrafo primeiro e segundo desta cláusula, não sofrerão desconto de 0,935% (zero vírgula novecentos e trinta e cinco por cento) vinculados ao PAT.

§ quarto: Os empregados indicarão 03 (três) membros da Comissão para analisar e deliberar sobre os casos omissos, juntamente com os membros indicados pela empresa, que validarão ou não o direito aos respectivos valores.

CLAUSULA SEXTA - DESCONTO NO PREÇO DOS PRODUTOS.

Fica assegurado ao empregado o direito de adquirir, mensalmente, produtos de fabricação da empresa, com desconto de 22% (vinte e dois por cento) do valor de cada produto até o limite de 30% (trinta por cento) do seu salário.

CLAUSULA SÉTIMA - CONVÊNIO FARMÁCIA

A empresa manterá convênios com farmácias, para aquisição de medicamentos para seus empregados, inclusive para os dependentes, custeando 10% (dez por cento), do valor, mediante apresentação de receituário médico/odontológico, sendo que o restante será descontado do salário em até 06 (seis) parcelas.

CLAUSULA OITAVA - ADICIONAL DE ANTIGUIDADE

A empresa pagará mensalmente à seus empregados, a título de adicional de antiguidade 4% (quatro por cento) sobre o salário para todo empregado que completar 05 (cinco) anos de trabalho.

CLAUSULA NONA - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

A empresa se compromete a solicitar propostas de empresas especializadas em assistência médica hospitalar e odontológica, para avaliação com participação dos empregados visando posterior implantação.

Assinaturas de três pessoas sobre um fundo branco.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIAGNÓSTICO / CONHECIMENTO AO EMPREGADO

A empresa dará conhecimento ao Empregado dos resultados dos exames e diagnósticos pré-admissionais, periódicos e demissionais, bem como de doenças ocupacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACOMPANHAMENTO HOSPITALAR

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo da remuneração mensal, até 03 (três) dias consecutivos, ou não, por ano, para acompanhar, nesses dias, cônjuge, filhos menores ou pessoas declaradas em sua carteira de trabalho como seus dependentes, nos casos de internamento hospitalar ou ambulatorial. O empregado deverá comunicar a sua ausência com antecedência, salvo em caso de emergência, devendo ainda apresentar documento comprobatório da alegada ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ACIDENTE DE TRABALHO / SINDICATO

A Empresa enviará ao Sindicato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência, cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADVERTÊNCIA / SUSPENSÃO
A Empresa apreciará pedido de revisão formulado pelo empregado punido com advertência ou suspensão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOENÇA OCUPACIONAL READAPTAÇÃO

O portador de doença ocupacional será remanejado para função compatível com sua capacidade física, sem prejuízo da remuneração e demais direitos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CIPA / COMUNICAÇÃO DE ELEIÇÃO
A Empresa comunicará ao Sindicato os dias das eleições dos representantes para a CIPA, antes da contagem dos prazos para registros das candidaturas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SINDICALIZAÇÃO

A empresa descontará em folha de pagamento a mensalidade sindical, as contribuições estatutárias e deliberadas nas Assembleias.

Parágrafo único: O repasse dos valores descontados ao sindicato, será feito até 5º (quinto) dia após o desconto, sob pena de pagamento de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor das mensalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – QUADRO DE AVISO

É assegurada ao sindicato a colocação de comunicações de interesse dos trabalhadores nos quadros de aviso da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ACESSO DE DIRIGENTE SINDICAL

A Empresa permitirá o acesso de dirigentes do Sindicato às suas instalações para discutir e tratar de assuntos inerentes e de interesse dos empregados, no cumprimento

do presente Acordo, mediante prévia autorização da Direção, por carta, fax ou pessoalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORNECIMENTO DA RELAÇÃO DOS EMPREGADOS

A Empresa se compromete a fornecer ao Sindicato a relação dos empregados que tiverem descontos em seus respectivos salários e valores descontados.

CLAUSULA VIGÉSIMA - VIGÊNCIA

O presente Acordo vigorará de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Assim, por estarem justas e acertadas, bem como para que produza os seus jurídicos efeitos, as partes assinam este ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, em 03 (três) vias, comprometendo-se, consoante o artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho, a promover o registro no Sistema Mediador, no site eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego.

Salvador (BA), 27 de março de 2015.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DO ESTADO DA BAHIA

Diretor

CPF:

ANEXO B - ANÚNCIOS DE VAGAS PARA A INDÚSTRIA EM VCA-BA– SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO

 [Sou Trabalhador](#) [Sou Empregador](#) [Média Salarial](#) [Quem Somos](#) [G+](#)

[SINE](#) > [Vagas de Forneiro em Vitória da Conquista / BA](#) > [Vaga de Forneiro em Vitória da Conquista / BA - Nº 1030889](#)

Vaga para Forneiro (1 Vaga) - Publicada há mais de 1 mês [▲ Denunciar vaga](#)

Empresa	[REDACTED] Ltda
Telefone	(77) [REDACTED]
Salário	R\$ 800,00 Média salarial para Forneiro
Cidade e Estado	Vitória da Conquista / BA
Descrição	Atuar na área de acabamento dos produtos levando-os ao forno e assando os mesmo alem de manter o seu local limpo e encaminhar os produtos acabados para o estoque.

 [Sou Trabalhador](#) [Sou Empregador](#) [Média Salarial](#) [Quem Somos](#) [G+](#)

[SINE](#) > [Vagas de Ajudante de Padeiro em Vitória da Conquista / BA](#) > [Oportunidade de Ajudante de Padeiro em Vitória da](#)

Oportunidade para Ajudante de Padeiro [▲ Denunciar oportunidade](#)

Empresa	Confidencial
Salário	R\$ 1000,00 Média salarial para Ajudante de Padeiro
Cidade e Estado	Vitória da Conquista / BA
Descrição	Auxiliar o padeiro em todas as tarefas referentes a fabricação dos pães e demais produtos. Responsável pelo assamento dos produtos. experiênci na função

 site nacional de empregos

Sou Trabalhador ▾ Sou Empregador ▾ Média Salarial Quem Somos

Salgadeira

Vitória da Conquista / BA

[SINE](#) › [Vagas de Salgadeira em Vitória da Conquista / BA](#) › Oportunidade de Salgadeira em Vitória da Conquista / BA

Oportunidade para Salgadeira

[!\[\]\(36ea5a8885597e1d3639a24ba31c8c18_img.jpg\) Denunciar oportunidade](#)

Empresa	Confidencial
Salário	R\$ 900,00 Média salarial para Salgadeira
Cidade e Estado	Vitória da Conquista / BA
Descrição	Ensino médio completo experiência comprovada

 site nacional de empregos

Sou Trabalhador ▾ Sou Empregador ▾ Média Salarial Quem Somos

Líder de Equipe de Serviços Gerais

Vitória da Conquista / BA

[SINE](#) › [Vagas de Líder de Equipe de Serviços Gerais em Vitória da Conquista / BA](#) › Oportunidade de Líder de Equipe de Serviços Gerais em Vitória da Conquista / BA - Nº 2619882

Oportunidade para Líder de Equipe de Serviços Gerais

[!\[\]\(a5da0112b68123a35eba5cc302bdaa2a_img.jpg\) Denunciar oportunidade](#)

Empresa	Confidencial
Salário	R\$ 1074,00 Média salarial para Líder de Equipe de Serviços Gerais
Cidade e Estado	Vitória da Conquista / BA
Descrição	Acompanha os serviços de limpeza, verifica se as equipes estão dimensionadas para o volume de atividades, controlando assiduidade,e reposição de quadros. Controla estoque de equipamentos, uniformes e insumos. Administra processos de controle de ponto, atestados, afastamentos entre outras atividades administrativas.